

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

OS VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA
MODERNA: O CASO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA
(CIEPs) DO RIO DE JANEIRO.

Silvino Tavares Marinho



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

OS VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA
MODERNA: O CASO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA
(CIEPs) DO RIO DE JANEIRO.

Silvino Tavares Marinho

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio.

Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro
ProArq/UFRJ

Coorientador: Prof. Dr. Martin Drouin
ECG/UQAM (Canadá)

Rio de Janeiro
março de 2018

OS VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA
MODERNA: O CASO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA
(CIEPs) DO RIO DE JANEIRO.

Silvino Tavares Marinho

Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro
ProArq/UFRJ

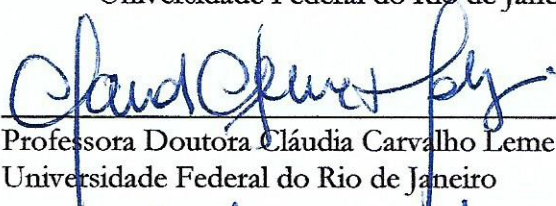
Coorientador: Prof. Dr. Martin Drouin
ECG/UQAM (Canadá)

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em
Arquitetura, Linha de Pesquisa: Restauração e Gestão do Patrimônio.

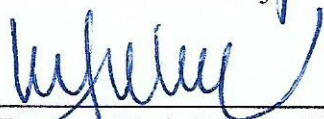
Aprovada por:



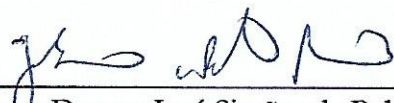
Presidente, Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Professora Doutora Cláudia Carvalho Leme Nóbrega
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Professora Doutora Maria Julia de Oliveira Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Professor Doutor José Simões de Belmonte Pessoa
Universidade Federal Fluminense



Professor Doutor Renato da Gama-Rosa Costa
Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Rio de Janeiro
Março de 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

e-mail: silvinomarinho@gmail.com

Marinho, Silvino Tavares.

Os valores do patrimônio cultural e a preservação da arquitetura moderna: o caso dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) do Rio de Janeiro/ Silvino Tavares Marinho. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2018.

xvii, 360f.:il; 31 cm.

Orientadora: Rosina Trevisan M. Ribeiro

Tese (doutorado) – UFRJ/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2018.

Referências Bibliográficas: f. 187-203.

1. Preservação. 2. Valores do Patrimônio Cultural. 3. Arquitetura Moderna. I. Ribeiro, Rosina Trevisan M. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Os valores do patrimônio cultural e a preservação da arquitetura moderna: o caso dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Rosina Trevisan M. Ribeiro, pela dedicação nesse longo período e disposição para orientar, muitas vezes à distância (Muito Obrigado);

Ao meu coorientador em Montreal, Martin Drouin, pelas reuniões periódicas e longas conversas sobre o tema, com muitas sugestões de leituras não apenas sobre valores do patrimônio, mas também sobre o contexto cultural *montréalais* (*Un gros merci*);

Aos membros da banca, Cláudia Nóbrega (UFRJ), Maria Júlia Oliveira (UFRJ), José Pessoa (UFF) e Luiz Amorim (UFPE), por terem aceitado participar e pelas contribuições na qualificação; A Renato Gama-Rosa (Fiocruz), pela importante participação na banca final;

Aos professores do PROARQ, em nome de Beatriz Oliveira, pela disciplina sobre Le Corbusier e Giselle Arteiro Azevedo, pela ajuda na pesquisa sobre os CIEPs;

À Comissão de Apoio Administrativo do PROARQ, Maria da Guia Monteiro, Rita de Cássia Frazão e Vanda Maria Santos, pela ajuda nos momentos chave de todos os processos;

A France Vanlaethem (UQAM/Docomomo) pela iniciativa de criar o *DESS en architecture moderne et patrimoine* como parte do esforço em salvaguardar esse patrimônio e pelas aulas inspiradoras; A Réjean Legault (UQAM) pelas aulas sobre tectônica e orientação durante o *DESS en architecture moderne et patrimoine*; A Christina Cameron (UDEM/UNESCO) especialmente pelos debates e reflexões sobre o Documento de Nara;

A Jean Laberge, de *la Division de l'expertise en patrimoine et de la toponymie de la Ville de Montréal*, pelas reuniões e pelo material, especialmente sobre *le processus d'évaluation de l'intérêt patrimonial d'un lieu et l'énoncé d'intérêt patrimonial*;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Pós-Graduação – Doutorado (GD) que permitiu a pesquisa no Brasil; Ao Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) que permitiu a pesquisa no Canadá;

A Angela Vasconcellos, da Fundação Oscar Niemeyer, pelo material dos CIEPs e pronto atendimento;

A todas as pessoas que trabalham nos CIEPs, em nome da Maria José Pereira, diretora do CIEP Procópio Ferreira;

Aos amigos que pouco encontrei nos últimos anos, especialmente a Mícarla Xavier, pela gentileza em abrir mão de preciosos momentos junto aos seus livros para fazer a edição deste texto;

A toda a minha família, especialmente à minha mãe, Inez, e ao meu pai, Edval, por serem “os arcos dos quais vossos filhos são arremessados como flechas vivas”; ao meu irmão Henrique e sua família, Daniela, Vinícius, Midian; a minha *belle-famille*, especialmente Jane e Colombo, pelo acolhimento caloroso;

A Leta, leitora assídua, crítica e debatedora.

RESUMO

OS VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA: O CASO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA (CIEPS) DO RIO DE JANEIRO.

Silvino Tavares Marinho

Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro
ProArq/UFRJ

Coorientador: Prof. Dr. Martin Drouin
ECG/UQAM (Canadá)

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de Pesquisa: Restauração e Gestão do Patrimônio.

No campo da preservação, a ideia de que o valor do patrimônio é o resultado da interação entre pessoas e um lugar vem sendo cada vez mais considerada, e não mais admitidos como intrínsecos, imutáveis e fixos. Nessa acepção, o reconhecimento do interesse patrimonial é centrado nos valores e não no lugar em si, indo além do foco na dúplici polaridade estética e histórica, permitindo a ampliação do que pode ser considerado patrimônio. Isso é especialmente significativo para o caso da arquitetura moderna, que lutou não apenas por mudanças nas questões estéticas, mas também técnicas e sociais. As características que representam essas mudanças podem ser mais facilmente reconhecidas quando se consideram outros valores patrimoniais. Para demonstrar isso, o texto apresenta o debate sobre valores e as diferentes noções de autenticidade, assim como as questões próprias da conservação da arquitetura moderna e a pré-fabricação de escolas. Então, com base nessas informações, foi utilizada a Declaração de Interesse Patrimonial (*Énoncé d'intérêt patrimonial*) aplicada aos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) do município do Rio de Janeiro, no Brasil. Através dessa ferramenta desenvolvida em Montréal, no Canadá, foram identificados valores reconhecidos nessas escolas e só então as características os que representam. Dessa forma, a preservação acontece com foco nos valores, preservando os elementos que os caracterizam.

Palavras-chave: 1. Preservação. 2. Valores do Patrimônio Cultural. 3. Arquitetura Moderna.

Rio de Janeiro
Março de 2018

ABSTRACT**THE VALUES OF CULTURAL HERITAGE AND THE PRESERVATION OF
MODERN ARCHITECTURE: THE CASE OF THE *CENTRO INTEGRADO DE
EDUCAÇÃO PÚBLICA (CIEPS)* OF RIO DE JANEIRO.**

Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro
ProArq/UFRJ

Coorientador: Prof. Dr. Martin Drouin
ECG/UQAM (Canadá)

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de Pesquisa: Restauração e Gestão do Patrimônio.

On conservation, the idea that heritage's value is the result of interaction between people and a place is increasingly considered, no longer admitted as intrinsic, static and stationary. In this sense, the recognition of the patrimonial interest is centered in the values, not in the place itself, going beyond the focus on the double polarity aesthetic and historical, allowing to amplify what can be considered heritage. This is especially significant in the case of modern architecture, which struggled not only with aesthetic's changes, but also with technical and social issues. The attributes that represent these changes can be more easily recognized when considering other patrimonial values. In order to demonstrate this, this text presents the debate about values and the different authenticity notions, as well as the specific issues of modern architecture conservation and schools prefabrication. Based on this information, the Declaration of Patrimonial Interest (*Énoncé d'intérêt patrimonial*) was applied to the Integrated Centers of Public Education (CIEPs) in Rio de Janeiro, Brazil. Through this tool developed in Montréal, Canada, recognized values were identified in these schools and, then, the characteristics that they represent. In this way, preservation happens with a focus on values, preserving the elements that typify them.

Key-words: 1. Preservation. 2. Value of Cultural Heritage. 3. Modern Architecture.

Rio de Janeiro
Março de 2018

RÉSUMÉ

LES VALEURS DU PATRIMOINE CULTUREL ET LA PRÉSERVATION DE L'ARCHITECTURE MODERNE: LE CAS DES *CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA (CIEPS)* DE RIO DE JANEIRO

Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro
ProArq/UFRJ

Coorientador: Prof. Dr. Martin Drouin
ECG/UQAM (Canada)

Résumé da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de Pesquisa: Restauração e Gestão do Patrimônio.

Dans le domaine de la préservation, l'idée que la valeur du patrimoine est le résultat de l'interaction entre les personnes et un lieu est de plus en plus considérée et n'est plus admise comme intrinsèque, immuable et figée. En ce sens, la reconnaissance de l'intérêt patrimonial est centrée sur les valeurs et non plus sur le lieu lui-même, allant au-delà de la double polarité esthétique et historique, permettant l'élargissement de ce qui peut être considéré comme patrimoine. Ceci est particulièrement significatif dans le cas de l'architecture moderne, qui a lutté non seulement pour des changements dans les questions esthétiques, mais aussi techniques et sociales. Les caractéristiques qui représentent ces changements peuvent être plus facilement reconnues lorsque l'on considère d'autres valeurs patrimoniales. Afin de démontrer cela, le texte présente le débat sur les valeurs et les différentes notions d'authenticité, ainsi que sur les enjeux propres à la conservation de l'architecture moderne et à la préfabrication des écoles. Sur la base de ces informations, l'Énoncé d'intérêt patrimonial a été appliquée aux Centres intégrés d'éducation publique (CIEPs) de la ville de Rio de Janeiro, au Brésil. Grâce à cet outil développé à Montréal, au Canada, des valeurs reconnues ont été identifiées dans ces écoles et, ensuite, les caractéristiques qui les représentent. De cette façon, la préservation se fait en mettant l'accent sur les valeurs, tout en préservant les éléments qui les caractérisent.

Mots-clés: 1. Préservation. 2. Valeur du patrimoine culturel. 3. Architecture moderne.

Rio de Janeiro
Março de 2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDI.....	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABNT.....	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNH.....	Banco Nacional de Habitação
CAIC.....	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CEPLAN.....	Centro de Planejamento da Universidade de Brasília
CEU.....	Centro Educacional Unificado
CPM.....	<i>Conseil du patrimoine de Montréal</i>
CIAC.....	Centro Integrado de Apoio à Criança
CIAM.....	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (<i>Congrès Internationaux d'Architecture Moderne</i>)
CIEM.....	Centro Integrado de Ensino Médio
CIEP.....	Centro Integrado de Educação Pública
CONESP.....	Companhia de Construções Escolares de São Paulo
DESAL.....	Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador
Docomomo.....	Comitê Internacional para a documentação e preservação de edifícios, sítios e unidades de vizinhança do Movimento Moderno (<i>International Working Party for Documentation and Conservation of building, sites and neighborhoods of the Modern Movement</i>)
ECCO.....	<i>European Confederation of Conservator-Restorers' Organisation</i>
EDIF.....	Departamento de Edificações
EFL.....	<i>Education Facilities Laboratories</i>
GCI.....	<i>Getty Conservation Institute</i>
ICCROM.....	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (<i>International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property</i>)
ICOMOS.....	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (<i>International Council on Monuments and Sites</i>)
INEPAC.....	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN.....	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISC20C.....	<i>International Scientific Committee on 20th Century Heritage</i>
NPS.....	<i>National Park Service</i>
PEE.....	Programa Especial de Educação
RENURB.....	Companhia de Renovação Urbana de Salvador
SCSD.....	<i>School Construction Systems Development</i>
SPAB.....	<i>Society for the Protection of Ancient Buildings</i>
TICCIH.....	<i>The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage</i>
UENF.....	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ.....	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UIA.....	União Internacional dos Arquitetos
UICN.....	União internacional para a conservação da natureza (<i>Union internationale pour la conservation de la nature</i>)
UnB.....	Universidade de Brasília
UNESCO.....	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – A forma atual da política e da prática da preservação do patrimônio.
Extraído de: GCI, 2000, figura 1, p. 4, tradução nossa..... 47
- Figura 2 – O futuro potencial da política e da prática da preservação do patrimônio.
Extraído de: GCI, 2000, figura 2, p. 5, tradução nossa..... 48
- Figura 3 – Imóvel 2118-2124, boulevard Gouin Est., Ahuntsic-Cartierville, Montreal, Canadá. Foto: Denis Tremblay. 2012. Disponível em:
<https://c1.staticflickr.com/9/8095/8511483400_333568cf1b_b_d.jpg>. 56
- Figura 4 – Imóvel 10905, rue Berri. Antiga clínica Ahuntsic, Ahuntsic-Cartierville, Montreal, Canadá. Foto: Ville de Montréal. 2007. Disponível em:
<http://patrimoine.ville.montreal.qc.ca/patri_municipal/icono/grand/AC005855.jpg>. 58
- Figura 5 – Imóvel 10905, rue Berri. Antiga clínica Ahuntsic vista da ponte Viau, Ahuntsic-Cartierville, Montreal, Canadá. Fonte: Google Maps, maio 2009. 59
- Figura 6 – Cartão postal com vista aérea do Sanatorium Zonnestraal, Hilversum, Holanda. Foto: KLM Fototechnische Dienst. (ca. 1950). Fonte: Joods Historisch Museum, Amsterdam. Coleção Jaap van Velzen. Imagem: 00003088. Disponível em:
<<http://resolver.kb.nl/resolve?urn=urn:gvn:JHM01:00519&size=large>>. 72
- Figura 7 – Sanatorium Zonnestraal arruinado, Hilversum, Holanda. Foto: ANP. 1999. Fonte: Coleção ANP - Imagem: 972587. Referência: 19990208100449. Disponível em: <www.rd.nl/oud/foto/010612binfo02.jpg>..... 73
- Figura 8 – Sanatorium Zonnestraal após a restauração, Hilversum, Holanda. Foto: ANP. 1999. Fonte: Coleção ANP - Imagem: 972587. Referência: 19990208100449. Disponível em: <www.bna.nl/wp-content/uploads/uploads/tx_bnacorporatebe_projects/0/2/5/02575/image/JHML0811_3579_k.jpg>. 74
- Figura 9 – Transparência no Sanatorium Zonnestraal, Hilversum, Holanda. Foto: Julien Mohr. mar.2011. Disponível em:
<https://c2.staticflickr.com/6/5055/5499443326_3273a4e4a4_b.jpg>..... 74
- Figura 10 – Estacionamentos (em vermelho) do Sanatorium Zonnestraal, Hilversum, Holanda. Fonte: Google Maps, 2016. 75
- Figura 11 – Morningside Heights, 501 W 123rd St, New York, EUA. Exemplo de “*towers in the park*”. Disponível em: <<http://cdn-img3.streeteasy.com/nyc/image/39/208346639.jpg>>. 79
- Figura 12 – Fachada e piso intermediário do conjunto Pedregulho, Rio de Janeiro. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/album/2015/06/03/restauracao-do-edificio-pedregulho-no-rio.htm#fotoNav=9>>. 80
- Figura 13 – Vista aérea da *École de plein air de Suresnes*, França (1935). Eugène Beaudoin e Marcel Lods, arquitetos. Disponível em:
[www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/plan% 203d.jpg](http://www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/plan%203d.jpg)..... 82

- Figura 14 – Sala de aula com portas sanfonadas da *École de plein air de Suresnes*, França (1935). Disponível em:
<www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/epa_Classesouverte.jpg>..... 83
- Figura 15 – Fachada da loja De Bijenkof, Roterdã, Holanda. Disponível em:<<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=3251609>>..... 86
- Figura 16 – Fachada da Igreja de Notre-Dame do Raincy, França (1923). Disponível em:
<www.bluffton.edu/homepages/facstaff/sullivanm/france/raincy/0051.jpg>..... 87
- Figura 17 – Lever House Building, Nova York, EUA. Imagem à esquerda: [195-]. Disponível em: <<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/564x/53/49/44/5349442fb409c47a39cb9e9d77d38fc0.jpg>>. Imagem à direita: [201-]. Disponível em: <www.crainsnewyork.com/apps/pbcsi.dll/storyimage/CN/20150708/REAL_ESTATE/150709913/AR/0/Lever-House.jpg>..... 89
- Figura 18 – Torre Pirelli, Milão, Itália. Imagem à esquerda após acidente aéreo. Disponível em:
<www.eupolis.regione.lombardia.it/cs/Satellite?blobcol=urldata&blobheader=image%2Fjpeg&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1213304559794&ssbinary=true>. Imagem à direita, após restauro. Disponível em:
<www.worldtravelimages.net/P1060184.JPG>..... 89
- Figura 19 – Curtain wall (antes da restauração) do Lever House, Nova York. Fonte: PRUDON, 2008, imagem colorida 22. 90
- Figura 20 – Curtain wall (após restauração) do Lever House, Nova York. Fonte: PRUDON, 2008, imagem colorida 23. 92
- Figura 21 – Habitat 67, Montreal, Canada. Moshe Safdie, arquiteto. (1967). Disponível em:
<[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/Montr%C3%A9al_-_Habitat_67_\(04\).jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/Montr%C3%A9al_-_Habitat_67_(04).jpg)>..... 99
- Figura 22 – Habitat 67, Montreal, Canada. Moshe Safdie, arquiteto. (1967). Disponível em: <<http://www.habitat67.com/wp-content/themes/habitat67/assets/images/hommage-habitat/habitat67-block1-full-size.jpg>>. 100
- Figura 23 – Construção Habitat 67, Montreal, Canada. Moshe Safdie, arquiteto. (1967). Disponível em:
<<http://assets.dwell.com/sites/default/files/2012/12/22/peart-weisgerber-habitat-67-construction.jpg>>. 100
- Figura 24 – *Manning Portable Cottage*. Residência pré-fabricada desenvolvida por John Manning nos anos 1830 para a colonização britânica. Fonte: SMITH, 2010, p. 6, figura 1.2..... 108
- Figura 25 – Cristal Palace, Londres, Inglaterra, 1851. Disponível em:<https://images.adsttc.com/media/images/51d5/776d/b3fc/4b58/3400/0230/large_jpg/interior.jpg?1372944235>..... 109

- Figura 26 – Weißenhofsiedlung, Stuttgart, Alemanha, 1927. Disponível em: <https://histarq.files.wordpress.com/2013/04/f-stuttgart-weissenhofsiedlung.jpg>. 110
- Figura 27 – Construção do conjunto de edifícios habitacionais “Colina” para os servidores da UnB. João “Lelé” Filgueiras Lima, arquiteto. [196-]. Disponível em www.flickr.com/photos/unb_agencia/34320012775. 113
- Figura 28 – Detalhe da fachada de um dos edifícios funcionais da UnB. João “Lelé” Filgueiras Lima, arquiteto. [196-]. Disponível em: www.arquigrafia.org.br/arquigrafia-imagens/4929_view.jpg. 114
- Figura 29 – Croqui de Klaus Chaves Alberto do protótipo de residências coletivas ‘Caixinha’, Brasília. Oscar Niemeyer, arquiteto. (1962). Disponível em: ALBERTO, 2009, p. 81, figura 1. 115
- Figura 30 – Construção Habitat 67, Montreal, Canada. Moshe Safdie, arquiteto. (1967). Disponível em: <http://assets.dwell.com/sites/default/files/2012/12/22/peart-weisgerber-habitat-67-construction.jpg>. 115
- Figura 31 – *Essendon Primary School*, Hertfordshire, Inglaterra (1948). Disponível em: www.architecture.com/image-library/ribapix/image-information/poster/essendon-primary-school-hertfordshire-the-main-entrance-with-the-hall-on-the-right/posterid/RIBA44177.html. 117
- Figura 32 – *École maternelle de Ferrière*, Martigues, França (1952). Disponível em <http://i.imgur.com/zH9t8.jpg>. 118
- Figura 33 – Grupo Escolar Pandiá Calógeras, São Paulo, 1951. Fonte: BUFFA, 2015, p. 142. 118
- Figura 34 – Fountain Valley High School, Califórnia, Estados Unidos. Disponível em: www.ocregister.com/wp-content/uploads/migration/o3d/o3dgjx-b88649295z.120160301095545000g9hf3tgh.10.jpg?w=810. 120
- Figura 35 – Perspectiva geral do Sistema RAS com a conexão entre todos os componentes, Montreal, Canada. Fonte: CECM, 1977, p. 119. 121
- Figura 36 – Perspectiva da implantação dos pilaretes do sistema SEE, dentro do Projeto RAS, Montreal, Canada. Fonte: CECM, 1977, p. 111. 122
- Figura 37 – *Escuela Vocacional V. I. Lenin*, Cuba (1972). Andrés Garrudo, arquiteto. Disponível em: [http://4.bp.blogspot.com/-3GcWHVBq95A/UA7bxTXtDDI/AAAAAAAAAD8g/0LmLf_fmHbI/s1600/arquitectura-cubana\(00\).jpg](http://4.bp.blogspot.com/-3GcWHVBq95A/UA7bxTXtDDI/AAAAAAAAAD8g/0LmLf_fmHbI/s1600/arquitectura-cubana(00).jpg). 123
- Figura 38 – Planta baixa de escola primária. Oscar Niemeyer, arquiteto. (1963). Redesenho Klaus Chaves Alberto. Fonte: ALBERTO, 2009, p. 82, figura 3. 124
- Figura 39 - Protótipo da Escola Transitória, Abadiânia, Goiás. João ‘Lelé’ Filgueiras Lima, arquiteto. (1983). Disponível em: LIMA, 1984, p. 27, foto 14. 125
- Figura 40 – Esquema de montagem dos elementos da Escola Transitória, Abadiânia, Goiás. João ‘Lelé’ Filgueiras Lima, arquiteto. (1983). Disponível em: LIMA, 1984, p. 76, desenho 31. 126
- Figura 41 – Escola de Pituacú, Salvador. Arquiteto João “Lelé” Filgueiras Lima. Painéis de Athos Bulcão (entre 1986 e 1989). Fonte: LIMA; TOLEDO, 2015. ... 127

Figura 42 – Centro Educacional Unificado (CEU) Inácio Monteiro. São Paulo. Equipe Departamento de Edificações, prefeitura de São Paulo. (2003). Disponível em: http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Images/CEUs_fachadas/1117.jpg	128
Figura 43 – CIEP de Ipanema, 1986. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 91.	133
Figura 44 – Estrutura do CIEP de Ipanema. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 87.	133
Figura 45 – Complexo Educacional de São Gonçalo, 1986. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 96.	134
Figura 46 – Sambódromo antes da demolição parcial. Disponível em: www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/sambodromo%2002.jpg . Acesso em: 20 jul. 2015.	136
Figura 47 – Demolição parcial do sambódromo. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/implosao+de+antiga+fabrica+na+sapucaia+durou+23+segundos/n1597004328870.html . Acesso em: 20 jul. 2015.	136
Figura 48 – Novo sambódromo após reforma. Disponível em: http://imguol.com/c/esporte/2014/08/25/sambodromo-o-sambodromo-sera-palco-das-competicoes-de-tiro-com-arco-e-o-local-da-chegada-da-maratona-olimpica-para-isso-ja-teve-sua-arquibancada-ampliada-1409006133126_956x500.jpg	136
Figura 49 – Croqui feito por Oscar Niemeyer do sistema estrutural do prédio principal do CIEP Padrão. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_ALB_107_01.jpg.	138
Figura 50 – Peças estruturais dos CIEPs. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 112.	138
Figura 51 – Produção das peças estruturais dos CIEPs. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 112.	139
Figura 52 – Apoio pré-fabricado do prédio principal. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 111.	139
Figura 53 – Croqui feito por Oscar Niemeyer dos principais elementos pré-fabricados dos CIEPs. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_CRO_230_01.jpg.	140
Figura 54 – Escola ao ar livre ‘ <i>Openluchtschool</i> ’, Holanda (1931). Johannes “Jan” Duiker, arquiteto. Disponível em: www.reinierdejong.com/wordpress/wp-content/uploads/2011/04/openluchtschool.jpg	141
Figura 55 – Vista aérea da <i>École de plein air de Suresnes</i> , França (1935). Eugène Beaudoin e Marcel Lods, arquitetos. Disponível em: www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/plan%203d.jpg	142
Figura 56 – Croqui feito por Oscar Niemeyer que mostra a escolha de superpor os blocos de salas de aula. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_CRO_230_01.jpg.	143
Figura 57 – A esquerda, <i>École de plein air de Suresnes</i> , França (1935). Eugène Beaudoin e Marcel Lods, arquitetos. Disponível em: www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/Photo_EPA_INSHEA.jpg . A direita, CIEP, Brasil (1983-87). Oscar Niemeyer, arquiteto. Disponível em:	

http://arqguia.com/wp-content/uploads/2015/09/15582PR070810_005D.jpg	143
Figura 58 – Desenho feito por Oscar Niemeyer da fachada do edifício principal, em sua versão compacta. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_CRO_230_06_AB_PHOTOMERGE.jpg.....	144
Figura 59 – Projeto do Prédio Principal dos CIEPs Padrão. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 106.....	144
Figura 60 – Sala de aula em um CIEP Padrão. Fonte: CASTRO, 2009, p. 60.....	145
Figura 61 – Sala de aula em um CIEP Padrão. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 128.....	145
Figura 62 – Projeto do Salão Polivalente dos CIEPs Padrão. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 107.....	147
Figura 63 – Projeto da Biblioteca/Residência dos CIEPs Padrão. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 107.....	147
Figura 64 – Fachada do CIEP ‘compacto’ Dr. Nelson Hungria, Paciência. Fonte: Google Maps, 2011.....	148
Figura 65 – Implantação padrão dos CIEPs. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 104.....	149
Figura 66 – Croqui com possíveis implantações dos CIEPs. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_ALB_107_01.jpg.....	149
Figura 67 – Dois exemplos de CIEP compacto em terreno limitado: A esquerda, CIEP Deputado José Carlos Brandão Monteiro, Penha. A direita, CIEP Doutor Bento Rubião, Rocinha. Fonte: Google Maps, 2015.....	151
Figura 68 – CIEP utilizado como Academia de Bombeiro Militar, Guadalupe. Fonte: Google Maps, março 2010.....	154
Figura 69 – CIEP Leonel de Moura Brizola, Ramos, com biblioteca sem uso e carros estacionados no pátio. Foto: Silvino Marinho, mar. 2017.....	158
Figura 70 – Edifícios originais (em amarelo) do CIEP Coronel Sarmiento, Inhaúma, com anexo (em vermelho). Fonte: Google Maps, 2015.....	158
Figura 71 – Unidade de polícia no terreno do CIEP Presidente Salvador Allende, Vila Isabel. Fonte: Google Maps, 2014.....	159
Figura 72 – Consultório odontológico do Programa Saúde da Família do Governo Federal no pátio do CIEP Henfil, Caju. Foto: Silvino Marinho, mar 2017.....	159
Figura 73 – Centro Municipal de Saúde Fazenda Botafogo, implantado no Centro Médico do CIEP Zumbi dos Palmares, Acari. Fonte: Google Maps, maio 2014.....	160
Figura 74 – UPA em terreno do CIEP Papa João XXIII, Santa Cruz. Fonte: Google Maps, 2016.....	161
Figura 75 – CIEP Thomas Jefferson, Realengo com biblioteca transformada em Conselho Tutelar e novo edifício de Clínica da Família.....	161
Figura 76 – CIEP Doutor Adão Pereira Nunes, Irajá, como biblioteca e ambulatórios originais transformados em Centro de Saúde Municipal. Fonte: Google Maps, 2017.....	161

Figura 77 – Vila Olímpica Clara Nunes implantada em parte do CIEP Zumbi dos Palmares, Coelho Neto. Fonte: Google Maps, 2017.....	162
Figura 78 – Edifícios originais (em amarelo) do CIEP João Batista dos Santos, Cidade de Deus, com ocupação posterior (em vermelho). Fonte: Google Maps, 2015.....	163
Figura 79 – pavilhão do RIBA na Bienal de Arquitetura de Veneza de 2012 que apresentou os CIEPs como inspiração para a arquitetura Britânica. Disponível em: < www.designboom.com/weblog/images/images_2/anita/ARCHITECTURE/addbritish17.jpg >. Acesso em: 15 dez. 2015.....	166
Figura 80 – Inserção de edifício no terreno do CIEP Coronel Sarmento, Inhaúma. Fonte: Google Maps, 2016.....	177
Figura 81 – Inserção de edifício no terreno do CIEP Thomas Jefferson Realengo. Fonte: Google Maps, 2014.....	177
Figura 82 – Biblioteca do CIEP Doutor Adão Pereira Nunes, Irajá, transformada em Centro Municipal de Saúde Enfermeira Edna Valadão, com estacionamento dentro do terreno da escola. Fonte: Google Maps, out. 2015.	179
Figura 83 – Peças estruturais dos CIEPs. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 112.	180
Figura 84 – Fachada do CIEP Henfil, Caju, com a presença de aparelhos de ar condicionados instalados de maneira desordenada. Foto: Silvino Marinho, 2017.	181
Figura 85 – Armadura exposta no CIEP Procópio Ferreira, Del Castilho. Foto: Silvino Marinho, 2017.....	182
Figura 86 – À esquerda, CIEP Lamartine Babo, Campo Grande. Fonte: Google Maps, set, 2015. À direita, CIEP Dr. Ernesto (Che) Guevara, Campo Grande. Fonte: Google Maps, mar, 2017.....	182
Figura 87 – Nota feita por Oscar Niemeyer para os construtores dos CIEPs. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_ALB_254_01.jpg.	183
Figura 88 – À esquerda, CIEP Dr. Ernesto (Che) Guevara, Campo Grande. Fonte: Google Maps, ago, 2011. À direita, CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga, Bangu. Fonte: Google Maps, mai, 2014.....	184
Figura 89 – Paredes internas do CIEP Procópio Ferreira, Del Castilho. Foto: Silvino Marinho, 2017.	185
Figura 90 – Espaço multiuso separado por cortinas acústicas na Escola Fundamental <i>Rosemary Works School</i> , Londres, Reino Unido. Imagem à esquerda, como refeitório. Imagem à direita, como sala de aula. Disponível em: < rosemaryworks.com/gallery/ >. Acesso em: 15 jan. 2018.....	187
Figura 91 – O futuro potencial da política e da prática da preservação do patrimônio. Extraído de: GCI, 2000, figura 2, p. 5, tradução nossa.....	194

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Resumo do Processo da Carta de Burra (<i>Burra Charter Process</i>). Extraído de: AUSTRALIA ICOMOS, 2013g, p. 2, tradução nossa.....	40
Tabela 1 – Número de CIEPs construídos e sua destinação em 2004. Extraído de: RODRIGUES, 2004.	155

SUMÁRIO

Lista de Siglas e Abreviaturas.....	x
Lista de Ilustrações.....	xi
Lista de Tabelas e Quadros.....	xvii
Introdução.....	1
1. Autenticidades e Valores do Patrimônio Cultural.....	5
1.1. Autenticidade.....	6
1.1.1. Autenticidade material.....	6
1.1.2. O Documento de Nara e o questionamento da autenticidade material.....	16
1.1.3. A Lista do patrimônio mundial da UNESCO e as autenticidades.....	22
1.2. Valores do Patrimônio Cultural.....	30
1.2.1. O Culto Moderno dos Monumentos (1903).....	30
1.2.2. A Carta de Burra (1979 – 2013).....	35
1.2.3. Getty Conservation Institute – GCI (1998 – 2005).....	41
1.2.4. Declaração de Interesse Patrimonial de Montreal.....	51
1.3. Considerações parciais.....	60
2. Preservação da arquitetura moderna.....	63
2.1. Sanatorium Zonnestraal.....	71
2.2. Questões teóricas próprias para a conservação da arquitetura moderna.....	77
2.3. Questões técnicas próprias para a conservação da arquitetura moderna.....	95
2.4. Considerações parciais.....	103
3. A pré-fabricação de escolas modernas e os CIEPs.....	106
3.1. A pré-fabricação de edifícios.....	107
3.2. A pré-fabricação de escolas modernas.....	116
3.3. Os CIEPs.....	129
3.3.1. Programa Especial de Educação (PEE).....	129
3.3.2. Escolas de demonstração.....	132
3.3.3. Os CIEPs Padrão.....	137
3.3.4. Os CIEPs hoje.....	156
3.4. Considerações parciais.....	166
4. Processo de Avaliação do Interesse Patrimonial dos CIEPs.....	169
4.1. Avaliação do Interesse Patrimonial.....	170
4.2. Avaliação do Interesse Patrimonial dos CIEPs.....	176
4.3. Declaração do Interesse Patrimonial dos CIEPs.....	188
4.4. Considerações parciais.....	194
Considerações finais.....	197
Referências bibliográficas.....	201
Anexo A – Guia de Aplicação do Processo de Avaliação que leva a formulação de uma Declaração de Interesse Patrimonial: noções, princípios e ferramentas.....	218
Anexo B – Declaração de Interesse Patrimonial, 2118-2124 boul. Gouin Est.....	239
Anexo C – Declaração de Interesse Patrimonial, 10905 rue Berri, Montreal, Canadá.....	243
Anexo D – CIEPs padrão municipalizados do Rio de Janeiro.....	247

INTRODUÇÃO

A ideia de estudar os valores do patrimônio e a preservação da arquitetura moderna surgiu de inquietações provocadas pela Lei Ordinária do Município do Rio de Janeiro Nº 5183, de 7 de junho de 2010. Ela reconhece os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) como patrimônio, tombando-os “para fins de preservação histórica e urbanística [...], por seus valores sociais, históricos e urbanísticos” (RIO DE JANEIRO, 2010).

Uma primeira inquietação surge com o veto ao texto original, que proibia “a construção ou demolição de qualquer edificação que altere a ambiência do exterior dos CIEPs”. A Lei mostra uma contradição quando afirma que a preservação para fins urbanísticos se dá por seus valores urbanísticos, mas não impede a alteração de características urbanas que representam esses valores. Contudo, o parágrafo segundo não foi vetado e permite “a alteração das paredes internas [...] para o caso de complementação das paredes que dividem as salas, e em casos de necessidade de modernização tecnológica” (RIO DE JANEIRO, 2010). Essa complementação já acontecia nos CIEPs antes da lei e agora pode ser realizada com o aval legal. Talvez, o ponto-chave seja a própria incompreensão do que seriam os valores reconhecidos em um bem e quais características representam esses valores.

A hipótese é que ao se utilizar uma metodologia centrada nos valores para o reconhecimento do interesse patrimonial, indo além do foco na dúplici polaridade estética e histórica, permite-se uma ampliação do que pode ser patrimônio, possibilitando que os valores sociais e urbanísticos sejam igualmente reconhecidos. Isto é especialmente significativo no caso da arquitetura moderna, que lutou não apenas por mudanças relacionadas às questões estéticas, mas também técnicas e sociais. As características que representam essas mudanças podem ser mais facilmente reconhecidas quando se consideram outros valores patrimoniais.

Além do objetivo geral de estudar os valores como instrumento para a preservação da arquitetura, a pesquisa tem como objetivos específicos: (1) aplicar o estudo dos valores patrimoniais num caso especial da arquitetura moderna – os CIEPs; (2) compreender o projeto dos CIEPs e perceber outros valores patrimoniais, tais como socioculturais, econômicos, tecnológicos, etc.; (3) determinar valores que podem ser decisivos para a preservação do patrimônio edificado; (4) identificar as características que representam os valores do patrimônio.

Para atingir os objetivos, a pesquisa abordou três assuntos que se relacionam. Primeiramente, o objeto de estudo que são os valores do patrimônio e as diferentes noções de autenticidade. Em seguida, as especificidades da preservação da arquitetura moderna. E então, a pré-fabricação de escolas modernas, característica relacionada com o estudo de caso, os CIEPs.

A pesquisa bibliográfica revelou que autores como France Vanlaethem, Susan Macdonald e Theodore Prudon, por exemplo, sugerem que o reconhecimento da arquitetura moderna como patrimônio e os trabalhos de restauração revelaram especificidades em relação aos princípios de preservação, que foram examinadas pelos organismos internacionais que estudam o tema.

Visando justificar e apoiar a inscrição de bens do patrimônio moderno na Lista do Patrimônio Mundial, o Docomomo sugeriu, em 1997, uma estratégia que pudesse auxiliar a estruturar a avaliação dos pedidos de inscrição usando uma “sequência de aspectos (1. A ideia, 2. forma, espaço e aparência, 3. construção e detalhes, 4. materiais) como um método lógico para auxiliar a estruturar a avaliação” (DOCOMOMO, 1997, p. 10). Enquanto alguns enxergavam essa postura como a ampliação do conceito de autenticidade, outros interpretaram essa sugestão como uma tentativa de desconsiderar a autenticidade material.

O Getty Conservation Institute (GCI) realizou um estudo entre 1998 e 2005 sobre os valores do patrimônio cultural, onde sugere a importância do reconhecimento do maior número possível de valores e que essa abordagem é especialmente interessante para a avaliação do patrimônio moderno.

Durante a pesquisa, alguns assuntos surgiram e foram apresentados aqui como, por exemplo, duas maneiras diferentes de restaurar edifícios altos com fachada tipo *curtain wall*. Apesar dos CIEPs não possuírem esse tipo de revestimento, o assunto foi apresentado ao se considerar a necessidade de debate no Brasil sobre as diferentes interpretações em relação a autenticidade, valores e especificidades da preservação da arquitetura moderna nas intervenções no Lever House e na Torre Pirelli. Um outro assunto apresentado foi a Lista do Patrimônio Mundial. Aparentemente não haveria relação com os CIEPs, mas a possibilidade de inscrição de bens em série na Lista abre a possibilidade de um debate sobre a pré-fabricação na arquitetura moderna e o reconhecimento de um valor específico associado à sua replicação, independentemente da relação do bem individual com o lugar.

A estrutura proposta para apresentar a pesquisa divide o texto em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a autenticidade, como essa noção mudou ao longo do tempo e os debates que culminaram com o Documento de Nara sobre o assunto. Nele também são apresentados os debates sobre valores do patrimônio cultural, desde Alois Riegl, passando pela Carta de Burra, pela pesquisa do GCI e, também, pela experiência de preservação centrada nos valores do patrimônio na cidade de Montreal, Canadá. Em cada assunto foram destacados os pontos mais relevantes com foco na preservação da arquitetura moderna e nos valores. É interessante observar que os estudos mais recentes revelam a ampliação na identificação dos valores e a importância da democratização do reconhecimento do patrimônio com a possibilidade da participação cidadã. No caso da experiência de Montreal no processo de reconhecimento do interesse patrimonial de um lugar, há a participação direta nesse processo não apenas do proprietário e dos usuários, mas também dos moradores do bairro e outros interessados.

A preservação do patrimônio com base nos valores é uma experiência já adotada em alguns países e seu ponto crucial é a compreensão de que, nesta perspectiva, o foco da preservação não deve estar no edifício em si, mas sim nos valores que a coletividade percebe nele. Os valores estão representados em elementos característicos desse bem e eles é quem devem ser preservados.

O reconhecimento dos mais diferentes valores permite uma maior inclusão da coletividade nos processos de identificação e proteção do patrimônio, uma vez que, com esta inclusão, a tendência é de o usuário ter um sentimento de pertencimento, preservando e mantendo o bem.

Já o segundo capítulo apresenta a existência de questões próprias na preservação da arquitetura moderna, entendendo que ‘patrimônio moderno’ se refere a arquitetura cujo valor patrimonial já foi reconhecido. Ele começa apresentando o caso emblemático da restauração do Sanatorium Zonnestraal e, em seguida, são apresentadas algumas questões teóricas e técnicas percebidas em experiências de restauração dessa arquitetura.

Entre as questões específicas da preservação da arquitetura moderna, algumas apontam, por exemplo, que muitos dos edifícios dessa arquitetura usaram novos materiais que se deterioraram muito mais rápido que os materiais tradicionais, exigindo maiores substituições. Além disso, para se preservar e restaurar a arquitetura moderna seria preciso compreender que muitas vezes a intenção do autor é muito importante; que a maneira como

as pessoas percebem a arquitetura moderna pode interferir na sua preservação e que a evidência da idade pode ser positiva para uma ruína medieval, mas pode não ser para um edifício moderno.

O terceiro capítulo será dedicado à apresentação de algumas experiências de pré-fabricação de escolas modernas, incluindo os CIEPs como estudo de caso. Para tanto, o texto começa com a pré-fabricação de edifícios de uma maneira geral e aponta alguns conceitos que podem ajudar a compreender essas escolas. Então será apresentado o projeto dos CIEPs e seu contexto.

O quarto e último capítulo apresenta a Declaração de Interesse Patrimonial, iniciativa da prefeitura de Montreal, Canadá. Esta experiência de preservação é centrada nos valores do patrimônio e seu objetivo é perceber também as características que os representa. Conseqüentemente, todo o processo de gestão do bem é baseado nesses valores.

1. AUTENTICIDADES E VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O objetivo deste capítulo é expor a preservação do patrimônio cultural com foco nos valores. Para isso, serão apresentadas as principais contribuições teóricas sobre o assunto, desde Alois Riegl, em 1903, até as pesquisas realizadas pelo Getty Conservation Institute (GCI), entre 1998 e 2005, passando pela Carta de Burra e suas atualizações. Esta propõe estratégias de salvaguarda centradas nos valores reconhecidos em um bem e não nos bens em si, admitindo que esses valores não são intrínsecos, imutáveis e fixos. Ao observar que os valores são reconhecidos pelas pessoas em um bem, provoca-se uma ampliação tanto do que pode ser chamado de patrimônio, quanto de quem pode reconhecê-lo, admitindo que existam diferentes tipos de patrimônio para diferentes indivíduos ou grupos.

Entretanto, é preciso antes entender que existe uma intrínseca relação entre os valores do patrimônio e a noção de autenticidade, como aponta o Documento de Nara sobre autenticidade, de 1994. Por isso, será inicialmente apresentada a maneira como essa noção se transformou. Dois documentos são apontados como marcos teóricos em relação ao assunto. Não apenas os documentos em si, mas também o contexto em que foram produzidos revelam diferentes noções do termo em cada um deles. O primeiro é a Carta de Veneza, de 1964, que cita explicitamente o termo autenticidade e cujo contexto revela sua intrínseca ligação com a materialidade do monumento. O outro texto é o próprio Documento de Nara que, 30 anos depois da publicação da Carta de Veneza, sugere que a autenticidade não seja baseada em critérios fixos e sim numa variedade de informações não apenas material. Dois textos debatidos durante a conferência de Nara – um de Jukka Jokilehto e outro de Françoise Choay – lembram que o termo autenticidade surgiu no ocidente e seu sentido foi mudando ao longo do tempo, desde sua origem na antiguidade, adquirindo um sentido imutável de verdade material que não existia inicialmente.

A Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO será apresentada como exemplo das mudanças provocadas pelo debate da noção de autenticidade e a influência desses dois documentos patrimoniais – A Carta de Veneza e o conceito de autenticidade desde a origem da Lista em 1972 e o Documento de Nara de 1994, que é utilizado desde 2005 como base para o exame da autenticidade que permite a inscrição na Lista. Os debates em torno da noção de autenticidade revelaram um desequilíbrio nas inscrições da Lista do patrimônio e permitiram o aumento do número de inscrições de realizações do Movimento Moderno. O

presente capítulo serve como fundamentação também para o capítulo seguinte, no qual serão apresentadas as especificidades da preservação da arquitetura moderna.

1.1. AUTENTICIDADE

1.1.1. AUTENTICIDADE MATERIAL

No século XIX, o arquiteto francês Viollet-le-Duc definiu *Restauration* como uma ação completamente diferente do que se fazia até então. Ele admitia a introdução de novos materiais, acréscimos e a adaptação a novas necessidades de programa, mas via como necessário o respeito à ‘unidade arquitetural’ e também ressaltava a importância da pesquisa antes do trabalho de restauração e do perigo da hipótese. Viollet-le-Duc realizou uma extensa pesquisa sobre a arquitetura medieval e sua teoria é conhecida como ‘restauração estilística’, por entender a restauração como um ato de criação artística.

Além da França, outros países reconheceram a importância do trabalho de Viollet-le-Duc, como a Áustria, Bélgica, Espanha, Estados Unidos da América, Holanda, Inglaterra, Itália, México e Portugal, entre outros (JOKILEHTO, 1986, p. 284). Sua teoria dava mais foco à adaptação do edifício para receber um novo uso ou novos componentes, como sistemas de aquecimento e as novas tecnologias da época. Contudo, ele apontava como fundamental “o conhecimento do princípio criador” e o respeito ao estilo de cada época (VIOLLET-LE-DUC, 1854, p. xv). Em seu ponto de vista, a autenticidade estava relacionada com as questões estéticas e funcionais.

Paralelamente, o escritor e crítico de arte inglês John Ruskin escrevia sobre o perigo da *Restauration* francesa. Ele afirmava que, do mesmo modo que é impossível ressuscitar os mortos, também era impossível restaurar qualquer coisa que já tivesse sido uma arquitetura grande e bela. Ele apontava que a cópia poderia levar ao engano e foi fervoroso defensor da verdade material, dedicando-se a esse tema no segundo capítulo de seu livro ‘As sete lâmpadas da arquitetura’ (*The Seven Lamps of Architecture*) (RUSKIN, 1849). Nesse capítulo, sempre usando ilustrações e referências ao Gótico como parâmetro sobre a verdade, Ruskin escreveu sobre a importância da verdade na escolha dos materiais e da estrutura. Por exemplo, a verdade presente na policromia das pedras da fachada e na estrutura de um teto Gótico (RUSKIN, 1849, p. 25-56).

A Inglaterra dessa época foi marcada por um acirrado debate entre os adeptos da *Restoration*, que admitiam a reconstrução da arquitetura original, e os adeptos da *Anti-Restoration*, mais preocupados com a autenticidade material. Aos poucos, estes últimos estabeleceram uma prática mais “conservativa” na Inglaterra, graças aos esforços de John Ruskin e Sir George Gilbert Scott, arquiteto Vitoriano com muitos trabalhos de restauração de igrejas. Sob essas influências, William Morris fundou, em 1877, a ‘Sociedade para a Proteção de Edifícios Antigos’ (*Society for the Protection of Ancient Buildings – SPAB*) que influenciou a base legislativa posterior. O movimento estava preocupado com o tempo histórico e insistia que cada objeto ou construção pertencia a um contexto histórico e cultural específico, devendo então se proteger e conservar o material original, daí surgindo o termo *Conservation* (JOKILEHTO, 1986, p. 298).

As ideias de Viollet-le-Duc – com ponto de vista da autenticidade relacionada com as questões estéticas e funcionais – e John Ruskin – em proteger e conservar o material original – influenciaram muitos países da Europa e cada um desenvolveu uma atitude mais “restaurativa” ou mais “conservativa” durante os séculos XIX e XX.

Apesar de diferentes, algumas vezes os dois termos são usados juntos como é o caso da *European Confederation of Conservator-Restorers' Organisation* (ECCO) que busca, desde 1991, estabelecer princípios comuns para a conservação-restauração na Europa (ECCO, 2001).

A Itália demorou mais tempo que os países vizinhos para desenvolver uma política de preservação dos edifícios medievais e de períodos posteriores, mesmo tendo uma longa história de proteção de monumentos da Antiguidade. Apesar dos esforços de unificação, cada região italiana era politicamente independente durante o século XIX e cada uma desenvolveu sua própria estratégia de preservação de maneira independente, com influência também de outros países. Essas diferentes abordagens provocaram um debate contínuo na busca por uma administração unificada.

É a partir deste debate que surgiu então uma abordagem italiana, baseada em parte nos princípios estabelecidos na restauração de monumentos arqueológicos, em parte no romantismo alemão, nos princípios do governo francês e na abordagem mostrada na Inglaterra por John Ruskin e a SPAB (JOKILEHTO, 1986, p. 329, tradução nossa).

Nos anos 1880, o arquiteto italiano Camillo Boito propôs uma teoria que criticava o restauro estilístico de Viollet-le-Duc e seguia as linhas da conservação, mas fazia ressalvas ao trabalho de Ruskin. Esta teoria é conhecida como ‘restauro filológico’ e é considerada como

uma das bases do moderno restauro italiano. Enquanto outros países ainda adotavam estratégias mais alinhadas com Ruskin ou com Viollet-le-Duc, a Itália, através de Boito, desenvolveu uma nova maneira de fazer o restauro, dentro do processo identitário de unificação do país.

Jukka Jokilehto (1986, p. 337) explica que Boito classificou a arquitetura em três diferentes categorias, de acordo com a idade: antiga, medieval e moderna desde o Renascimento. Cada uma dessas categorias tinha um caráter particular, distintas pela importância arqueológica na primeira, aparência pitoresca na segunda e beleza arquitetural na terceira e, por isso, chamadas respectivamente de *restauro archeologico*, *restauro pittorico* e *restauro architettonico*.

Contido, Beatriz Kühl, apesar de concordar com Jokilehto, apresenta uma conclusão diferente. A autora não salienta a distinção temporal apontada por Jokilehto e afirma que Boito é “um dos autores que tem sido retomado para justificar uma suposta diversidade de método para a restauração da arquitetura moderna” (KÜHL, 2008b, p. 97). Para justificar seu ponto de vista, Kühl defende que, apesar de Boito reconhecer características particulares em cada uma das três fases – *archeologico*, *pittorico* e *architettonico* – “de modo algum se pode inferir pelas palavras do autor que existam princípios de restauração diferentes para edifícios de épocas distintas” e que ele preconiza “uma coerência de princípios para todas as obras” (KÜHL, 2008b, p. 97-98) como diferenciar o antigo do novo e os diferentes materiais de construção, com foco na autenticidade material e no perigo da falsificação.

No entanto, Jokilehto explica que, para Boito, todas as partes dos monumentos da antiguidade tinham uma importância intrínseca, mesmo as mais modestas, tendo a arqueologia um papel fundamental nessa categoria; e os trabalhos de restauração deveriam preservar o que restava do monumento original. Já para os monumentos medievais, seria necessária em alguns casos a reparação, a consolidação ou até a substituição de algumas partes se a deterioração fosse muito grande, garantindo uma estrutura sólida. O mais importante para os edifícios medievais era a mínima intervenção, mas garantindo uma unidade estilística. Na categoria dos edifícios recentes, Boito admitia a substituição de certos elementos deteriorados, considerando a facilidade de se reproduzir certas formas já que a técnica construtiva ainda era a mesma, contudo não seria possível a substituição de partes com valor histórico e arqueológico, com exceção para reconstruções excepcionais quando houvesse documentação clara para justificar, como desenhos originais ou pinturas antigas.

Ele também admitia a demolição de adições sem valor histórico ou estético, consideradas espúrias (JOKILEHTO, 1986, p. 337).

Boito reafirma os fundamentos da distinguibilidade, da mínima intervenção e propôs princípios básicos gerais de intervenção para os monumentos de todas as épocas, como afirma Kühl (2008b, p. 97-98). Entretanto, ele propõe diferentes “restauros” segundo a técnica construtiva e a unidade de estilo, sendo uma abordagem mais “conservativa” para os monumentos antigos, mais “restaurativa” para os monumentos medievais e uma mistura entre a restauração e a conservação, analisados caso a caso, para os monumentos recentes.

A questão da autenticidade em Boito é fundamentalmente material, baseada em Ruskin, entendendo o monumento como um documento histórico, mas considerando a questão estética. A preocupação de Kühl é explicar que Boito propôs que é “essencial respeitar escrupulosamente todas as estratificações da obra e o documento histórico” (KÜHL, 2008b, p. 98). Isto é, as modificações sofridas pelos monumentos ao longo do tempo deveriam ser consideradas pela dicotomia antiguidade-beleza. Apesar de considerar os monumentos como documentos, ele admitia a preservação de uma estratificação menos antiga, contanto que essa fosse mais bela.

Entretanto, ao considerar apenas as questões documentais da obra, as teorias de Boito mostraram limites com as devastações geradas pela Segunda Guerra Mundial. “Dada à vastidão das destruições, mostrou-se a insuficiência de considerar apenas as questões documentais da obra, não trabalhando, concomitantemente, com meios conceituais mais elaborados para lidar com os aspectos figurativos” (KÜHL, 2013, p. 28). Como será apresentado a seguir, muitas áreas históricas urbanas europeias foram reconstruídas, a partir da motivação da comunidade, não considerando apenas a dicotomia antiguidade-beleza e o valor documental dos monumentos, mas também valores sociais e simbólicos.

O arquiteto, urbanista e engenheiro Gustavo Giovannoni foi professor de restauração dos monumentos históricos e desenvolveu os conceitos de Boito. Ele esteve principalmente preocupado com o conflito entre o desenvolvimento das necessidades da vida moderna e a preservação dos monumentos e cidades históricas. A partir de 1913, ele desenvolveu a teoria do *diradamento edilizio*, literalmente ‘desbastamento de edificações’, em que propõe a preservação de áreas históricas, mantendo grandes vias fora desse perímetro, mas permitindo a demolição individual de alguns edifícios ou conjuntos dentro dessa área para a construção de novos edifícios (KÜHL, 2013).

O *restauro*, segundo Giovannoni, deve se preocupar primeiramente com a questão construtiva e estética, com a preservação da autenticidade material da estrutura e o respeito a todos os períodos artísticos significativos do monumento. Consequentemente, sua teoria vai de encontro à teoria de Viollet-le-Duc, acusando-o de provocar falsificações, e se aproximando da teoria de John Ruskin e sua preocupação com a autenticidade material.

A Primeira Guerra Mundial provocou uma extensa destruição em diversas cidades europeias e diferentes estratégias foram adotadas, provocando um amplo debate. Jokilehto cita o exemplo da cidade de Ypres, na Bélgica, que foi intensamente destruída. Três possibilidades foram debatidas: manter tudo como ruína como um memorial da destruição; aproveitar e construir um novo modelo urbano; ou reconstruir tudo como antes da guerra (JOKILEHTO, 1986, p. 398).

A proposta de reconstrução prevaleceu, considerando outros valores além do respeito aos edifícios como documento. Muitos edifícios foram reconstruídos, a partir de documentos originais e considerados como uma réplica, não uma falsificação. Contudo, outros foram reconstruídos, mesmo não havendo material original ou documentação suficiente para uma intervenção de conservação ou de restauração.

A escolha pelo restauro considerando apenas a autenticidade material não foi respeitada na reconstrução dessas cidades, onde outros valores sociais e simbólicos foram mais importantes para a comunidade naquele momento.

O começo dos anos 1930 foi marcado pelo que France Vanlaethem (2014, p. 37) chama de “divergência entre o movimento patrimonial e o Movimento Moderno”, a partir de dois encontros internacionais acontecidos na cidade de Atenas, na Grécia.

Em 1931, a Sociedade das Nações realizou o Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. O resultado do encontro foi chamado de ‘Carta do Restauro’, hoje conhecida como ‘Carta de Atenas para a Restauração de Monumentos Históricos’. O documento contempla tanto a restauração quanto a conservação dos monumentos. O grupo propôs a cooperação entre os países, com a promulgação de legislações nacionais para a proteção dos sítios históricos e área próxima, assim como recomendou que os projetos de restauração considerassem outras opiniões e críticas, para evitar a perda do caráter e dos valores históricos dos monumentos.

Entre suas conclusões, a Carta, que teve Giovannoni como protagonista, recomenda a restauração apenas em casos indispensáveis, como degradação ou destruição, respeitando o estilo de cada época. Recomenda também a elaboração de legislações nacionais que protejam monumentos de interesse histórico, artístico ou científico. Além disso, recomenda o uso judicioso de materiais modernos. Por fim, faz diversas recomendações quanto à escolha entre a conservação e a restauração, segundo o caso (ICOMOS, 1931). A Carta não faz nenhuma referência ao termo ‘autenticidade’.

Em 1933, aconteceu o quarto Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). A primeira versão publicada de suas conclusões é conhecida como a ‘Carta de Atenas do CIAM’. Foi publicada anonimamente em 1941 e redigida por Le Corbusier (1993). Profissionais da arquitetura e do urbanismo modernos debateram o tema ‘A cidade funcional’. Queriam uma mudança radical para as cidades, a incorporação de novas tecnologias, o desenvolvimento de um novo modo de vida que permitisse uma constante mudança.

A Carta foi organizada em 95 parágrafos, divididos em introdução, uma crítica ao estado das cidades na época e uma conclusão. A parte central do texto divide a crítica às cidades em cinco temas: habitação, lazer, trabalho, circulação e patrimônio histórico. Seis parágrafos são dedicados ao patrimônio histórico das cidades e recomendam a preservação de edifícios isolados ou conjuntos urbanos pelos seus valores históricos e sentimentais, contanto que correspondessem a um interesse geral, não comprometessem a salubridade, o bem-estar e a saúde moral do indivíduo.

O texto também orienta que o crescimento das cidades não deve destruir os verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais e, por isso, centros de atividade intensas e vias de circulação deveriam ser desviadas para se evitar demolições desnecessárias. No entanto, ainda afirma que a destruição de casas insalubres e cortiços ao redor de monumentos de valor histórico é lamentável, pois destrói uma ambiência secular, todavia afirma que seria inevitável, aconselhando a introdução de áreas verdes nesses locais.

O último parágrafo conclui que não é possível voltar no tempo e que “o emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, tem consequências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma” (LE CORBUSIER, 1993, §70).

Essas duas posturas opostas, de 1931 e 1933, foram representadas pela posição de duas personalidades: de um lado Giovannoni e o ‘movimento patrimonial’ e, do outro, Le Corbusier e o ‘Movimento Moderno’. Enquanto isso, no Brasil, as pessoas vinculadas à arquitetura moderna trabalhavam pela preservação patrimonial, provocando um paradoxo único em relação ao cenário internacional. Márcia Chuva (2009, p. 91) fala na associação entre modernidade e tradição ao se referir a esse modo próprio e peculiar que se consolidou no Brasil através dos discursos e práticas nacionalistas de proteção do patrimônio.

A estrutura atual da preservação do patrimônio no Brasil nasceu da relação entre dois interesses. De um lado, o grupo dos artistas intelectuais da Semana de 1922, que buscava uma arte moderna embebida por uma tradição brasileira. Do outro lado, o governo de Getúlio Vargas, que buscava a construção de uma nova imagem para o país, dentro de um projeto nacionalista. A relação entre os modernistas e o governo aconteceu desde o começo da “Era Vargas”, tendo como um dos principais frutos o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir do Decreto-lei nº 25 de 1937, ainda em vigor (FONSECA, 2005).

Os esforços para a definição de estratégias internacionais para a proteção do patrimônio após a Primeira Guerra Mundial, como a Carta de Atenas de 1931, não foram suficientes para surtir efeito de proteção na Segunda Guerra Mundial. Logo após seu final, muitas cidades começaram os trabalhos de reconstrução. Jokilehto (1986, p. 409) cita como exemplo a cidade de Varsóvia, na Polônia, que teve 75% de seus edifícios destruídos, sendo 95% deles considerados edifícios históricos. Apesar das pesquisas em documentos antigos como referência, os trabalhos de reconstrução não consideraram os edifícios apenas pelo seu valor documental, mas havia principalmente uma preocupação com a identidade nacional e o reforço da autoestima de uma comunidade muito fragilizada emocionalmente. A imagem exterior dos edifícios foi mantida, seguindo uma unidade arquitetural, mas foram feitas importantes modificações internas para receber novas necessidades de programa e de instalações, bem como a inserção de novos materiais, como o concreto armado.

Essa postura mais próxima da teoria de Viollet-le-Duc foi adotada em várias cidades europeias. Em algumas, foram construídos edifícios modernos, mesmo dentro das áreas centrais históricas. Outras, como Saint-Malo, na França, foram reconstruídas como réplicas. Do mesmo modo que na Primeira Guerra Mundial, a autenticidade não foi interpretada apenas com o foco na materialidade, onde outros valores sociais e simbólicos foram mais importantes para a comunidade naquele momento.

Os debates que seguiram essa fase de reconstrução após a Segunda Guerra provocaram mudanças nas teorias de preservação da época. Surgiu então o *restauro crítico* na Itália, que teve a contribuição de muitos intelectuais da história da arte e à restauração italiana, como Benedetto Croce, Giulio Carlo Argan, Roberto Pane, Renato Bonelli e Cesare Brandi. Este último desenvolveu, nos anos 1960, uma teoria a partir dessa e outras contribuições anteriores, encontrando soluções práticas para a restauração das obras de arte como a reintegração de lacunas (JOKILEHTO, 1986, p. 412-417), unindo as recomendações do restauro filológico e a preocupação documental com os aspectos figurativos da obra (KÜHL, 2013, p. 28-29).

O restauro crítico, “ao mesmo tempo em que acolhe os princípios fundamentais do restauro filológico – de respeito pelas várias estratificações do bem e de diferenciar a ação contemporânea –, também os associa ao tratamento da dimensão formal das obras”. A participação direta dos teóricos do restauro crítico teve um papel central na internacionalização de suas teorias através da Carta de Veneza “herdeira direta do restauro crítico e, indiretamente, também da teoria brandiana” (KÜHL, 2010, p. 295).

A Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração dos Monumentos e Sítios foi o resultado do Segundo Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza, na Itália em 1964. O texto cita explicitamente a autenticidade quando reforça o dever de se preservar as obras monumentais e “transmiti-las na plenitude de sua autenticidade”, apesar de não definir o termo. Isso provocou dificuldades de interpretação em certos países, especialmente fora da Europa e sua influência. A Carta define que a Restauração “tem por objetivo conservar e revelar os valores estético e histórico do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e documentos autênticos” (ICOMOS, 1964).

Não apenas fora da Europa, mas mesmo na Itália existe uma pluralidade no campo da restauração, existindo “correntes não-brandianas (e até mesmo antibrandianas)” (KÜHL, 2008b, p. 98).

Deve-se especificar que as formulações do autor [Brandi] sobre o restauro nunca foram unanimidade, assim como nunca houve homogeneidade total no campo, mas isso não significa superação do pensamento brandiano; no máximo, discordância e pluralidade (KÜHL, 2008b, p. 99).

Sobre a pluralidade no campo da restauração, Beatriz Kühl (2008b, 81) aponta três vertentes principais, dentro das tendências “que possuem de fato caráter cultural”.

Uma delas é chamada por Carbonara de ‘crítico-conservativa e criativa’ e por Gaetano Miarelli Mariani de ‘posição central’. Segundo Kühl, os dois autores são vinculados a essa vertente, que é “alicerçada na teoria brandiana e na releitura de aspectos do chamado *restauro crítico*”. A visão também é compartilhada pela autora e lembra que esta vertente “devota grande atenção aos valores documentais e formais da obra de arte como imagem figurativa” (KÜHL, 2008b, 82).

Uma segunda vertente é chamada ‘pura conservação’ ou ‘conservação integral’ que privilegia a instância histórica (KÜHL, 2008b, p. 82). Nessa postura, é fundamental a manutenção constante do objeto, com a eliminação das causas da deterioração e a remoção de patologias e sujeiras. Segundo a autora, “não se trabalha através de uma relação dialética entre as instâncias, pois a conformação decorre também da passagem do objeto pelo tempo e a historicidade deve ser respeitada de modo absoluto, sendo a matéria preservada tal qual chegou aos dias de hoje” (KÜHL, 2008b, p. 83).

A terceira e última vertente apontada pela autora é chamada de ‘manutenção-repristinção’ ou ‘hipermanutenção’ que, como o próprio nome diz, prioriza as manutenções e integrações, incluindo as técnicas originais, e, conseqüentemente, mantendo a configuração original do objeto. Na necessidade de refazimento de superfícies que se degradam mais rapidamente, como argamassas de revestimento e pinturas, essas deveriam ser utilizadas as técnicas originais (KÜHL, 2008b, p. 86-87).

Beatriz Kühl lembra que algumas controvérsias aconteceram entre essas vertentes, especialmente nos anos 1970. Um exemplo é a compreensão de que superfícies que se deterioram mais rapidamente, como argamassas de revestimento e pinturas, são tratadas como “superfície de sacrifício”. Durante sua defesa da ‘posição central’, a autora aponta algumas preocupações principais em relação às intervenções. Uma delas é em relação às falsificações. Essa preocupação conservativa tem uma forte ligação com Ruskin e sua busca pela verdade, sendo uma postura presente também na teoria brandiana. Uma prática condenada por Brandi, considerada uma “restauração fantasiosa”, é o *restauro de repristinção* (BRANDI, 2008, p. 60). O resgate de um estado anterior ou original da obra de arte faria com que ela “voltasse no tempo”, desrespeitando a instância histórica.

Os principais documentos e recomendações do *restauro italiano* foram desenvolvidos por simpatizantes do *restauro crítico* ou ‘posição central’. Entretanto, a autora lembra que “nos últimos anos têm ocorrido uma retomada de diálogo entre as várias

tendências” (KÜHL, 2008b, p. 87). Esse diálogo também aconteceu, não apenas dentro do movimento patrimonial, mas também em relação a outras disciplinas.

Deve-se lembrar que desde o momento em que as teorias de Brandi e do restauro crítico foram formuladas, o interesse da preservação alargou-se, mostrando a repercussão de renovadas correntes historiográficas, da antropologia e da sociologia, com maior atenção aos vários aspectos e documentos que suportam a cultura material, voltando-se não mais apenas para aquilo que era entendido como “obra de arte”, mas também às obras modestas que com o tempo assumiram conotação cultural (KÜHL, 2008b, p. 89).

Além do aumento do diálogo dentro do ‘movimento patrimonial’, nas últimas décadas do século XX, a oposição em relação ao Movimento Moderno foi desaparecendo e cada vez mais especialistas em preservação do patrimônio foram percebendo a importância de se preservar bens da arquitetura moderna. Essa aproximação foi oficializada internacionalmente em 1992, quando foi firmado um acordo de colaboração entre o ICOMOS e o Docomomo (VANLAETHEM, 2014, p. 37-38).

Apesar do reconhecimento da importância da preservação da arquitetura moderna por diferentes organismos, não houve uma unanimidade quanto a maneira como esta preservação deveria acontecer.

Por um lado, a Carta de Veneza de 1964 cita explicitamente a autenticidade quando reforça o dever de se preservar as obras monumentais e “transmiti-las na plenitude de sua autenticidade”. A Carta define que a Restauração “tem por objetivo conservar e revelar os valores estético e histórico do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e documentos autênticos” (ICOMOS, 1964). Por outro lado, profissionais da conservação da arquitetura moderna apontam a existência de conflitos quando se percebe a autenticidade apenas do ponto de vista material.

Parece que o que estamos interessados em conservar é a verdade dos materiais dos quais um edifício foi construído, a verdade para com o projeto arquitetônico e sua integridade estética resultante e o reconhecimento do passado do edifício. Isso funciona muito bem para muitos projetos de construção tradicional, mas como isso pode ser aplicado aos tipos de edifícios modernos e onde ficam os conflitos percebidos? (MACDONALD, 1996, p. 90, tradução nossa).

1.1.2. O DOCUMENTO DE NARA E O QUESTIONAMENTO DA AUTENTICIDADE MATERIAL

Apesar de sua importância indiscutível, a Carta de Veneza está envolta em controvérsias. Os Estados Unidos foram o único país a não assinar o texto final, mas a Austrália, desde o início, alegou dificuldades em adotar suas recomendações, propondo então a Carta de Burra. Ao longo dos anos, surgiu a necessidade de se adotar textos complementares para assuntos que não eram contemplados pela Carta, como cidades e bairros históricos, em 1975.

Nos anos 1990, foram questionadas as noções adotadas internacionalmente na preservação do patrimônio, principalmente o conceito de autenticidade. Essas discussões aconteceram, não por acaso, no trigésimo aniversário da Carta de Veneza de 1964. O Documento de Nara sobre autenticidade, de 1994, é um dos principais resultados desse período de debates.

Beatriz Kühl afirma que esse documento “não possui caráter indicativo ou prescritivo das cartas”, lembrando que não substituiu a Carta de Veneza e “cujo objetivo é expor uma dada discussão e dar subsídio a ela”. Chega a usar nossas raízes culturais latinas e não anglo-saxãs, nem orientais, para justificar que:

Pelo menos por nossa filiação cultural, independente ou não de um presumido “eurocentrismo”, estamos mais próximos da Carta de Veneza, no que se refere a aspectos de autenticidade e materialidade dos bens, do que certas colocações feitas durante a Conferência de Nara ou presentes na Carta de Burra (KÜHL, 2008b, p. 26-27).

Entretanto, vale lembrar que os debates ocorridos na Conferência de Nara e o documento resultante dela, têm grande importância no cenário internacional, a ponto de mudar a noção de autenticidade da UNESCO, que incorporou o Documento de Nara como anexo às ‘Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial’ da UNESCO (2005), provocando um grande impacto na gestão da Lista do Patrimônio Mundial.

A Conferência de Nara, no Japão, foi organizada pela UNESCO, ICCROM, ICOMOS e pela Agência para negócios culturais – vinculada ao Ministério japonês da educação, da cultura, dos esportes, das ciências e da tecnologia. Serão analisados aqui dois ensaios que subsidiaram as deliberações durante a conferência para a produção do Documento de Nara e que podem contribuir para a compreensão da maneira como o termo ‘autenticidade’ mudou ao longo do tempo, especialmente em relação ao seu sentido original.

Um dos textos é de Jukka Jokilehto (1995), intitulado “Autenticidade: um quadro geral para o conceito” (*Authenticity: a General Framework for the Concept*); e o outro é de Françoise Choay (1995), intitulado “Sete proposições sobre o conceito de autenticidade e seu uso na prática do patrimônio histórico” (*Sept propositions sur le concept d’authenticité et son usage dans la pratique du patrimoine historique*). Ambos buscaram a origem do conceito de autenticidade e mostraram que essa noção vem mudando ao longo da história, mostrando a necessidade de uma noção mais ampla do termo.

Jokilehto (1995) começa afirmando o contraste da questão da autenticidade em relação às atividades da moderna restauração com os conceitos de reprodução contínua de sociedades tradicionais, referindo-se ao Japão, anfitrião da conferência e questionador da interpretação de autenticidade dada pelos órgãos internacionais UNESCO, ICOMOS e ICCROM.

O autor buscou as origens do conceito, começando pela etimologia das palavras ‘autêntico’ (*authentic*) e ‘idêntico’ (*identical*). A palavra ‘autêntico’ deriva do grego *authentikòs* ou *autòs* (*the same*, o mesmo) e do latim *auctor* ou *auctoritas* (*authority*, autoridade). Autêntico se refere à original em oposição à cópia e à real em oposição à fingimento ou falsificação. A palavra latina para ‘*the same*’ (o mesmo) é *idem*, que é a raiz de *identitas* ou identidade, que se refere à qualidade da pessoa ou do lugar. Por outro lado, *idem* também significa idêntico (*identical* ou *the same*), concordando inteiramente com construção material, qualidade ou significado. Em grego, ser idêntico (*being identical*) se refere a *to tautòtes* ou *tò autò*, tautológico, ou seja, a mesma ideia, mas de formas diferentes.

O autor lembra que o conceito de autêntico no sentido de verdade, sincero ou original aparece em vários contextos na história, em referência a um material original ou a um documento com um selo oficial que o torna autêntico (JOKILEHTO, 1995, p. 18-19).

Enquanto autêntico (*authentic*) refere-se a um evento específico e único, o termo idêntico (*identical*) refere-se a um evento universal. Autêntico é autônomo, não depende de outros; enquanto idêntico é representativo de uma classe com a mesma propriedade, significado, cópia (JOKILEHTO, 1995, p. 17-18).

Ser autêntico não dá um valor em si; deve ser entendido como a condição de um objeto ou de um monumento em relação a suas qualidades específicas. A obra de arte ou monumento precisam ser reconhecidos em seu contexto, e os valores relevantes definidos como uma base para o tratamento. A autenticidade não pode ser adicionada ao objeto; ela só

pode ser revelada na medida em que ela existe. Os valores, em vez disso, estão sujeitos a processos culturais e educacionais e podem mudar ao longo do tempo (JOKILEHTO, 1995, p. 19, tradução nossa).

O texto segue mostrando que a noção de autenticidade, mudou ao longo do tempo, segundo o contexto. Para explicar essas mudanças, no contexto das obras de arte, o autor usa os três períodos distintos – ‘era tradicional’, ‘era da coleção’ e ‘era da reprodutibilidade técnica’ – propostos por Walter Benjamin (2012). Benjamin lembra que as obras de arte sempre foram reproduzidas manualmente e com três propósitos principais: pelos mestres para a difusão; pelos discípulos como exercício e por terceiros interessados no lucro, todos buscando a imitação (BENJAMIN, 2012, p. 180).

No contexto tradicional primitivo, “a arte era inicialmente vista a serviço do culto – mágico ou religioso – que era vivo e mutável” (JOKILEHTO, 1995, p. 27). A noção de autenticidade não estava associada à singularidade de um objeto único. Só a partir do século XVIII, a noção de autenticidade, a dimensão histórica passou a ser cada vez mais valorizada, assim como a autenticidade material. Jokilehto (1995, p. 29) lembra que, segundo Benjamin, o conceito de autenticidade passou a ser mais relevante para a sociedade contemporânea, tendo em vista as novas tecnologias e as técnicas de reprodução, especialmente em relação à arte produzida por técnicas mecânicas modernas, como a fotografia e o filme. A arte reproduzida mudou a noção de ‘original’, não existindo mais no mesmo sentido que no passado. Então o autor conclui que “a existência da autenticidade e seu contexto constituirão a base para a medição de valores culturais relevantes” (JOKILEHTO, 1995, p. 32).

Enquanto Jukka Jokilehto fez um alerta mais brando em relação à mudança do conceito de autenticidade e o papel dos valores, Françoise Choay fez proposições mais contundentes.

Ela começa observando que o termo autêntico, em grego, designa alguém que faz alguma coisa com as próprias mãos, também alguém que mata outro ou a si mesmo com as próprias mãos e ainda alguém que tem autoridade (CHOAY, 1995, p. 102). A autora aponta que a origem da noção de autenticidade está vinculada à autoridade de textos normativos no campo do direito e da religião. A autoridade desses textos é reconhecida pelas instituições que o emite, independentemente de seu conteúdo ou significado.

Em relação à proteção, à conservação e à restauração do patrimônio histórico, a noção de autenticidade não apresenta um consenso ou uma definição inequívoca e a significação dada a essa noção, apresenta diferentes considerações segundo as culturas,

grupos sociais e profissionais interessados. Para Choay, a busca por um consenso e uma só interpretação para esse conceito deve começar pela sua origem e história, especificamente a história ocidental que a elaborou (CHOAY, 1995, p. 101). A autora aponta que no direito canônico, a ‘autenticidade’ designava a autoridade de um texto normativo, enquanto ‘inautenticidade’ só se aplicava à falsificação deliberada ou à cópia errada de um texto autêntico. Na Idade Média, por conta das falsificações, surgiram as assinaturas, carimbos e selos como critérios de autenticidade. Depois do Renascimento, o termo autenticidade passou a fazer parte do cotidiano e sua acepção original foi distorcida, sofreu múltiplas alterações, possuindo muitas vezes uma ideia de verdade e de qualidade física ou moral e até mesmo um valor ontológico (CHOAY, 1995, p. 101-103).

Choay afirma que diversas disciplinas transpuseram a noção de autenticidade dos textos para os objetos materiais e durante o século XIX a disciplina de restauração dos monumentos adotou o conceito a partir do campo da arqueologia e da história da arte. Ela constata que essa transferência não levou em consideração três condições negativas. A primeira consideração é que a autenticidade não é subjetiva, mas emana de uma autoridade institucional. A segunda é que o conceito de autenticidade não tem um significado fixo, pois ele muda ao longo do tempo e é permanentemente submetido a transformações por parte de indivíduos e de grupos estabelecidos. A terceira consideração negativa é que, diferente de um texto, não se pode fixar o estado de um objeto como sendo seu “estado ideal”, já que ele não para de mudar. Ao fazer essa terceira consideração, Choay chama a atenção que, por causa desse dilema da transformação permanente do objeto no tempo, pode-se cair na retórica criticada em Viollet-le-Duc (CHOAY, 1995, p. 104).

Alguns exemplos dados pela autora mostram a dificuldade de se fixar o que é autêntico. A Estoa de Átalo, em Atenas, Grécia, é um falso, construído originalmente no século II a.C. e reconstruído nos anos 1950. Já a reconstrução ritual do Santuário de Ise, na cidade de Ise, Japão, não é uma reconstituição. O mais sagrado santuário xintoísta, dedicado à deusa do Sol, é reconstruído a cada 20 anos para manter a sua pureza. Cidades e áreas centrais históricas europeias reconstruídas após a Segunda Guerra, como Varsóvia, Polônia, não poderiam reivindicar autenticidade se o conceito de autenticidade não fosse aplicado de maneira relativa (CHOAY, 1995, p. 105).

Não apenas existe dificuldade em se estabelecer o que é autêntico, principalmente com base na conformidade material e morfológica, mas também é difícil estabelecer a inautenticidade. “De fato, na prática atual do patrimônio histórico, o conceito, ou melhor, o

não-conceito de autenticidade é tão vago que permite todas as manipulações e aprova procedimentos antitéticos”. Ela cita dois exemplos na Itália: o clareamento da fachada do Palazzo Te, em Mântua, e a injeção de produtos químicos para fixar a fachada do Palazzo della Ragione, em Pádua (CHOAY, 1995, p. 106).

A autora lembra os quatro critérios de autenticidade apontados pelas ‘Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial’ da UNESCO. Para fazer parte da Lista do patrimônio mundial o monumento, conjunto ou sítio deve responder ao ‘critério de autenticidade’ em relação a sua concepção, material, execução e entorno. Choay afirma a noção de autenticidade, em sua origem associada à autoridade e de referência, quando baseada nesses critérios não apresenta um valor operacional, sendo uma noção de ordem semântica e não prática (CHOAY, 1995, p. 106).

O Documento de Nara sobre autenticidade, de 1994, se reconhece como uma extensão conceitual da Carta de Veneza de 1964 e marca um momento do reconhecimento internacional da necessidade de se ampliar as noções em matéria de conservação do patrimônio para garantir a diversidade de culturas e de patrimônios, especialmente em relação ao conceito de valor e autenticidade.

Ele lembra que a conservação do patrimônio histórico, sob todas as suas formas e todas as épocas, encontra sua justificativa nos valores que atribuímos a esse patrimônio. O conhecimento, a compreensão e a interpretação desses valores em relação às características originais do patrimônio e sua significação são requisitos básicos para assegurar todos os aspectos da autenticidade (ICOMOS, 1994, § 9).

O Documento de Nara reconhece a importância da autenticidade segundo a Carta de Veneza e como critério para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Entretanto, afirma que a globalização e a homogeneização podem suprimir culturas minoritárias e a autenticidade tem um papel essencial para a conservação e o respeito a todas as facetas da memória coletiva da humanidade. A credibilidade das fontes de informação pode variar de cultura para cultura, até mesmo dentro de uma mesma cultura e, por isso, não é possível basear o julgamento de valores e autenticidade em critérios fixos (ICOMOS, 1994, § 10-11).

O Documento conclui que cada obra deve ser considerada de acordo com critérios que caracterizam o contexto cultural ao qual ela pertence e que é da mais alta importância e

urgência que sejam reconhecidas em cada cultura essas características específicas, relacionando-se aos valores do patrimônio, bem como sua credibilidade e confiabilidade das fontes de informação a seu respeito. Dependendo do contexto cultural, o julgamento de autenticidade está vinculado a uma variedade de fontes de informação que incluem forma, material, uso e função, tradição, técnica, situação, localização, espírito e expressão, estado original e evolução histórica, em suas dimensões específicas no plano artístico, técnico, histórico e social (ICOMOS, 1994, § 11-13).

O Documento de Nara provocou o reconhecimento internacional de diferenças culturais em relação ao patrimônio de cada país, mas também com relação a outros patrimônios pouco considerados até então, com o reconhecimento da arquitetura moderna como patrimônio, por exemplo.

Segundo Prudon (2008, p. 65), tanto a Carta de Burra quanto o Documento de Nara ampliaram a compreensão de autenticidade indo além da integridade material e pensando nos desafios para se preservar a integridade do processo – tradicional, funcional, técnico e artístico – que dão forma e substância ao material.

Vinte anos depois, em 2014, foi redigido o “Nara +20: sobre as práticas do patrimônio os valores culturais e o conceito de autenticidade”. O texto relembra os compromissos do Documento de Nara 1994 e aponta cinco pontos relevantes com base nas experiências da aplicação prática dos vinte anos anteriores (JAPAN ICOMOS, 2014):

1. A diversidade do processo do patrimônio – devendo considerar os processos sociais e as percepções de autenticidade afetados por padrões e tecnologias emergentes;
2. As implicações da evolução dos valores culturais – que levou ao questionamento da validade dos princípios universais de preservação e a identificação de valores não reconhecidos anteriormente e exigindo uma avaliação constante do processo;
3. O envolvimento das múltiplas partes interessadas – em quantidade maior de indivíduos, grupos e organizações interessadas nas questões patrimoniais, que há 20 anos, especialmente com o uso da internet. Conseqüentemente, fazem-se necessárias metodologias de identificação de direitos, responsabilidade, representantes e níveis de participação das comunidades;

4. As reclamações e interpretações conflitantes – que devem ser tratadas com respeito nos casos que pareçam estar em conflito, sendo necessário o desenvolvimento de métodos de construção de consenso;
5. A contribuição do patrimônio cultural no desenvolvimento sustentável – incluindo nesta noção a preservação do patrimônio e a participação equitativa nos benefícios socioeconômicos, sendo necessário a identificação da integração das comunidades nesse processo de desenvolvimento.

1.1.3. A LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO E AS AUTENTICIDADES

A Lista do Patrimônio Mundial representa um dos mais importantes exemplos do esforço internacional para a preservação do patrimônio. Os debates periódicos refletem a maneira como um determinado assunto era compreendido naquele momento, e a análise dos diferentes documentos ao longo do tempo mostra a maneira como o que é chamado de patrimônio vem mudando desde a sua origem.

Em 1972, foi adotada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (UNESCO, 1972), por iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Convenção estabeleceu a importância de proteger, registrando numa lista, os bens patrimoniais mais significativos para a humanidade, agrupados em Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural. Ao assinar esse documento, o Estado membro se compromete a garantir a identificação, a proteção, a conservação, a valorização e a transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural situado em seu território. O texto afirma que um Comitê do Patrimônio Mundial definirá os critérios de inscrição na Lista (UNESCO, 1972).

Em 1977, aconteceu a primeira reunião do Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Em sua introdução, o texto reconhece que “o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão entre os bens inestimáveis e insubstituíveis, não só para cada nação, mas para a humanidade como um todo” (UNESCO, 1977, §1). O texto aponta que muitos bens estão em perigo de deterioração e desaparecimento e que cada Estado membro signatário da Convenção de 1972 deve proteger seu patrimônio, mas que para fazer parte da Lista do Patrimônio Mundial o bem precisa ter

um ‘valor universal excepcional’ de acordo com alguns critérios. A definição de ‘valor universal excepcional’ seguia o princípio de “universal” pela importância para a humanidade como um todo e “excepcional” pelo caráter único, à raridade do bem e ao estado de conservação (UNESCO, 1977, §6-§8).

Existe a possibilidade da inscrição de bens em série. Para isso, dois ou mais elementos constitutivos devem refletir ligações culturais sociais ou funcionais ao longo do tempo, gerando uma conectividade ao nível da paisagem, da ecologia, da evolução ou do habitat. Também, cada elemento individualmente deve contribuir para o valor universal excepcional do conjunto, incluindo atributos imateriais. Para a inscrição de bens em série, é preciso que haja capacidade de gestão do conjunto, a coerência do bem e a condição que a série em seu conjunto – e não necessariamente em suas diferentes partes – tenha um valor universal excepcional (UNESCO, 2015, §137). Portanto, a UNESCO entende que uma série pode possuir mais relevância que um elemento individual. Um exemplo são as Fortificações de Vauban¹, que são doze grupos de edifícios do século XVII construídos na França pelo arquiteto militar de Luís XIV, Sébastien Le Prestre de Vauban. As realizações de Vauban representam o apogeu de um tipo de arquitetura militar que influenciou a arquitetura militar de diferentes países ocidentais.

A questão da autenticidade não está entre os critérios para fazer parte da Lista, mas é citada como uma característica adicional.

Além disso, a propriedade deve cumprir o teste de autenticidade em concepção, material, execução e situação [com sentido de entorno]; A autenticidade não se limita a consideração à forma e à estrutura originais, mas inclui todas as modificações e adições subsequentes ao longo do tempo, que em si mesmo possuam valores artístico ou histórico (UNESCO, 1977, §9, tradução nossa).

O texto não explica como deveria ser realizado esse teste de autenticidade, mas deixa clara a influência da Carta de Veneza, com o respeito a todas as intervenções que o bem foi submetido ao longo do tempo e a dúplici polaridade estética e histórica. No entanto, afirma

¹ As Fortificações de Vauban foram inscritas como série em 2008. <<http://whc.unesco.org/fr/list/345>>.

² No original em inglês: “the test of authenticity in design, material, workmanship and setting”. No original em francês, na versão de 1978: « un critère d’authenticité pour ce qui est de leur conception, de leurs matériaux, de leur exécution et de leur situation ». O termo « situation » em francês foi substituído por « environnement » a partir da revisão de 1984.

que a autenticidade deve ser analisada sob vários aspectos e não apenas em relação à autenticidade material.

No período de comemoração de dez anos da Convenção, o Comitê do Patrimônio mundial pensou em fazer um inventário global de todos os bens inscritos na Lista. Nos anos seguintes, o Comitê trabalhou para desenvolver esse Estudo Global, começando pela definição de parâmetros teóricos e percebeu que era preciso a participação dos Estados membros. Surgiram então diversas questões, com diferentes interpretações das definições da Convenção, inclusive o próprio conceito de patrimônio mundial.

Nos anos 1990, muitas publicações, inclusive da própria UNESCO, questionaram o a Lista e seus critérios de inscrição, especialmente a noção de autenticidade e a dificuldade de interpretação do conceito em diferentes países. Um exemplo desse questionamento é o ensaio feito por Léon Pressouyre (1993), por ocasião dos 20 anos da Convenção e que aponta uma sub-representação temática na Lista.

Como explica o autor, a intenção dos redatores da Convenção era clara. Para serem inscritos na lista os bens culturais deveriam responder ao critério de autenticidade e os bens naturais ao critério de integridade. Entretanto, a aplicação na prática gerou algumas polêmicas, pois as interpretações variavam segundo cada caso (PRESSOUYRE, 1993, p. 11).

Pressouyre lembra que a inscrição da cidadela de Carcassonne, na França, foi adiada em 1985³, por causa das intervenções de Viollet-le-Duc, não consideradas autênticas. Entretanto, a cidade medieval de Rhodes, na Grécia, foi inscrita em 1988⁴, apesar das intervenções de embelezamento da era fascista. Algumas vezes o critério de autenticidade foi desconsiderado, como na inscrição do ‘Centro histórico de Varsóvia’⁵, na Polônia, que teve a maior parte de seus edifícios destruídos durante a Segunda Guerra Mundial e foi inscrito exatamente por ter sido reconstruído quase que totalmente graças à força de vontade do poder público e da população. Outro exemplo da relativização da autenticidade é a inscrição do Monastério de Rila, na Bulgária⁶. A inscrição se baseia no edifício reconstruído como símbolo da identidade cultural nacional (PRESSOUYRE, 1993, p. 12). O edifício original foi

³ A Cidade fortificada histórica de Carcassonne foi inscrita na Lista em 1997, após revisão. <<http://whc.unesco.org/fr/list/345>>.

⁴ A Cidade medieval de Rhodes <<http://whc.unesco.org/fr/list/493/>>.

⁵ O Centro histórico de Varsóvia foi inscrito na Lista em 1980 <<http://whc.unesco.org/fr/list/30/>>

⁶ O Monastério de Rila foi inscrito na Lista em 1983 <<http://whc.unesco.org/fr/list/216>>

construído no século X e abrigou São João de Rila, padroeiro da Bulgária, onde foi enterrado. Importante local de peregrinação, o monastério pegou fogo no século XIX e foi reconstruído e estilisticamente atualizado durante o Renascimento Búlgaro.

Nos dois últimos exemplos, uma preservação conservativa, baseada exclusivamente na dúplice polaridade estética e histórica e na autenticidade material não permitiria essas inscrições. Os valores simbólico e social, fruto da relação da comunidade com os bens, foram mais importantes que a autenticidade material apenas. A inscrição de Carcassonne não se baseia na sua autenticidade material enquanto cidade medieval original, mas principalmente no seu valor científico baseado nas restaurações conduzidas por Viollet-le-Duc.

Sobre o 'patrimônio arquitetural do século 20', Pressouyre explica que o Comitê teve dificuldades em inscrever a Ópera de Sydney⁷, em 1981, e que sugeriu a consulta a especialistas em arquitetura contemporânea. Ele apresenta algumas preocupações do Comitê, sendo: (1) a inscrição de obras de um autor poderia valorizar seu trabalho e comprometer a credibilidade da Convenção; (2) como a obra dos grandes escritórios contemporâneos de arquitetura é internacional, seria difícil respeitar o equilíbrio nacional e regional sugerida pela Convenção; e (3) a falta de recuo não permite a imparcialidade já que a notoriedade não é sempre sinônimo de qualidade. Entretanto, o autor aponta argumentos contra essas preocupações: (1) o prêmio Nobel é um exemplo contrário ao primeiro argumento; (2) um mesmo criador que trabalhou em muitos continentes pode representar a universalidade de sua arte; (3) apenas a história pode permitir julgamentos justos (PRESSOUYRE, 1993, p. 27).

O autor, especialista em arte medieval, fez uma conclusão contundente e disse que a rejeição em inscrever a arquitetura do século XX se baseava, entre outras questões, na recusa dos tradicionalistas do patrimônio em admitir a criação contemporânea; na recusa dos especialistas da arquitetura do século XIX em sair de uma visão elitista confinada aos grandes criadores; na recusa que países em desenvolvimento inscrevessem novos elementos na lista já considerável dos países ricos. Ele lembra que a única inscrição do século XX era Brasília⁸, inscrita em 1987. Um conjunto urbano contemporâneo, de um urbanista e um arquiteto vivos [em 1992], em um país que não está na lista dos mais desenvolvidos (PRESSOUYRE, 1993, p. 27).

⁷ A Opera de Sydney foi inscrita na Lista em 2007, após revisão. <<http://whc.unesco.org/fr/list/166>>.

⁸ 'Brasília' <<http://whc.unesco.org/fr/list/445>>.

Em 1994, a ata da reunião da UNESCO mostra que entre 1987 e 1993, a Lista possuía um certo número de lacunas e desequilíbrios onde a Europa era super-representada em relação ao resto do mundo, tanto quanto cidades históricas e edifícios religiosos em relação a outros bens, a cristandade em relação a outras religiões e espiritualidade, épocas históricas em relação a pré-história e ao século XX, a monumentalidade em relação ao modesto e a arquitetura elitista em relação a arquitetura popular. De uma maneira mais geral, havia uma sub-representação da cultura viva e em particular a culturas tradicionais (UNESCO, 1994).

Mesmo o habitat popular, quando aparece na lista, foi inscrito antes de tudo sob o ângulo de seu valor “arquitetural”, sem considerar suas múltiplas dimensões econômicas, sociais, simbólicas e filosóficas e suas interações constantes e múltiplas com seu meio natural em toda sua diversidade (UNESCO, 1994, p. 4, tradução nossa).

Assim, a UNESCO reconheceu a importância de se perceber não apenas os valores relacionados com a materialidade do bem, mas também valores econômicos, sociais, simbólicos e filosóficos. O texto afirma a necessidade de corrigir desequilíbrios entre “regiões do mundo, tipos de monumentos e épocas”, bem como passar de uma “visão puramente arquitetural do patrimônio cultural da humanidade para uma visão muito mais antropológica, multifuncional e global” (UNESCO, 1994, p. 5).

Sobre a arquitetura do século XX, o texto afirma que ela não deve ser vista somente do ponto de vista dos grandes arquitetos e da estética, mas principalmente como “uma transformação marcante de múltiplos significados” no emprego de materiais, técnicas, organização do espaço e a vida em sociedade (UNESCO, 1994, p. 5).

Reuniões posteriores do Comitê do Patrimônio, tal como o texto de Pressouyre (1993), apontavam um número restrito de categorias de bens inscritos na Lista e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, com novas parcerias com organizações especializadas.

A UNESCO, através da Convenção do Patrimônio Mundial, já havia nomeado desde o início três organizações consultivas oficiais: o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM) e a União internacional para a conservação da natureza (UICN) (UNESCO, 2007, p. 27).

A parceria com o Docomomo foi firmada em 1992 e a ideia original do Comitê do Patrimônio foi que a organização consultiva indicasse de 20 a 30 sítios para serem incluídos

na Lista e assim melhorar a representatividade temática da arquitetura moderna e contemporânea (UNESCO, 1993). No entanto, essa estratégia parece, num primeiro olhar, mais quantitativa que qualitativa e poderia melhorar a representatividade da Lista, mas também poderia comprometer a sua credibilidade.

Dentro da estratégia global de busca pelo equilíbrio da Lista, o Conselho do Patrimônio Mundial organizou em 1995, em Helsinque, na Finlândia, um primeiro seminário sobre o patrimônio do século XX, para melhor entender o tema e estabelecer uma metodologia para definição e identificação no contexto da Lista. Em suas conclusões, o documento final do seminário afirma que esse patrimônio apresenta características particulares que “o diferencial de construções anteriores”. não podendo ser definido apenas pelas suas formas arquitetônicas, mas também por questões ecológicas, sociais, antropológicas, econômicas e culturais que constituem o todo. “Há uma necessidade de enfatizar a importância da memória sobre considerações materiais”. A documentação sistemática é fundamental para entender todas as dimensões e a relação com o contexto. Também devem ser encorajados programas de pesquisa para estudar especialmente os problemas sobre as técnicas e os materiais, usados nesse patrimônio, em trabalhos de restauração, respeitando as suas qualidades estéticas (ICOMOS, 1995).

Outras reuniões sobre o patrimônio do século XX aconteceram nos anos seguintes e, em 2005, foi criado dentro do ICOMOS, o Comitê Científico Internacional sobre o Patrimônio do Século XX (*International Scientific Committee on 20th Century Heritage – ISC20C*). Esse comitê conta com a parceria de organizações internacionais como a União Internacional dos Arquitetos – UIA, o Docomomo e o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH*).

Em 1997, o Docomomo produziu um relatório onde sugeriu ao ICOMOS recomendações sobre o patrimônio do Movimento Moderno e a Lista do Patrimônio Mundial, esperando que esse texto pudesse “ajudar a justificar e apoiar a salvaguarda desses edifícios, sítios e áreas que mais significativamente representam a estética, técnica e princípios sociais do Movimento Moderno” (DOCOMOMO, 1997, p. 1).

O documento aponta particularidades desse movimento para a arquitetura, além de suas repercussões enquanto patrimônio, por exemplo, pelo fato dele continuar em uso e vivo. A inovação proposta pela arquitetura moderna é essencialmente baseada no tripé social,

tecnológico e estético e essa inovação aconteceu de maneira diferente em cada lugar aonde o Movimento Moderno chegou, com realizações em diferentes escalas, desde edifícios individuais até paisagens, passando por conjuntos, bairros, interiores e jardins (DOCOMOMO, 1997, p. 3).

Especificamente sobre a noção de autenticidade, o relatório lembra que o Documento de Nara aponta em suas conclusões que a determinação da autenticidade não deve ser baseada em um único critério. Em relação ao Movimento Moderno, o Docomomo aponta, baseado em debates anteriores, quatro aspectos relevantes: (1) autenticidade da ideia, o conceito do projeto (*design concept*) que nasce do programa; (2) autenticidade da forma, organização espacial e aparência; (3) autenticidade da construção e detalhes e (4) a autenticidade dos materiais (DOCOMOMO, 1997, p. 8).

Esta abordagem da autenticidade pode ser considerada como um método estruturado para a avaliação de edifícios Modernos de forma uniforme, enfatizando que o ‘design’ é um conceito abrangente desenvolvido dentro de um universo cultural e resultante da consideração das necessidades do cliente, dentro de um espectro de possibilidades e restrições sociais e técnicas, muitas vezes exigindo métodos de construção racionalizados, incluindo industrialização e padronização (DOCOMOMO, 1997, p. 8, tradução nossa).

Em suas conclusões, o relatório recomenda que a interpretação de autenticidade, segundo o critério da Lista do Patrimônio Mundial, deve considerar mais que “design, materiais e acabamento” (*design, materials and workmanship*) em relação à arquitetura moderna. Considerando a intenção de salvaguardar uma arquitetura fundada na transitoriedade intencional, o documento admite que a substituição de materiais originais ou outras alterações são aceitáveis, contanto que a intenção original do conceito (ideia) do arquiteto seja reconhecível na forma, espaço e aparência do edifício ou sítio. “Entretanto, materiais, construção e detalhes continuam sendo importantes para o ‘teste de autenticidade’, para apoiar e para reconhecer a ‘ideia’ abstrata do arquiteto Moderno” (DOCOMOMO, 1997, p. 10).

O relatório sugere não uma ‘hierarquia de autenticidade’, mas “usar a sequência de aspectos (1. ideia, 2. forma, espaço e aparência, 3. construção e detalhes, 4. materiais) como um método lógico para auxiliar a estruturar a avaliação” (DOCOMOMO, 1997, p. 10).

Para a arquitetura moderna, o conceito e a ideia do projeto original são primordiais. O desejo de preservar o material original não é dispensado, mas apenas não é enfatizado (PRUDON, 2008, p. 35, tradução nossa).

Brasília foi a primeira realização do Movimento Moderno inscrita na Lista, em 1987. Um dos critérios para a sua inscrição indica o Plano Piloto como expressão dos princípios do urbanismo do Movimento Moderno (UNESCO, 1987). Essa postura já demonstra a ênfase no conceito, isto é, na ideia representada pelo Plano Piloto. Evidentemente que admitir isso provoca um grande impacto nos princípios da preservação segundo a autenticidade apenas material.

Sobre o tombamento de Brasília, José Pessôa aponta que ele “ampliou as questões referentes à preservação do patrimônio do movimento moderno” (PESSÔA, 2003).

O modelo de preservação proposto, primeiro através da legislação distrital e depois pelo tombamento federal, é absolutamente inovador no universo do patrimônio cultural brasileiro. Ao deslocar o objeto da preservação, das construções que constituem a área a ser preservada, para os critérios que informaram estas construções a assumirem a presente forma, indica uma gestão absolutamente nova e polêmica na preservação de um sítio urbano (PESSÔA, 2003).

Assim, com foco também em outros aspectos, como sugerido pelo Docomomo e não apenas na autenticidade material, o modelo de preservação de Brasília sugere uma nova maneira de preservar.

Em 1996, houve a inscrição da Bauhaus em Weimar e Dessau, na Alemanha⁹. Então havia dois bens do Movimento Moderno, num total de 350 bens culturais inscritos na Lista.

A partir da recomendação do Docomomo, o número de bens modernos inscritos na Lista aumentou significativamente nos anos seguintes. Entre 1997 e 2015, o número aumentou para 16, mostrando a concordância da UNESCO e ICOMOS com a mudança na noção de autenticidade sugerido pelo Docomomo. Em 2016, foram duas inscrições, sendo o Conjunto da Pampulha¹⁰ e uma série composta com 17 obras de Le Corbusier¹¹, totalizando 34 bens modernos entre os 814 bens culturais na Lista.

⁹ Bauhaus e seus sítios em Weimar e Dessau foram inscritos em 1996 <<http://whc.unesco.org/fr/list/779>>.

¹⁰ O Conjunto moderno da Pampulha <<http://whc.unesco.org/fr/list/1493>>

¹¹ A Obra arquitetural de Le Corbusier, uma contribuição excepcional ao Movimento Moderno <<http://whc.unesco.org/fr/list/1321>>

1.2. VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

1.2.1. O CULTO MODERNO DOS MONUMENTOS (1903)

O livro “O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem” (*Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*) de Alois Riegl (2014) foi publicado pela primeira vez em 1903. Riegl foi o primeiro a tratar o patrimônio sob o ponto de vista dos valores e é reconhecido hoje como “o fundador da teoria moderna da história da arte” (CHOAY, 2009, p. 164). Dentre os assuntos tratados no livro, interessam destacar para esta pesquisa três questões que explicitam polêmicas atuais em relação à preservação da arquitetura moderna. A primeira é a distinção entre Valores de Memória e Valores de Atualidade, a segunda é o conflito entre Valor de Antiguidade e Valor Histórico, e a terceira é a relatividade do Valor de Arte.

De 1883 até sua morte em 1905, Alois Riegl produziu uma vasta bibliografia sobre a origem das artes e da arquitetura, incluindo a arte anônima e a indústria têxtil doméstica, mas, especialmente, ele fez uma revisão teórica dos fundamentos da história universal e da história da arte. Riegl passou a ensinar na Universidade de Viena a partir de 1889 e foi admitido como professor de história da arte em 1894, graças ao livro intitulado “Questões de Estilo: fundamentos para uma história da ornamentação” (*Stilfragen: Grundlegungen zu einer Geschichte der Ornamentik*) onde apresentou a história da ornamentação e dos estilos (BOULET, 2003, p. 49; FABRIS, 2014, p. 9-10).

De 1902 a 1905, ele trabalhou e chegou a presidir a Comissão Central para o Estudo e Conservação de Monumentos (*Central-Kommission zur Erforschung und Erhaltung der Baudenkmale*). Um estudo, elaborado por Alois Riegl a pedido dessa instituição, teve como resultado o texto “O culto moderno dos monumentos”. Esse texto foi a primeira parte e a base teórica que o autor usou para propor uma organização legislativa para a conservação dos monumentos na Áustria. A segunda parte era o projeto de lei propriamente e a parte final era composta pelas discussões para aplicação da lei (FABRIS, 2014, p. 11; KÜHL, 2008a, p. 37).

Riegl começa sua argumentação explicando o que entende por monumento e propõe uma nova maneira de agrupar os valores do patrimônio. Ele afirma que todo monumento de arte é ao mesmo tempo um monumento histórico, pois representa um momento da evolução

dessa arte, assim como todo monumento histórico é também um monumento de arte, pois mesmo um simples pedaço de papel com uma anotação sem importância possui ainda uma série de elementos artísticos, como o formato da folha, a forma da letra, etc. Além disso, Alois Riegl diz que se essa folha for o único testemunho conservado da arte de sua época, além do seu valor histórico, nós seríamos também obrigados a considerá-lo como um monumento de arte indispensável, apesar de sua insignificância (RIEGL, 2014, p. 33).

Para o autor, toda obra de arte antiga, isso é, todo monumento, além de seu valor histórico, possui também para nós, sem exceção, um puro valor de arte que é independente da posição dessa obra na evolução histórica. A noção de evolução da história da arte leva Riegl a concluir que:

O monumento é para nós um elo indispensável da corrente evolutiva da história da arte. Na verdade, o “monumento da arte” entendido nesse sentido é um “monumento histórico-artístico”, assim, ele não possui “valor de arte”, mas “valor histórico”. Resultaria, portanto, que a distinção entre monumentos “artísticos” e “históricos” não é apropriada, pois os primeiros estão contidos nos últimos e se confundem com eles (RIEGL, 2014, p. 33).

A partir dessa constatação e considerando a evolução e a questão do tempo, Riegl sugere dois grandes grupos de valores: Valores de Memória e Valores de Atualidade. Essa distinção é o primeiro assunto do livro a ser destacado para a presente pesquisa.

No conjunto dos **Valores de Memória**, ele reconhece diferentes valores vinculados ao passado dos monumentos e examina “quais as exigências que resultam da natureza de cada um desses valores para o culto dos monumentos”. Já no conjunto dos **Valores de Atualidade**, ele reúne os “valores que um monumento pode oferecer ao homem moderno” (RIEGL, 2014, p. 49) e que estão vinculados ao presente dos monumentos. Ao considerar não apenas os valores do passado, mas também os valores do presente, Riegl promove um entendimento mais amplo dos valores e isso estimulou, posteriormente, o reconhecimento de outros valores como o Valor Social, que foi reconhecido pela Carta de Burra de 1979 e que reconhece a relação do patrimônio com uma geração atual, independente do passado do monumento e de seus valores artísticos.

O segundo grupo de assuntos do livro a ser destacado é o conflito entre o Valor de Antiguidade e o Valor Histórico, ambos reconhecidos como Valores de Memória. Para o autor, “quanto maior é o valor histórico tanto menor é o de antiguidade” (RIEGL, 2014, p. 59). Para Riegl, quando se fala em monumento histórico, o Valor de Memória não pode

ser atribuído pelo autor da obra ou pela sociedade da época de sua construção, mas diretamente pelo observador atual. Uma ruína de um castelo normalmente não possui um Valor Histórico preciso e sim um valor enquanto representação geral e não localizada no tempo, de sua antiguidade. O tempo decorrido desde a construção do monumento até o observador contemporâneo pode ser percebido por todas as pessoas, independentemente de sua erudição. Essa percepção se exprime como um sentimento, chamado por Riegl de Valor de Antiguidade (RIEGL, 2014, p. 38).

Segundo o ponto de vista do **Valor de Antiguidade**, o ser humano produz obras integrais, enquanto a natureza dissolve essa integralidade. Neste caso, o monumento é entendido como um organismo que nasce e morre. A sua degradação natural deixa marcas, como a pátina, que, segundo esse valor, seriam sinais desejáveis que revelariam a sua antiguidade e esse processo de envelhecimento teria uma qualidade estética, diferenciando o antigo do novo. Logo, quanto mais antigo o monumento, maior seria o seu Valor de Antiguidade. Por isso, o ciclo de vida dos monumentos deveria ser evidente e a aparência de eterno estado original não seria desejável (RIEGL, 2014, p. 52).

Assim, as deteriorações naturais e a forma original deveriam ser respeitadas, não podendo haver reduções ou acréscimos feitos pelo homem. Entretanto, o monumento precisaria ser protegido da morte prematura, seja uma destruição ou intervenção violenta do ser humano ou da natureza, como um incêndio provocado por um raio, já que “um monte disforme de pedras não é suficiente para dar ao espectador o valor de antiguidade” (RIEGL, 2014, p. 53).

Segundo Riegl, os critérios para o reconhecimento da antiguidade em um monumento se baseiam numa percepção sensorial, permitindo que qualquer pessoa possa reconhecê-la em um monumento, independentemente de sua formação. Assim, surge um conflito fundamental em relação ao Valor Histórico, já que este repousa sobre uma base científica ou uma reflexão racional, sem um apelo à sensibilidade (RIEGL, 2014, p. 53).

Em contraposição ao Valor de Antiguidade, o **Valor Histórico** de um monumento representa um momento específico na evolução de uma atividade humana qualquer. Para esse ponto de vista, o monumento deve ser mantido em seu estado original, intocado, como um documento, impedindo a degradação provocada pela natureza. Contrariamente ao Valor de Antiguidade, a integralidade do monumento aumenta o seu valor histórico, logo as marcas do tempo, como a pátina, não são importantes.

[...] não nos interessam no monumento os traços da influência da degradação da natureza, mas a sua criação original como obra humana. O valor histórico é tanto maior, quanto mais o monumento tenha conservado a sua integralidade e quanto mais inalterado estiver após a sua criação (RIEGL, 2014, p. 55).

Desta forma, embora ambos os valores apresentados sejam Valores de Memória, há um conflito entre eles, já que enquanto do ponto de vista do Valor de Antiguidade espera-se que o monumento apresente marcas do tempo e se degrade naturalmente, do ponto de vista do Valor Histórico age-se para que a deterioração do monumento não se perpetue.

Resolver o conflito entre esses dois valores nem sempre é possível e Riegl sugere dois exemplos que poderiam agradar aos dois grupos. Um deles é o caso de um afresco pintado na parte externa de uma igreja e que foi protegido por uma cobertura, evitando sua deterioração rápida. Para o Valor de Antiguidade essa intervenção humana desacelera a deterioração violenta da natureza e, do outro lado, para o Valor Histórico ela salvaguarda a pintura como documento. O outro exemplo de resolução de conflito é a substituição de algumas pedras em uma torre antiga. O Valor Histórico não sofrerá um dano significativo já que a forma básica permaneceu, enquanto que o Valor de Antiguidade será mais respeitado se as novas pedras tiverem uma cor mais parecidas com as pedras originais (RIEGL, 2014, p. 59-62).

O terceiro assunto a ser destacado é a relatividade do Valor de Arte. Este valor encontra-se entre os Valores de Atualidade e subdivide-se entre o Valor de Novidade e Valor de Arte Relativo. Riegl (2014, p. 70) afirma que uma obra nova, recém surgida, apresenta “uma integralidade de forma e cor sem qualquer dissolução”. Nesse caso, o Valor de Arte é elementar, objetivo ou pode ser chamado simplesmente de Valor de Novidade. Por outro lado, com o reconhecimento da “natureza específica do monumento, em conceito, forma e cor” (RIEGL, 2014, p. 70), trata-se do Valor de Arte Relativo, pois não é uma validade permanente e sim em constante mutação.

O Valor de Novidade é baseado num conceito objetivo em que a obra de arte não deve apresentar sinais de degradação das forças da natureza, sendo fundamental manter sua forma e cor originais. “A integridade daquilo que é novo e recém-surgido, que se caracteriza pelos critérios mais simples, como forma inalterada e policromia pura, pode ser apreciada por todos, mesmo por aqueles de pouca cultura”. Segundo Riegl, essa ideia foi reforçada pela prática de conservação dos monumentos durante o século XIX, baseada nesse conceito tradicional. “Todo traço aparente de degradação pelas forças da natureza deveria ser

removido, as lacunas e os fragmentos preenchidos, para recompor uma unidade íntegra”, numa associação íntima entre o valor de novidade e o valor histórico, gerando então um conflito implacável com o valor de antiguidade (RIEGL, 2014, p. 70-71).

O Valor de Arte Relativo é baseado num conceito subjetivo em que a obra de arte de gerações passadas possui especificidades e pode ser apreciada mesmo tendo formas e cores diversas. Segundo o autor, até o século XIX, acreditava-se num valor de arte absoluto, num “cânone de arte objetivamente válido”. Assim, obras de muitos séculos eram mais valorizadas do que obras mais recentes.

No início do século XX, estávamos convencidos de que o valor de arte absoluto não existe e que seria pura imaginação se nos casos de “resgate” dos mestres antigos, reivindicássemos o papel de juízes mais imparciais do que o foram os contemporâneos desses mestres “incompreendidos” (RIEGL, 2014, p. 80).

O autor cita o exemplo da pintura holandesa do século XVII, que despertava pouco interesse em seu próprio século, mas que no século XX é apreciada pelas suas características próprias (forma e cor), diferentes da Antiguidade (RIEGL, 2014, p. 80).

A Antiguidade acreditava num valor de arte eterno, que todos os artistas procuravam, mas que poucos conseguiram encontrar. No começo do século XX, o entendimento do passado como uma evolução histórica permitiu que outros períodos conhecidos da arte tivessem suas significações próprias e subjetivas. Assim, Riegl afirma que nós não apreciamos apenas as obras contemporâneas, mas também as obras do passado, que às vezes até preferimos. Existe um ‘querer da arte’ (*Kunstwollen*) que permite que reconheçamos em certas obras antigas um valor de arte que não reconhecemos numa obra atual. Sendo assim, o valor de arte não é absoluto ao longo da evolução histórica, mas apenas relativo (RIEGL, 2014, p. 35). Riegl insiste na importância fundamental de esclarecer essa relatividade histórica do valor da arte.

Para a nossa tarefa, torna-se uma condição muito importante esclarecer completamente essa diferença quanto à essência do valor da arte, pois, para a preservação dos monumentos, esse princípio orientador terá uma influência decisiva. Se não existe um valor de arte eterno, mas apenas um relativo, moderno, o valor da arte de um monumento não é mais um valor de memória, mas um valor de atualidade. A preservação dos monumentos deve levar em consideração esse valor presente, pois sendo até certo ponto o valor atual prático oposto ao valor histórico de memória do passado, necessita de atenção mais urgente, uma vez que ele acaba por eliminar o conceito de “monumento” (RIEGL, 2014, p. 33-34).

Se não se pode mais falar em valor de arte eterno e este só pode ser percebido como um valor do presente ou Valor de Atualidade, não se pode mais sugerir a existência de um ‘valor intrínseco do monumento’, como acreditava-se na antiguidade e como alguns autores ainda sugerem no século XXI. Outro problema ainda presente é a escolha do que preservar com base no gosto da época. Este é o caso de muitas realizações da arquitetura moderna que são abandonadas ou demolidas.

Com o reconhecimento da evolução não só da história – e do valor histórico – mas também da arte e expandido essa noção também para o valor artístico, Riegl sugere que a conservação dos monumentos deve levar em conta essa distinção entre o valor de memória e o valor artístico de hoje.

O livro ‘O culto moderno dos monumentos’ ficou restrito à língua alemã até 1982, quando foi traduzido para a língua inglesa, internacionalizando suas teorias e permitindo a ampliação de debates sobre a preservação baseada nos valores do patrimônio. Para além dos valores estéticos e históricos, reconhecidos pela Carta de Veneza de 1964, as observações de Alois Riegl provocaram um entendimento diferente, já que ele considera não só valores do passado, mas também valores do presente do monumento. Os diferentes valores do passado permitem, por exemplo, interpretar a pátina como marca do tempo ou como deterioração. Da mesma maneira que valores de arte do presente permitem considerar que os valores mudam ao longo do tempo, para diferentes grupos e indivíduos. Uma extensa pesquisa realizada entre 1998 e 2005 pelo GCI sobre os valores do patrimônio resgatou a contribuição de Alois Riegl e será apresentada posteriormente ainda neste capítulo. O reconhecimento de valores vinculados ao presente do patrimônio e à relatividade do valor de arte são alguns dos temas que fundamentam o debate dos desafios da preservação da arquitetura moderna que serão apresentados no capítulo seguinte.

1.2.2. A CARTA DE BURRA (1979 – 2013)

A Carta de Burra é um documento patrimonial escrito inicialmente em 1979 pelo ICOMOS Austrália, tendo sido revisado diversas vezes até sua última versão, em 2013. Para esta pesquisa, interessa destacar dois assuntos presentes na Carta desde sua primeira versão: o reconhecimento de diferentes valores do patrimônio e a proposta de um Processo de Conservação.

O texto de 1979 propôs definições inéditas para a época. Apesar de não ter sido homologado internacionalmente, ele influenciou outros países especialmente a partir da revisão de 1999. Desde a sua fundação, em 1976, o ICOMOS Austrália já afirmava a incompatibilidade entre as recomendações da Carta de Veneza e a realidade da preservação de seu patrimônio nacional. Este questionamento ficou evidente durante a 4ª Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS de 1975, realizada em Rothenburg, Alemanha. Nessa ocasião surgiu a proposta de revisão da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964). Os argumentos de diversos países, como a Austrália, diziam que, apesar da relevância da Carta de Veneza, o texto que tratava de monumentos e sítios históricos não atendia às definições de cidades históricas, que foram debatidas na assembleia do ICOMOS. Um comitê *ad hoc* para revisão foi definido com representantes de 11 países que deveriam consultar os diversos comitês nacionais e propor uma revisão. Os trabalhos se estenderam até a próxima assembleia realizada em Moscou, Rússia, em 1978. O Comitê de Revisão ouviu os diversos representantes dos comitês nacionais presentes. A Austrália mencionou que sua aplicação apresentava dificuldades devido às questões específicas no seu país, por isso, considerava que a elaboração de um documento complementar lhes parecia conveniente e que havia a necessidade de esclarecer os termos “restauração” e “conservação” (ICOMOS, 1978, p. 10-12).

O Comitê para revisão da Carta, após ouvir as diversas opiniões dos comitês nacionais, relatou que metade deles concordava em revisá-la e outra metade propunha um documento anexo. Considerando que ela foi adotada em consenso – menos o voto dos Estados Unidos; considerando que a sugestão de revisão surgiu em 1975 por conta do artigo 14 que trata superficialmente do problema das cidades e bairros históricos – tema da reunião de Rothenburg; considerando que o texto de revisão ou adaptação da Carta poderia ser aprovado por uma pequena maioria e nunca conseguiria substituir a Carta original, o comitê decidiu não revisar a Carta de Veneza e conservar seu texto original de 1964. Seriam redigidas notas explicativas interpretando e comentando a Carta para atualizá-la ou seriam redigidos novos documentos, por exemplo, em relação a conjuntos arquiteturais urbanos e rurais (ICOMOS, 1978, p. 12-13).

Ao longo dos anos, o ICOMOS nunca deixou de reconhecer a Carta de Veneza como um documento fundamental, mas lançou outros documentos internacionais para complementar e atualizar os assuntos tratados nela. Também foram lançados, por ICOMOS nacionais e regionais, documentos para tratar de especificidades locais.

O reconhecimento da incompatibilidade nacional com a Carta de Veneza levou o ICOMOS Austrália a lançar, já em 1979, um documento nacional.

O objetivo principal da Carta de Veneza era proteger monumentos e sítios artísticos, arquitetônicos e arqueológicos de restaurações não autênticas e outras mudanças inapropriadas. Consequentemente, a Carta privilegia um conjunto restrito de valores e visa preservar os valores estéticos e históricos de um monumento, respeitando o material original, o estágio de desenvolvimento e a “pátina do tempo”. A Carta de Veneza assume implicitamente a importância material do monumento e, em muitos casos, seu uso e significado autênticos estão no passado. Usos contemporâneos e contínuos – componentes do valor social como a Carta de Burra define – não foram rotineiramente considerados na aplicação da Carta de Veneza (BUCKLEY e SULLIVAN, 2014, p. 35, tradução nossa).

Em uma conferência, realizada na cidade histórica de Burra, foi publicada a primeira versão de um documento patrimonial, chamado inicialmente de “Diretrizes do ICOMOS Austrália para a Conservação de Lugares de Significado Cultural” e, depois, simplesmente de “Carta de Burra”. O compromisso assumido foi o de pôr em prática essas diretrizes e revisá-las após um ano. A intenção era que num futuro, depois de experimentado e revisado, esse documento servisse de modelo para que o ICOMOS fizesse uma revisão na Carta de Veneza (AUSTRALIA ICOMOS, 1979).

Apesar da preservação da sua essência, esse documento foi revisado quatro vezes e alguns documentos complementares foram lançados para melhor explicar determinados conceitos e práticas sugeridas. A análise desses diferentes documentos permitiu a identificação, para fins didáticos, de três fases diferentes.

A primeira fase reúne as versões de 1979, 1981, 1987 e diferentes documentos complementares do período. Nesta fase, ainda havia um debate com a Carta de Veneza e já em 1979 surgiu toda a base conceitual da Carta de Burra, com a definição de diversos conceitos, o reconhecimento de diferentes valores do patrimônio e a proposta de um Processo de Conservação.

A segunda fase da Carta começa nos anos 1990 com as críticas de grupos australianos, principalmente vinculados à arqueologia e aos povos autóctones, que não se sentiam representados (APLIN, 2009, p. 19-24; BUCKLEY e SULLIVAN, 2014, p. 35-42; LOGAN, 2004; WALKER, 2014). Essa revisão culmina com a versão de 1999, que incluiu modificações baseadas nesse debate interno australiano. A essência da Carta foi mantida, mas a preservação passou a admitir mais claramente a imaterialidade do patrimônio.

Entre as mudanças introduzidas em 1999 pela Carta de Burra, Theodore Prudon (2008, p. 63) aponta algumas questões fundamentais, especialmente em se tratando da preservação da arquitetura moderna. Ele aponta a nova ênfase ao valor social e a ampliação de aspectos intangíveis com a afirmação da Carta de que o significado cultural não está apenas no material do lugar, mas incorpora relações entre ‘uso’, ‘associações’ e ‘sentidos’ de um ‘lugar’. Assim, na restauração de um ‘lugar’, de um edifício por exemplo, não se deve esquecer os ‘documentos autênticos’ e os ‘materiais originais’, seguindo a Carta de Veneza; mas, principalmente, deve-se considerar aspectos intangíveis (‘sentidos’) da relação entre o ‘lugar’ e as pessoas (‘associação’).

A fase três da Carta de Burra é sua versão mais recente, lançada em 2013. Algumas definições mostram uma maior interação entre as dimensões tangíveis e intangíveis do patrimônio, indicando uma fluidez em que a materialidade é importante, mas não é fundamental.

Um dos pontos centrais da Carta de Burra e a ser destacado para esta pesquisa é o reconhecimento de diferentes valores do patrimônio. Enquanto a Carta de Veneza visa “[...] preservar e revelar o valor histórico e estético do monumento [...]” (ICOMOS, 1964, § 9), a Carta de Burra reconhece explicitamente cinco valores, sendo estético, histórico, científico, social e espiritual. Além disso, ela admite o reconhecimento de outros valores, segundo a jurisdição, como por exemplo valor arquitetural ou arqueológico. Também afirma que todos esses valores podem não ser reconhecidos em um mesmo lugar, nem por todos os grupos e indivíduos, alguns podem provocar conflitos com outros, assim como também podem ser interdependentes.

O **Valor Estético** refere-se à experiência perceptiva e sensorial de um lugar, não apenas visual, mas também pelos outros sentidos, como som e olfato. Expressões de estética são culturalmente influenciadas e isso deve ser levado em consideração. O **Valor Histórico** abrange todos os aspectos da história, por exemplo, a história da arquitetura, da arte, espiritual e da sociedade. Em alguns lugares, o valor histórico será maior quando houver evidência da associação com um evento, tema, pessoa ou grupo de pessoas. Entretanto, em alguns casos a associação é tão importante que pode não mais existir evidência dessa associação com o lugar e mesmo assim existir um significado histórico. O **Valor Científico** está relacionado ao conteúdo de informação de um lugar e sua capacidade de revelar mais sobre um aspecto do passado, incluindo o uso de técnicas arqueológicas. Sua relevância depende da importância da informação, tanto quanto a raridade, a qualidade, a

representatividade e seu potencial de informar. O **Valor Social** refere-se às associações ou significado social ou significado cultural que um lugar tem para uma determinada comunidade, grupo social ou grupo cultural particular. Por fim, o **Valor Espiritual** refere-se aos valores intangíveis e significados incorporados a um lugar ou evocados por ele e que dá importância na identidade espiritual ou conhecimento tradicional, artes ou práticas de um grupo cultural. (AUSTRALIA ICOMOS, 2013g, p. 3-4).

A originalidade está no fato da Carta de Burra reconhecer valores que Alois Riegl chamaria de Valores de Atualidade, isto é, valores associados ao presente do patrimônio, como o Valor Social. Os valores reconhecidos pela Carta de Veneza, nesta metodologia, estariam classificados como Valores de Memória, já que as obras monumentais são “portadoras de mensagem espiritual do passado” (ICOMOS, 1964). Assim, a geração presente recebe o patrimônio do passado e o transmite para o futuro. Entretanto, o Valor Social, enquanto Valor de Atualidade, é reconhecido pela relação entre a geração atual e o patrimônio, podendo ser explicado, de modo sumário, pela associação entre um bem e um grupo que lhe reconhece importância patrimonial atual, independentemente dos valores históricos ou artísticos.

O segundo ponto a ser destacado para esta pesquisa é a proposta de um processo de conservação chamado de ‘Processo da Carta de Burra’ (*Burra Charter Process*) (Quadro 1).

Este Processo é dividido em três partes que começam com o entendimento do significado cultural, depois o desenvolvimento de política de preservação e, só então, o gerenciamento do lugar com base nessas políticas (AUSTRALIA ICOMOS, 2013h, artigo 6).

Para se estabelecer o significado cultural, isto é, a importância cultural de um lugar, é necessário (1) entender esse lugar e depois (2) avaliar o significado cultural através do reconhecimento dos valores (AUSTRALIA ICOMOS, 2013g, p. 1-4).

A segunda parte é o desenvolvimento de uma Política de Preservação. É nesta fase que devem ser identificadas futuras necessidades, recursos, oportunidades, restrições e condições, mas, principalmente, este trabalho deve acontecer sempre considerando o significado cultural, já que é o ponto central da Carta de Burra. A identificação de características que representem os valores, às vezes pode ser simples, mas algumas vezes não. Alguns aspectos do significado podem ser facilmente reconhecíveis fisicamente, na forma, função, localização, uso, ou outra qualidade espacial do lugar. Entretanto, outros aspectos

podem ser intangíveis, como memória ou ritual, e pode ou não depender do material do lugar para sua retenção. Por isso, cada aspecto deve ser identificado, compreendido e os processos de conservação devem ser adequados para cada um. Essa política deve ser revisada constantemente para que sejam identificadas mudanças e necessidades de atualizações (AUSTRALIA ICOMOS, 2013b, p. 1-3).

Quadro 1 – Resumo do Processo da Carta de Burra (*Burra Charter Process*).
Extraído de: AUSTRALIA ICOMOS, 2013g, p. 2, tradução nossa.

ENTENDER SIGNIFICADO	1 <u>ENTENDER O LUGAR</u> Definir o lugar e sua extensão Investigar o lugar: sua história, uso, associações, material <i>Artigos 5-7, 12, 26</i>	A comunidade e os interessados devem participar de todo o processo
	2 <u>AVALIAR O SIGNIFICADO CULTURAL</u> Avaliar todos os valores usando critérios relevantes Desenvolver uma declaração de significado <i>Artigo 26</i>	
DESENVOLVER POLÍTICA	3 <u>IDENTIFICAR TODOS OS FATORES E QUESTÕES</u> Identificar obrigações decorrentes do significado Identificar futuras necessidades, recursos, oportunidade, restrições e condições <i>Artigos 6, 12</i>	
	4 <u>DESENVOLVER POLÍTICAS</u> <i>Artigos 6-13, 26</i>	
	5 <u>PREPARAR UM PLANO DE GESTÃO</u> Definir prioridades, recursos, responsabilidades e calendário (timing) Desenvolver ações de implementação <i>Artigos 14-28</i>	
GESTÃO	6 <u>IMPLEMENTAR O PLANO DE GESTÃO</u> <i>Artigos 26-34</i>	
	7 <u>MONITORAR OS RESULTADOS E REVER O PLANO</u> <i>Artigo 26</i>	

Além da própria Carta, todo o processo é detalhado em dois documentos complementares: ‘Notas práticas – Entender e avaliar significado cultural’ (AUSTRALIA ICOMOS, 2013g) e ‘Notas práticas – Desenvolvimento de política’ (AUSTRALIA ICOMOS, 2013b). O Quadro 1 resume o processo que é apresentado em ambos os documentos.

Tanto o reconhecimento da importância da preservação baseada nos diferentes valores, quanto o ‘Processo da Carta de Burra’, influenciaram novas maneiras de fazer

preservação. Essas duas estratégias ampliaram o reconhecimento do número de lugares com interesse patrimonial. Além disso, esse processo também permitiu o reconhecimento de diferentes patrimônios, isto é, além da ampliação do reconhecimento do patrimônio arqueológico, o patrimônio autóctone e do patrimônio do século XX, por exemplo, ele ampliou o reconhecimento de diferentes grupos sociais ou culturais como participantes de um processo mais democrático de decisão patrimonial.

1.2.3. GETTY CONSERVATION INSTITUTE – GCI (1998 – 2005)

O Getty Conservation Institute (GCI) realizou uma grande pesquisa, entre 1998 e 2005, com a participação de profissionais internacionais de diversas especialidades, buscando estudar os valores e a conservação do patrimônio cultural. Interessa destacar aqui a conceituação dos valores do patrimônio apresentada por eles. O outro assunto é a proposição de uma classificação didática de valores desenvolvida a partir do estudo de outras séries pensadas no século XX, chama por Randall Mason de “tipologia de valores” (GCI, 2002, p. 8).

O Getty Institute é uma instituição privada sem fins lucrativos, baseada nos Estados Unidos e que trabalha internacionalmente para o desenvolvimento da prática da conservação através da pesquisa, educação, trabalho de campo e da divulgação do conhecimento. Esse instituto, juntamente com um museu, uma fundação e um centro de pesquisas compõem a J. Paul Getty Trust.

Uma das motivações da pesquisa desenvolvida por eles foi que, cada vez mais, os “profissionais da conservação [...] devem enfrentar as realidades econômicas ou argumentar com base em considerações econômicas, ou ambos” (GCI, 2005). Um dos objetivos foi estabelecer uma discussão interdisciplinar sobre o papel da economia e de outras forças sociais na conservação do patrimônio através da pesquisa e prática de muitos campos distintos como economia, estudos culturais e sociais, história da arte, conservação ambiental e outros. A expectativa do GCI era que esses debates deveriam contribuir com ideias originais que pudessem ajudar a resolver questões relevantes para a eficácia da conservação do patrimônio nas sociedades contemporâneas.

Ao longo das pesquisas, foram desenvolvidos três relatórios: o primeiro chama-se ‘Economia e Conservação do Patrimônio’ (*Economics and Heritage Conservation*) (GCI, 1999) e,

como diz o título, tenta apresentar contribuições da economia para a preservação do patrimônio afirmando a necessidade de se achar um campo em comum entre o ponto de vista dos economistas e o dos “culturalistas”. Um segundo relatório, denominado ‘Valores e Conservação do Patrimônio’ (*Values and Heritage Conservation*) (GCI, 2000), analisa, a partir dos relatos dos participantes em suas respectivas realidades, a forma como a preservação do patrimônio acontecia até então e de que maneira a preservação baseada nos valores poderia contribuir enquanto base teórica, pensando nas transformações sociais esperadas para o século XXI. O terceiro relatório, ‘Avaliação dos Valores do Patrimônio Cultural’ (*Assessing the Values of Cultural Heritage*) (GCI, 2002), reúne cinco ensaios que trazem uma revisão da bibliografia de diferentes aspectos do tema para subsidiar as discussões. Os textos focam em questões metodológicas da avaliação de valores, métodos antropológicos-etnográficos para avaliação de valores, avaliação econômica do patrimônio cultural, valores ambientais – num sentido amplo – e o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação da natureza e finalmente, capital cultural e conceitos de sustentabilidade na economia do patrimônio cultural.

Como exemplo da contribuição de diferentes áreas teóricas, o ensaio de Setha M. Low (GCI, 2002, p. 31-49) sobre **abordagem antropológica-etnográfica** para análise de valores apresenta diferentes estratégias metodológicas como: cognitiva, de observação, fenomenológica, histórica, entre outras. Entre as **abordagens cognitivas** estão o estudo da cognição como um processo mental, podendo ser refletido na linguagem, mas também num conjunto de categorias que estruturam a percepção através da atribuição do significado. A etnossemântica é uma dessas aplicações, dentro da etnolinguística que, trabalhada junto com a conservação do patrimônio, pode, através da linguagem, contribuir para identificação e a classificação do que pode ter interesse patrimonial. **Metodologias observacionais** incluem a observação da atividade e o mapeamento comportamental, incluindo a compreensão do ambiente construído através de sistemas de observação de fotografias de espaços públicos feitas em certo intervalo de tempo, técnicas etno-arqueológicas – que combinam dados obtidos pela arqueologia tradicional com documentos etnográficos de grupos locais que podem estar usando o sítio de forma semelhante aos seus antepassados – e estratégias de comunicação não-verbal resultantes da relação entre os recursos fixos e não-fixos. Neste caso, a conservação do patrimônio pode contribuir com a compreensão dos elementos construídos. Já as **abordagens fenomenológicas** se concentram no estudo do lugar e da experiência do indivíduo. As **abordagens históricas** são importantes para compreender um determinado lugar em seu contexto temporal, perceber os valores passados de usuários anteriores e também como as percepções e os significados mudaram ao longo do tempo.

Entretanto, elas não abordam os significados atuais e a percepção dos usuários atuais que podem ser melhor entendidas através de **abordagens etnográficas** que incluem o contexto histórico, social e político, buscando compreender padrões socioculturais contemporâneos. As **abordagens do discurso** podem ser aplicadas quando existe a dificuldade em reunir dados e busca-se interpretar o objeto através do texto e da fala sobre esse objeto. Essas diferentes abordagens são apropriadas para diferentes tipos e níveis de pesquisa, podendo ser aplicadas em conjunto. Alguns desses métodos estudam o grupo e outros estudam indivíduos dentro do grupo. Cada uma dessas abordagens pode contribuir em diferentes escalas de investigação, dependendo do tipo de bem a ser analisado, e também diferentes graus de envolvimento do pesquisador, bem como representa possíveis problemas que cada uma pode apresentar (GCI, 2002, p. 31-49).

O ensaio de Susana Mourato e Massimiliano Mazzanti (GCI, 2002, p. 51-76), sobre a valoração econômica do patrimônio cultural, apresenta os princípios básicos – e as limitações – do discurso econômico em relação à conservação do patrimônio.

Com relação aos **valores econômicos**, existem os valores de mercado – ou valores de uso –, mas também os valores de não-mercado – ou valores de não-uso. Mesmo quando um bem possui um valor dito inestimável, é preciso estimar quanto se quer investir na sua conservação, até que valor se deve investir na sua reconstrução, qual será o preço do ingresso ou se será gratuita a visitação ou qual deve ser a multa para quem destrói um bem patrimonial. Um exemplo são as igrejas católicas barrocas que apesar da laicidade do Estado e de não serem propriedade pública, costumam receber recursos públicos para a sua conservação. Não há recursos para a conservação de todas as igrejas católicas barrocas do Brasil, mas também não há uma metodologia única de definição de como os recursos serão aplicados. É fundamental no processo de avaliação, valorar os investimentos para a conservação, considerando a valorização da sociedade. Essas e outras questões que podem ser respondidas pela economia cultural interessam especialmente ao GCI que, entre muitas outras ações, financia projetos de conservação da arquitetura moderna (GCI, 2017).

Uma das premissas econômicas teóricas é baseada no fato de que, apesar de existir uma grande quantidade de bens culturais comercializáveis – como objetos de arte, por exemplo – muitos deles são públicos – principalmente entre os bens edificados – e não se aplicariam alguns princípios econômicos básicos como a rivalidade – quando o consumo reduz a quantidade disponível – e a exclusividade – quando se pode restringir o acesso, como é o caso dos centros históricos (GCI, 2002, p. 53).

Nesses casos, pode haver uma crença de que bens com características públicas não possuiriam valor para o mercado e deveriam ser mantidos apenas com recursos públicos, já que não possuiriam receita suficiente para sua conservação.

A incapacidade do mercado para refletir o valor total dos bens culturais também significa que muitos projetos de desenvolvimento destrutivo são implementados pelo fato de eles parecerem gerar maiores benefícios financeiros. Evidentemente, o fato de que muitos bens culturais públicos não são comercializados nos mercados não significa que eles não tenham valor. O problema é como medir esse valor, dada a ausência de um mercado (GCI, 2002, p. 54, tradução nossa).

Existem algumas metodologias teóricas de valoração econômica para a avaliação do patrimônio cultural. Os **métodos de preferência revelada** são baseados na verificação empírica das escolhas dos consumidores, tentando inferir um padrão de comportamento e apresentando limitações em sua aplicação prática. Entre eles estão o método do preço hedônico, o método do custo de viagem e o método do custo de manutenção. O **método do preço hedônico** é baseado na ideia de que o preço de um imóvel é definido apenas pelo conjunto de suas características. Assim, seria possível, pelo menos em teoria, estimar um valor econômico de um imóvel, comparando, por exemplo, o preço de uma casa localizada dentro de uma zona histórica com uma outra casa idêntica fora dela. O **método do custo de viagem** usa diferenças nos custos de viagens a sítios do patrimônio culturais para inferir o valor dos mesmos. O **método do custo de manutenção** é usado para estimar danos ao patrimônio construído – como a poluição do ar – a partir do preço da manutenção. Sendo mais fácil obter informações sobre os custos que sobre os benefícios, subestimando outros valores econômicos (GCI, 2002, p. 54-55).

De maneira oposta, os **métodos de preferência declarada**, como indica o nome, usam pesquisas para identificar as preferências de consumo de bens ou serviços culturais, num mercado hipotético. O mais popular deles é o **método de avaliação contingente** “que tem sido amplamente utilizado em países desenvolvidos e em desenvolvimento, particularmente na última década, para determinar a viabilidade econômica das políticas públicas para a melhoria da qualidade ambiental” (GCI, 2002, p. 55). Um questionário de avaliação contingente, realizado com pessoas aleatórias, busca estimar os benefícios de manter um determinado bem cultural como se ele fosse um “novo” produto no mercado convencional. Também pode ser investigado quanto dinheiro deve ser investido para sua conservação ou quanto dinheiro as pessoas pagariam por um ingresso. Por ser um método que se baseia numa pesquisa hipotética, sofre muitas críticas e, como os métodos anteriores,

também apresenta limitações, principalmente em valores de não-uso, como o valor de opção – que se refere ao desejo de preservar um bem cultural, mesmo que isso implique um custo financeiro. Também apresenta limitações quando não consegue identificar a opinião de não-usuários e de visitantes externos, tendo resultados restritos a um determinado grupo (GCI, 2002, p. 56-58). Nas últimas décadas tem-se adotado a **abordagem de modelagem de escolha** para tentar resolver problemas apontados pelos métodos anteriores. As metodologias baseadas nessa abordagem buscam medir a preferência de produtos não comercializados, onde as diferentes características de um bem são descritas para se estabelecer níveis de escolha (GCI, 2002, p. 64). Essa abordagem apresenta vantagens, em relação aos outros métodos, com uma detalhada capacidade de avaliação. Mas ela ainda apresenta problemas em relação a obtenção dos dados através das pesquisas.

Para o futuro a tarefa é desenvolver e estabelecer uma ferramenta abrangente e multidisciplinar para a avaliação dos valores culturais, como resposta à natureza complexa, multifacetada e de múltiplos valores do patrimônio cultural (GCI, 2002, p. 69, tradução nossa).

Apesar dessas técnicas apresentarem bons resultados do ponto de vista teórico da economia, o GCI recomenda que sejam integrados instrumentos para avaliação socioeconômica do patrimônio cultural, já que a avaliação de valores de não-mercado continua controversa na prática (GCI, 2002, p. 65-66). Ou seja, o processo de avaliação dos valores deve ser feito numa associação entre técnicas de valoração econômica e de identificação de valores socioculturais.

A pesquisa desenvolvida pelo GCI reuniu profissionais de diferentes áreas. O relatório sobre ‘Valores e Conservação do Patrimônio’ é fruto do debate realizado entre 14 e 16 de janeiro de 1998, em Los Angeles e Riverside (EUA) e reuniu 20 profissionais de 11 países e regiões – Argentina, Dinamarca, EUA, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, Palestina, Reino Unido, Turquia – e 15 campos disciplinares – antropologia, arqueologia, arquitetura, artes, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento urbano, economia da arte e da cultura, filosofia, geografia, história da arquitetura, história da arte, negócios culturais, planejamento urbano e sociologia (GCI, 2000, p. 71). Quanto mais diversa a participação no reconhecimento dos valores de um bem patrimonial, evidentemente maior será a representatividade. Assim, deve ser levado em consideração que o trabalho desenvolvido por Alois Riegl foi fundamental, mas foi desenvolvido individualmente e buscava o reconhecimento da história da arte como disciplina. Portanto, esses dois fatores devem ser levados em consideração.

Os integrantes da pesquisa do GCI perceberam que entre eles havia dois grupos: os “culturalistas” e os economistas. Apesar disso, havia uma constatação em comum entre as duas equipes: no processo de avaliação (*valuing process*), os valores econômicos são o resultado da valoração (*valuation*) ou da atribuição de valor, enquanto os valores culturais são o resultado da valorização (*valorization*) ou do reconhecimento do valor. Um dos objetivos do Getty Institute foi achar um campo em comum entre esses dois pontos de vista. A economia da cultura seria a disciplina que poderia ser adaptada à realidade da conservação do patrimônio e que poderia mediar esse debate (GCI, 1999).

O primeiro assunto que interessa destacar é a conceituação dos valores do patrimônio como uma das maiores contribuições dessa pesquisa desenvolvida pelo GCI. Randall Mason aponta duas interpretações para o termo ‘valor’. A primeira tem um sentido moral, associado a princípios, e a segunda faz “referência às qualidades e características vistas nas coisas, em particular as características positivas (reais ou potenciais)” (MASON, 2002, p. 7). Com foco na segunda interpretação, Mason sugere uma perspectiva mais antropológica para os valores, numa tentativa de compreender uma gama completa de valores.

Segundo Mason, os valores admitidos em um bem com interesse patrimonial variam segundo o indivíduo ou grupo e até ao longo do tempo. Diferentes valores podem ser reconhecidos num mesmo bem: quanto mais atores envolvidos na sua preservação, mais valores podem ser percebidos, e estes são, às vezes, até conflitantes. Além dessa multiplicidade de valores reconhecíveis em um bem, existe um segundo aspecto a ser considerado na conceituação. Os valores não são objetivamente dados. Eles não são intrínsecos, imutáveis e encontrados. Os valores são o produto da interação entre o bem e as pessoas, então só podem ser entendidos com referência aos contextos sociais, históricos, espaciais, etc. Os especialistas em patrimônio têm um papel fundamental nesse processo de percepção dos valores, mas também é preciso ouvir especialistas de outras áreas e usuários do bem para a ampliação da compreensão dessas interações (MASON, 2002, p. 7-8). O reconhecimento dos diferentes valores do patrimônio pode ajudar a unir os profissionais e usuários e apontar os interesses patrimoniais comuns.

O Getty Institute sugere a existência de quatro esferas na prática e na política de preservação atual, principalmente no início do processo de reconhecimento de um objeto ou lugar como patrimônio cultural. São elas: o ‘Interesse’ (*Interest*), a ‘Proteção’ (*Protection*), o ‘Planejamento e Gestão’ (*Planning & Management*) e a ‘Intervenção’ (*Intervention*). Cada uma dessas esferas normalmente acontece de maneira independente, e a partir de grupos

diferentes. (1) O ‘Interesse’ em proteger costuma partir do discurso acadêmico, da escavação arqueológica, do interesse político, religioso ou comunitário de um grupo de pessoas em relação a um lugar ou um objeto; a próxima etapa envolve (2) a ‘Proteção’ que é mais comum com a aquisição de um objeto por um museu, a identificação de um lugar histórico ou o ato legal de reconhecimento (*designation, landmark designation*, inventário ou tombamento, no caso do Brasil), envolvendo indivíduos ou grupos, como curadores ou comissões patrimoniais; (3) o ‘Planejamento e Gestão’ é normalmente feito pelos proprietários de imóveis ou administradores, como curadores, gestores de lugares; e, por fim, (4) a ‘Intervenção’, que é feita através de ações de manutenção ou tratamento físico, normalmente realizada por cientistas e especialistas da arquitetura e de outras áreas, a partir de consultas com a comunidade ou a partir de decisões tomadas por interesses políticos ou de investidores. Essas esferas normalmente acontecem como uma sequência (Figura 1). Especialmente a esfera da Intervenção chama a atenção pelo foco principal no aspecto físico do objeto ou do lugar, perdendo sua conexão com as outras esferas e seus agentes (GCI, 2000, p. 3).

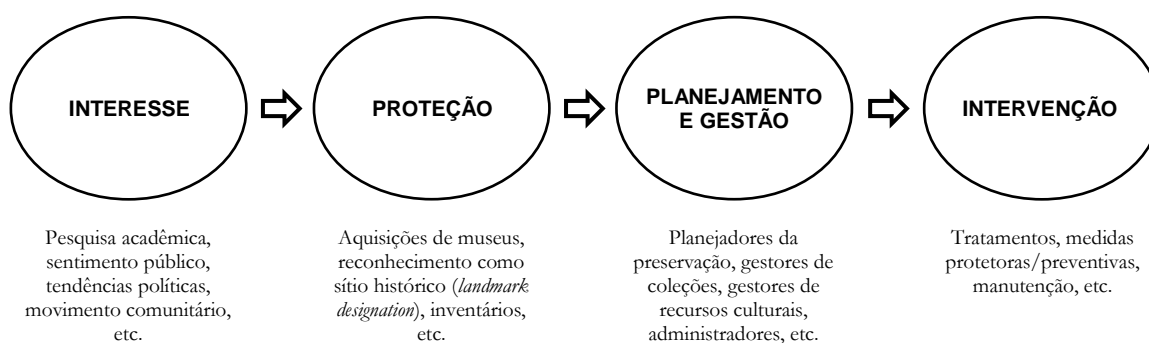


Figura 1 – A forma atual da política e da prática da preservação do patrimônio.
 Extraído de: GCI, 2000, figura 1, p. 4, tradução nossa.

Existem três grandes desafios no campo da preservação do patrimônio: (1) a condição física dos materiais que compõem o bem, estado de deterioração, etc.; (2) o contexto da gestão, como questões políticas e legislativas, administração de pessoal, disponibilidade de recursos financeiros, etc.; e (3) os valores sociais e o significado cultural do bem, o que ele representa, para quem, o impacto que a intervenção pode provocar, etc. Os desafios que mais preocupam são as questões físicas do lugar ou objeto, ficando o contexto social e os valores em última instância.

Assim, considerando o avanço tecnológico recente, a participação social cada vez maior e a democratização dos processos, um desafio futuro para o campo da preservação do patrimônio é não só considerar as questões físicas do lugar ou o objeto em si, mas também

considerar seu contexto social. Neste contexto estão os valores que as pessoas reconhecem e não apenas os reconhecidos pelos especialistas em preservação. O reconhecimento de diferentes valores pode representar o aumento do suporte e da participação de diferentes grupos sociais e culturais na preservação.

Para combater a separação entre as esferas, o relatório sugere uma abordagem holística onde existe uma conexão entre as esferas (Figura 2).

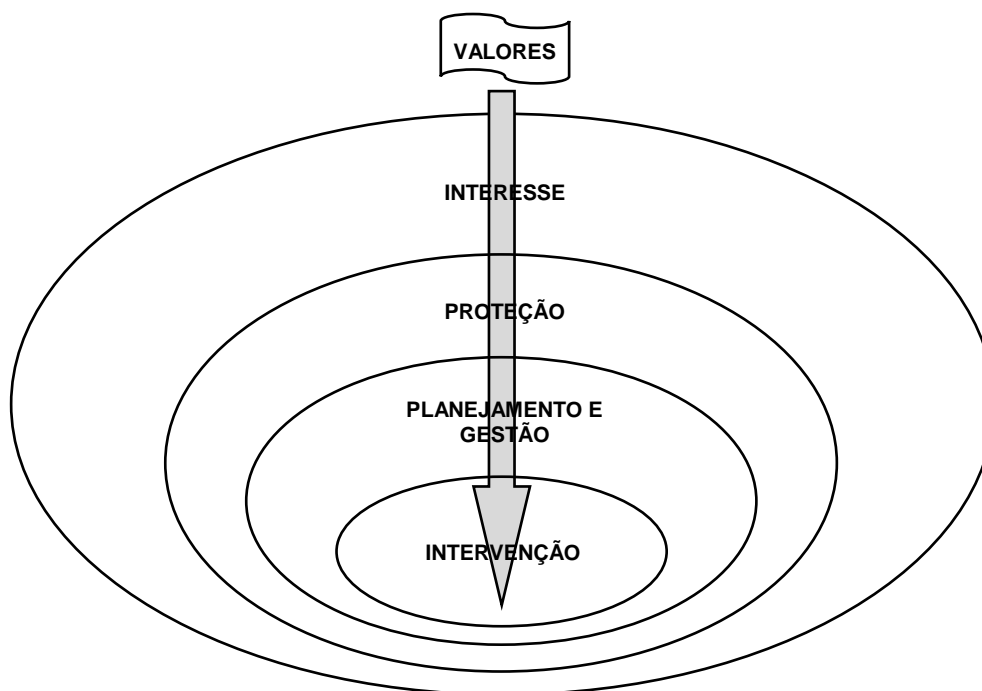


Figura 2 – O futuro potencial da política e da prática da preservação do patrimônio.
Extraído de: GCI, 2000, figura 2, p. 5, tradução nossa.

Neste modelo, as esferas devem fazer parte de um processo, como sugeriu a Carta de Burra. Num processo democrático, tudo deve começar com o reconhecimento dos valores por todos os interessados e integrantes das diferentes esferas, além disso, esses valores devem ser considerados durante todo o processo; em seguida, cada esfera dá sua contribuição e, à medida que o processo avança, o número de participantes diminui, mas os valores reconhecidos por todos são respeitados. Esses valores podem mudar ao longo do tempo, mas para isso todo o processo precisa ser reavaliado. A partir do reconhecimento dos valores, a próxima esfera é o Interesse em preservar, que deve orientar os mecanismos de Proteção. Este, por sua vez, dá origem ao Planejamento e Gestão do bem, que baseia a Intervenção. Assim, tudo começa com os valores do patrimônio e toda intervenção só pode acontecer se respeitar as outras esferas em que ela está inserida (GCI, 2000, p. 4).

O segundo assunto a ser destacado na pesquisa do GCI é a proposição de uma classificação didática de valores, que foi desenvolvida a partir de outras classificações pensadas ao longo do século XX e enriquecidas com a participação dos profissionais de diferentes áreas. Ela foi sintetizada no ensaio de Randall Mason (2002), que afirma que os objetos do patrimônio não possuem valores intrínsecos, independentemente de sua apreciação ou do julgamento que se tem sobre eles, possuindo múltiplos e diversos valores que as comunidades lhes atribuem através do tempo. Com a intenção de ampliar tipológica, cronológica e geograficamente o campo patrimonial, esse modelo é particularmente bem adaptado ao patrimônio moderno. Mason então apresenta outras tipologias de valores propostas ao longo do século XX, como a proposta por Alois Riegl e pela Carta de Burra.

Essa nova proposta de tipologia é chamada por Mason (2002, p. 10) de provisória por não ser nem exaustiva, nem exclusiva, servindo de ponto de partida e discussão. O autor afirma que, apesar dessa tipologia apresentar os tipos mais frequentes de valores, a ideia não é oferecer uma tipologia normativa, já que um único quadro de valores não pode se adequar a todas as realidades culturais, servindo, portanto, apenas como base para a proposição de um quadro normativo próprio a cada realidade.

Essa tipologia provisória foi dividida em duas categorias: sociocultural e econômica. O autor afirma que essa separação é apenas didática e que não existe uma diferença real entre esses valores, apenas diferentes enquadramentos conceituais e metodológicos para articulá-los (MASON, 2002, p. 10-13).

Na categoria valores socioculturais, estão:

- Valor Histórico, relacionado ao passado do patrimônio e inclui:
 - Valor Educacional/Acadêmico (e Arqueológico);
 - Valor Artístico;
- Valor Cultural/Simbólico, que cria laços entre o patrimônio e o presente;
- Valor Político, especificamente para construir ou manter relações civis, legitimidade governamentais, protestos ou causas ideológicas;
- Valor de Trabalho ou Ofício (*Craft- or work-related values*), normalmente não possui aspecto religioso e pode estar relacionado com o modo de fazer de um grupo cultural

ou social ou, segundo o autor, “usados para estimular a identidade de grupos étnicos” (MASON, 2002, p. 12);

- Valor Social, facilita as conexões sociais e normalmente não está relacionado com valores históricos, isto é, estão vinculados ao presente do patrimônio. Estão incluídos aqui o capital social e a conexão espacial com o lugar (*place attachment*);
- Valor Espiritual/Religioso que pode emanar de crenças e ensinamentos do que o autor chama de “religião organizada”, mas também pode incluir experiências de milagre (*wonder*), reverência (*awe*), etc;
- Valor Estético seria as qualidades visuais do patrimônio, bem como não-visuais, como olfato e audição.

Na categoria dos valores econômicos, Mason inclui:

- Valor de Uso (ou Valor de Mercado), como o nome diz, está diretamente relacionado com o valor de mercado, bens ou serviços negociáveis ou que se pode atribuir um preço. Por exemplo, o preço do ingresso de um sítio histórico ou o preço do metro quadrado daquele sítio no mercado, em relação ao terreno vizinho sem valor patrimonial.
- Valor de Não-uso (ou Valor de Não-mercado) (*Nonuse Value (Nonmarket Value)*) são mais subjetivos e não podem ser mensurados diretamente em termos monetários, mas podem ser classificados como econômicos por representarem alocação de recursos financeiros, por exemplo, para serem comprados ou protegidos. O autor os subdivide em:
 - Valor de Existência quando um bem vale pelo simples fato de existir, mesmo que ele não represente custo financeiro para preservá-lo;
 - Valor de Opção, que se refere ao desejo de alguém preservar e a possibilidade (ou a opção), que vai consumir recursos financeiros em algum momento futuro;
 - Valor de Legado vem do desejo de deixar um bem patrimonial para as gerações futuras.

As tipologias de valores propostas até então visavam um contexto específico, como uma legislação patrimonial de um país. A pesquisa do Getty Institute não só atualizou os debates sobre os valores do patrimônio no começo do século XXI, como buscou conceituar o assunto de maneira a ampliar a percepção em diferentes disciplinas, estimulando o desenvolvimento de tipologias específicas a cada realidade cultural e social. O resgate da percepção da subjetividade dos valores, já apresentada por Riegl, permite o reconhecimento dos valores como resultado da interação “entre a ideia e a coisa” (MASON, 2002, p. 8) e não mais entendê-los como intrínsecos, imutáveis e fixos. A intenção do GCI não é fazer uma proposição normativa, como a Carta de Burra, e sim que se desenvolvam metodologias próprias a cada realidade, com criticidade.

1.2.4. DECLARAÇÃO DE INTERESSE PATRIMONIAL DE MONTREAL

A colonização da província do Quebec, Canadá, remonta à colonização francesa nas Américas, no século XVII. No entanto, a região foi colônia britânica a partir do século XVIII e os séculos seguintes foram marcados por diferentes batalhas e conflitos que deram lugar a uma rica mistura das duas culturas. A história da proteção do patrimônio nessa província é fruto de influências da França e da Inglaterra.

A partir das recomendações do GCI, a prefeitura de Montreal, maior cidade da província, desenvolveu, a partir de 2008, um processo de reconhecimento dos diferentes valores do patrimônio. A ‘Declaração de Interesse Patrimonial’ (*Énoncé d'intérêt patrimonial*) é o relatório final desse Processo da Avaliação que reúne em sua parte final os valores patrimoniais de um lugar e as características que os representam. O interesse patrimonial, através de muitos valores distintos, é atribuído a um lugar por uma coletividade, segundo características e qualidades particulares. O reconhecimento e respeito desses valores reforçam a conexão da coletividade com o patrimônio e norteiam ações de conservação material dos elementos característicos do bem patrimonial sendo, portanto, um documento de referência fundamental para a sua gestão.

Entre os anos 1973 e 2003, houve uma grande mudança na preservação do patrimônio de Montreal. Dois fatos marcam o começo dessas mudanças: a revisão da lei sobre os bens culturais em 1972, realizada pelo governo provincial, e o surgimento de organizações para o reconhecimento e defesa do patrimônio e a formulação de uma identidade “montrealense” (*montréalaise*), por parte da sociedade civil (DROUIN, 2007, p. 13-

15). As reivindicações desde os anos 1970, por parte dessas organizações, pelo reconhecimento e salvaguarda desse patrimônio resultaram numa mudança de postura por parte do governo.

O reconhecimento por parte do governo municipal da importância da participação da coletividade de Montreal nos processos decisórios tem um marco no *Sommet de Montréal* de 2002, a partir de uma nova gestão municipal. Esse foi um grande plano de desenvolvimento que orientou a criação de grupos de trabalho para planejar o futuro da cidade. A partir do *Sommet* de 2002, nasceram outros planos para assuntos específicos relacionados ao desenvolvimento e à qualidade de vida dos moradores, incluindo o patrimônio.

O Plano de Urbanismo é uma das ferramentas de planejamento do território que começou a ser desenvolvido ainda em 2002, com a consulta à população. Uma versão preliminar foi adotada durante o ano de 2004 e foi revisada a partir de críticas e opiniões. Durante o ano de 2005, foram adicionados os capítulos elaborados por cada subprefeitura (*arrondissement*)¹². Relatórios de atividades periódicas são publicados como subsídio para revisões. O Plano reúne informações fundamentais para o planejamento do desenvolvimento da cidade, como densidade urbana, áreas verdes e patrimônio construído. A partir dessas informações, orienta futuras intervenções, buscando o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, assim como considerando as diferentes escalas ‘grande-Montreal’ e local. Especificamente sobre patrimônio construído, o Plano de Urbanismo apresenta, dentro de cada subprefeitura, listas com os ‘setores de valor excepcional’, além dos ‘edifícios de interesse patrimonial e arquitetural’ fora desses setores, que terão um controle rigoroso quanto aos trabalhos de construção, renovação e demolição.

A Política de Patrimônio é outra política setorial sugerida pelo *Sommet* de 2002. Adotada em 2005, tem como objetivo organizar e orientar ações específicas sobre o patrimônio, encorajando uma visão coletiva e de responsabilidade partilhada do patrimônio da cidade, com o desenvolvimento de um sistema de organização de ações. O documento apresenta a importância de se reconhecer os valores do patrimônio e a contribuição da

¹² A *Ville* de Montreal é subdividida em 19 *arrondissements*. Cada um deles possui uma certa autonomia, um orçamento próprio e é responsável por alguns serviços como manutenção e conservação de parques e vias públicas, promoção de atividades culturais e esportivas. É interessante salientar que os subprefeitos de Montreal não são indicados pelo prefeito, mas eleitos pela população daquela região. Isso provoca uma dinâmica diferente da brasileira pois, em alguns casos, o subprefeito vem de base política diferente daquela do prefeito, provocando debates sobre os caminhos a serem dados à cidade e suas regiões.

sociedade para a sua proteção. Também sugere a relevância de órgãos consultivos como o Conselho do Patrimônio de Montreal (*Conseil du patrimoine de Montréal* – CPM). O Conselho foi constituído em 2002 e é composto por nove especialistas que orientam a Câmara Municipal através de suas recomendações com o objetivo de melhorar a compreensão, a conservação e a valorização do patrimônio municipal.

Nesse contexto surgiu, em 2008, o ‘Processo de Avaliação do Interesse Patrimonial de um Lugar’ (*Le processus d’évaluation de l’intérêt patrimonial d’un lieu*) por iniciativa da Divisão de Especialistas em Patrimônio e da Toponímia (*la Division de l’expertise en patrimoine et de la toponymie*) (MONTREAL, 2008).

Entendendo o patrimônio como “uma das dimensões identitárias essenciais de uma coletividade” (MONTREAL, 2012, p. 3), a prefeitura pretende, através desse Processo de Avaliação, conhecer ainda mais e valorizar os diversos componentes do patrimônio de Montreal (edifício, conjunto, sítio, paisagem, etc.). Para isso, a abordagem defendida é baseada em dois princípios fundamentais:

- Um determinado lugar (um bem cultural reconhecido ou um lugar sem status especial, mas que contribua para a identidade montrealense) apresente um interesse patrimonial com muitos valores patrimoniais e estes diferentes valores sejam incorporados ou se expressem em vários componentes característicos;
- A significação cultural que reveste um determinado lugar para uma coletividade repousa num consenso que o processo de avaliação pretende destacar (MONTREAL, 2012, p. 3, tradução nossa).

Assim, o reconhecimento do interesse patrimonial de um determinado lugar deve estar relacionado com a contribuição para a identidade “montrealense” e não necessariamente com o fato de possuir um status patrimonial. Esse interesse deve ser reconhecido através dos valores patrimoniais e esses valores se incorporam ou se expressam em diversos componentes característicos do lugar. Então, o foco da preservação está nos valores do patrimônio. O reconhecimento do interesse acontece através do Processo de Avaliação, que é baseado num consenso e pretende destacar o conjunto de valores – chamado de significado cultural (*signification culturelle*) – atribuído a um lugar por uma coletividade. Portanto, o Processo se baseia nos valores do patrimônio e no reconhecimento deles através do consenso.

A gestão pelos valores é uma abordagem largamente admitida que se baseia na ideia que, além da conservação material dos elementos característicos de um lugar, é a perenidade dos valores que esses lugares representam aos olhos das comunidades que as reconhecem que importa.

Os valores associados a um lugar constituem então uma fonte preciosa de inspiração na avaliação contínua desse lugar (MONTREAL, 2012, p. 5, tradução nossa).

Para facilitar a realização e a divulgação do processo, a Divisão de Patrimônio lançou, em 2012, o “Guia de Aplicação do Processo de Avaliação que leva a formulação de uma Declaração de Interesse Patrimonial: noções, princípios e ferramentas” (*Guide d’application du processus d’évaluation menant à la formulation d’un énoncé d’intérêt patrimonial notions, principes et boîte à outils*) (MONTREAL, 2012) (ver Anexo A).

O Processo de Avaliação começa com a criação de um grupo de trabalho de até dez pessoas. Os trabalhos são dirigidos pela Divisão de Patrimônio e o grupo é composto por representantes da prefeitura, da subprefeitura, do proprietário, seus consultores e, em alguns casos, usuários do lugar e grupos interessados. Representantes do governo provincial e federal são convidados no caso de lugares com status patrimonial provincial e federal, respectivamente. Também participam especialistas de diferentes disciplinas como arqueologia, arquitetura da paisagem, ecologia ou outras, segundo o caso.

Em seguida, são coletadas todas as informações disponíveis sobre o lugar de interesse (edifício, conjunto, sítio, paisagem, etc.). Esse dossiê reúne imagens do passado e do presente, e igualmente tudo que possa ajudar a compreender a evolução do lugar (MONTREAL, 2012, p. 4). Ele é dividido em três partes: (1) situação atual do lugar com a identificação, os status patrimoniais, se for o caso, e informações sobre morfologia, topografia, meio ambiente natural, contexto urbano, organização espacial e uso; (2) síntese de sua evolução, composta por uma cronologia, análise da evolução do lugar e de seu contexto urbano, não apenas material (como mudanças nos limites do lote e dos edifícios), como também sua relação com personagens, tradições e eventos; por fim, (3) fichas técnicas sobre cada componente do lugar, seus edifícios e quem os concebeu, proprietários, ocupantes, funções e a relação com a paisagem (MONTREAL, 2012, p. 11). A coleta de informações se completa com o grupo visitando o lugar de interesse.

A avaliação propriamente dita começa com o encontro do grupo de trabalho para a identificação dos valores e dos elementos que os representam. Essa etapa é a mais demorada e cada integrante apresenta os valores reconhecidos segundo seu conhecimento e sua sensibilidade. Então, acontece uma discussão em grupo sobre a compreensão do lugar para cada um, com foco nos valores que são consensuais e divergentes. Só então são identificados

os elementos que caracterizam os valores. Em alguns casos pode ser necessário uma pesquisa complementar ou uma nova visita para esclarecer alguma questão específica.

A equipe da Divisão de Patrimônio redige uma versão preliminar a partir das considerações do grupo. O texto compreende a identificação do lugar, uma síntese de seu interesse patrimonial, a declaração dos valores patrimoniais reconhecidos, apresentados segundo sua importância, e os elementos que os representam. Os valores e os elementos são apresentados lado a lado para que fique clara a relação entre eles. Essa versão preliminar é apresentada ao grupo de trabalho, que faz comentários, correções necessárias e aprova a versão final. A Declaração final é publicada na internet como parte do processo de sensibilização e participação cidadã. O tempo estimado para a realização do processo é de aproximadamente três meses (MONTREAL, 2012, p. 12).

O Guia de Aplicação do Processo apresenta uma tabela com os valores mais comumente encontrados e determina que eles devem ser apresentados na Declaração de maneira hierárquica. A lista começa com o Valor Social ou Simbólico, com uma significação identitária ou espiritual. Esta significação é dada por um grupo específico, com qualidades emblemáticas nos níveis espiritual, político, social ou cultural. O Valor Social ou Simbólico também pode ser reconhecido pela ligação entre os elementos materiais e imateriais, admitindo-se também o reconhecimento do ‘Espírito do Lugar’ (*esprit du lieu*) (equivalente da expressão latina *genius loci*). A sequência hierárquica é seguida pelo Valor Histórico, relativo à evolução urbana do lugar, aos fenômenos da sociedade, a pessoas ou eventos associados e à antiguidade. Já o Valor Artístico ou Estético é correlacionado à qualidade da concepção, à importância de quem concebeu o lugar, à importância do lugar no conjunto da obra de quem concebeu ou ainda enquanto experiência sensorial, de conhecimento ou de sensibilidade. O Valor Contextual, Urbano ou de Paisagem é relativo à coexistência de fenômenos naturais e culturais, elementos do meio que reforçam as qualidades do lugar ou que contribuem em realçar uma qualidade urbana, ou ainda, elementos que pertencem à um sistema. Também podem ser identificados outros valores específicos, segundo o caso, como Valor Científico ou Técnico, Valor Arqueológico, Valor de Uso, Valor Ecológico (MONTREAL, 2012, p. 13).

A Divisão de Patrimônio já realizou mais de 50 Declarações de Interesse Patrimonial e, apesar de ser uma experiência recente, é possível fazer algumas observações preliminares. Bem como um status patrimonial, uma Declaração não é uma ferramenta que garante a salvaguarda do patrimônio. Por outro lado, identifica as características mais representativas

dos valores reconhecidos no imóvel, dando informações mais precisas e servindo de subsídio para as recomendações do CPM.

Desde 2012, a produção de uma Declaração passou a ser obrigatória para subsidiar as decisões do CPM nos casos em que se quer: (1) conferir um status patrimonial a um lugar; (2) nos casos de um lugar que já possui um status, mas que se pretende demolir uma parte, demolir totalmente ou reformar; (3) nos casos de mudança do plano urbanístico. O processo não é obrigatório em outros casos, mas pode ser aplicado em lugares que não possuem status patrimonial, mas que podem contribuir ao reforço da identidade “montrealense”.

Um exemplo de que o status patrimonial ou a produção de uma Declaração não é garantia de perenidade é o imóvel 2118 a 2124, Boulevard Gouin Est (Figura 3) (ver Anexo B).



Figura 3 – Imóvel 2118-2124, boulevard Gouin Est., Ahuntsic-Cartierville, Montreal, Canadá. Foto: Denis Tremblay. 2012. Disponível em: <https://c1.staticflickr.com/9/8095/8511483400_333568cf1b_b_d.jpg>.

Ele foi construído em 1910, na antiga vila de Sault-au-Récollet, que posteriormente foi incorporada ao município de Montreal, e hoje está na subprefeitura de Ahuntsic-Cartierville. O imóvel está inserido em um setor urbano de valor excepcional, está situado num sítio patrimonial municipal e está inserido na área de proteção de um edifício do século XIX, cujo status de proteção provincial foi conferido em 1978. Em maio de 2014, foi elaborada sua Declaração de Interesse, que ressalta seu Valor Histórico, Paisagístico e

Arquitetural pelas suas características tipológicas únicas, raridade, autenticidade e estado de conservação, apesar de fechado desde 2010.

O grupo de trabalho foi composto por arquitetas e arquitetos da Divisão de Patrimônio e da subprefeitura de Ahuntsic-Cartierville, assim como um representante do proprietário, um arquiteto consultor do proprietário, um representante da organização de promoção do patrimônio da região, chamada 'Cité História', e um morador da região (DP, 2014). A Declaração foi provocada por um pedido de demolição que o proprietário fez à subprefeitura para substituir esse imóvel, que abrigava quatro residências, por um novo imóvel residencial com duas unidades justapostas. No mês seguinte, a CPM, a partir das informações da Declaração, emitiu um parecer negando o pedido de demolição, solicitando que se protegesse o edifício de intempéries e requisitando mais informações sobre os custos de restauração e de renovação para uma possível subvenção (CPM, 2015a).

Apesar desse parecer contrário à demolição, seis meses depois, em janeiro de 2015, o proprietário voltou a requerer autorização, ignorando o parecer anterior da CPM. Esta, por sua vez, emitiu um novo parecer mantendo a posição contrária à demolição, afirmando que nada foi feito em seis meses, solicitando providências sobre uma infiltração e alertando que a falta de cuidados com a edificação poderia levar à uma demolição por negligência. Ou seja, nos quatro anos que o imóvel ficou fechado, sua manutenção estava sendo feita normalmente, porém, nos últimos seis meses, quando o proprietário passou a ter interesse no lote, e não no imóvel, seu estado de conservação decaiu de tal forma que a própria existência dele estava em risco. Com as sucessivas negativas da subprefeitura, e apesar dos pareceres da CPM, o proprietário pediu e conseguiu autorização para a demolição nas instâncias municipal e provincial. Assim, o imóvel acabou sendo demolido em julho de 2015. Para a construção do novo imóvel naquele lote, o proprietário teve que retornar à subprefeitura, que recorreu novamente à CPM. Finalmente, tendo em vista que o edifício já havia sido demolido, a CPM foi a favor da construção de um novo imóvel, contanto que o projeto fosse modificado para que as fachadas seguissem a forma, materiais, dimensões e aberturas originais, “que deve, acima de tudo, respeitar o espírito do edifício original” (CPM, 2015b, p. 5). O parecer espera, em suas conclusões, que a prefeitura e a subprefeitura possam tirar lições desse caso e evitar que demolições por negligências não se repitam num futuro (CPM, 2015b).

Outro exemplo, dessa vez mais positivo, do papel da Declaração é o caso do imóvel situado no 10905, rue Berri, no bairro de Ahuntsic (Figura 4) (ver Anexo C). Construído às

margens do rio, por volta de 1875, em terreno vizinho à ponte Viau, construída em madeira em 1847. A história da casa tem uma relação intrínseca com essa ponte, que, em 1887, foi substituída por outra em aço. E, entre 1929-30, foi novamente substituída, dessa vez por uma versão em concreto. Com o aumento do número de carros, a prefeitura de Montreal decidiu ampliar o acesso à ponte. Por isso, em 1951, parte da quadra foi utilizada na construção de vias de acesso e para isso a casa foi desapropriada, porém, não foi demolida. Essa obra fez com que a casa ficasse isolada na quadra e passasse a servir de referência da chegada na cidade. Anos depois, o imóvel foi usado como clínica municipal, o que reforçou seu reconhecimento pela população do bairro.



Figura 4 – Imóvel 10905, rue Berri. Antiga clínica Ahuntsic, Ahuntsic-Cartierville, Montreal, Canadá. Foto: Ville de Montréal. 2007. Disponível em: <http://patrimoine.ville.montreal.qc.ca/patri_municipal/icono/grand/AC005855.jpg>.

O Valor Arquitetural da residência está associado ao estilo segundo império. Apesar de reconhecidos os Valores de Paisagem Urbana, Valor Arquitetural e Valor Histórico, a Declaração aponta o Valor Simbólico como mais importante. Este repousa no fato (1) que o sítio representa uma das entradas da cidade e uma referência visual importante, principalmente para os usuários da Ponte (Figura 5); (2) que “a casa branca” (*la maison blanche*) é conhecida por esse apelido pelas pessoas do bairro e isso demonstra uma relação com o imóvel. São elementos característicos que contribuem para o reconhecimento de seu Valor Simbólico: a sua grande visibilidade a partir da ponte, o fato de ser isolada e de ser pintada na cor branca, além da sua composição arquitetural (DP, 2013).



Figura 5 – Imóvel 10905, rue Berri. Antiga clínica Ahuntsic vista da ponte Viau, Ahuntsic-Cartierville, Montreal, Canadá. Fonte: Google Maps, maio 2009.

Apesar de não possuir nenhum status patrimonial, a Declaração permitiu que se percebesse o Valor Simbólico da casa. Assim, por exemplo, mesmo que não houvesse nada que impedisse a mudança de cor do imóvel, ao reconhecer-se a cor branca como elemento que representa o Valor Simbólico, a manutenção desta cor passa a ser importante. Também, para se respeitar o Valor Simbólico, a grande visibilidade da casa a partir da ponte não deve ser modificada, com construções ou instalações que possam atrapalhar esta perspectiva.

As duas Declarações dadas como exemplo foram elaboradas com a participação da coletividade, no primeiro caso com a participação direta de um morador do bairro. Apesar desta participação ainda não acontecer sempre, a Declaração é uma experiência que ajuda a entender a importância da participação cidadã na tomada de decisão da preservação. No segundo exemplo, o reconhecimento do Valor Social/Simbólico como mais importante, mostra a intenção da municipalidade de reconhecer a relação entre as gerações presentes e o patrimônio. A Declaração é fruto da luta da coletividade pelo reconhecimento de um patrimônio representante da identidade de Montreal, desde os anos 1970.

Os futuros desafios do campo de conservação decorrerão não apenas dos objetos e sítios do patrimônio em si, mas a partir dos contextos em que a sociedade os incorpora (GCI, 2000, p. 4, tradução nossa).

Ao considerar os valores reconhecidos pela coletividade, é possível não só identificar o patrimônio de forma mais democrática, mas também é uma maneira de melhor garantir sua preservação. Além disso, ao se reconhecer os valores identificados pela coletividade e ao

divulgar um documento que registra esses valores e os elementos que os caracterizam, é possível ampliar a quantidade de lugares de interesse, guiar futuras intervenções ou, em casos extremos, buscar solucionar negligências com o patrimônio, seja por omissão ou por imperícia.

1.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A autenticidade é uma das questões teóricas centrais na preservação do patrimônio já que é um dos critérios utilizados para justificar a preservação de um bem. A noção de autenticidade está presente na Restauração e na Conservação ainda no século XIX e essas duas abordagens fundamentaram as teorias seguintes da preservação do patrimônio. Especialmente as teorias italianas focavam na autenticidade material, inicialmente numa compreensão do monumento como documento e então a preocupação não apenas documental, mas também com os aspectos figurativos do monumento, sempre focando a materialidade do bem.

A UNESCO havia reconhecido, ainda em 1977, que a autenticidade não deveria se restringir apenas a seu aspecto material, mas também deveriam ser considerados o conceito, a execução e o entorno do bem patrimonial. Entretanto, a análise da prática da preservação, seja na Lista do Patrimônio ou fora dela, revelou que havia uma preocupação maior com a autenticidade material em detrimento aos outros aspectos da autenticidade.

Além da autenticidade considerada apenas em seu aspecto material, o foco no bem em si, e não nos valores, provocou dificuldade no reconhecimento internacional de bens culturais de alguns países não europeus, como no caso do Japão e da Austrália, por exemplo. Essa postura também representou limitações mesmo num país europeu, por exemplo no reconhecimento do patrimônio moderno. A preservação centrada nos valores permite que a gestão seja mais integrada com a sociedade e também a ampliação do que pode ser chamado de patrimônio, considerando a relação dele com a sociedade, e não apenas analisando o bem em si. Neste ponto de vista, o bem cultural não possui um valor intrínseco e são os indivíduos ou grupos que reconhecem um valor nesse bem. Sendo assim, os valores podem mudar entre diferentes indivíduos ou grupos, podendo inclusive mudar em relação aos mesmos indivíduos e grupos ao longo do tempo.

A Lista do Patrimônio Mundial é um exemplo das mudanças provocadas pelo debate da noção de autenticidade dos anos 1990. É possível perceber como o reconhecimento internacional da importância em se considerar a autenticidade não apenas material provocou o aumento no número de bens inscritos sub-representados na Lista, especialmente em relação à arquitetura moderna, foco da pesquisa.

Seguindo as recomendações do Documento de Nara, especialmente no caso da Lista do Patrimônio Mundial, nas últimas décadas houve uma ampliação do reconhecimento da diversidade cultural através do reconhecimento da diversidade do patrimônio não apenas para diferentes grupos culturais como também em diferentes épocas. Essa ampliação do que pode ser chamado de patrimônio – e sua conservação – encontra sua justificativa nos valores que indivíduos ou grupos reconhecem. Quanto maior a diversidade de pessoas e disciplinas envolvidas no processo de reconhecimento desses valores, mais ampla e diversa será essa percepção. Esse processo também depende do maior número possível de informações para melhor conhecer, compreender e interpretar o patrimônio, tanto em relação a suas características originais quanto às características subsequentes, suas transformações e significados, não apenas sua importância memorial, mas também para o presente. Para isso são necessárias diferentes fontes de informação, sendo a autenticidade dessas fontes fundamental para sua credibilidade.

O debate sobre diferentes noções de autenticidade – não apenas material – e valores do patrimônio cultural é particularmente bem adaptado ao patrimônio da arquitetura moderna, cujo tripé social, tecnológico e estético sugere o reconhecimento de outros valores e não apenas uma dúplice polaridade estética e histórica.

Ao compreender que o ato de reconhecimento dos valores em um patrimônio é, antes de tudo, uma realização social, comunitária e multidisciplinar, a preservação pelos valores permite que uma coletividade culturalmente distinta avalie suas diversidades socioculturais e desenvolva sua própria metodologia. Ou seja, seguir pelo caminho da preservação centrada nos valores não significa perder as experiências locais, mas somar e inovar no que aquela coletividade valoriza.

A restauração do patrimônio enquanto disciplina possuiu grande influência das inquietações da história da arte e sua busca pelo reconhecimento. As contribuições em diferentes momentos desde John Ruskin e Alois Riegl, até Giulio Carlo Argan e Cesare Brandi, entre tantos outros, foram fundamentais para o reconhecimento dos monumentos

como obra de arte. A dúplice polaridade estética e histórica na preservação dos monumentos foi – e continua sendo – fundamental para a disciplina. Entretanto, a preservação do patrimônio, analisada apenas sob o ponto de vista dessa dúplice polaridade, não permite – ou pelo menos torna difícil – o reconhecimento do patrimônio não necessariamente histórico e não necessariamente estético.

2. PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Uma das primeiras dificuldades quando se fala em ‘preservação do patrimônio’ é encontrar o melhor termo para explicar do que se está tratando. Os conceitos mudam ao longo do tempo e também podem possuir sentidos diferentes em cada língua ou mesmo em diferentes contextos.

Um exemplo é o próprio conceito de **patrimônio**. Françoise Choay lembra que a acepção original da palavra francesa ‘*patrimoine*’ estava associada aos bens deixados como herança pelos pais a seus filhos e que foi resgatada nos anos 1960 para substituir os conceitos de ‘monumento’ e ‘monumento histórico’ (CHOAY, 2009, p. III).

Choay lembra a distinção feita por Alois Riegl (2014, p.31-48) entre os dois tipos de monumentos. Os **monumentos** – sem qualificativo – ditos “volíveis” (*gewollten*), que deriva do latim *monumentum* (memorial), como é o caso dos obeliscos, tumbas, totens, etc. e que surgiram com uma intenção memorial *a priori*. Já os **monumentos históricos**, ditos “não volíveis” (*ungewollten*), foram reconhecidos *a posteriori* pelo seu interesse histórico-artístico (CHOAY, 2006, p. 25).

Riegl explica que nos dois casos, tanto no monumento volível quanto no monumento não volível, interessa o valor de memória, por isso os dois se chamam ‘monumento’.

Em ambos os casos, a obra nos interessa em sua forma original, aquela na qual saiu das mãos do seu criador, sem mutilações, ou ainda na forma pela qual tentamos reconstituí-la pelo olhar ou pensamento, por meio de imagens ou da palavra. No primeiro caso, o valor de memória nos é outorgado pelo autor; no segundo, ele é atribuído por nós (RIEGL, 2014, p. 36).

Choay afirma que, em inglês, o vocábulo ‘*Heritage*’ engloba as noções de ‘monumento’ e de ‘monumento histórico’. Assim, essa palavra inglesa pode parecer sinônima da palavra francesa ‘*patrimoine*’, entretanto elas possuem sentidos conotativos diferentes no contexto de cada país (CHOAY, 2009, p. XXVII).

No Brasil, em termos jurídicos, a noção de monumento apareceu pela primeira vez no artigo 10º, inciso III, da Constituição de 1934, quando afirma a proteção dos “monumentos de valor histórico ou artístico” pela União e estados (FONSECA, 2005, p. 37). Já o termo patrimônio apareceu no artigo 148 da mesma constituição quando afirma que “cabe à União, aos Estados e aos Municípios [...] proteger os objetos de interesse histórico e

o patrimônio artístico do país [...]”. A constituição de 1937 também faz referência aos monumentos. No mesmo ano, o Decreto-lei nº 25, ainda em vigor, organiza a proteção do ‘patrimônio histórico e artístico nacional’. O termo foi utilizado para definir:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, artigo 1º).

A Constituição de 1988, em seu artigo 216, cita o ‘patrimônio cultural brasileiro’ se referindo aos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, artigo 216).

Essa mudança na Constituição é um reflexo do “alargamento daquilo que passou a ser considerado bem cultural”, usando as palavras de Beatriz Kühl (2008b, p. 26). Especialmente nos últimos 50 anos, uma série de debates nacionais e internacionais culminaram em “documentos integrativos e de aprofundamento” dos princípios da Carta de Veneza de 1964 (KÜHL, 2008b, p. 26).

Contudo, Beatriz Kühl (2008b, p. 58) lembra que o Brasil não possui “uma carta de princípios de restauro nacional” e termos como ‘bem’, ‘patrimônio’, ‘legado’, ‘herança’ etc. são de uso corrente (KÜHL, 2008b, p. 34). A autora utiliza, além desses, o termo ‘monumento histórico’, mas numa acepção “riegliana”, mais próxima de sua origem e não com a “acepção redutora de obra grandiosa e isolada que adquiriu ao longo do século XIX” (KÜHL, 2008b, p. 33).

Além dessa acepção redutora apontada por Kühl, a origem do termo ‘monumento histórico’ pode induzir a uma restrição do papel apenas memorial do bem e essa não é a intenção aqui, que entende que o patrimônio pode estar relacionado também com o presente do bem e podem ser reconhecidos valores “não-memoriais”. Essa já era uma preocupação apontada por Riegl ao reconhecer a relatividade do valor de arte, que varia segundo o olhar do observador. Ele classifica esse valor não como memorial, mas como um valor do presente, um valor de atualidade (RIEGL, 2014, p. 35-36).

A preservação dos monumentos deve levar em consideração esse valor presente [de atualidade], pois sendo até certo ponto o valor atual prático oposto ao valor histórico de memória do passado, necessita de atenção

mais urgente, uma vez que ele acaba por eliminar o conceito de “monumento” (RIEGL, 2014, p. 36).

O adjetivo ‘histórico’, mesmo podendo representar o binômio histórico/artístico – como lembra Riegl (2014, p. 33) – poderia induzir a uma vinculação apenas ao passado do bem, podendo comprometer sua significação atual em relação à identidade, por exemplo.

Por isso, especialmente quando houver a possibilidade do reconhecimento de valores de atualidade, será preferido o termo ‘patrimônio’, em detrimento ao termo ‘monumento’ ou mesmo ‘monumento histórico’, relacionado com os valores de memória. Entretanto, os termos podem aparecer em diversos momentos, principalmente quando usados pelos autores estudados, respeitando a escolha desses.

Quando utilizados num contexto amplo, as palavras ‘bem’ e ‘patrimônio’ são normalmente qualificadas para não serem confundidas com o sentido exclusivamente econômico, como por exemplo no caso de ‘bem cultural’ ou ‘patrimônio histórico’. Os termos – qualificados ou não – serão privilegiados aqui com o entendimento de que esses são os mais usados atualmente, na ampliação constante do que deve ser preservado, independentemente de sua mobilidade, materialidade e da dúplici polaridade estética e histórica; como referência à memória, mas também à identidade de diferentes indivíduos e grupos. Entretanto, espera-se que em breve o termo ‘patrimônio’ seja substituído, considerando a necessidade de um qualificativo e principalmente pela sua origem etimológica e o prefixo *patri* (pai) que perpetua a desigualdade de gênero.

Outra explicação necessária é em relação aos termos **preservação, conservação e restauração**. Apesar de existirem traduções para diferentes línguas, essas palavras podem possuir sentidos diferentes em cada uma.

Um exemplo dessa dificuldade está no nome do ICCROM. Em sua tradução para o português ele se chama ‘Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais’ e possui uma tradução parecida em Italiano, referindo-se a ‘*la conservazione ed il restauro*’. Entretanto, enquanto seu nome oficial em francês se refere a ‘*la conservation et la restauration*’, seu outro nome oficial em inglês fala em ‘*the Preservation and Restoration*’.

Um dos relatórios do Getty Conservation Institute (GCI) (2000, p. 3) aponta que o termo ‘*conservation*’, em inglês, pode apresentar significados e conotações diferentes. Em alguns contextos pode representar todo o campo da preservação do patrimônio cultural (*cultural heritage preservation*), desde a pesquisa acadêmica e a pesquisa histórica até a formulação

de políticas e o planejamento. Em outros casos, o termo pode se referir a um tratamento ou intervenção específica.

Beatriz Kühl explica que na Inglaterra a palavra *restoration* possui uma “conotação extremamente negativa pela repercussão do pensamento ruskiniano” e que nos Estados Unidos a palavra *preservation* é empregada preferencialmente quando se refere a bens imóveis. Na Itália, o termo *Conservazione* está associado a um dos graus de intervenção, mas pode ser usado num sentido mais amplo, como a palavra ‘preservação’ no Brasil e na França (KÜHL, 2008b, p. 73).

Em alguns ambientes culturais, como no Brasil e na França, existe um sentido lato associado à palavra *preservação*, que pode abranger procedimentos de intervenção (a exemplo de manutenção, conservação e restauração), formas legais de tutela (como o tombamento), políticas de proteção e perpetuação da memória, educação patrimonial (KÜHL, 2008b, p. 73).

Segundo Hubert-Jan Henket, *preservation* “é o esforço total de manter a memória de um artefato para as gerações futuras. Isso pode estar na forma de manter o objeto físico, ou na forma de documentá-lo” (HENKET, 1998, p. 17, tradução nossa).

Salvador Muñoz Viñas lembra que “na prática, a conservação e a restauração se superpõem com frequência, de maneira que nem sempre é possível distinguir entre ambas atividades” (VIÑAS, 2003, p. 20). Contudo, ele afirma que se usa a palavra *conservación* para se referir “a parte do trabalho de Restauração que não pretende introduzir mudanças *perceptíveis* no objeto restaurado”, enquanto se fala de *restauración* “para se referir a parte do trabalho de Restauração que tem por objetivo modificar as características perceptíveis dos objetos” (VIÑAS, 2003, p. 22). Então, entendendo a Restauração – com R maiúsculo – como a disciplina que abrange tanto a conservação como a restauração, Viñas parte da afirmação que “a Restauração se ocupa dos objetos que melhor simbolizam (descrevem, representam, caracterizam) uma cultura, uma identidade, uns sentimentos pessoais ou coletivos” (VIÑAS, 2003, p. 79) e então apresenta três definições sendo:

a) A *preservação*, ou *conservação ambiental* ou *periférica*, é o conjunto de atividades destinadas a garantir a sobrevivência dos objetos simbólicos e historiográficos agindo sobre as circunstâncias ambientais em que se conservam [ou que permanecem].

b) A *conservação*, ou *conservação direta*, é o conjunto de atividades materiais (de processos técnicos, se quiser) destinados a garantir a sobrevivência dos objetos simbólicos e historiográficos, atuando diretamente sobre os materiais que os compõem sem alterar sua capacidade simbólica.

c) A *restauração* é o conjunto de atividades materiais, ou processos técnicos, destinados a melhorar a eficiência simbólica e historiográfica dos objetos de Restauração atuando sobre os materiais que os compõem. (VINHAS, 2003, p. 80, tradução nossa)

Então, considerando os diferentes significados que esses termos podem ter, será considerada aqui a ‘conservação’ e a ‘restauração’ como atividades que atuam diretamente sobre os materiais que compõem o bem. Segundo a Carta de Veneza, a conservação exige, antes de tudo, manutenção permanente enquanto a restauração é uma operação de caráter excepcional e tem por objetivo revelar os valores estéticos e históricos e não reconhecer valores. Já o termo ‘preservação’ será entendido num sentido amplo, incluindo ações de intervenção como a manutenção, a conservação e a restauração, mas também ações de ‘não-intervenção’, como a proteção legal – incluindo o tombamento, a educação patrimonial, a documentação – e o inventário e a conservação informacional.

Em relação à expressão **Arquitetura Moderna**, Alan Colquhoun (2006, p. 17) afirma que ela é ambígua. Ele lembra que esta pode ser entendida de maneira genérica e englobar “todos os edifícios construídos na época moderna, independentemente de sua base ideológica”. Entretanto, “de maneira mais restritiva”, a expressão normalmente se refere a “arquitetura consciente de sua própria modernidade e em luta por mudanças”. O autor diz que a segunda é geralmente a definição dos historiadores da arquitetura contemporânea e tal como a dele também será entendida aqui dessa maneira.

As mudanças a que se refere Colquhoun são definidas de diferentes maneiras, segundo cada historiador da arquitetura. Leonardo Benevolo (2012) fala em mudanças técnicas, sociais e culturais; William Curtis (2008) se refere às transformações sociais e tecnológicas; e Kenneth Frampton (2000) cita as transformações culturais, territoriais e técnicas.

Então, a arquitetura moderna luta por mudanças, mas tem uma base ideológica, como dito por Theodore Prudon (2008, p. 4), um forte vínculo com a melhoria social, a mudança estética e a inovação tecnológica, formando um “tripé conceitual”. Esse também é o modo como esse termo será usado aqui. Contudo algumas ressalvas ainda devem ser feitas.

William Curtis concentra sua obra em “edificações de alta qualidade visual e intelectual”, afirmando que “uma tradição é formada de uma sequência de pontos altos, que passam suas descobertas aos seguidores menos importantes” (CURTIS, 2008, p. 7). Já Jean-Louis Cohen admite que sua narrativa, apesar de focada em edifícios de alta qualidade, tenta

escrever “com o propósito de não negligenciar a relação entre a “grande” arquitetura das obras mais espetaculares e a arquitetura “menor” da produção em massa, que constituem o pano de fundo urbano para os projetos excepcionais” (COHEN, 2013, p. 17). Entretanto, como lembra Hubert-Jan Henket, alguns edifícios ou bairros considerados “comuns” (*ordinary*), se tornaram “emblemáticos” (*iconic*), enquanto outros que foram manifestações historicamente importantes não são mais culturalmente apreciados (HENKET, 1998, p. 15). Assim, aqui, o caráter emblemático não será critério para a definição de arquitetura moderna.

Portanto, o termo ‘moderno’ será utilizado para se referir não apenas à produção emblemática de um grupo seleto de profissionais europeus e norte-americanos, no início do século XX, mas também à produção posterior desse e de outros grupos, em diferentes continentes, seja emblemática ou comum, mas principalmente comprometida ideologicamente com o tripé conceitual formado pelas mudanças sociais, tecnológicas e estéticas.

Muitos autores da história da arquitetura reconhecem que a ‘arquitetura moderna’ foi influenciada por transformações que começaram em períodos anteriores, mas associam essa arquitetura inovadora com o século XX, como é o caso de Leonardo Benevolo (2012), William Curtis (2008), Kenneth Frampton (2000), Henrique Mindlin (2000) e Hugo Segawa (2010), por exemplo. Mesmo Yves Bruand (2012), que não concorda com o uso do termo, reconhece a necessidade de utilizá-lo.

Entretanto, já que o termo “arquitetura moderna” tem sido freqüentemente empregado [...], não foi eliminado totalmente; pode ser encontrado ocasionalmente em nosso texto com o significado que lhe foi atribuído por aqueles que o usam, mas sempre entre aspas, a fim de ressaltar as restrições que fazemos a esse respeito (BRUAND, 2012, p. 8).

Essa associação entre a arquitetura moderna e o século XX parece ter influenciado muitos organismos internacionais a utilizar diferentes termos que fazem um recorte temporal para se referir a essa arquitetura e também ao patrimônio associado a ela. A UNESCO, através da Convenção do Patrimônio Mundial, fala em ‘obras do século XX’ e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) fala em ‘patrimônio do século XX’. Na Grã-Bretanha, English Heritage busca a salvaguarda da ‘arquitetura do pós-Guerra’ e nos Estados Unidos, o Serviço de Parques Nacionais (*National Park Service* – NPS) se interessa pelo ‘passado recente’, especificamente entre os anos 1920 e 1960. Outros organismos fazem um recorte temático centrado na modernidade, como é o caso do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO que se interessa pelo ‘patrimônio moderno’ não só do século XX, mas

também do XIX. Já o Docomomo é um acrônimo da organização não-governamental que tem por objetivo documentar e conservar edifícios e sítios do ‘movimento moderno’ (BRUNEL e VANLAETHEM, 2005, p. 28-33).

O presente texto evita um recorte temporal preciso, já que o desenvolvimento da arquitetura moderna aconteceu em momentos diferentes em cada país, mas concorda que essa arquitetura tem uma forte relação com o século XX, apesar de não ser restrita a ele.

O termo **Movimento Moderno** pode, como lembra Jean-Louis Cohen (2013, p. 13), ser entendido como a produção arquitetônica de um grupo específico de profissionais ou mais especificamente, como em Colquhoun (2006, p. 17), pode designar o movimento progressista dos anos 1910-1920. Também pode, como lembram Suzel Brunel e France Vanlaethem (2005, p. 24) ser entendido como um “movimento convergente e unitário questionado nos anos [19]70”. O termo aqui será utilizado num sentido mais amplo, para se referir não apenas a um grupo específico de profissionais, nem apenas ao seu período inicial, como no caso da ‘arquitetura moderna’, mas especialmente para a produção não apenas arquitetural.

A arquitetura do movimento moderno é diferente em muitas maneiras da arquitetura desenvolvida anteriormente. As descobertas científicas do século XIX e as inquietações que elas provocaram, o surgimento de novas disciplinas, as novas maneiras de se pensar e fazer arte e a industrialização – especialmente dos materiais de construção – promoveram mudanças que transformaram a maneira como o mundo – principalmente o ocidental – faz arquitetura.

Novas formas foram inventadas, inspiradas por novos mitos, para acompanhar a teoria da relatividade e a teoria do big bang da origem do universo, o cubismo, a música de doze tons, a psicologia e a sociologia, o conceito da quarta dimensão, a industrialização, o método científico, a teoria econômica, a filosofia racional e, não menos importante, a tecnologia moderna. Uma nova arquitetura inspirada pelas necessidades seculares tornou-se o produto inevitável das condições intelectuais, sociais e técnicas prevaletentes (CUNNINGHAM, 1998, p. 1, tradução nossa).

Allen Cunningham (1998, p. 2) aponta que o movimento moderno desenvolveu “crenças operativas” que provocaram um *modus operandi* próprio. Alguns exemplos são a forte relação entre a forma arquitetônica e o comportamento social, o papel da tecnologia como uma “força civilizatória”, a adoção de procedimentos racionais, a adoção da arte cubista e abstrata na arquitetura e assim surgindo “dispositivos conceituais” e “superfícies desprovidas

de simbolismo”, a associação com a medicina e o desenvolvimento de uma nova arquitetura e uma nova forma urbana para o combate de doenças, como a tuberculose.

Essas “crenças operativas” apontadas por Cunningham poderiam ser associadas aos fundamentos da base ideologia apontada por Colquhoun.

A decisão de preservar exemplares de um movimento que, de uma maneira geral, rejeitou a tradição é comentada por alguns autores e chamada por France Vanlaethem (2014, p. 31) de “dimensão paradoxal do patrimônio moderno”. Hugo Segawa (1998, p. 42-43) também aponta esse paradoxo, mesmo indicando que o Brasil é um caso distinto na América Latina, onde exemplares modernos receberam status patrimonial pouco tempo após suas construções.

Hilde Heynen (1998, p. 29-30) reuniu a opinião de Bernard Tschumi, John Ruskin e Antonio Sant’Elia para mostrar a transitoriedade do movimento moderno. Apesar dos pontos de vista muito diferentes desses autores em relação à arquitetura, ela aponta a oposição dos três com a restauração dos edifícios e a partir dessa provocação pergunta se os edifícios modernos devem ser conservados/restaurados, ou devem ser deixados arruinados, ou então demolidos.

A autora aponta dois aspectos paradoxais no movimento moderno. “A modernidade paradoxalmente vincula uma forte orientação para o futuro e com a sensibilidade para o efêmero e o transitório”. Ela lembra que Sant’Elia propôs que tudo fosse reconstruído a cada geração, mas discorda dele lembrando que:

Se aprendemos algo, no entanto, a partir da história recente da arquitetura, é precisamente isto: que uma arquitetura de *tabula rasa* não é capaz de satisfazer todas as necessidades humanas, que há algum desejo humano profundamente sentido que tem a ver com um senso de história, com um sentimento de pertencimento, com a necessidade de estabelecer uma relação com o passado (HEYNEN, 1998, p. 34, tradução nossa).

A industrialização dos materiais de construção proporcionou novas formas de se fazer arquitetura, mas também permitiu a facilidade de se demolir um edifício para a construção de um novo no mesmo terreno. No caso de edifícios da arquitetura moderna, muitos foram projetados para receber um uso específico, muitas vezes surgido no século XX e que deixou de ser necessário. Outros foram construídos com materiais experimentais e que representam desafios para serem preservados e não apenas sua demolição, mas mesmo a adaptação deles para novas necessidades pode apagar características relevantes.

As especificidades das realizações da arquitetura moderna que devem ser consideradas em sua preservação serão tratadas neste capítulo. Antes de apresentar os desafios e questões específicas da preservação da arquitetura moderna, será apresentado a seguir, brevemente, o caso do restauro do Sanatorium Zonnestraal, como exemplo emblemático dessas questões. Provavelmente, algumas decisões tomadas não seriam adotadas em outras realidades culturais, como no caso do Brasil, mas a excepcionalidade do exemplo pode ajudar a enriquecer o debate que acontece em torno do tema desse capítulo.

2.1. SANATORIUM ZONNESTRAAL

O Sanatorium Zonnestraal é um ícone da arquitetura moderna, especialmente um ícone do patrimônio moderno. Esse antigo centro médico de tratamento da tuberculose foi projetado em 1926 pelo arquiteto Johannes “Jan” Duiker, com a colaboração de Bernard Bijvoet e Jan Gerko Wiebenga, e construído em Hilversum, na Holanda, entre 1926 e 1931, com a esperança de que a cura para essa doença permitisse a sua obsolescência em pouco tempo (VANLAETHEM e THERRIEN, 2014, p. 4).

A arquitetura moderna possui um forte vínculo com a melhoria social, a mudança estética e a inovação tecnológica (PRUDON, 2008, p. 4), mas ela “não é um estilo estético, e sim uma maneira de pensar” (HENKET, 2014, p. 17). A origem do Sanatório não é diferente disso.

O sindicato dos trabalhadores do diamante da Holanda pediu a Hendrik Petrus Berlage, considerado o pai do Movimento Moderno holandês, que projetasse a sua sede em Amsterdam. Anos depois, foi pedido novamente a Berlage que projetasse o sanatório num local isolado e salubre a 20km daquela cidade. Dessa vez, o arquiteto indicou dois jovens arquitetos modernistas, Jan Duiker e Bernanrd Bijvoet, que realizaram o projeto (HENKET, 2014, p. 20).

O conjunto é formado por um edifício principal e dois pavilhões (Figura 6). O paciente fazia um percurso de entrada a partir do prédio principal em direção aos pavilhões e, quando curado, saía pela mesma porta que entrou, numa simbologia de esperança de cura, para uma doença difícil de curar na época.

Cada pavilhão possuía dois pavimentos com 24 quartos individuais, além de banheiros coletivos e uma sala de estar comum. As refeições eram oferecidas no prédio

principal. Quatro ateliês serviam para ensinar novas atividades para os pacientes e os produtos vendidos tinham o valor revertido para cobrir os custos do sanatório (HENKET, 2014, p. 20-21). A Iluminação natural foi um elemento essencial para o projeto, tanto que o próprio nome da instituição, Zonnestraal, significa raio de sol.



Figura 6 – Cartão postal com vista aérea do Sanatorium Zonnestraal, Hilversum, Holanda. Foto: KLM Fototechnische Dienst. (ca. 1950). Fonte: Joods Historisch Museum, Amsterdam. Coleção Jaap van Velzen. Imagem: 00003088. Disponível em: <<http://resolver.kb.nl/resolve?urn=urn:gvn:JHM01:00519&size=large>>.

O projeto foi assessorado por dois médicos que, como Duiker, acreditavam que a cura seria encontrada nos 30 anos seguintes e, assim, o sanatório não seria mais necessário. Essa perspectiva, somada aos princípios funcionais do arquiteto, resultou numa arquitetura pensada para durar pouco tempo, com o uso mínimo de material e máxima economia. A expectativa da cura da tuberculose se confirmou e, pouco a pouco, o sanatório foi ficando inutilizado. Em 1957, o Zonnestraal foi transformado em Hospital Geral de Hilversum, sofrendo grande transformação e ampliação. No fim dos anos 1980, o conjunto não atendia mais às exigências da época e, nos anos 1990, foi esvaziado e abandonado (HENKET, 2014, p. 20-21).

O projeto de restauração do Sanatorium Zonnestraal foi elaborado pelos arquitetos Hubert-Jan Henket e Wessel de Jonge, fundadores do Docomomo Internacional (VANLAETHEM e THERRIEN, 2014, p. 4). É um caso emblemático pois permitiu não só experimentações na prática como também no debate sobre dilemas teóricos na preservação

da arquitetura moderna. A primeira questão levantada por Hubert-Jan Henket foi sobre o que fazer com o conjunto arruinado (Figura 7).



Figura 7 – Sanatorium Zonnestraal arruinado, Hilversum, Holanda. Foto: ANP. 1999. Fonte: Coleção ANP - Imagem: 972587. Referência: 19990208100449. Disponível em: <www.rd.nl/oud/foto/010612binfo02.jpg>.

A cura medicamentosa da tuberculose provocou a obsolescência desse programa arquitetônico e a expectativa do autor do projeto era que esse edifício fosse descartado assim que isso acontecesse. Essa obsolescência programada fazia parte das intenções do projeto, mas o desejo de Duiker foi desrespeitado com a decisão de restaurar e preservar o conjunto pelo seu valor cultural e histórico-social. Henket explica essa escolha comparando com a decisão de Max Brot, responsável pelo testamento de Franz Kafka, que descumpriu os desejos do autor de queimar seus manuscritos após sua morte, garantindo a preservação de suas obras para as gerações futuras (HENKET, 2014, p. 21).

Uma segunda questão apresentada por Henket foi se deveriam ser preservadas as transformações sofridas pelo conjunto desde sua origem, marcando sua passagem no tempo, ou se deveriam ser demolidas, preservando apenas o original. A escolha foi resgatar o edifício original com base em três argumentos: (1) a ideia original possuiria uma relevância muito maior que as transformações posteriores, que não permitiriam a apreciação daquela; (2) essas transformações não possuiriam nenhuma relevância arquitetural; e (3) a grande quantidade de relatos orais, fotografias, documentos escritos e gráficos disponíveis permitiriam a segurança da restauração (HENKET, 2014, p. 22).

A terceira questão foi como definir o que seria o original. A escolha subjetiva foi entender que a situação de 1931, no momento de sua inauguração, corresponderia melhor às ideias do arquiteto (HENKET, 2014, p. 22).

Então, o conjunto foi restaurado e não deixado como ruína (Figura 8), as transformações para funcionar como hospital foram removidas e foi mantido o aspecto da inauguração (Figura 9). Apesar da opção de se restaurar o conjunto como na inauguração, não foi mantido o uso original que, segundo Henket, pareceu uma decisão “financeiramente impossível” (2014, p. 22).



Figura 8 – Sanatorium Zonnestraal após a restauração, Hilversum, Holanda. Foto: ANP. 1999. Fonte: Coleção ANP - Imagem: 972587. Referência: 19990208100449. Disponível em: <www.bna.nl/wp-content/uploads/uploads/tx_bnacorporatebe_projects/0/2/5/02575/image/JHML0811_3579_k.jpg>.



Figura 9 – Transparência no Sanatorium Zonnestraal, Hilversum, Holanda. Foto: Julien Mohr. mar.2011. Disponível em: <https://c2.staticflickr.com/6/5055/5499443326_3273a4e4a4_b.jpg>.

Assim, o conjunto foi adaptado para receber um novo uso compatível com o tempo atual. Entretanto, não é uma tarefa simples encontrar um uso compatível para os 48 pequenos espaços de 9m², sem banheiro. Do ponto de vista funcional e técnico, o conjunto foi projetado para ser compacto, sem espaço extra e, por isso, um novo edifício polivalente foi proposto para abrigar todas as novas funções do conjunto, mas construído fora dos limites visuais do Sanatorium. Além disso, foram construídas 300 vagas de estacionamento (Figura 10). O edifício principal foi restaurado, mas o trabalho de restauração ainda não foi completado e um novo uso ainda não foi encontrado (HENKET, 2014, p. 22-23).

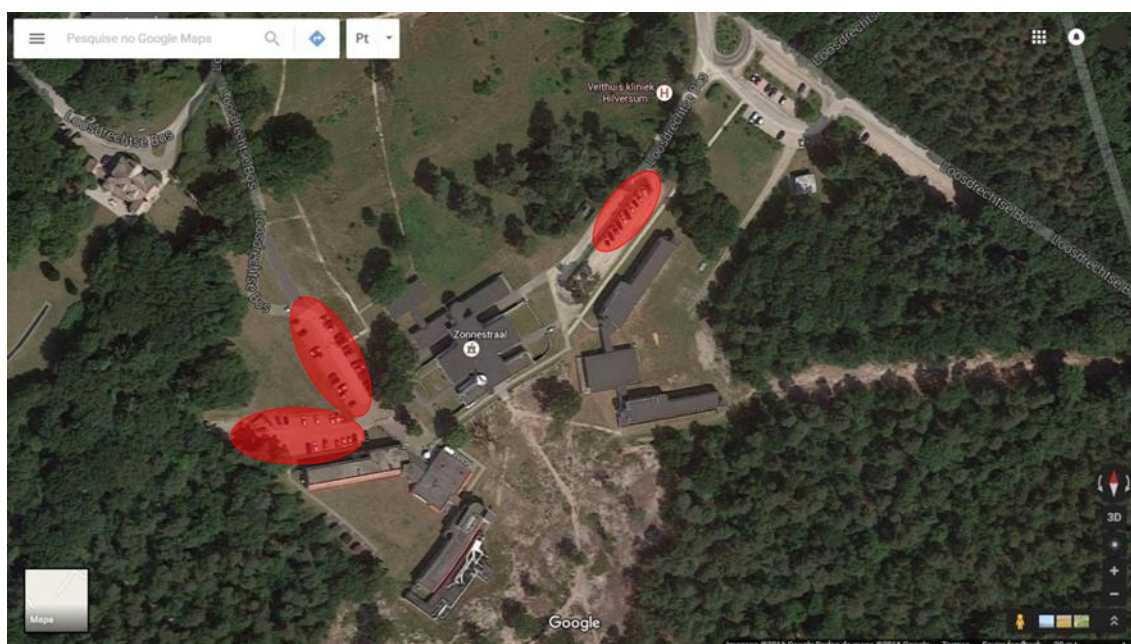


Figura 10 – Estacionamentos (em vermelho) do Sanatorium Zonnestraal, Hilversum, Holanda.
Fonte: Google Maps, 2016.

As estratégias adotadas para a restauração do Zonnestraal estão relacionadas com a percepção atual do edifício, isto é, seu valor social, com a criação de laços entre o patrimônio e o presente. Há um entendimento atual de que esse edifício representa a origem da arquitetura moderna na Holanda e que os elementos da transformação em hospital foram tratados como adição e, por isso, retirados. A estratégia adotada tenta conciliar a preservação de diferentes aspectos da autenticidade.

Soluções alcançadas em um país podem ou não ser aceitáveis fisicamente, filosoficamente ou politicamente em outro, mas podem oferecer inspiração na busca de opções (PRUDON, 2008, p. ix, tradução nossa).

A excepcionalidade da restauração do Sanatorium Zonnestraal poderia estar, em parte, relacionada com a realidade cultural holandesa. Contudo, algumas decisões sugerem a

existência de especificidades para a restauração do patrimônio moderno e isso provocou debates e questionamentos.

Para Hubert-Jan Henket, devem ser considerados os quatro aspectos da autenticidade, segundo o Docomomo (1997, p. 10), incluindo a autenticidade da ideia. Para ele, faz parte do conceito do projeto o contexto do início do século XX e o conflito do ‘movimento patrimonial’ com o ‘movimento moderno’ e será sim paradoxal preservar as realizações, especialmente no caso de projetistas que declararam explicitamente essa preocupação, como é o caso de Duiker que acreditava no novo eterno (HENKET, 2014, p. 21).

No Brasil, Fernando Diniz Moreira afirma que “hoje temos uma relação mais madura com a herança do século XX. Acreditamos que superamos as polaridades que existiam entre os primeiros proponentes do movimento moderno e a crítica que sobreveio”; também que “é preciso admitir que conservar a arquitetura moderna não é contra a essência da própria modernidade” e que “devemos superar de vez essa noção de que ela era contrária à preservação” (MOREIRA, 2009, p. 5). Ele afirma que a conservação da arquitetura moderna “acarreta [...] uma série de desafios [...] [que] trazem novos temas para reflexão, mas, a nosso ver, não invalidam o arcabouço teórico da disciplina da conservação” (MOREIRA, 2009, p. 17-18). O autor não faz nenhuma menção à autenticidade da ideia e conclui o texto apontando a importância do equilíbrio entre a autenticidade do espaço e a autenticidade material.

Já Beatriz Kühl afirma “que é possível restaurar uma obra moderna [...] na sólida tradição italiana no campo [do restauro], retomando temas do restauro crítico e também da teoria de Cesare Brandi” (KÜHL, 2006, p. 200).

Então, todos os três autores concordam com a importância da preservação da arquitetura moderna, mas considerando aspectos da autenticidade de maneira diferente entre si. Ainda é muito comum no Brasil a compreensão que a autenticidade só possui o aspecto material e o contexto ou o conceito do projeto muitas vezes não é considerado. Evidentemente, quando se trata de um bem muito antigo, em que o autor é falecido ou mesmo desconhecido e que não existe mais documentação que permita compreender as ideias ou o contexto, é muito difícil considerar a autenticidade da ideia do projeto. Mas no caso de edifícios construídos no século XX, muitas vezes existe essa documentação e em alguns casos é possível até conversar com o autor e compreender suas intenções.

Como lembra Henket, “obviamente, devemos ser extremamente seletivos com os edifícios e tipo de edifícios que devemos preservar” (HENKET, 1998, p. 16, tradução nossa). O principal critério deve ser a vinculação dessa arquitetura com o tripé social, estético e técnico. Mais especificamente, segundo Prudon (2008, p. 4), a melhoria social, a mudança estética e a inovação tecnológica. Em alguns casos, quando a realização arquitetônica foi desprezada, a preservação pode se dar apenas pela sua documentação.

É preciso perceber, como lembra Beatriz Kühl (2008b, p. 95), que muitas vezes a documentação não corresponde necessariamente ao que foi construído, especialmente quando se considera apenas os aspectos materiais da autenticidade. Entretanto, mesmo em casos onde existem diferenças entre o que foi documentado e o que foi construído, é possível compreender, dependendo do tipo de informação disponível, diferentes aspectos da autenticidade, como em memoriais e textos que podem revelar a autenticidade da ideia e conceitos do projeto, e também a autenticidade da forma, organização espacial, aparência, autenticidade da construção e detalhes e a autenticidade dos materiais e não apenas a autenticidade material.

Entre as questões da preservação da arquitetura moderna e que foram abordados no Sanatorium, além da autenticidade, estão a materialidade, a significação da intenção de projeto e como lidar com a diminuição da funcionalidade ou a obsolescência (PRUDON, 2008, p. ix), além do debate sobre continuidade, mudança e transparência (VANLAETHEM, 2014, p. 34-35). Esses temas, e alguns debates em torno deles, serão apresentados a seguir.

2.2. QUESTÕES TEÓRICAS PRÓPRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Os trabalhos de restauração de edifícios da arquitetura moderna provocaram debates, especialmente dentro do Docomomo – mas não apenas – e fizeram perceber que o patrimônio moderno apresenta desafios específicos para a sua preservação. Autores como France Vanlaethem, Fernando Moreira, Silvio Zancheti e Theodore Prudon, apontam a existência dessas questões.

H. Ward Jandl, ao falar sobre os Estados Unidos, lembra que alguns tipos arquitetônicos não existiam na primeira metade do século XX, como grandes centros comerciais e edifícios altos com fachadas tipo *curtain wall*. Essa arquitetura, do mesmo modo

que hangares enormes em aeroportos, bases militares e grandes conjuntos residenciais em altura representam desafios nunca vistos para serem preservados. Desafios não apenas pelo tamanho dessas estruturas, mas também pelo fato de muitas vezes terem sido usados materiais experimentais, como compensados, fibra de vidro, aço inoxidável e plásticos (JANDL, 1995).

Contudo, alguns autores da vertente “crítico-conservativa”, seguindo a tradição brandiana, como Alessandro Campanelli, Simona Salvo e Beatriz Kühn, afirmam que não existem essas especificidades na restauração da arquitetura moderna. Apesar disso apontam a existência, por exemplo, de “condições complexas e articuladas” que tornam árdua a “formulação de ‘juízos de valores’ sobre o novo” e “inevitáveis dificuldades operacionais que são encontradas num contexto relativo a questões técnicas, funcionais e econômicas, talvez até mesmo mais do que no caso do antigo” (SALVO, 2007, p. 154).

Grandes mudanças ocorreram durante o século XX, como as destruições urbanas provocadas pelas guerras e as reconstruções em seguida; ou como as renovações urbanas em cidade fora dessas áreas e o crescimento da população urbana mundial. A partir do século XX, as construções passaram a acontecer numa velocidade cada vez maior, igualmente em grande quantidade e abrigando as mais diferentes funções que sequer existiam nos séculos anteriores. Nesse processo, aconteceu uma grande quantidade de experimentações, gerando novos tipos arquitetônicos e até exemplares únicos, difíceis de serem enquadrados em um tipo específico, como a catedral de Brasília, projeto de Oscar Niemeyer, iniciada em 1958 ou a Ópera de Sydney, na Austrália, projeto do arquiteto Jørn Utzon, iniciado em 1959.

Se for considerado o aumento significativo da população urbana mundial e, conseqüentemente, também de imóveis para abrigar essa população, e que grande parte dos edifícios construídos no século XX está vinculada à arquitetura moderna, poderemos perceber o impacto que ela provocou na história da arquitetura, diferentemente de qualquer outra manifestação arquitetônica anterior.

A importância de preservar o patrimônio moderno ainda não é considerada por todos, seja pela população de uma maneira geral ou por especialistas em preservação, talvez pelo fato dela estar tão presente no cotidiano das cidades. Então a **percepção** em relação ao bem, ou seja, a maneira como as pessoas percebem essa arquitetura é um dos desafios particulares apontados por Prudon (2008, p. 26). Este autor cita como exemplo nos Estados

Unidos, a percepção negativa de certos tipos de conjuntos habitacionais e suas praças adjacentes (Figura 11).



Figura 11 – Morningside Heights, 501 W 123rd St, New York, EUA. Exemplo de “*towers in the park*”. Disponível em: <<http://cdn-img3.streeteasy.com/nyc/image/39/208346639.jpg>>.

Esse tipo arquitetônico chamado popularmente de “torres no parque” (*towers in the park*) tinha inicialmente sua imagem associada à habitação social, mas passou a ser associada à política pública e social inadequadas, provocadas pela diminuição do financiamento dos governos, dos serviços e o não cumprimento das mudanças relacionadas às novas normas de instalações residenciais. Tudo isso levou à deterioração dessas áreas, aumentando o estigma. Surgiu então uma vinculação direta entre o tipo arquitetural e os problemas decorrentes de sua gestão, criando, nesse caso, uma percepção negativa da praça e dos edifícios vizinhos (PRUDON, 2008, p. 27).

Fernando Diniz Moreira (2009, p. 14) lembra, no Brasil, o caso do conjunto Pedregulho (Figura 12), no Rio de Janeiro, do arquiteto Affonso Eduardo Reidy como exemplo dessa vinculação entre falta de manutenção e grandes conjuntos habitacionais modernos. O conjunto habitacional Prefeito Mendes de Moraes foi construído entre 1948 e

1960. Ele foi restaurado em 2014 (após o texto de Moreira) e a nova imagem gerou um impacto positivo na percepção do imóvel.



Figura 12 – Fachada e piso intermediário do conjunto Pedregulho, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/album/2015/06/03/restauracao-do-edificio-pedregulho-no-rio.htm#fotoNav=9>>.

Compreender a maneira como os exemplares da arquitetura moderna são percebidos é importante para estabelecer uma abordagem abrangente da preservação, envolvendo o público (PRUDON, 2008, p. 30). Não apenas envolvendo a população de uma maneira geral como também os especialistas em preservação.

A **intenção original do projeto** é um ponto a ser considerado na preservação da arquitetura moderna, pois é a expressão conceitual e visual da criatividade do projetista, informando todos os aspectos, tanto do edifício quanto da construção. Essa abordagem ainda não é muito comum no campo da preservação, pois requer a ampliação da definição de autenticidade e uma abordagem menos literal quanto à autenticidade do ponto de vista material (PRUDON, 2008, p. 35).

Luiz Amorim e Cláudia Loureiro (2007, p. 2) apontam que na adaptação para novas necessidades em edifícios modernistas, muitas vezes, os materiais de revestimento externo são substituídos e novos anexos são construídos. Também, algumas alterações podem comprometer sua composição espacial, com mudanças nas conexões entre espaços, sistemas de circulação e mesmo os revestimentos internos. Os autores lembram que, em muitos casos, menos atenção é dada à estrutura espacial arquitetônica que faz a mediação entre a estrutura social e material. Eles também ressaltam que o espaço distingue a arquitetura de outras

expressões artísticas, devendo, portanto, ser considerado na sua conservação, e não apenas a dimensão material.

Na verdade, o conceito de espaço é, talvez, a contribuição mais impressionante dos arquitetos modernos para a arquitetura; o que mais afetou nossa vida diária. O espaço moderno pode ser descrito por suas propriedades genéricas. Os mais evidentes e comumente referidos são (a) o plano aberto, (b) o fluxo de espaço - que integra visualmente espaços interiores e exteriores, e (c) a diferenciação categórica de classes de espaço em zonas funcionais. Os primeiros estão relacionados à expansão dos campos visuais e conseqüente continuidade espacial. Esta última estabelece em que circunstâncias as pessoas podem se mover dentro do espaço e interagir (AMORIM e LOUREIRO, 2007, p. 6).

Um exemplo da relação entre o espaço e o usuário é a *promenade architectural*, literalmente “passeio arquitetônico”, proposta por Le Corbusier nos anos 1920. “Com seus dois olhos, e olhando para frente, nosso homem caminha, se desloca, entregue a suas ocupações, registrando assim o desenrolar dos fatos arquitetônicos que aparecem um depois do outro” (LE CORBUSIER, 2006, p. 42). Assim, o autor desenvolveu vários espaços arquitetônicos, considerando esse passeio e a descoberta de novas perspectivas a medida que o usuário se desloca por ele. Assim, no caso de exemplares projetados com essa estratégia espacial, se for considerar apenas a autenticidade sob o ponto de vista estrito do material, pode-se perder a compreensão da relação do usuário com o espaço.

Considerando o tripé social, tecnológico e estético da arquitetura moderna, o espaço arquitetônico faz a relação entre o social e a tecnologia, nesse caso, os materiais escolhidos e os detalhes arquitetônicos. Assim, no caso da arquitetura moderna, para se preservar a espacialidade como parte da intenção do projeto, deve ser considerada não apenas a autenticidade dos materiais, mas também a autenticidade da forma, da organização espacial e aparência, e em alguns casos também a autenticidade da construção e dos detalhes, quando estes reforçam a relação entre os materiais e as pessoas.

Considerar a intenção do projeto não se trata de substituição desnecessária ou indiferença em relação ao material original, nem permitir ou justificar a reconstrução, principalmente desconsiderando a implantação original. É, na verdade “[...] uma oportunidade de preservar um edifício com integridade visual apreciável, de uma maneira mais substantiva e intelectualmente defensável” (PRUDON, 2008, p. 37, tradução nossa).

Um exemplo de comprometimento da autenticidade causado pela falta da preservação da intenção de projeto é a restauração da Escola ao Ar Livre de Suresnes (*École de plein air de Suresnes*), França (Figura 13).

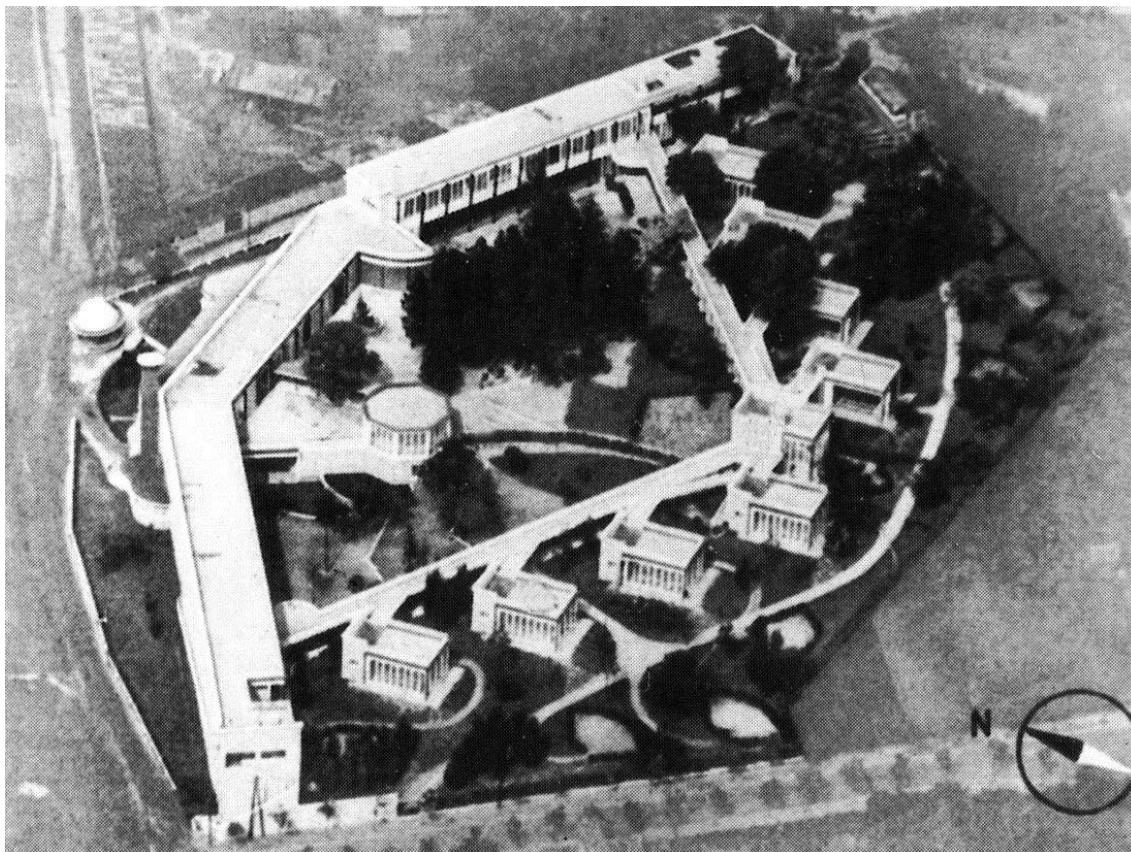


Figura 13 – Vista aérea da *École de plein air de Suresnes*, França (1935). Eugène Beaudoin e Marcel Lods, arquitetos. Disponível em: [www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/plan% 203d.jpg](http://www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/plan%203d.jpg).

A escola foi projetada pelos arquitetos Eugène Beaudoin e Marcel Lods e construída em 1935. As salas de aula foram projetadas com portas sanfonadas em metal e vidro simples. Essas portas permitiam a integração das salas com o jardim, para o desenvolvimento de atividades ao ar livre (Figura 14).

Porém, na restauração dos anos 2000, as esquadrias receberam vidros duplos, mais eficientes que os simples. Isso representou peso adicional e inviabilizou a correta abertura das portas sanfonadas e consequente integração com o jardim, comprometendo uma característica fundamental e presente mesmo no nome da escola. Essa escolha, apesar de respeitar a imagem da escola original, comprometeu uma característica conceitual, que representava uma questão pedagógica incorporada ao projeto (VANLAËTHEM, 2014, p. 36).



Figura 14 – Sala de aula com portas sanfonadas da *École de plein air de Suresnes*, França (1935). Disponível em: <www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/epa_Classesouverte.jpg>.

Susan Macdonald (2009, p. 7-8) lembra que a presença do autor do projeto pode ser importante para se entender os motivos para a escolha de determinado material, métodos ou detalhe construtivos. Entretanto é preciso perceber que surge uma questão polêmica quando o autor do projeto pretende atualizar o edifício. Se o edifício em questão possuir interesse patrimonial, os materiais devem ser preservados, assim como a intenção do projeto original e o edifício não deveria ser atualizado, nem pelo próprio autor. Isto é, se após algumas décadas o arquiteto do projeto for chamado para propor a substituição do revestimento da fachada, por exemplo, ele deveria respeitar as características originais e propor um material similar, e não propor um novo material diferente.

A **transparência** é outra questão relevante e está relacionada com a intenção do projeto. O desenvolvimento da fabricação de placas de vidro permitiu fachadas cada vez mais envidraçadas. O uso de grandes fachadas de vidro pode ser uma questão funcional de entrada da luz do sol e à salubridade, mas também pode ter a intenção simbólica de uma fachada que marca a abertura ou a continuidade visual entre o interior e o exterior.

Não apenas a transparência física literal ou real dos vidros deve ser considerada, mas também a transparência fenomenológica ou virtual, apontada por Colin Rowe e Robert Slutzky (1963, 1971 e 1992), onde uma superfície opaca também pode provocar uma

experiência de transparência. Uma fachada pode revelar a distribuição interior, de acordo com o formato das janelas, por exemplo. Uma fachada envidraçada pode ser transparente e refletiva ao mesmo tempo, provocando ilusão de ótica no observador. O jogo de cheio e vazio numa fachada pode provocar ou comprometer a leitura da profundidade, com ou sem o uso de vidro.

Assim, mesmo em casos onde existe transparência dos vidros, a continuidade visual pode ser comprometida, por exemplo, quando se instalam cortinas ou películas numa fachada envidraçada, diminuindo essa relação interior-exterior. Em alguns casos, o material usado no exterior é instalado de maneira a se relacionar com o material do interior, seja através da textura, modulação ou outra relação sutil, mantendo uma continuidade visual exterior-interior. Esse aspecto deve ser considerado no caso da substituição do material original, respeitando não só a intenção do projeto, como a continuidade visual. A quebra da continuidade visual também pode acontecer quando o interior de um edifício é alterado e isso é visível do exterior, então um novo uso ou arranjo interior devem ser compatíveis como essa transparência (PRUDON, 2008, p. 37-41; VANLAETHEM, 2014, p. 35).

Outro problema pode acontecer quando vidros originais são substituídos por vidros que possuem características diferentes, especialmente em relação à transparência, como processos de fabricação e materiais diferentes ou a utilização de películas ou laminados. O aumento da reflexão em fachadas projetadas para serem transparentes pode comprometer a continuidade visual original.

Da mesma maneira que a intenção do projeto e a transparência, a **evidência da idade**, seja visual ou por dano físico, também gera controvérsias na preservação da arquitetura moderna. Oxidações, limo e falhas dos materiais são alguns exemplos dessa deterioração.

As evidências da idade não são compatíveis com a maioria dos edifícios da arquitetura moderna quando se considera sua intenção pela busca de inovação, pela integralidade e a luta contra as forças da natureza, devendo-se fazer a manutenção constante desses edifícios. Esses aspectos estão intimamente vinculados à intenção do projeto e não apenas à sua materialidade.

Na teoria da conservação, a pátina de um lugar ou edifício é um sinal da passagem do tempo, o que muitas vezes enriquece o significado dos edifícios. No entanto, a pátina em um edifício moderno é entendida como

sujeira ou degradação, e não como um sinal do envelhecimento natural do edifício (MOREIRA, 2010, p. 13.)

Apesar dessa afirmação, Moreira (2010, p. 13) alerta para o perigo da substituição dos materiais de revestimento, “afetando assim a autenticidade do edifício” e, com essa preocupação, faz uma conclusão paradoxal, alertando que “[...] é preciso aceitar a pátina como algo natural a um edifício moderno”.

A pátina pode ser mantida, em alguns casos, onde faça parte da intenção original do projeto. Entretanto também existem casos especiais, lembrados por Moreira, em que a pátina não fazia parte da intenção do projeto, mas a sociedade atual preferiu mantê-la, por considerá-la esteticamente relevante, como é o caso do edifício da filial de Roterdã, Holanda, das lojas De Bijenkof, projeto de Marcel Breuer, concluído em 1957 (Figura 15). O imóvel foi revestido com placas em mármore e a poluição depositada nos veios das placas provocou desenhos inesperados que foram preservados.

Então, no caso especial do edifício projetado por Breuer, a pátina não é uma “imperceptível surdina colocada na matéria”, nas palavras de Brandi (2008, p. 86), mas o contrário.

Uma outra especificidade a ser considerada na preservação da arquitetura moderna é a **obsolescência** física ou funcional. A obsolescência física se refere aos materiais ou aos sistemas. Era comum que essa arquitetura experimentasse novos materiais que, às vezes, se deterioraram muito rápido se comparados com os materiais tradicionais (PRUDON, 2008, p. 23).

A restauração da Igreja de Notre-Dame do Raincy, na França, (Figura 16) é um exemplo dessa obsolescência física. O projeto original é do arquiteto Auguste Perret de 1923. Todos os painéis em concreto pré-fabricado precisaram ser substituídos durante os trabalhos de restauração por conta da oxidação das armaduras. A igreja é um dos primeiros exemplos do uso do concreto em larga escala e também de que, apesar da autenticidade material ter sido diminuída, a autenticidade do design ou a intenção do projeto foi respeitada (MACDONALD, 1996, p. 91).



Figura 15 – Fachada da loja De Bijenkof, Roterdã, Holanda. Disponível em:<<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=3251609>>.

Já a obsolescência funcional ocorre com mais frequência nos edifícios da arquitetura moderna que em outros edifícios, uma vez que eles costumam ser funcionalmente muito alinhados com seus programas, e modificações podem comprometer essa característica. Fernando Moreira (2010, p. 6) lembra que até o século XIX os edifícios eram continuamente modificados, mas lentamente, para responder a novas necessidades. Após a Revolução Industrial, essas mudanças aconteceram de maneira mais rápida, seja pelas inovações tecnológicas ou pela necessidade de novos espaços e funções, surgindo tipos arquitetônicos que não existiam, como aeroportos e cinemas.

Essa obsolescência geralmente acontece de duas maneiras: ou o uso original deixa de existir ou o edifício não consegue mais responder às novas necessidades programáticas (PRUDON, 2008, p. 30-31). Tais características representaram dificuldade para a reutilização desses bens e, atualmente, alguns estão obsoletos. Isso faz com que os esforços de preservação sejam mais urgentes em casos de obsolescência, independentemente da idade do edifício. Segundo o autor, “O papel do tempo e raridade como seletores principais desapareceram, colocando o julgamento do que é importante diretamente em nossas mãos” (PRUDON, 2008, p. 23, tradução nossa).

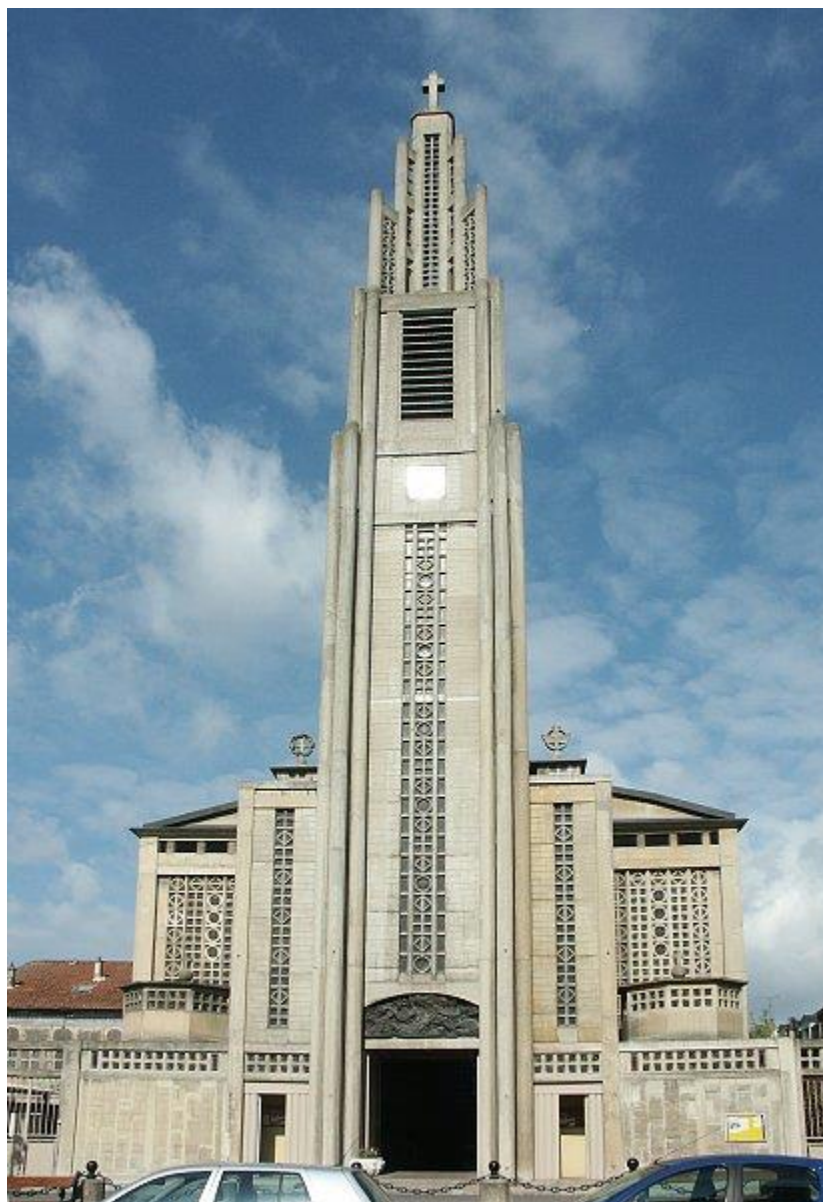


Figura 16 – Fachada da Igreja de Notre-Dame do Raincy, França (1923). Disponível em: <www.bluffton.edu/homepages/facstaff/sullivanm/france/raincy/0051.jpg>.

As obsolescências física e funcional são comuns na arquitetura moderna. Existem alguns casos icônicos em que as duas obsolescências acontecem ao mesmo tempo, como no Sanatorium Zonnestraal, o exemplo citado inicialmente. Edifícios como esse, destinados a tratar pessoas com tuberculose, normalmente possuem uma configuração muito específica, se parecendo mais com um convento que um hospital e muitos deles foram abandonados e arruinaram devido à dificuldade de adaptação a um novo uso (VANLAETHEM. 2014, p. 32).

A obsolescência física pode ser parcial, em um ou vários dos componentes do edifício. Um exemplo dessa obsolescência física e o desafio para a sua preservação é o sistema

curtain wall (literalmente ‘parede-cortina’), tipo de fachada geralmente composta por perfis metálicos que estruturam placas. Na maioria das vezes os perfis são em aço ou alumínio e as placas são em vidro, podendo ser em pedra, cimento ou metal (DOCOMOMO, 1996). O sistema existe na Europa desde o início do século XX e é muito comum na América do Norte desde os anos 1950, especialmente em edifícios altos. A maior parte dos sistemas construídos em meados do século XX foram projetados para durar 100 anos, mas na prática começaram a ser substituídos após 40 anos. As exigências atuais de eficiência podem provocar a obsolescência funcional do sistema, quando exigem modificações que podem comprometer vários aspectos da autenticidade, seja material, conceitual, espacial ou dos detalhes.

Dois exemplos de intervenção em *curtain wall* podem mostrar que existem maneiras diferentes de compreender a obsolescência e provocar estratégias diferentes de preservação da arquitetura moderna.

A intervenção em cada um dos casos exigiu cuidados na restauração e na substituição dos componentes do sistema, tanto no Lever House em Nova York, EUA, quanto na Torre Pirelli (*Grattacielo Pirelli*) em Milão, Itália. Entretanto, a intervenção em cada edifício teve motivações diferentes e em cada um foi utilizada uma estratégia metodológica também diferente.

O Lever House foi projetado pelo arquiteto Gordon Bunshaft, do escritório Skidmore, Owings e Merrill (SOM). O edifício foi construído entre 1951 e 1952 (Figura 17). A Torre Pirelli foi projetada pelo arquiteto Giovanni “Gio” Ponti, com os engenheiros Pier Luigi Nervi e Arturo Danusso. A torre foi construída entre 1956-1958 (Figura 18).

Existem muitas diferenças entre os dois edifícios, mas interessa especialmente o sistema *curtain wall* e as especificidades na preservação desse sistema. O edifício de Nova York foi o segundo edifício a utilizar *curtain wall* na cidade. O primeiro foi o edifício do secretariado das Nações Unidas concluído pouco antes, com projeto de Oscar Niemeyer e Le Corbusier. O Lever House foi o primeiro a ser inteiramente envelopado por fachadas envidraçadas e essas revelam a estrutura esbelta em seu interior.



Figura 17 – Lever House Building, Nova York, EUA. Imagem à esquerda: [195-]. Disponível em: <<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/564x/53/49/44/5349442fb409c47a39cb9e9d77d38fc0.jpg>>. Imagem à direita: [201-]. Disponível em: <www.crainsnewyork.com/apps/pbcsi.dll/storyimage/CN/20150708/REAL_ESTATE/150709913/AR/0/Lever-House.jpg>.



Figura 18 – Torre Pirelli, Milão, Itália. Imagem à esquerda após acidente aéreo. Disponível em: <www.eupolis.regione.lombardia.it/cs/Satellite?blobcol=urldata&blobheader=image%2Fjpeg&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1213304559794&ssbinary=true>. Imagem à direita, após restauro. Disponível em: <www.worldtravelimages.net/P1060184.JPG>.

A continuidade visual promovida pela transparência real é fundamental. O sistema foi projetado com perfis em aço inoxidável e painéis em vidro azul-verde, sendo transparentes nos andares e opacos e aramados nas lajes. Uma nova tecnologia foi usada

tanto no metal, quanto no vidro. O uso de vidros aramados opacos serviu para esconder as lajes, mas também seguiu a legislação de incêndio da época. Todo o conjunto foi selado, também com uma borracha experimental na época, e não permitia abertura, para não entrar poluição e não haver perdas térmicas do sistema de condicionamento de ar (PRUDON, 2008, p. 486-487).

O Lever House foi ameaçado de demolição, no começo dos anos 1980, por causa de sua baixa ocupação, e foi um dos primeiros edifícios modernos a conseguir status patrimonial nacional em 1982. Em 1997, a empresa que dá nome ao edifício vendeu o edifício. Nesta época, quase todos os painéis originais em vidro tinham sido substituídos. Havia um grave problema de corrosão das peças em aço que suportavam os vidros, devido à penetração da água da chuva. A maneira com que a água era escoada provocava mancha de ferrugem nos vidros. Estes foram sendo substituídos por vidros de diferentes tons de azul, não apenas os transparentes, como os aramados também (Figura 19) (PRUDON, 2008, p. 486-487).



Figura 19 – Curtain wall (antes da restauração) do Lever House, Nova York.
Fonte: PRUDON, 2008, imagem colorida 22.

A proposta inicial de intervenção previa a construção um novo envelope, alguns centímetros mais para fora, e então a fachada original seria desmontada. Esta ideia foi bastante criticada e rapidamente esquecida. Então, foram contratados o escritório Skidmore, Owings & Merrill e um consultor em *curtain wall* para um novo projeto de intervenção que deveria respeitar as especificações e dimensões originais. O projeto deveria resolver três questões técnicas: remover os suportes em aço dos vidros, substituir os selantes entre os vidros e suportes e estabelecer um melhor escoamento da água da chuva. Para isso, todo o

sistema precisou ser desmontado. Todos os canais de escoamento, não visíveis, foram substituídos por alumínio, do mesmo modo que todos os suportes dos vidros e os selantes, também não visíveis. As capas dos perfis, apesar de não apresentarem corrosão, foram deformadas pelas peças internas corroídas e retificá-las poderia comprometer seu aspecto original. As novas capas foram aparafusadas como no detalhe original e não fixadas sob pressão como atualmente. Todos os vidros foram substituídos, já que a maior parte não era original e havia sido substituída ao longo dos anos. Apesar da legislação estadual atual exigir vidros duplos, por conta da eficiência energética, essa solução poderia comprometer a continuidade visual. Então, foi possível se manter uma única camada, apesar da legislação de eficiência energética, já que se trata de um edifício com status patrimonial. Considerando que os vidros originais não eram mais fabricados na época da intervenção, para encontrar a profundidade visual original entre os vidros transparentes e os opacos foram montados *in loco* alguns conjuntos com diferentes amostras de novos vidros transparentes e vidros opacos originais para tentar reproduzir o mais próximo possível o efeito original. Segundo Prudon (2008, p. 486-491), apesar de não haver mais vidros transparentes originais para comparar e considerando a evolução dos processos de fabricações dos vidros atuais, provavelmente o edifício é atualmente mais reflexivo que no original (Figura 20).

Ainda de acordo com Prudon, de uma maneira geral, a comunidade aceitou bem a intervenção no Lever House, incluindo os profissionais da preservação do patrimônio. Essa experiência provocou debates sobre intenção de projeto e autenticidade material, especialmente em edifícios recentes.

Enquanto muitos elogiaram o cuidado e a diligência com que a aparência original foi recriada usando materiais e tecnologias mais contemporâneas, outros consideraram a substituição de quase todos os materiais originais, dos painéis de vidros aos perfis estruturais, como um sacrilégio, não um ato de preservação (PRUDON, 2008, p. 490, tradução nossa).

O autor afirma que os materiais só foram substituídos como último recurso devido à condição dos materiais do Lever House, sendo “a única maneira que o edifício poderia praticamente e esteticamente refletir as intenções originais do projeto” (PRUDON, 2008, p. 490).



Figura 20 – Curtain wall (após restauração) do Lever House, Nova York.
Fonte: PRUDON, 2008, imagem colorida 23.

Já no caso da Torre Pirelli, a necessidade de restauro surgiu após a colisão de um pequeno avião monomotor, em 18 de abril de 2002, que, além das três mortes, provocou um grave dano na fachada e em três pavimentos. A intervenção foi baseada no ‘restauro crítico-conservativo’, seguindo a tradição italiana. Apesar do caráter contemporâneo do edifício, o projeto e a metodologia de restauro não considerou nenhuma questão própria da arquitetura moderna, já que nesta teoria existe a afirmação de que não se deve fazer distinção entre diferentes épocas. Além disso, os valores arquitetônico e tecnológico foram unidos ao valor simbólico, mesmo que ele tenha sido, nos anos 1960, um dos edifícios mais altos da Europa (CAMPANELLI, 2005, p. 65).

Além dos problemas – inclusive estruturais – provocados pelo acidente, o restauro também tratou de questões anteriores, como desprendimento de revestimento cerâmico da fachada, reforma de um auditório no subsolo, recuperação funcional do terraço no último andar, além de atualização de algumas soluções não mais compatíveis com as novas normas de segurança e eficiência energéticas. A fachada em *curtain wall* era uma das principais

responsáveis pela dispersão térmica, além dos problemas com infiltração de água de chuva (CAMPANELLI, 2005, p. 65).

Devido à importância cultural do edifício, “símbolo da supremacia industrial lombarda”, região italiana em que se encontra a cidade de Milão, todo o trabalho foi supervisionado pela Direção Geral de Cultura, Identidade e Autonomia da Região da Lombardia (*Direzione Generale Culture, Identità e Autonomie – Regione Lombardia*). Foi instituído um grupo de trabalho para o desenvolvimento de pesquisa de modo a garantir o processo histórico-crítico de pesquisa filológica, reconstituição da imagem e compreensão da consistência material e avaliação histórico-figurativa. Essa comissão técnico-científica analisou documentos históricos, bibliográficos e fotográficos, além das características técnica do edifício e experiências similares realizadas em outros países. “Foi avaliado, em virtude da análise realizada, ser aceitável substituir o revestimento cerâmico inteiro e o sistema de *curtain wall* inteiro por outro similar, reproduzido novo para a ocasião” (CAMPANELLI, 2005, p. 66).

Segundo as teorias de Cesare Brandi e Giovanni Carbonara, essa decisão não é aceitável. Alessandro Campanelli (2005, p. 66), citando esses dois autores, explica que é preciso transmitir o bem integralmente para gerações futuras, sem comprometer sua autenticidade e que os princípios do restauro não autorizam o sacrifício de partes da obra, nem o livre refazimento.

Os perfis originais da Torre Pirelli, considerados “testemunhos preciosos de um período áureo da produção industrial italiana”, são em alumínio e encontravam-se “em condições excepcionalmente boas”, sendo necessário apenas serem retificados e reanodização. Na reinstalação dos perfis, foram feitas “apenas pequenas modificações necessárias para garantir desempenho adequados e a funcionalidades das esquadrias” (SALVO, 2006, p. 206).

Estas concerniram aos vidros e às partes de borracha com as quais foram feitos recobrimentos e selagens, inevitavelmente envelhecidos e os quais se tornaram imprestáveis com o tempo. Ajustes limitados e respeitosos das partes riquíssimas de significado permitiram, com pouco, obter uma sensível melhora das condições térmicas e higrométricas dos espaços internos, atingindo resultados decididamente adequados, sem diminuir a atenção e o respeito pelo existente (SALVO, 2006, p. 206).

Então, segundo as explicações de Simona Salvo (2006, p. 206) e Paola Ascione (2008, p. 352), os vários elementos do sistema *curtain wall* foram tratados de diferentes maneiras. Os

perfis em alumínio, que estavam em boas condições foram tratados como testemunho histórico e preservados, bem como a maior parte dos rebites e parafusos obtidos na desmontagem e reaproveitados, segundo o critério de *anastilosi*. Já as borrachas de vedação, fabricadas especialmente pela empresa proprietária do edifício, estavam muito deterioradas e foram substituídas por silicone. Os vidros não respondiam termicamente às normas europeias atuais e foram substituídos por um painel com dois vidros laminados e preenchido com gás argon. Além disso, foram feitos pequenos furos nos perfis em alumínio para melhorar o escoamento de água de chuva e condensação que, segundo Ascione, é uma modificação mínima nos perfis originais em alumínio e que não comprometeu o detalhe original do projeto.

Como apresentado anteriormente, Cesare Brandi faz uma distinção fundamental entre produtos industriais e as obras de arte e não reconhece outras instâncias, apenas as instâncias estéticas e históricas (BRANDI, 2008, p. 30). Então, qualquer intervenção que considere aspectos utilitários tende a ser criticada por autores ‘críticos-conservativos’. Um exemplo é o trecho em que Simona Salvo (2006, p. 203), ao falar sobre “as técnicas de intervenção em *curtain wall* até hoje desenvolvidas no exterior”, alerta que “em vez de originarem uma atenta reflexão sobre a possibilidade de manter o existente – tecnicamente factível, no dizer desses mesmos especialistas – derivam da observação empírica da entidade do dano, de sua incidência na imagem do edifício e das instâncias colocadas pelos comitentes”. A autora aponta que “toda a atividade de tutela na América do Norte e na Europa setentrional [...] não impediram que as intervenções [em *curtain wall*] se alinhassem com as práxis repletivas”. Salvo acusa o órgão de tutela dos Estados Unidos, o *National Trust*, de admitir e até prever, intervenções consideradas não adequadas, como reparos curativos, substituições pontuais e a instalação de uma segunda camada de *curtain wall*, mesmo quando respeitam a autenticidade material e a mínima intervenção, mas não asseguram a autenticidade material absoluta.

Em casos extremos, o National Trust admite a remoção integral de todo o sistema e a substituição de um novo sistema similar e com melhor desempenho. O termo usado em inglês é *recladding*, que literalmente significa revestir, que consiste na substituição do revestimento de um edifício que é compreendido como um sistema independente e por isso, muitas vezes é chamado de envelope do edifício (*building envelope*). Isso só é possível em edifícios que possuem a estrutura independente do revestimento.

O sistema *curtain wall* é considerado um envelope pelo National Trust. Em casos extremos pode ser substituído, mas não como uma camada de sacrifício, como é o caso de algumas argamassas de revestimento assim consideradas pelo IPHAN, no Brasil¹³.

Como lembra Simona Salvo, “os diversos modos de intervir na preexistência antiga ou recente, que caracterizam os países anglo-saxões em contraposição àqueles mediterrâneos, encontram origem nos respectivos modos de conceber a história e de considerar os testemunhos”. A estratégia usada na Itália respeitou o edifício, “com uma tipologia inusual na Itália”, “como se se tratasse de um edifício antigo” (SALVO, 2006, p. 204).

Na intervenção da Torre Pirelli, várias questões teóricas próprias da preservação da arquitetura moderna não foram consideradas, já que a autenticidade é compreendida apenas sob o ponto de vista estrito da materialidade. Houve a compreensão que a fachada deveria ser restaurada artesanalmente, substituindo o mínimo necessário, aproveitando o máximo possível de componentes originais, apesar das alterações que buscaram um melhor desempenho.

2.3. QUESTÕES TÉCNICAS PRÓPRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

A arquitetura moderna possui um forte vínculo com a melhoria social, a mudança estética e a inovação tecnológica (PRUDON, 2008, p. 4). A inovação incluiu a utilização de novos materiais, mas também novas maneiras de utilizar materiais tradicionais, provocando também uma mudança estética. Susan Macdonald (2001, p. 88) chega mesmo a afirmar que a arquitetura moderna provocou uma ruptura completa com a forma da arquitetura tradicional, planejamento e uso dos materiais. Essa arquitetura fez muitas experimentações numa relação estreita com a industrialização também das técnicas construtivas e da

¹³ O Manual de Conservação e Intervenções em Argamassas de Revestimento à Base de Cal, de autoria de Maria Isabel Kanan e publicado pelo IPHAN, aponta a existência de três tipos de argamassa, sendo uma delas de revestimento que “oferecem proteção contra as intempéries (chuva, vento, erosão, abrasão), *sacrificando-se* para proteger o substrato. Sobre a mínima intervenção, a autora lembra que “conservação ou intervenção, pontual ou parcial, deve ser sempre a primeira opção em vez da remoção e substituição total” (KANAN, 2008, p. 19), entretanto ela lembra que:

Quando são necessários reparos e substituições, parciais ou totais, de argamassas, rebocos e acabamentos à base de cal, é dispensável que os materiais de substituição sejam idênticos aos antigos. Ser compatível significa conciliar propriedades físico-químicas e estéticas sem obrigatoriamente usar materiais idênticos (KANAN, 2008, p. 22).

padronização de materiais de construção, assim como o desenvolvimento de novos materiais e isso foi fundamental para “materializar a modernidade na arquitetura” (JONGE, 1997b). Novos sistemas foram desenvolvidos a partir da padronização e modulação dos componentes industrializados, baseados em laminados, plásticos e elementos pré-fabricados. As experimentações incorporaram novas tecnologias e mudaram para sempre a maneira de se fazer arquitetura. Contudo, o tempo mostrou que, em muitos casos, o concreto fino e as janelas de aço se deterioraram mais rápido que o esperado e sua restauração tem provocado questionamentos em relação aos fundamentos da preservação.

Novos materiais e novos componentes da construção foram explorados no desenvolvimento de sistemas estruturais, mas também sistemas de revestimento, gerando uma nova maneira de fazer arquitetura que, em muitos casos, fundiu técnica e estética. Esses novos sistemas de revestimentos e estruturais permitiram a completa separação entre eles, possibilitando a criação de fachadas independentes, como o sistema *curtain wall*. Esse sistema foi inspirado nas janelas dos automóveis e só foi possível graças ao processo de industrialização dos vidros e à utilização de borrachas desenvolvidas pela indústria automobilística (PRUDON, 2008, p. 76-78).

Muitos dos novos materiais fabricados pareciam precisar de pouca manutenção ou mesmo nenhuma e o seu uso, sem uma eficácia comprovada, provocou muitos problemas devido à curta vida (MACDONALD, 1996, p. 90). A evolução da técnica de fabricação permitiu a confecção de vidros com melhor qualidade, permitindo peças mais finas e maiores. Entretanto, essas características provocaram vidros mais frágeis e termicamente menos eficientes. Neste processo, alguns tipos de vidro deixaram de ser fabricados e, em muitos casos, sua substituição só sendo possível por um tipo similar que algumas vezes compromete a transparência original. Também adaptações foram feitas para melhorar o desempenho térmico, como a substituição por vidros mais eficientes ou a instalação de mais camadas de vidro.

Diferentes metais foram utilizados em sistemas de revestimentos, como o alumínio, o aço e o bronze. Os problemas para a sua conservação são principalmente perda de desempenho e deterioração. Pedras também foram usadas em sistemas de revestimento, incluindo *curtain wall*, e os principais problemas de conservação estão nos sistemas de ancoragem, normalmente metálicos e sujeitos à oxidação e ruptura. Além das pedras naturais, como mármore e granitos, o concreto pré-moldado também foi usado em placas nesse sistema (MOREIRA, 2010, p. 8-9).

Para melhorar o desempenho, especialmente a proteção contra intempéries, materiais diversos foram experimentados para as conexões entre as partes dos sistemas. Muitos materiais sintéticos flexíveis, como silicones, uretanos e látex, foram desenvolvidos a partir de meados do século XX e usados para vedação. Também surgiram outros tipos de plásticos e laminados, reforçados ou não com fibras, usados na arquitetura moderna, não só em sistemas de revestimentos, como também em móveis e objetos (PRUDON, 2008, p. 113-142).

Um problema comum aos sistemas não estruturais vem da necessidade de substituição de materiais complementares de diferentes revestimentos, seja pelo fato do material não ser mais fabricado, por uma questão estética ou por possuir uma vida útil limitada, como também pela descoberta de problemas de saúde que provocam, como é o caso do amianto, atualmente proibido em muitos países. Nesses casos, surge então a necessidade de substituição do material por um similar.

Problemas também aconteceram em relação aos **detalhes arquitetônicos** desses novos materiais. Às vezes, uma alteração mínima pode resolver um problema de acúmulo de chuva que pode provocar oxidação e, assim, não comprometer a autenticidade material, nem a autenticidade conceitual. Em outros casos, como na Villa Roche, projeto de Le Corbusier de 1923, o problema no detalhamento original da esquadria provocou uma área de fuga de calor, provocando a deterioração acelerada da pintura interna. A casa abriga a Fundação Le Corbusier e a solução adotada pelo arquiteto responsável foi pintar a área com maior frequência, segundo a intenção original (MACDONALD, 1996, p. 92).

Algumas vezes, problemas relacionados com o detalhamento acontecem na execução e não no projeto. No projeto da igreja de São Francisco da Pampulha, de 1943, foram detalhadas por Oscar Niemeyer três juntas de dilatação em sua abóboda principal em concreto. Entretanto apenas duas foram executadas, fora das especificações, e isso provocou problemas de descolamento das pastilhas, poucos anos após a execução (MOREIRA, 2010, p. 10).

Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, ficou cada vez mais comum o fato do envelope ser independente do **sistema estrutural**. O fechamento dos edifícios deixou de ser feito com alvenaria estrutural e foi sendo substituído por um fino envelope não estrutural (PRUDON, 2008, p. 79-82).

Três sistemas estruturais foram desenvolvidos pela arquitetura moderna: o aço industrializado, peças de madeira laminadas e coladas e o concreto estrutural. Quanto ao aço industrializado, a técnica de construção com ferro já havia sido usada desde muito tempo, mas países industrializados conseguiram produzir elementos em aço em cada vez maior quantidade e mais rápido.

Outro sistema estrutural explorado pela arquitetura moderna é composto por peças de madeira laminadas e coladas. Apesar da madeira ser um material bastante utilizado, a industrialização permitiu tanto o corte preciso de peças finas, quanto o desenvolvimento de adesivos sintéticos, nos anos 1930 e 1940, mais resistentes e duradouros. Então os arcos do século XIX puderam evoluir para outras formas e vãos com maiores dimensões, além do reforço com outros elementos metálicos ou em concreto. Esse sistema em madeira foi especialmente usado para vencer grandes vãos como em estações de trens, ginásios, igrejas e fábricas (PRUDON, 2008, p. 102-103).

O uso do concreto para o desenvolvimento de um sistema estrutural é o mais comum no Brasil. O concreto já era utilizado no Império Romano, mas no século XIX começou a ser usado como revestimento, numa espécie de pedra artificial. Na época, foram incorporadas barras de metal ao interior do concreto, aumentando sua resistência à tração. Posteriormente, a arquitetura moderna utilizou o sistema estrutural em concreto de três maneiras diferentes: o concreto armado era moldado in loco, pré-moldado e também era usado como cascas finas. O concreto foi bastante usado de maneira aparente, em sistemas estruturais ou de revestimento. Sua forma aparente foi explorada em diferentes maneiras, numa busca por outros acabamentos e texturas. Também foram exploradas diferentes combinações de densidade e composição do concreto, tal qual a utilização de técnicas como a vibração dos moldes para diminuir o espaço entre os componentes, o que permitiu o uso de painéis pré-moldados com janelas incorporadas nos anos 1960 nos Estados Unidos. Os acabamentos eram de quatro tipos básicos: liso, com os agregados expostos, rugoso (por exemplo, explorando a textura natural da madeira das fôrmas) e finalizados com o uso de ferramentas (PRUDON, 2008, p. 82-83).

Todos esses sistemas estruturais apresentam questões específicas para a sua preservação, mas a sua manutenção mais frequente que nos sistemas tradicionais é um fator comum. Essa necessidade de manutenção constante foi usada para justificar a demolição de muitos edifícios construídos com esses sistemas estruturais. Considerando que os edifícios

do século XX são mais suscetíveis a adaptações que os edifícios com usos tradicionais, vale salientar que a mudança de uso pode representar novas cargas.

O concreto armado foi o sistema estrutural mais utilizado pela arquitetura moderna no Brasil e ainda é muito utilizado até hoje. Tendo em vista a quantidade de material disponível sobre os diversos materiais estruturais e de revestimento, que em muitos casos não são comuns ao vocabulário arquitetônico brasileiro, interessa especialmente para essa pesquisa o estudo do concreto pré-fabricado, que é o sistema estrutural dos CIEPs.

Um exemplo internacional inovador, mesmo para a atualidade, é o Habitat 67, em Montreal, no Canadá. O complexo habitacional foi desenvolvido a partir do projeto do arquiteto Moshe Safdie e foi construído para a Exposição Universal de 1967, daí o seu nome. O Habitat 67 foi pensado como uma alternativa de adensamento urbano em detrimento ao crescimento dos subúrbios norte-americanos. O conjunto é composto por 354 módulos tridimensionais superpostos, chegando a 12 andares de altura, que resultaram em 158 apartamentos diferentes, medido individualmente entre 60m² e 170m², de um a quatro quartos (Figura 21 e Figura 22). Cada módulo mede 12,5x5,7x3,2m e foram inteiramente pré-moldados em concreto armado, incluindo as instalações, as peças sanitárias e a cozinha. Os módulos de 80 toneladas foram desmoldados, receberam acabamento em jato de areia, foram transportados 300 metros da obra até o local definitivo, foram içados e instalados uns sobre os outros (LEGAULT, 2007) (Figura 23). Apesar de sua singularidade estética e técnica, esse exemplo especial de pré-fabricação passou a ter um status patrimonial apenas nos anos 2000.



Figura 21 – Habitat 67, Montreal, Canada. Moshe Safdie, arquiteto. (1967). Disponível em: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/Montr%C3%A9al_-_Habitat_67_\(04\).jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/Montr%C3%A9al_-_Habitat_67_(04).jpg)>.

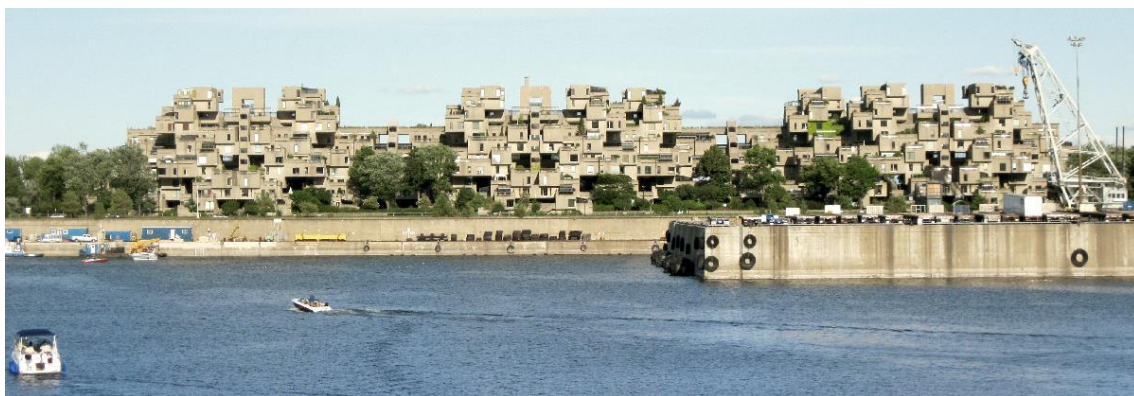


Figura 22 – Habitat 67, Montreal, Canada. Moshe Safdie, arquiteto. (1967). Disponível em: <<http://www.habitat67.com/wp-content/themes/habitat67/assets/images/hommage-habitat/habitat67-block1-full-size.jpg>>.



Figura 23 – Construção Habitat 67, Montreal, Canada. Moshe Safdie, arquiteto. (1967). Disponível em: <<http://assets.dwell.com/sites/default/files/2012/12/22/peart-weisgerber-habitat-67-construction.jpg>>.

A **restauração do concreto** devido à sua deterioração física em edifícios da arquitetura moderna é muito comum, em diferentes partes do mundo, variando apenas na velocidade da deterioração. Além da integridade estrutural e o respeito à autenticidade material, o acabamento original é fundamental para a autenticidade conceitual. Os diferentes acabamentos desenvolvidos em cada edifício, sejam grandes monólitos em concreto moldado *in loco* ou lisas superfícies em concreto pré-moldado, devem ser respeitados segundo a intenção original do projeto.

Em alguns casos, como nos edifícios britânicos em concreto aparente construídos depois da Segunda Guerra, os problemas de conservação são maiores que nos edifícios dos períodos anteriores. A escolha da estrutura em concreto aparente permitiu uma construção

rápida, com pouca mão-de-obra e com um fino e econômico recobrimento das armaduras, sem revestimento, associado à crença da necessidade de pouca manutenção. Contudo, o que se percebeu nas décadas seguintes foi que esses edifícios se deterioravam mais rapidamente que o esperado e os problemas estavam relacionados não só com o recobrimento demasiado fino das armaduras e a composição que gerou um concreto mais permeável, mas também havia vícios de construção com falhas na quantidade dos componentes, no tempo da cura e na compactação (MACDONALD, 1997, p. 46-48).

Os tipos mais comuns, internacionalmente, de problemas que afetam a durabilidade do concreto são, em ordem aleatória: (1) ataque químico ao concreto, como deterioração dos agregados; (2) ataque físico ao concreto, como erosão e danos causados pelo congelamento; (3) ataque eletroquímico à armadura que acabam por atacar o concreto; (4) erros de construção que provocam fissuras; e (5) calamidades (HONDEL, 1997, p. 57-58).

As soluções menos profissionais, porém mais adotadas, se baseiam em disfarçar os problemas que surgem, na busca por estratégias que representem menos dinheiro investido, mas que às vezes significam mais manutenção futura. Nesses casos, o concreto é revestido com cerâmicas, mosaicos, molduras ou perfis metálicos. Além disso, ainda há a possibilidade de uso de jato de água em alta pressão, lixa ou outra ferramenta abrasiva, que retira uma camada superficial, mas aumenta a exposição da armadura em longo prazo. Outra estratégia comum é o aumento da rugosidade original com o uso de ferramentas (MACDONALD, 1997, p. 48).

A maneira mais profissional e tradicional de se reparar o concreto armado deteriorado busca o restabelecimento estrutural e costuma comprometer a autenticidade material e conceitual. As partes deterioradas, tanto da armadura quanto do concreto, são removidas, limpas de contaminações e substituídas. Em alguns casos, pode ser engrossada a camada de concreto de recobrimento, adicionados aditivos para aumentar a impermeabilização ou aplicado um polímero como revestimento, podendo prevenir ataques externos futuros. Essas reparações costumam comprometer o aspecto original, mas em alguns casos, um trabalho mais cuidadoso pode ser feito com o uso de pigmentos e texturas que produzam um acabamento final que respeite o aspecto original (HONDEL, 1997, p. 59).

Segundo Prudon (2008, p. 42-44), no caso do concreto aparente, a intervenção de reparação mais apropriada costuma marcar discretamente as áreas concertadas, tentando respeitar tanto a autenticidade material quanto a autenticidade conceitual. Contudo, surge

um novo problema, já que as intervenções costumam envelhecer e mudar de cor de maneira diferente do original, exigindo uma maior manutenção (PRUDON, 2008, p. 95-99).

Buscando o não comprometimento da autenticidade material ou conceitual, podem ser usadas técnicas de reparação eletroquímica, em certos casos. A proteção catódica é uma delas e utiliza corrente elétrica controlada para interromper a oxidação da armadura sem a necessidade de expô-la. A dessalinização é outro processo que interrompe a oxidação com a ajuda de anodos e íons carregados eletricamente. Uma terceira técnica é baseada na realcalinização do concreto na área da armadura (HONDEL, 1997, p. 59-60; NUSTAD, 1997, p. 61-63).

Como caso emblemático, o Sanatorium Zonnestraal apresentou um grave problema de **deterioração do concreto**, por ataques químicos e eletroquímicos. A busca por uma construção extremamente econômica e funcional levou Jan Duiker a propor uma estrutura muito esbelta com lajes de 12cm nos apoios, chegando a 8cm na parte central e na extremidade em balanço. Isso provocou um recobrimento excessivamente fino. As fôrmas eram muito estreitas e foi usado um concreto muito líquido para seu preenchimento. O resultado foi que, em certos pontos, o concreto não foi totalmente homogeneizado, resultando numa baixíssima resistência à compressão, comparável à areia molhada (JONGE, 1997a, p. 75).

Existiam várias soluções possíveis para resolver essa deterioração, mas poucas respeitariam todos os aspectos da autenticidade. Demolir e reconstruir o edifício respeitaria integralmente a autenticidade conceitual, mas comprometeria totalmente a autenticidade material. Outra opção seria consertar e reforçar a estrutura existente, que seria um método mais caro que reconstruir, seria mais respeitoso quanto à autenticidade material, mas comprometeria o caráter esbelto da estrutura e a autenticidade do design. “O conflito potencial entre as ideias inerentes do Movimento Moderno e princípios de conservação de longa data é claramente ilustrado por este exemplo” (JONGE, 1997a, p. 75-76).

Na busca por uma solução que respeitasse a autenticidade em diferentes aspectos, tanto material quanto conceitual, foram usados métodos eletroquímicos e não destrutivos do concreto, na tentativa de salvaguardar pelo menos uma parte da estrutura original, apesar do receio de se usar uma técnica ainda pouco testada à época (JONGE, 1997a, p. 82).

2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A preservação da arquitetura moderna, apesar dos debates que já acontecem há algumas décadas, é um tema recente em relação à longa tradição da preservação dos monumentos e provocou – e ainda provoca – opiniões diferentes entre autores que estudam o assunto. No Brasil, Beatriz Kühl afirma que “em tempos recentes podem ser vistas várias intervenções em edifícios filiados ao movimento moderno [...] [tratados] de maneira autônoma em relação aos princípios da preservação de bens culturais”. Apesar de reconhecer que existe uma pluralidade no campo da restauração, existindo “correntes não-brandianas (e até mesmo antibrandianas)” (KÜHL, 2008b, p. 98), a autora defende que a arquitetura moderna deve ser restaurada segundo “a sólida tradição italiana no campo, retomando temas do restauro crítico e também da teoria de Cesare Brandi”. Coerente com a vertente da restauração italiana chamada por Giovanni Carbonara de ‘crítico-conservativa e criativa’ (cf. KÜHL, 2008b, p. 81-100), a autora critica posturas não-conservativa dessas intervenções e indica que “o exemplo da [Torre] Pirelli mostra que é possível restaurar uma obra moderna. Restaurar de fato”. Kühl afirma que “muitos desqualificam sumariamente os preceitos teóricos da restauração, entendendo-os como impossíveis de serem aplicados à arquitetura moderna” (KÜHL, 2006, p. 200).

Outros autores, como Fernando Diniz Moreira (2010) e Silvio Mendes Zancheti (2014), fazem colocações menos radicais e afirmam que a conservação da arquitetura moderna não necessita de uma teoria própria, mas alertam para os novos problemas e desafios para a sua conservação (MOREIRA, 2010, p. 18; ZANCHETI, 2014, p. 1). Enquanto Kühl não reconhece as especificidades da conservação da arquitetura moderna – como a rápida obsolescência física e aspectos não-materiais – Moreira e Zancheti, apontam essas características como desafios para a conservação, reconhecendo sua existência. Zancheti (2014, p. 12) atribui a Susan Macdonald a apresentação de “uma série de desafios que a arquitetura moderna coloca à teoria da conservação, especialmente no tocante à autenticidade material”. Já Moreira (2010, p. 18) afirma que “na conservação da arquitetura moderna, é preciso encontrar um equilíbrio entre a autenticidade do espaço e o respeito pela autenticidade material”.

O presente capítulo se baseou e compartilha da opinião de autores que apontam a existência de questões próprias para a conservação da arquitetura moderna, bem como consideram outros aspectos da autenticidade – visão compartilhada e apresentada no Capítulo 1 – Autenticidades e Valores do Patrimônio Cultural – não apenas a autenticidade

material e a autenticidade do espaço – como apontado por Moreira e Zancheti –, mas toda a sequência de aspectos (1. ideia, 2. forma, espaço e aparência, 3. construção e detalhes, 4. materiais) apresentados pelo Docomomo (1997, p. 10).

Este capítulo começa apresentando o Sanatorium Zonnestraal como um caso especial de restauração da arquitetura moderna. Evidentemente, ele não pode ser usado como referência para todos os casos, mas pode mostrar a existência de questões próprias para a conservação da arquitetura moderna e, que algumas vezes, medidas drásticas precisam ser tomadas para garantir a sobrevivência do edifício, mesmo que isso signifique a perda de alguns aspectos em detrimento a outros.

No Zonnestraal, há o aspecto material, em relação às características específicas da técnica de sua construção, à escolha do percurso interno e ao uso de fachada com vidros para entrada de iluminação natural, por exemplo. Há, também, o aspecto imaterial, no apego comunitário a um sanatório que buscou o tratamento de uma doença como a tuberculose ou à simbologia da entrada e saída pela mesma porta, que representaria a cura. Em algum momento, esses aspectos podem ser difíceis de separar, como a relação do percurso interno com os materiais de revestimento, a transparência dos vidros e a sensação sentida no espaço resultante dessas relações.

As duas estratégias diferentes de restauro do Lever House e da Torre Pirelli, por exemplo, mostram que não há uma resposta certa. Então, escolhas devem ser feitas e, além das questões teóricas e técnicas, devem sempre considerar tradições, experiências e realidades culturais. Considerar diferentes pontos de vista pode ajudar nessa tomada de decisão e o trabalho transdisciplinar, com a participação não apenas dos especialistas em patrimônio, mas também de usuários desses edifícios, pode permitir uma melhor compreensão dessas questões.

Assim, sem esquecer a realidade da preservação patrimonial brasileira, a presente pesquisa pretende compreender diferentes estratégias de preservação do patrimônio, especialmente em relação à preservação do patrimônio moderno e considerando o tripé conceitual formado pela melhoria social, a mudança estética e a inovação tecnológica. Esses três aspectos são indissociáveis na maior parte dos casos da arquitetura moderna e não é diferente no caso dos CIEPs.

O reconhecimento dos diversos valores do patrimônio exige antes de tudo a compreensão de que é preciso a participação de outras disciplinas na percepção do interesse em preservar um bem cultural e, principalmente, o que e por que preservar.

O entendimento da autenticidade apenas sob o ponto de vista da matéria e a consideração somente da dúplici polaridade estética e histórica podem dificultar o reconhecimento do patrimônio que possui certas especificidades, assim como pode comprometer características imateriais na arquitetura, como a autenticidade do espaço, por exemplo. O tombamento de Brasília é uma experiência brasileira de se considerar aspectos conceituais e não apenas a materialidade das construções.

3. A PRÉ-FABRICAÇÃO DE ESCOLAS MODERNAS E OS CIEPS

O objetivo deste capítulo é apresentar os CIEPs, especialmente entender suas origens e suas influências, procurando compreender seu interesse patrimonial. Por ser umas de suas características mais marcantes, a pré-fabricação de escolas será apresentada, através de alguns exemplos nacionais e internacionais, desenvolvidos no século XX.

Entretanto, é preciso antes entender que existiram, desde a Antiguidade, edifícios cujos elementos foram produzidos previamente de maneira artesanal e transportados para seu local definitivo, podendo ser chamados de edifícios pré-fabricados. Contudo, Ryan Smith (2010) acredita que apenas no século XX aconteceu a união entre arquitetura e industrialização da construção, permitindo a produção em fábricas de elementos seriados, antes de sua utilização definitiva. Então, algumas definições serão apresentadas e podem ajudar a compreender os diferentes modos de projetar e construir edifícios previamente.

Principalmente em países industrializados, a necessidade de novos edifícios e a industrialização da construção estimularam o desenvolvimento da pré-fabricação de edifícios escolares. O Brasil demorou mais tempo para desenvolver tecnologia necessária para que escolas pudessem ser construídas em grande escala e em pouco tempo. Os Grupos Escolares dos anos 1940 em São Paulo são exemplos de experiências de pré-fabricação com utilização de elementos pré-fabricados incorporados ao sistema convencional. Ao longo do século XX, foram produzidas algumas dezenas de exemplares em cada programa e apenas os CIEPs realizaram mais de 500 unidades.

Os sistemas construtivos industrializados começaram a ser utilizados nos anos 1950 e 1960, principalmente em obras de uso comercial e industrial, porém só foram difundidos nos anos 1980 e 1990, utilizando principalmente sistemas estruturais pré-fabricados em concreto (ABDI, 2015, p. 155).

No âmbito da presente pesquisa, a análise dos CIEPs se apoiou em visitas e também em trabalhos de outros autores que apresentam questões específicas, não apenas em arquitetura ou patrimônio, mas que contribuem para uma melhor compreensão do projeto, sua realização e sua percepção atual, em diferentes disciplinas. Os CIEPs foram tratados com um recorte em questões pedagógicas/educacionais (BOMENY, 2008; CAVALIERE, COELHO, 2003; MIGNOT, 1989, 2001; XAVIER, 2001), sob o ponto de vista da arquitetura escolar (NASCIMENTO, 2012), especificamente sobre a questão termoacústico

(AZEVEDO, 2007), o Projeto Aluno Residente (PAR) (OLIVEIRA, UZIEL, 2009; SANT'ANNA, 2008), em relação a pré-fabricação (CARVALHO NETO, 2016) e em relação à cidade (ALENCAR, 2013; CASTRO, 2009). Essas contribuições para a pesquisa serão apresentadas ao logo do capítulo.

Desde o início do século XX, a arquitetura escolar moderna começou a ser desenvolvida com forte influência da nova pedagogia proposta pelos movimentos de reforma educacional da Europa e dos Estados Unidos. As recomendações desses movimentos influenciaram novas práticas educacionais, que por sua vez exigiam mudanças na maneira de projetar as escolas. A noção da escola centrada na criança recomendava que o programa educacional pudesse se adaptar às necessidades de cada aluno e, por consequência, precisava de espaços flexíveis, capazes de se adaptarem rapidamente. Esse modelo de escola estimulava a relação aluno-professor, a relação aluno-edifício escolar, a qualidade do ambiente escolar (iluminação, ventilação, temperatura, acústica, etc.) e sua relação com a comunidade. Isso gerou importantes modificações na maneira como passou-se a projetar a arquitetura escolar moderna (CAUDILL, 1954; HILLE, 2011; ROTH, 1966). No Brasil, sob essas influências, foram realizadas poucas experiências de construção de novos edifícios escolares, como as escolas-parque proposta por Anísio Teixeira.

Os CIEPs, além de representarem um projeto de escolas realizadas em larga escala iniciado nos anos 1980, trazem consigo uma série de debates, tanto do ponto de vista arquitetural quanto pedagógico. Críticas favoráveis e desfavoráveis, muitas vezes apaixonadas, que, além de sua arquitetura podem representar também o debate político em torno deles.

3.1. A PRÉ-FABRICAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Ryan Smith lembra que já existiam experiências de pré-fabricação na construção desde a antiguidade. Ele utiliza o termo '**pré-fabricação**' num sentido amplo e se refere a produzir previamente edifícios inteiros, ou partes deles, mesmo que manualmente, e então levar ao local definitivo. Ainda na Antiguidade, templos antigos em pedra e estruturas de madeira eram transportados para locais de difícil acesso (SMITH, 2010 p. 3). Nesse sentido, o termo pode se referir à produção de um único edifício, mas também pode se referir ao processo de produção em série, mesmo que de maneira artesanal.

O conceito de ‘**módulo**’ é muito importante nos edifícios pré-fabricados e já era utilizado na antiguidade como unidade básica de dimensão na construção, como nos templos gregos e na construção de cidades romanas (GREVEN e BALDAUF, 2007, p. 15).

No século XIX, a Grã-Bretanha disseminou seus produtos industrializados em suas colônias e outros países de sua influência e isso incluiu edifícios pré-fabricados. Países de todos os continentes receberam não apenas depósitos, galpões e outros edifícios e equipamentos para o extrativismo nas colônias, mas também residências, hospitais, igrejas, etc., sendo total ou parcialmente construídos na Grã-Bretanha (SMITH, 2010, p. 5). Outros países industrializados também exportaram edifícios pré-fabricados para diversos países do mundo.

Existem muitos exemplos de edifícios únicos executados longe de seus destinos finais, mas alguns chamam a atenção pela engenhosidade, como a *Manning Portable Cottage* desenvolvida, nos anos 1830, pelo construtor e carpinteiro John Manning, inicialmente para seu filho que emigrou para a Austrália (Figura 24) (SMITH, 2010, p. 5-6).

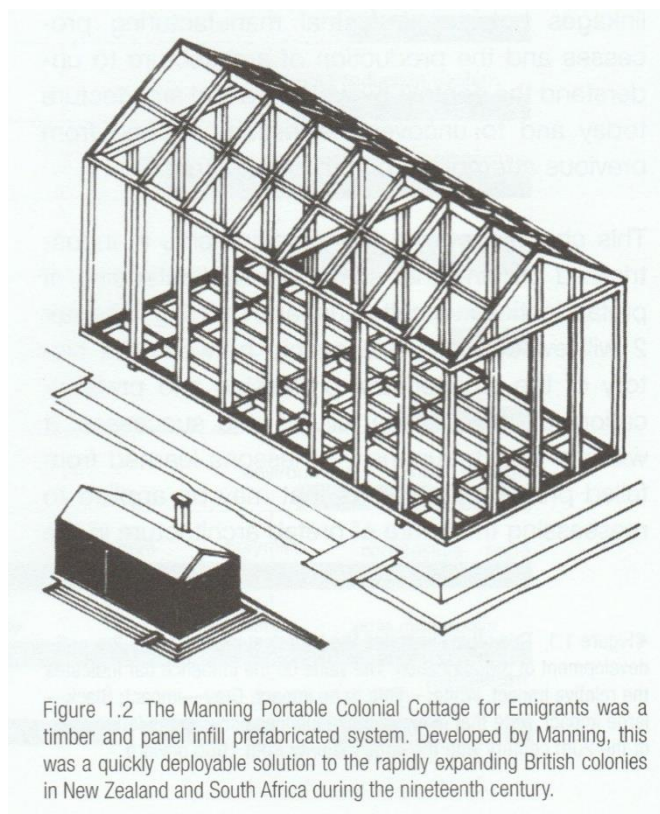


Figure 1.2 The Manning Portable Colonial Cottage for Emigrants was a timber and panel infill prefabricated system. Developed by Manning, this was a quickly deployable solution to the rapidly expanding British colonies in New Zealand and South Africa during the nineteenth century.

Figura 24 – *Manning Portable Cottage*. Residência pré-fabricada desenvolvida por John Manning nos anos 1830 para a colonização britânica. Fonte: SMITH, 2010, p. 6, figura 1.2.

A residência padronizada e com peças intercambiáveis tinha estrutura e painéis em madeira, foi projetada para ser enviada em navio, ser montada por apenas uma pessoa e poderia ser desmontada e remontada em outro lugar. Logo depois, foi incorporada pelo governo e rendeu experiências ainda na Nova Zelândia e África do Sul. Também foram executadas algumas com chapas corrugadas estruturais em ferro galvanizado (SMITH, 2010, p. 7-8).

Entretanto, com a industrialização da construção, era necessário que o módulo de base fosse compatível com os outros componentes do edifício. Uma das primeiras experiências de coordenação dessa modulação foi o *Crystal Palace*, em 1851 (Figura 25). Todas as peças do pavilhão de 71500m² foram pré-fabricadas, realizadas em pequenos componentes e ele podia ser desmontado. Todo o sistema foi baseado em componentes separados, mas coordenados entre si e que seguiu a modulação dos vidros e esta determinou a posição e a dimensão das outras peças (GREVEN e BALDAUF, 2007, p. 23-25).



Figura 25 – Cristal Palace, Londres, Inglaterra, 1851. Disponível em:<https://images.adsttc.com/media/images/51d5/776d/b3fc/4b58/3400/0230/large_jpg/interior.jpg?1372944235>.

Apesar dessas e outras experiências, para Smith, a ‘arquitetura pré-fabricada’ só nasce com o Movimento Moderno e a união entre arquitetura e indústria, na busca pelo desenvolvimento de uma arquitetura de maior qualidade e economicamente mais acessível (2010, p. 3). Um dos primeiros exemplos dessa busca por uma arquitetura industrializada foi a exposição de protótipos habitacionais, em 1927, promovida pela Deutscher Werkbund e coordenada por Mies van der Rohe.

O conjunto chamado de Weißenhofsiedlung foi construído em Stuttgart, Alemanha, e foi projetado por 17 arquitetos¹⁴, incluindo o próprio Mies (CURTIS, 2008, p. 198-199) (Figura 26). Eles estiveram envolvidos na pesquisa pela industrialização da arquitetura e a preocupação com a modulação e a Coordenação Modular (GREVEN e BALDAUF, 2007, p. 25-28).

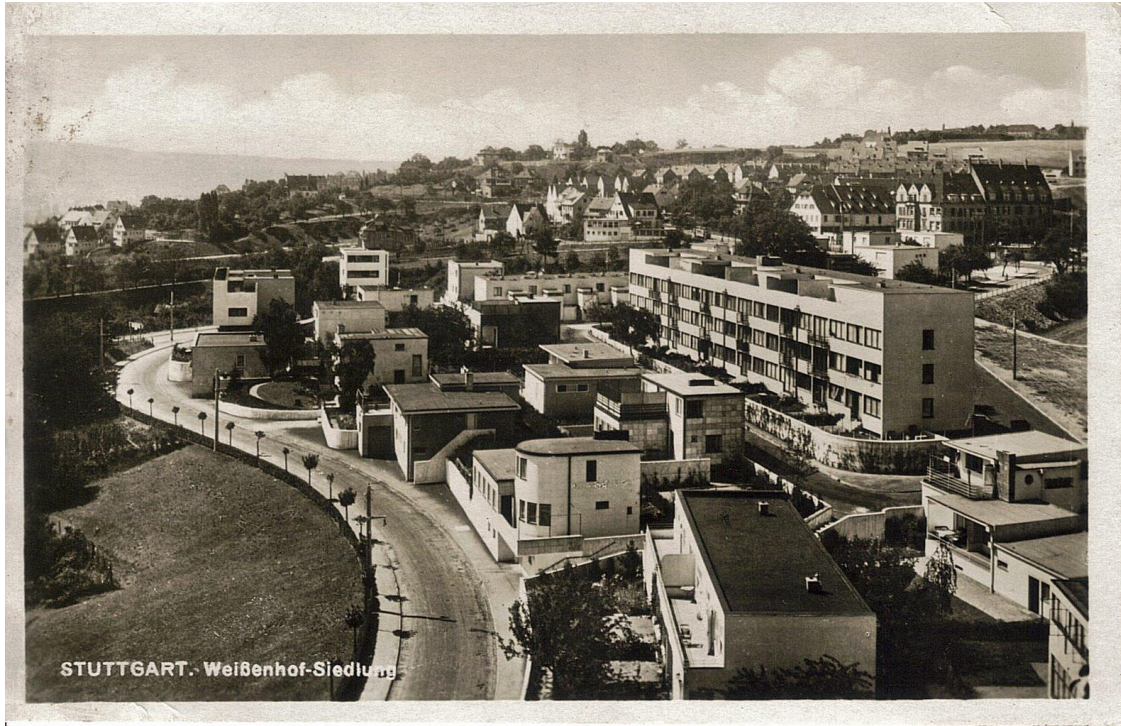


Figura 26 – Weißenhofsiedlung, Stuttgart, Alemanha, 1927. Disponível em: <<https://histaq.files.wordpress.com/2013/04/f-stuttgart-weissenhof-siedlung.jpg>>.

A industrialização da construção exige a racionalização do processo produtivo e a coordenação modular tem um papel central como objetivo geral de relacionar as medidas de projeto com as medidas dos materiais e sistemas.

Todas as etapas do ciclo produtivo, desde a normalização, a certificação e projeto dos componentes, passando pela matéria-prima utilizada para sua fabricação, pelos projetos arquitetônico, estrutural e complementares, até a montagem e manutenção das edificações, ficam envolvidas (GREVEN e BALDAUF, 2007, p. 34, tradução nossa).

¹⁴ O grupo foi formado por Peter Behrens, Victor Bourgeois, Charles-Edouard Jeanneret-Gris (Le Corbusier) e seu primo e colaborador Pierre Jeanneret, Richard Döcker, Josef Frank, Walter Gropius, Ludwig Hilberseimer, Ferdinand Kramer, Jacobus Johannes Pieter “J.J.P.” Oud, Hans Poelzig, Adolf Rading, Ludwig Mies van der Rohe, Hans Scharoun, Adolf Gustav Schneck, Mart Stam e os irmãos Bruno e Max Taut.

Assim, a meta da Coordenação Modular é a padronização de medidas que garantam a intercambialidade entre os diferentes componentes produzidos em série num sistema de ciclo aberto da construção (GREVEN e BALDAUF, 2007, p. 34).

A industrialização da construção pode ser baseada em três sistemas: ‘ciclo fechado’, ‘ciclo aberto’ ou ‘ciclo flexibilizado’. No ‘**ciclo fechado**’, o objetivo é produzir um edifício específico em série e cada componente é produzido e utilizado apenas para esse fim. Os componentes dificilmente podem ser utilizados para realizar edificações diferentes e é necessário produzir muitos componentes para que seja economicamente viável. Assim, esse é o sistema mais econômico quando se pretende produzir um tipo específico de edifício em grande quantidade (ABDI, 2015, p. 36).

No ‘**ciclo aberto**’, o objetivo é produzir componentes intercambiáveis, que possam ser utilizados em diferentes edificações. Pequenas empresas podem produzir diferentes componentes que podem ser utilizados nos mais diferentes projetos (ABDI, 2015, p. 37). Mas para que os elementos e componentes, produzidos por diferentes empresas, sejam de fato intercambiáveis, é preciso que normas técnicas sobre coordenação modular existam e sejam cumpridas e este ainda é um desafio no Brasil atual (ABDI, 2015, p. 39).

O ‘**ciclo flexibilizado**’ é a união entre um sistema pré-fabricado, por exemplo estrutural, associado a outros sistemas construtivos convencionais ou não. Assim, é possível garantir mais flexibilidade tanto na logística da obra, quanto na solução arquitetônica final (ABDI, 2015, p. 37).

O concreto é o material mais usado na pré-fabricação no Brasil e sobre isso a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) faz uma distinção entre ‘**elemento pré-moldado**’ e ‘**elemento pré-fabricado**’, sendo o primeiro o “elemento moldado previamente e fora do local de utilização definitiva na estrutura” e o segundo o “elemento pré-moldado executado industrialmente, em instalações permanentes de empresa destinada para este fim” (ABNT, 2017). A distinção está relacionada com a qualidade técnica de execução do elemento, podendo ser pré-moldado em canteiro ou pré-fabricado industrialmente. Na prática, muitas vezes os termos ‘pré-moldado’ e ‘pré-fabricado’ são usados como sinônimos, e em alguns contextos pode, mesmo sem o termo ‘elemento’, ser usado como substantivo comum e não apenas para descrever a maneira como ele foi executado.

No segundo pós-guerra, os Estados Unidos aperfeiçoaram a industrialização com as linhas de produção de Henry Ford e os princípios da administração científica de Frederick Taylor. A produção em série também influenciou a execução de elementos pré-fabricados e, posteriormente, de edifícios inteiros. Os primeiros edifícios altos construídos com elementos estruturais metálicos pré-fabricados surgiram nos anos 1890 e esse sistema é utilizado até hoje.

Atualmente, muitos países utilizam a pré-fabricação na construção, em aço, madeira e concreto, associada a outros materiais como gesso e cerâmica, por exemplo. Alguns desenvolveram sistemas construtivos industrializados completos e outros apenas alguns elementos que são incorporados ao sistema convencional (ABDI, 2015).

No Brasil, a pré-fabricação foi difundida com a confecção de elementos em concreto armado que eram incorporados ao sistema construtivo convencional. A primeira grande obra a utilizar elementos pré-fabricados foi o Hipódromo da Gávea, no Rio de Janeiro, em 1926. “Somente no final da década de 1950 é que as obras pré-moldadas começaram a aparecer com maior frequência” (ABDI, 2015, p. 154).

Outro importante marco foi em 1962, quando foram utilizadas placas pré-moldadas e vigas pré-moldadas protendidas nos prédios de escritórios e almoxarifados, do Setor Norte do Campus da Universidade de Brasília, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer (ABDI, 2015, p. 154).

A construção de Brasília foi uma oportunidade para o desenvolvimento de construções pré-moldadas. O reitor da recém-inaugurada Universidade de Brasília (UnB), Darcy Ribeiro, convidou o arquiteto João “Lelé” Filgueiras Lima para trabalhar no Centro de Planejamento da Universidade de Brasília (CEPLAN) “onde seria criado um grande centro de construção industrializada” (TRIGO, 2009, p. 31). Klaus Chaves Alberto (2009, p. 81) aponta o entusiasmo de Darcy Ribeiro e da direção da Universidade “que entendia [um centro de construção industrializada] como uma solução de esquerda para os problemas de construção do país”.

Essa questão era tão significativa que após inferir que a construção industrializada estava mais desenvolvida no Leste Europeu, de domínio soviético, a Universidade enviou João Filgueiras Lima e Sabino Barroso, também da equipe de Oscar Niemeyer, para passarem mais de dois meses pesquisando soluções técnico-construtivas na Rússia, Alemanha, Polônia e na antiga Tchecoslováquia¹⁵. A construção pré-fabricada tornou-se um

¹⁵ Nota no original: “O arquiteto João Filgueiras Lima destaca que vários cientistas foram nesta viagem para efetuar a compra de equipamentos em suas áreas específicas (LIMA, 2004, p. 524)”.

dos motes principais da Universidade de Brasília – praticamente todas as suas primeiras arquiteturas foram projetadas e construídas segundo essa técnica (ALBERTO, 2009, p. 81).

Infelizmente, as pessoas envolvidas no golpe militar não permitiram a realização desse centro. Talvez por também acreditarem que a pré-fabricação seria uma “solução de esquerda”, como aponta Alberto. O golpe de 1964 afastou não apenas os arquitetos Lelé e Oscar Niemeyer, mas também os principais envolvidos e idealizadores da UnB, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, entre tantas outras pessoas.

Mas antes do golpe, “Oscar Niemeyer e a equipe do CEPLAN desenvolveram vários projetos de pré-fabricação” (ALBERTO, 2009, p. 81).

O próprio edifício do CEPLAN foi um esforço importante nesse sentido – a construção foi estruturada com um número mínimo de componentes: dois elementos estruturais, os painéis pré-moldados que conformam as paredes, e as vigas protendidas, também pré-moldadas, utilizadas na cobertura (ALBERTO, 2009, p. 81).

“Pelo menos 04 edifícios foram construídos com essa configuração: o próprio Ceplan, o Instituto de Artes, o Departamento de Música e o Auditório”. Em alguns casos os edifícios eram projetados para serem pré-fabricados, mas acabavam sendo executados *in loco*, mantendo as mesmas características visuais (CARVALHO NETO, 2016, p. 55) (Figura 27).



Figura 27 – Construção do conjunto de edifícios habitacionais “Colina” para os servidores da UnB. João “Lelé” Filgueiras Lima, arquiteto. [196-]. Disponível em <www.flickr.com/photos/unb_agencia/34320012775>.

Um exemplo de sistema de ciclo flexibilizado é o conjunto de edifícios habitacionais para os servidores da UnB, conhecido simplesmente como ‘Colina’. Construído em duas fases e formado por 11 edifícios habitacionais sobre pilotis para abrigar os servidores da UnB, teve sua primeira fase construída nos anos 1960, conhecida como ‘Colina Velha’ e composta por quatro edifícios de três pavimentos tipo. A segunda fase, dos anos 1980, é chamada de ‘Colina nova’ e é composta por mais sete edifícios de seis pavimentos tipo.

As circulações verticais foram executadas *in loco* em concreto armado e suportam as vigas protendidas em seção “U”. As lajes são nervuradas e protendidas e “as fachadas são vedadas por painéis pré-moldados de concreto” (Figura 28) (FIGUEROLA, 2008).

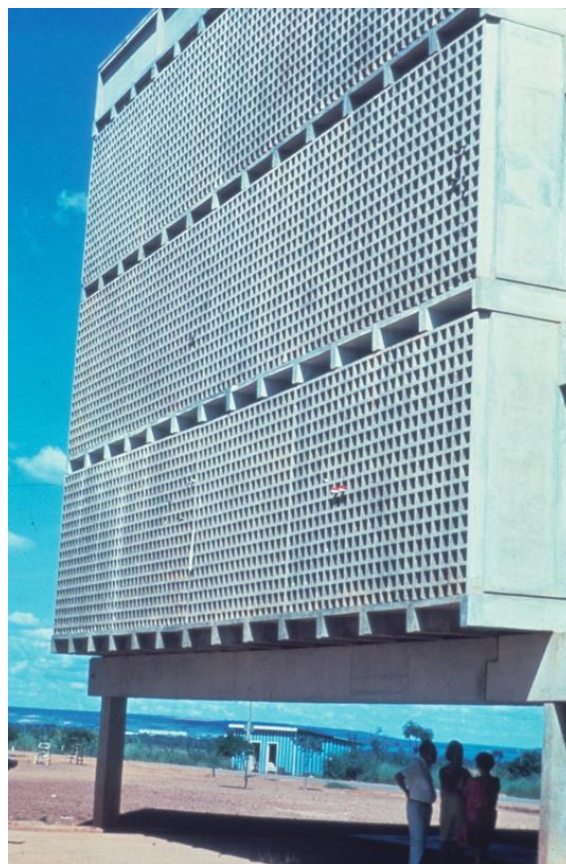


Figura 28 – Detalhe da fachada de um dos edifícios funcionais da UnB. João “Lelé” Filgueiras Lima, arquiteto. [196-]. Disponível em: <www.arquigrafia.org.br/arquigrafia-imagens/4929_view.jpg>.

Algumas propostas do CEPLAN nunca saíram do papel, como um projeto de 1962 de pré-fabricação residencial em módulos empilháveis com até quatro níveis, denominado ‘Caixinha’ (Figura 29) (ALBERTO, 2009, p. 81). “Pesando 45 toneladas, não havia equipamentos com essa capacidade no local” (CARVALHO NETO, 2016, p. 56). A proposta lembra o Habitat 67, do arquiteto israelense-canadense-americano Moshe Safdie,

realizado em Montreal, Canadá, apenas cinco anos depois e que também se baseia na superposição de módulos suspensos por guinchos (Figura 30).

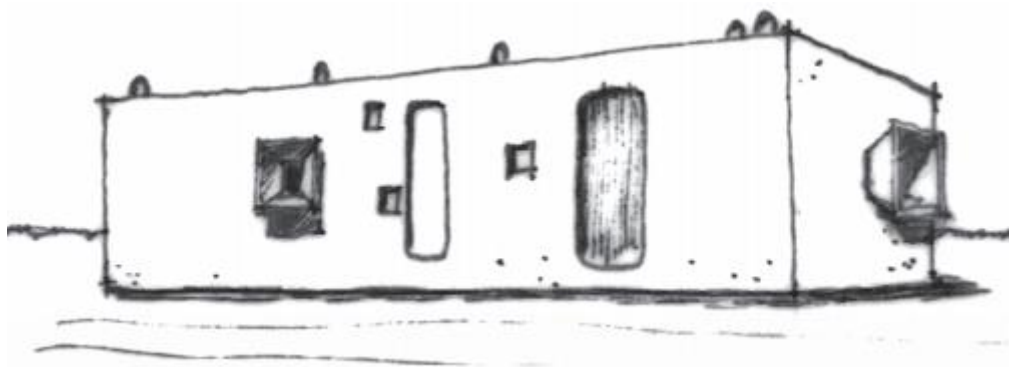


Figura 29 – Croqui de Klaus Chaves Alberto do protótipo de residências coletivas ‘Caixinha’, Brasília. Oscar Niemeyer, arquiteto. (1962). Disponível em: ALBERTO, 2009, p. 81, figura 1.



Figura 30 – Construção Habitat 67, Montreal, Canada. Moshe Safdie, arquiteto. (1967). Disponível em: <<http://assets.dwell.com/sites/default/files/2012/12/22/peart-weisgerber-habitat-67-construction.jpg>>.

Durante os anos 1960, o Banco Nacional de Habitação – BNH “adotou uma política de desestímulo a pré-fabricação no setor da habitação [pública], tentando privilegiar a geração de empregos”. Na segunda metade dos anos 1970 introduziu o uso de elementos pré-fabricados de concreto em alguns canteiros experimentais (OLIVEIRA, 2002, p. 6).

No entanto, a construção desses edifícios apresentou muitos problemas patológicos e de ordem funcional, acrescentando, em muito, o custo da sua manutenção e, por isso, alguns tiveram até que ser demolidos (OLIVEIRA, 2002, p. 6).

Entretanto, paralelamente a essas experiências do setor público, a pré-fabricação no Brasil foi sendo desenvolvida por empresas privadas, especialmente filiais de multinacionais, para o desenvolvimento de grandes obras industriais, comerciais e infra estruturais (ABDI, 2015, p. 154-155).

Se por um lado a execução de obras industriais e comerciais difundiu a pré-fabricação, por outro, o sistema construtivo com pré-fabricado passou naquele momento [década de 1990] a ser associado a obras com pouca liberdade arquitetônica (ABDI, 2015, p. 155).

Desde a década de 1990, buscando melhorar a imagem desses empreendimentos e aumentar a velocidade de execução, vem sendo desenvolvido por exemplo, os ‘painéis pré-fabricados arquitetônicos de concreto’, que fazem parte de um subsistema de vedação, principalmente usado como envelope de edifícios altos. Essa nova imagem permitiu a execução também de edifícios residenciais, sempre executados pelo setor privado.

Esse subsistema de vedação foi incorporado ao sistema estrutural pré-fabricado já existente há algumas décadas no Brasil, mas como aponta Oliveira (2002, p. 153-162), falhas na Coordenação Modular ainda representam um dos principais problemas, dificultando a industrialização dos painéis, que, em muitos casos, ainda são moldados de maneira artesanal.

3.2. A PRÉ-FABRICAÇÃO DE ESCOLAS MODERNAS

As primeiras experiências de pré-fabricação de escolas modernas aconteceram na Primeira Guerra Mundial, produzidas a partir das experiências de pré-fabricação de depósitos industriais e galpões. Depois da Segunda Guerra Mundial, e com a necessidade de construir um grande número de escolas, a industrialização na arquitetura e as propostas de arquitetura escolar modernas, associadas às novas pedagogias, estimularam o desenvolvimento de sistemas construtivos e também novos tipos de escola. Apenas na Inglaterra, uma em cada cinco escolas foi destruída ou atingida pela guerra (CHANG, 1971, p. 5-6).

No final dos anos 1940, na Inglaterra, aconteceram algumas experiências de pré-fabricação de escolas públicas modernas, com o desenvolvimento de uma imagem própria. A *Essendon Primary School*, construída em 1948, em Hertfordshire, foi uma das primeiras escolas a utilizar o sistema Hill, uma experiência de pré-fabricação de escolas com estrutura em aço e envelope de tijolo (Figura 31).

O sistema priorizou a pré-fabricação de elementos e uma composição de plantas retangulares justapostas e que permitia interromper os longos corredores diminuindo a velocidade das crianças (SAINT, 2004). Foram realizadas em torno de 175 escolas com esse sistema em mais ou menos 15 anos (CHANG, 1971, p. 6). Pouco tempo depois surgiram outros sistemas estimulados pelo Ministério da Educação. Assim, nos anos 1950 os

arquitetos Dan Lacey e Henry Swain se associaram ao engenheiro da indústria automobilística para aperfeiçoarem o sistema Hill.



Figura 31 – *Essendon Primary School*, Hertfordshire, Inglaterra (1948). Disponível em: www.architecture.com/image-library/ribapix/image-information/poster/essendon-primary-school-hertfordshire-the-main-entrance-with-the-hall-on-the-right/posterid/RIBA44177.html.

Já o sistema CLASP (*Consortium of Local Authorities Special Programme*) permitia uma melhor adaptação dos edifícios às diferentes condições de terreno. Ele durou até os anos 1970 e permitiu a construção rápida e barata de edifícios com diferentes programas arquitetônicos, inclusive escolas e universidades, e se espalhou por toda a Inglaterra, influenciando outros países, como a Alemanha e a Itália (CHANG, 1971, p. 9; SAINT, 2004). O fim do programa na Inglaterra aconteceu nos anos 1970, no mesmo período em que Margaret Thatcher assumiu a Secretaria de Educação. Ela é conhecida por ter feito grandes cortes orçamentários no sistema educacional.

Na França, o escritório de Jean Prouvé desenvolveu um sistema de pré-fabricação com elementos especialmente projetados para uma construção rápida de escolas, permitindo alguma liberdade no projeto. O sistema foi adotado pelo Ministério da Educação, garantindo a construção de algumas escolas. Um exemplo é a *École maternelle de Ferrière*, Martigues, projetada pelos arquitetos Alphonse Arati, Marius Boyer e Charles Lestrade, sendo construída em 1952 (Figura 32) (CHANG, 1971, p. 9).



Figura 32 – *École maternelle de Ferrière*, Martigues, França (1952).
Disponível em <http://i.imgur.com/zH9t8.jpg>.

No Brasil, entre os anos 1943 e 1954, houve uma experiência de desenvolvimento de novos edifícios escolares em São Paulo, numa parceria entre o estado e o município. Havia a necessidade de 200 novas instalações educacionais – incluindo bibliotecas, parques infantis e outros espaços – mas apenas 70 foram construídas (CALDEIRA, 2006, p. 54; LIMA, 2011). Entre as realizações, foram construídas escolas com a utilização de alguns elementos pré-fabricados. Um exemplo é o Grupo Escolar Pandiá Calógeras de 1951 (Figura 33).



Figura 33 – Grupo Escolar Pandiá Calógeras, São Paulo, 1951. Fonte: BUFFA, 2015, p. 142.

Os projetos foram desenvolvidos pela equipe de arquitetos Ernesto Roberto Carvalho Mange, Oswaldo Corrêa Gonçalves, Eduardo Corona, Roberto Tibau e chefiada por Hélio Duarte. A equipe desenvolveu um tipo de edifício escolar funcional, formado por três blocos justapostos, onde cada bloco acolheria uma função do programa. O bloco de

recreação acolhia a quadra, o cinema, a sala de dramatizações e era facilmente reconhecido pelo teto curvo em concreto armado pré-fabricado e telhas em fibrocimento. O bloco de ensino era composto por salas de aula, museu escolar, biblioteca e sala de ginástica. O bloco da administração, geralmente com apenas um pavimento e janelas pequenas, acolhia a direção, a assistência ao aluno e a casa do zelador. Lajes em tijolo armado, telhas em amianto, caixilhos, elementos vazados de concreto, painéis de fechamento com orifícios circulares, vigas de concreto, etc. eram rearranjados em cada projeto de acordo com a implantação, o que dava velocidade à obra, gerando um maior número de construções em menos tempo, se comparado ao tempo de execução da época (CALDEIRA, 2006; LIMA, 2011).

As escolas públicas nos Estados Unidos eram em sua maioria de responsabilidade municipal, diferente da Inglaterra e da França, por exemplo, e não surgiram tantas experiências em grande escala, como aconteceu na produção de residências unifamiliares pré-fabricadas que foram desenvolvidas pela iniciativa privada e chegaram a ser vendidas por catálogo. Entretanto, foi fundada, em 1953, a Comissão de Edifícios Escolares (*Committee on School Buildings*), composta por representantes de diversas organizações nacionais relacionadas com a escola (educação, administração, construção, entre outras). Em 1958, o educador Harold Gores fundou o *Education Facilities Laboratories* (EFL). Essa organização não governamental, vinculada a Ford Foundation, tinha como objetivo ajudar as escolas a maximizar a utilização e a qualidade de suas instalações, estimular a pesquisa, financiar e divulgar informações relativas ao planejamento, construção e modernização de instalações escolares. Nos anos 1960 e 1970, o EFL desenvolveu o conceito de escolas abertas (*Open Plan Schools*), baseada nas experiências inglesas, uma escola com espaços abertos, grandes e flexíveis, que pudessem ser rapidamente adaptadas às diferentes necessidades educacionais (MARKS, 2009, p. 4).

O arquiteto Ezra Ehrenkrantz, do EFL, desenvolveu o *School Construction Systems Development* (SCSD), um programa de construção escolar, inspirado no sistema britânico e baseado num sistema construtivo de componentes padronizados e diferentes subsistemas como a estrutura, o aquecimento, a ventilação, o ar-condicionado, a iluminação, as divisões internas, as esquadrias e os armários. A preocupação extrema com a pedagogia e com a utilização de recursos locais deixou alguns elementos fora da padronização como o envelope do edifício (MARKS, 2009, p. 5).

O SCSD foi desenvolvido entre 1961 e 1967 na Califórnia, EUA, e foram construídas 13 escolas. A *Fountain Valley High School* foi a primeira escola construída nesse sistema, em

1966, para abrigar 3000 alunos e projetada pelos arquitetos Neptune e Thomas (CHANG, 1971, p. 8) (Figura 34).



Figura 34 – Fountain Valley High School, Califórnia, Estados Unidos. Disponível em: <www.ocregister.com/wp-content/uploads/migration/o3d/o3dgjx-b88649295z.120160301095545000g9hf3tgh.10.jpg?w=810>.

Como um dos interesses principais era divulgar essa nova maneira de fazer arquitetura escolar, o EFL apoiou diversos municípios dos Estados Unidos a desenvolverem seus próprios sistemas, sempre baseados nos planos abertos e na utilização de recursos locais (MARKS, 2009).

O EFL também levou esse programa de construção para o Canadá e a cidade de Toronto foi a primeira no país a desenvolver um sistema de pré-fabricação de escolas. O *Study of Education Facilities* (SEF) começou em 1967, após três anos de estudos e foi financiado pelo governo e pelo EFL. A *Roden Park Public School* foi a primeira escola a ser construída em 1970 (CHANG, 1971, p. 8).

A cidade de Montreal também começou a desenvolver um sistema de pré-fabricação de escolas na mesma época, também financiado pelo EFL. Mas nesse caso, foi desenvolvido um complexo sistema construtivo chamado “Projeto RAS”. Assim como todos os outros

sistemas desenvolvidos com o apoio do EFL, esse também não previa o envelope dos edifícios como parte do sistema.

O Projeto RAS levou quatro anos para ser desenvolvido e era baseado num conjunto de componentes modulados divididos em: Estrutura (ST), Aquecimento-Ventilação-Refrigeração (CVR), Forro-Iluminação (PE), Serviços Elétrico-Eletrônico (SEE) e Divisórias (CL). Os outros componentes da escola seriam construídos de maneira convencional, como o envelope. A escola poderia ser construída seguindo um catálogo de peças pré-existentes, como num jogo de montar, resultando em escolas diferentes entre si. Os criadores do sistema esperavam que os componentes principais gerassem espaços tão flexíveis e fáceis de modificar que os próprios funcionários da escola poderiam rearranjar os espaços segundo a conveniência das atividades, permitindo a mudança de divisórias e luminárias, por exemplo, sem uma grande reforma (CECM, 1977) (Figura 35 e Figura 36).

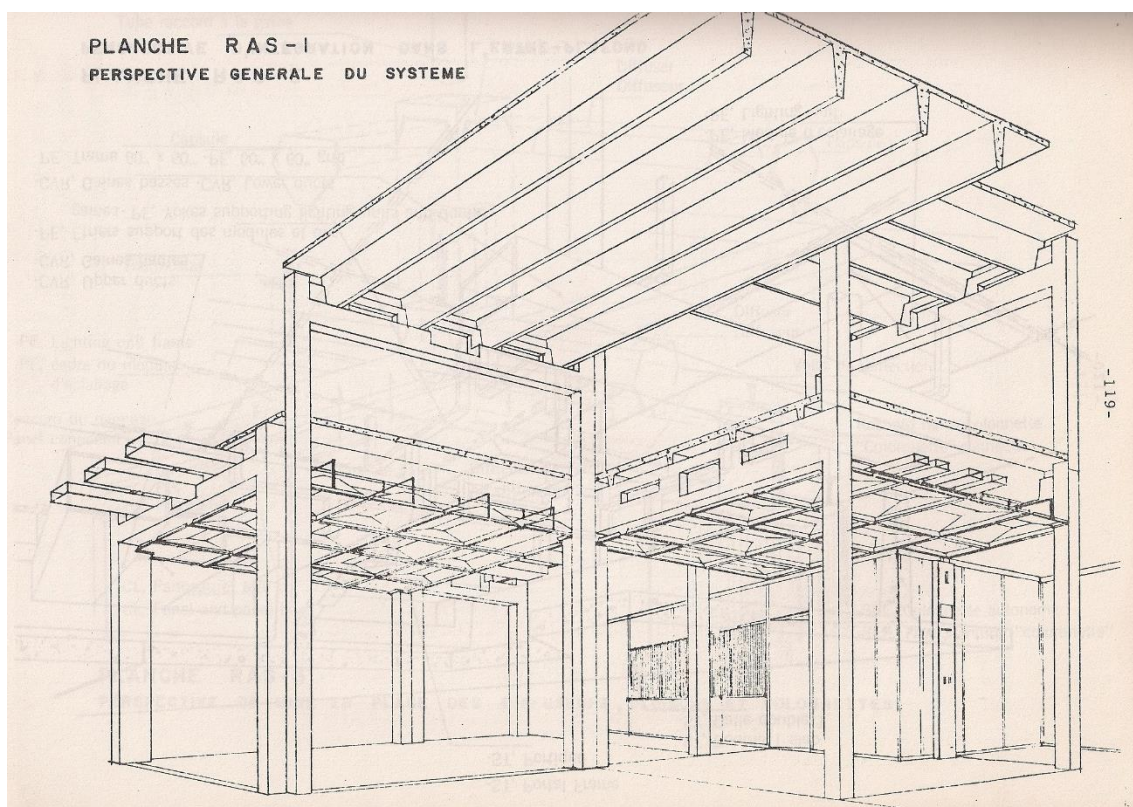


Figura 35 – Perspectiva geral do Sistema RAS com a conexão entre todos os componentes, Montreal, Canada. Fonte: CECM, 1977, p. 119.

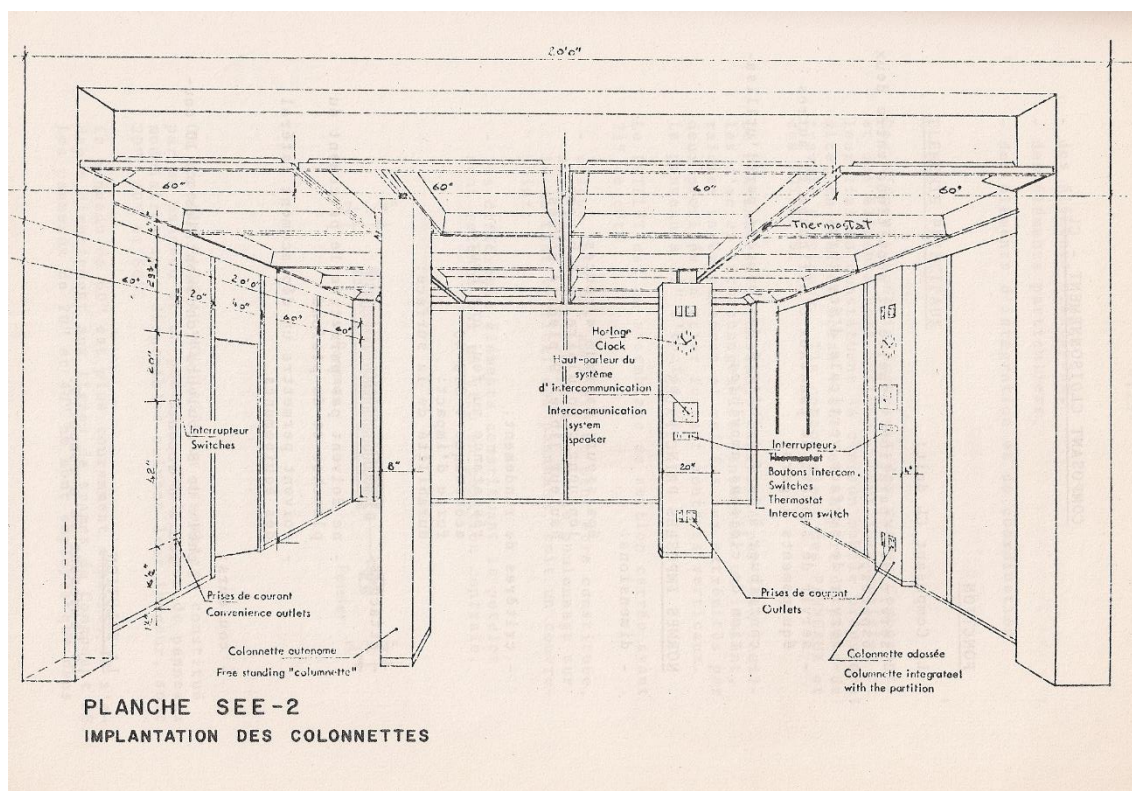


Figura 36 – Perspectiva da implantação dos pilaretes do sistema SEE, dentro do Projeto RAS, Montreal, Canada. Fonte: CECM, 1977, p. 111.

Dos 75 projetos esperados, apenas nove escolas foram construídas pelo sistema entre 1972 e 1975. Talvez a decisão de não continuar a experiência tenha sido econômica, associada à crise do petróleo. Talvez tenha sido uma decisão política ou o sistema tenha incomodado os construtores pelo seu caráter inovador, pois houve relatos da dificuldade extra para construir (CECM, 1977). O fato é que essas escolas foram incorporadas à rede de escolas construídas de maneira convencional e continuam funcionando até hoje, mas as reformas subsequentes apagaram as características que as distinguiam das escolas que não foram pré-fabricadas.

Na América Latina, sem a influência da Ford Foundation, Cuba desenvolveu nos anos 1970 um novo sistema pedagógico-arquitetônico. A *Escuela al Campo* levou a escola para as zonas rurais e misturou estudo e trabalho, ou seja, o trabalho intelectual com o trabalho do campo. Os edifícios foram construídos por um sistema de pré-fabricação de escolas em concreto armado, chamado de sistema Girón (FIGUEROA, PRIETO e GUTIÉRREZ, 1974; SEGRE, 2006) (Figura 37).

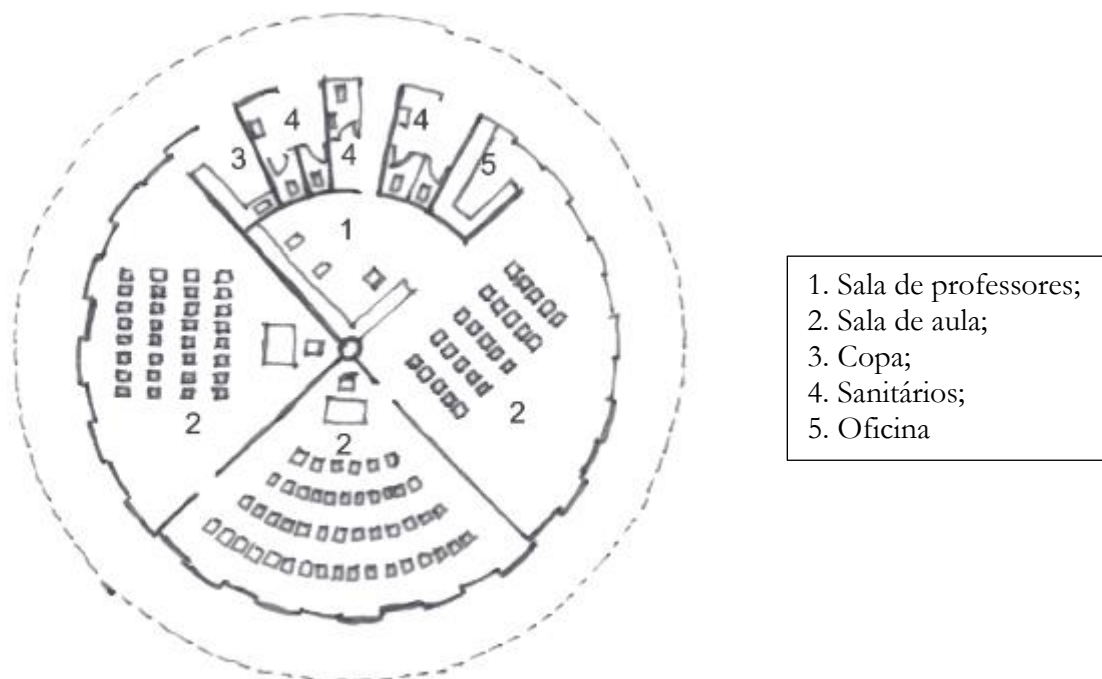


Figura 37 – *Escuela Vocacional V. I. Lenin*, Cuba (1972). Andrés Garrudo, arquiteto. Disponível em: [http://4.bp.blogspot.com/-3GcWHVBq95A/UA7bxTXtDDI/AAAAAAAAAD8g/0LmLf_fmHbI/s1600/arquitectura-cubana\(00\).jpg](http://4.bp.blogspot.com/-3GcWHVBq95A/UA7bxTXtDDI/AAAAAAAAAD8g/0LmLf_fmHbI/s1600/arquitectura-cubana(00).jpg)

Foram construídas mais de 500 escolas no país. No caso do ensino médio, as atividades foram divididas normalmente em quatro edifícios: um edifício de um só pavimento que abriga a cozinha/refeitório; e três edifícios de três pavimentos (com aproximadamente 2.000 m² cada um), que abrigam as áreas administrativa/docentes, o dormitório dos rapazes e o dormitório das moças. O conjunto é completado por áreas de esporte, áreas verdes e de recreação (FIGUEROA, PRIETO e GUTIÉRREZ, 1974; SEGRE, 2006).

No Brasil, a construção de Brasília foi uma grande oportunidade para experimentações na construção, mas não houve uma produção significativa em relação à pré-fabricação de escolas, na capital, especialmente considerando as inúmeras experiências para outros usos, principalmente na UnB. Algumas experiências dessa época não foram executadas, como uma escola primária pré-fabricada, projetada por Oscar Niemeyer em 1963, com intenção de ser espalhada por todo o Brasil.

Na produção em grande escala nacional, tornar-se-ia mais fácil alcançar uma significativa redução de custos. Uma outra característica desse espaço escolar era a flexibilidade, já que suas divisórias internas poderiam ser removíveis, permitindo os mais variados arranjos internos (ALBERTO, 2009, p. 82).



1. Sala de professores;
2. Sala de aula;
3. Copa;
4. Sanitários;
5. Oficina

Figura 38 – Planta baixa de escola primária. Oscar Niemeyer, arquiteto. (1963). Redesenho Klaus Chaves Alberto. Fonte: ALBERTO, 2009, p. 82, figura 3.

O Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM) é uma das poucas realizações desse tipo em Brasília, construído em 1963, com projeto de Sabino Barroso. “Esse edifício-escola é composto por cinco pavilhões utilizando os mesmos componentes do Ceplan” (CARVALHO NETO, 2016, p. 57).

Na década de 1970, Lelé trabalhou em Salvador e aperfeiçoou a técnica de pré-fabricação utilizando argamassa armada. Ele coordenou, de 1978 a 1981, a Fábrica da Companhia de Renovação Urbana de Salvador (RENURB), que executou peças mais leves e mais fáceis de serem executadas e transportadas, especialmente para saneamento básico e mobiliário urbano, num sistema de ciclo fechado (CARVALHO NETO, 2016, p. 58-60). A RENURB funcionou somente durante a gestão do prefeito Mário Kertész e a gestão seguinte, do prefeito Renan Baleeiro, decidiu não dar continuidade ao projeto.

Em São Paulo, a Companhia de Construções Escolares de São Paulo (CONESP) desenvolveu, entre 1975 e 1987, um sistema de pré-fabricação que priorizou a padronização de componentes modulados, permitindo a realização de edifícios mais baratos e de maneira mais rápida que os convencionais. Os projetos foram desenvolvidos com base nesses componentes, mas haviam críticas à falta de liberdade de projetar, apesar de ser um sistema de ciclo aberto, onde “os componentes padronizados não eram fabricados especificamente

para as edificações escolares, e sim para a indústria da construção em geral” (NASCIMENTO, 2012, p. 61).

Em 1982, Lelé desenvolveu no município de Abadiânia, Goiás, uma experiência de pré-fabricação em argamassa armada para a execução de escolas rurais, denominada Escola Transitória (Figura 39). A pesquisa foi desenvolvida com o apoio do Ministério da Educação e Cultura e contava com a experiência de pré-fabricação do arquiteto em Brasília e Salvador e previa a utilização de mão-de-obra local não-especializada (LIMA, 1984, p. 11-12).

O projeto, apesar de haver sido pensando dentro de um sistema de ciclo fechado, previa edifícios que pudessem ser extensíveis e desmontáveis, com divisórias internas que permitissem novos arranjos de acordo com o tamanho das turmas e tipo de atividade a ser desenvolvida. A coordenação entre os componentes permitiria a execução de escolas que poderiam abrigar 50, 70 e 120 alunos – com um posto de saúde integrado – podendo chegar a 160 alunos numa implantação urbana (LIMA, 1984, *passim*). Um protótipo foi executado em 1983, com alguns elementos ainda em madeira (Figura 39).



Figura 39 - Protótipo da Escola Transitória, Abadiânia, Goiás. João ‘Lelé’ Filgueiras Lima, arquiteto. (1983). Disponível em: LIMA, 1984, p. 27, foto 14.

A expectativa de Lelé era que os edifícios pudessem ser utilizados para outros usos públicos como pequenos hospitais. Todos os elementos pré-fabricados necessários para a fabricação de uma escola teriam até 100 quilos e poderiam ser transportados manualmente

em caminhões simples, já que teriam ao todo 45 toneladas e peças de até 5m de comprimento (Figura 40).

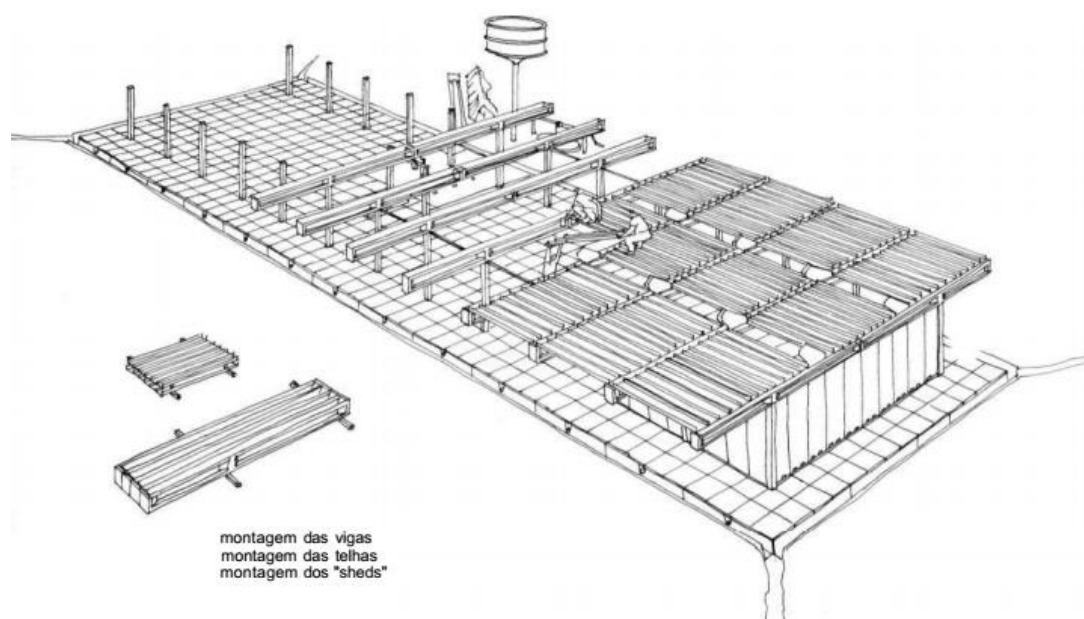


Figura 40 – Esquema de montagem dos elementos da Escola Transitória, Abadiânia, Goiás. João ‘Lelé’ Filgueiras Lima, arquiteto. (1983). Disponível em: LIMA, 1984, p. 76, desenho 31.

A partir da experiência do piloto, Lelé afirmava que os elementos poderiam ser fabricados em cinco pequenas fábricas “um pouco mais aparelhadas do que a de Abadiânia”, distribuídas em pontos estratégicos do estado – antes da emancipação do Tocantins – com raio de ação de até 200km, podendo “atualizar e manter a rede física de ensino básico do estado com recursos financeiros incomparavelmente menores àqueles que seriam destinados para o mesmo fim utilizando-se técnicas convencionais de construção” (LIMA, 1984, p. 25-26).

Evidentemente que, para essa afirmação, não levamos em conta os entraves administrativos e políticos que surgiriam para a implantação do sistema. Além disso, o caráter inovador da proposta suscitaria a natural reação dos espíritos mais conservadores (LIMA, 1984, p. 26).

Em 1983, Lelé foi convidado por Darcy Ribeiro, então vice-governador do Rio de Janeiro, para aplicar suas experiências de Salvador e Abadiânia. Foi então implantada a Fábrica de Escolas e Equipamentos Urbanos (TRIGO, 2009, p. 36). “A fábrica estabelecida no Rio de Janeiro entre 1984 e 1986 chegou a produzir duzentas escolas, sobretudo em áreas onde não havia condições de implantar as instalações de maior porte dos Cieps (Centros Integrados de Educação Pública)” (DERNTL, 2005). Em 1986, a gestão do Governador Moreira Franco não deu continuidade ao projeto e Lelé foi convidado para voltar a Salvador,

durante uma nova gestão do prefeito Mário Kertész, para dirigir a Fábrica de Equipamentos Comunitários (FAEC). Além de sistemas de infraestrutura e mobiliário urbanos, Lelé executou escolas a partir das experiências de Abadiânia e do Rio de Janeiro (Figura 41).



Figura 41 – Escola de Pituacú, Salvador. Arquiteto João “Lelé” Filgueiras Lima. Painéis de Athos Bulcão (entre 1986 e 1989). Fonte: LIMA; TOLEDO, 2015.

Após o fim da gestão municipal, o projeto foi descontinuado e a fábrica foi incorporada à Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador – DESAL, que é proprietária de toda a tecnologia, incluindo não apenas os equipamentos, mas também as plantas e desenhos. Apesar da tecnologia não haver se perdido, as escolas ficaram sem a devida manutenção e muitas delas foram demolidas (LIMA; TOLEDO, 2015).

Em 1990, na gestão do Presidente Fernando Collor, houve outro projeto de pré-fabricação, incentivado por Darcy Ribeiro, inspirado nos CIEPs e nas experiências de Lelé. O Centro Integrado de Apoio à Criança – CIAC fazia parte de um projeto federal que previa não apenas educação fundamental em tempo integral – ainda chamado de 1º grau – mas também educação pré-escolar (creches), alimentação para os alunos e programa de proteção social para os alunos e suas famílias. A previsão era a construção de cinco mil unidades, mas apenas algumas foram construídas.

O projeto original é de Lelé, mas ele “abandonou o programa ainda no início, em 1991, diante do desvirtuamento da proposta e de divergências político-ideológicas” (CARVALHO NETO, 2016, p. 141). Os componentes não seguiram as recomendações do projeto e surgiram problemas em todas as fases, desde sua produção (TRIGO, 2009, p. 38).

No final de 1992, Fernando Collor foi destituído e assumiu o seu vice Itamar Franco. As escolas passaram a se chamar Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC).

Em 2003, a prefeitura de São Paulo desenvolveu, através de seu Departamento de Edificações (EDIF), o Centro Educacional Unificado (CEU). A equipe do EDIF, chefiada pelos arquitetos Alexandre Delijaicov, André Takiya e Wanderlei Ariza, desenvolveu um equipamento não apenas educacional, mas também cultural, esportivo e de lazer. O conjunto foi projetado para abrigar ensino pré-escolar, infantil e fundamental, além de três piscinas descobertas, biblioteca, teatro e instalações esportivas (Figura 42) (CARVALHO NETO, 2016, p. 143).

Da mesma maneira que os CIEPs, os CEUs foram projetados para atender não apenas aos estudantes, mas também às suas famílias e à comunidade vizinha (CARVALHO NETO, 2016, p. 143; NASCIMENTO, 2012, p. 70).

Estes espaços, ao serem situados nas regiões mais carentes de infraestrutura da cidade, serviriam como polos organizadores e estruturadores das áreas mais próximas e reforçaria (em alguns casos, traria pela primeira vez) a presença do poder público no local, de modo a diminuir a sua exclusão (NASCIMENTO, 2012, p. 70).



Figura 42 – Centro Educacional Unificado (CEU) Inácio Monteiro. São Paulo. Equipe Departamento de Edificações, prefeitura de São Paulo. (2003). Disponível em: http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Images/CEUs_fachadas/1117.jpg.

Entretanto, diferentemente dos CIEPs, o sistema aberto de pré-fabricação dos CEUs utilizava elementos – vigas, pilares e lajes – existentes no mercado e “também se procurou a

diversificação dos projetos, solicitando-os a escritórios paulistas de prestígio” (SEGRE, 2006).

A qualidade das soluções e certa homogeneidade da linguagem mostraram o desejo de obter respostas criativas sérias, sem cair em formalismos gratuitos. Foi estabelecida uma continuidade e articulação entre os membros da velha guarda - Siegbert Zanettini, Tito Lívio Frascino, Eduardo de Almeida, Hector Viglicca, Paulo Bruna, Marcos Acayaba, Paulo Sophia, Ubyrajara Gilioli - e os jovens da geração dos anos 1990: Andrade Morettin, Vainer & Paoliello, Una, MMBB, Nave, Angelo Bucci e Arquitetos Cooperantes, entre outros (SEGRE, 2006).

Entre 2003 e 2006 foram produzidas quase 80 CEUs e o sistema aberto permitiu que os edifícios se adaptassem de acordo com as características do terreno.

“Como um número considerável de prédios está situado em interstícios urbanos, predominou a solução compacta e verticalizada de quatro andares, com a quadra esportiva colocada no nível superior do edifício” (SEGRE, 2006). Mesmo que os projetos dos CEUs tenham sido desenvolvidos por diversos escritórios diferentes, a solução verticalizada foi a mais adotada, como no caso dos CIEPs.

3.3. Os CIEPs

Os CIEPs fazem parte de um programa educacional completo. Seus idealizadores propuseram não apenas um novo modelo de educação, mas também um novo modelo de edifício-escola para abrigá-lo. Aqui será feita uma breve apresentação do programa e em seguida, do projeto arquitetônico da escola em si.

3.3.1. PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO (PEE)

O Programa Especial de Educação (PEE) foi desenvolvido durante duas gestões de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro, entre 1983 e 1987 e entre 1991 e 1994. A primeira ideia foi construir escolas tradicionais por todo o estado, reproduzindo uma postura adotada anteriormente enquanto governador no Rio Grande do Sul.

No programa “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, entre 1959 e 1962, foram construídos 1045 edifícios escolares, em oito tipos diferentes e que somavam 3360 salas de aula para 235.200 estudantes (QUADROS, 2001, p. 4).

Mas isso “não resolveria os problemas de ineficiência pedagógica que estavam gerando altos índices de repetência e evasão escolar” (RIBEIRO, 1986, p. 42). Outra ideia foi construir Centros Culturais Comunitários que oferecessem estudos dirigidos, atividades culturais, lazer e alimentação.

Chegou a ser cogitada, também, a conveniência de se construir no Estado do Rio de Janeiro diversas Escolas-Parque semelhantes às que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro implantaram em Brasília e que promoveram uma integração entre os estudos curriculares, atividades recreativas e artísticas. Mas a prática recomendou a superação dessas proposições iniciais porque os Centros Culturais Comunitários ou as Escolas-Parque acabariam privilegiando as crianças já privilegiadas nas áreas de maior poder aquisitivo. (RIBEIRO, 1986, p. 42).

A reestruturação da educação pública foi priorizada e a meta governamental era, já para a primeira gestão de governo, garantir no mínimo cinco horas diárias de permanência na escola de cada estudante do ensino fundamental, para paulatinamente alcançar a meta de turnos integrais de oito horas, o que seria algo muito arrojado se levado em consideração que, à época (década de 1980), as escolas públicas estavam lotadas e forneciam aulas regulares em até três turnos diários de 4 horas cada.

A Comissão Coordenadora de Educação e Cultura foi a responsável pelo PEE e era composta por Darcy Ribeiro, então vice-governador e secretário de Ciências, Cultura e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro; a secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro; a secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro, além do reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (BOMENY, 2008, p. 4; CAVALIERE, COELHO, 2003, p. 148).

Desenhado com a intenção de valorizar o ensino público, o PEE tinha como meta garantir à população seu direito democrático: um ensino gratuito moderno, reestruturado do ponto de vista pedagógico e tecnologicamente aparelhado. (BOMENY, 2008, p. 5).

O projeto foi fortemente influenciado pelas ideias de Anísio Teixeira (BOMENY, 2008, p. 1; RIBEIRO, 1995), com uma diferença fundamental: Darcy não acreditava que a educação comunitária funcionaria no Brasil, apenas uma educação federalista poderia funcionar (RIBEIRO, s.d.) e a possibilidade da implantação de centenas de escolas públicas estaduais parecia oportuna.

Surgiu então a proposta de construção de Centros Integrados em “áreas de baixa renda e alta densidade demográfica” para garantir além da educação, “serviço médico e dentário para servir à população da região, incluindo áreas de desporto que, nos feriados escolares, serão abertas à população”. Paralelamente, seriam também desenvolvidos cursos de reciclagem para os professores e o Programa de Educação Juvenil para reforçar o “domínio da leitura, da escrita e do cálculo” nos jovens de 14 a 20 anos que já saíram da escola (RIBEIRO, 1986, p. 35-36).

Algumas metas do Programa não exigiriam a produção de um tipo de escola específico, podendo ser aplicado nas escolas existentes, como: fornecimento de material didático para todos os alunos; uniforme escolar, incluindo o calçado; reformas dos prédios escolares e renovação do mobiliário; revisão pedagógica de todo o material didático; melhoria das condições de trabalho docente, reestruturação da carreira, do estatuto do professor e dos regulamentos das escolas.

Entretanto, outras metas não seriam aplicáveis na estrutura escolar então existente pela falta de espaço necessário ou pela ausência de espaços específicos, tais como: melhoria da qualidade da merenda escolar e aumento da quantidade de refeições oferecidas; assistência médico-odontológica; separação entre os alunos do primeiro segmento do ensino fundamental e os alunos do segundo segmento; eliminação do terceiro turno nas escolas, com o aumento da carga horária diária para cinco horas, o que geraria espaço pra o reforço adicional de horas de aula através do Projeto de Educação Juvenil.

As metas que previam o surgimento de novos programas educacionais exigiam edifícios específicos, como a Casa da Criança para atendimento pré-escolar, os Centros Culturais Comunitários e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), bem como as metas de treinamento de professores com cursos de formação e reciclagem que também exigiriam novos espaços não existentes (ALENCAR, 2013, p. 64-71; BOMENY, 2008, p. 4-5; RIBEIRO, 1986, p. 35-39).

O PEE, portanto, considerado seu formato original, não poderia ser confundido com o CIEP. Extravasava em muito os limites de uma escola, ainda que pensada na forma de monumento (BOMENY, 2008, p. 5).

Hoje existe um projeto, desenvolvido por um banco privado, chamado Projeto Entre Jovens (que forma a mesma sigla do Programa de Educação Juvenil). Esse projeto, em parceria com diferentes redes públicas de ensino do Brasil, também pretende reforçar os conhecimentos do português e da matemática. Enquanto o Programa de Educação Juvenil

era tutorado pelos próprios professores da rede pública, o Projeto Entre Jovens contrata estudantes da graduação como tutores para atuarem como estagiários (INSTITUTO UNIBANCO, s.d.). Paralelamente, acontece o Projeto Reforço Escolar, que é um programa da rede pública e que lembra os “Estudos Dirigidos” do PEE. Faz parte dele o projeto Realização (que visa alfabetizar os alunos semialfabetizados) e o Projeto Nenhum Jovem a Menos (que evita principalmente a evasão escolar).

O Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) é uma escola-modelo desenvolvida dentro do PEE. Seu programa arquitetônico previa uma escola em tempo integral (8 horas ao dia) e a prioridade foi criar um modelo de escola pública voltada principalmente para a população mais pobre. Além dos espaços de aulas convencionais, previa também estudos dirigidos, alimentação, banho e atividades culturais, esportivas, de lazer e assistência médico-odontológica. “No lugar de uma instituição historicamente voltada para a instrução, surgia uma “escola-casa”, “escola-restaurante”, “escola-ambulatório”, visando a compensar carências emocionais, nutricionais, intelectuais, culturais e sociais” (MIGNOT, 2001, p. 159).

3.3.2. ESCOLAS DE DEMONSTRAÇÃO

Para garantir o acompanhamento e a avaliação constantes da nova proposta pedagógica do PEE, foram desenvolvidas três escolas especiais que não seguem o projeto arquitetônico dos CIEPs Padrão. Durante o funcionamento do PEE, essas escolas funcionavam como centros de treinamento e recebiam periodicamente os professores e funcionários que iriam atuar nos CIEPs e orientavam a adaptação das escolas convencionais que passariam de dois ou três turnos para o funcionamento em horário integral (RIBEIRO, 1986, p. 85).

- **O CIEP de Ipanema**

Esse CIEP foi implantado num grande edifício construído nos anos 1960, projetado para ser o Panorama Palace Hotel, mas a obra nunca acabou e o edifício ficou subutilizado até os anos 1980.

O Governo do Estado transformou o edifício em uma escola de demonstração e ela servia preferencialmente aos alunos moradores das comunidades do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. Esse CIEP chegou a acolher 600 alunos da educação infantil em tempo integral,

com previsão para 2000 alunos do ensino fundamental também em tempo integral e mais 2000 alunos entre 14 e 20 anos do Programa de Educação Juvenil (Figura 43 e Figura 44).



Figura 43 – CIEP de Ipanema, 1986. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 91.

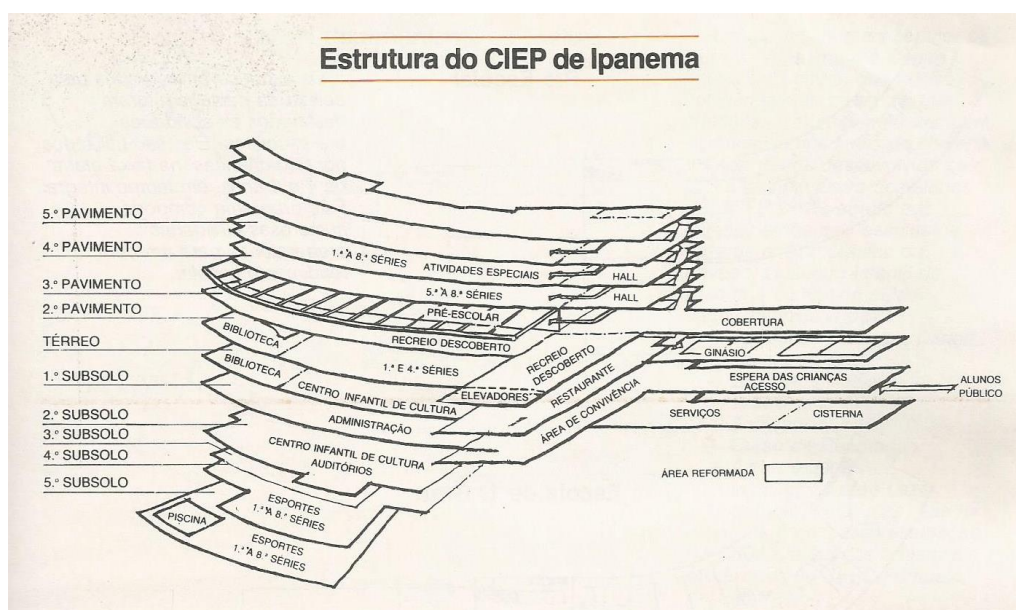


Figura 44 – Estrutura do CIEP de Ipanema. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 87.

Lá funcionou também o Centro Infantil de Cultura, onde 850 alunos de quatro a sete anos, do CIEP e de outras escolas, desenvolviam diariamente atividades em suas instalações que incluíam: centro de música e dança, escola de arte, biblioteca audiovisual, teatro, anfiteatro, curso de recreação, área de jogos, de lazer e convivência.

Além disso, funcionou também como centro de treinamento e reciclagem para professores e funcionários. Possuía ainda uma piscina e um ginásio coberto (RIBEIRO, 1986, p. 85-86).

- **O Complexo Educacional de São Gonçalo**

O complexo não funcionava em horário integral e era formado por um conjunto de três edifícios: um voltado para o ensino fundamental, outro para o ensino médio (em dois turnos), incluindo educação de jovens e adultos no horário noturno e uma Faculdade de Formação de Professores com foco na pedagogia do PEE (Figura 45).

Um projeto pedagógico da Faculdade de Formação de Professores acompanhava os 120 alunos da educação infantil até o 3º ano do ensino fundamental, num total de 800 crianças. Então, os 1400 estudantes seguiam o curso regular até o fim do ensino fundamental. O ensino médio funcionava em três turnos com 1500 alunos (RIBEIRO, 1986, p. 96).



Figura 45 – Complexo Educacional de São Gonçalo, 1986. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 96.

- **O CIEP Avenida dos Desfiles**

O espaço permanente para o desfile das escolas de samba durante o carnaval do Rio de Janeiro foi construído em 1984 na Rua Marquês de Sapucaí. Conhecido como Sambódromo, o projeto original já previa que os camarotes teriam uso escolar durante o ano letivo, servido como salas de aula. O projeto para o CIEP previu, além de 43 salas administrativas, 160 salas de aula para alunos da educação infantil até o ensino médio, incluindo um Programa de Educação Juvenil no horário noturno, um centro de artes, uma escola de formação de professores e uma escola para educação de jovens e adultos, incluindo uma quadra poliesportiva e uma biblioteca (RIBEIRO, 1986, p. 93).

O Sambódromo foi tombado pelo município através da Lei nº 2677, de 18 de setembro de 1998, junto com todas as edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer (RIO DE JANEIRO, 1998) e também foi tombado pelo Estado, através do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC, 1994). O edifício onde funcionou uma cervejaria, adjacente ao sambódromo, foi tombado pela Lei estadual nº 4001, de 30 de outubro de 2002 (Figura 46).

Em 2007, o IPHAN acolheu o pedido de Oscar Niemeyer para realizar o tombamento federal de 24 de suas obras, além das obras tombadas anteriormente (IPHAN, 2007). Apesar do tombamento federal não ter sido oficializado, esse ato demonstra o interesse na proposta.

Em 2011, o Sambódromo foi destombado pelo município através do Decreto municipal nº 42798 de 14 de janeiro e também em instância estadual através de decisão do Conselho Estadual de Tombamento (RABELLO, 2011). O objetivo do destombamento foi permitir a demolição de uma parte dos camarotes e da antiga fábrica adjacente ao sambódromo, destombada pela Lei estadual nº 5944, de 12 de abril de 2011 (Figura 47).

A manobra, visando acolher atividades para as Olimpíadas de 2016, aumentou de 60.000 para 77.800 lugares pagantes. No acordo com o governo, a empresa proprietária do terreno vizinho e financiadora da obra, garantiu mudanças nos padrões urbanísticos, o que permitiu a construção de “três torres de até 11 andares, além de uma edificação com o máximo 80 metros de altura em parte do terreno” (Figura 48) (LAURIANO, 2010).



Figura 46 – Sambódromo antes da demolição parcial. Disponível em: <www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/sambodromo%2002.jpg>. Acesso em: 20 jul. 2015.



Figura 47 – Demolição parcial do sambódromo. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/implosao+de+antiga+fabrica+na+sapucaia+durou+23+segundos/n1597004328870.html>. Acesso em: 20 jul. 2015.



Figura 48 – Novo sambódromo após reforma. Disponível em: http://inguol.com/c/esporte/2014/08/25/sambodromo-o-sambodromo-sera-palco-das-competicoes-de-tiro-com-arco-e-o-local-da-chegada-da-maratona-olimpica-para-isso-ja-teve-sua-arquibancada-ampliada-1409006133126_956x500.jpg.

Durante as obras, os CIEPs Avenida dos Desfiles foram transferidos e agora voltaram a funcionar normalmente. Eles são municipalizados e divididos em três, sendo:

- CIEP Avenida dos Desfiles com 39 salas, sendo quatro turmas em dois turnos diurnos destinadas ao Projeto Entre Jovens, num total de 152 alunos.
- CIEP Avenida dos Desfiles I com 40 salas para a educação infantil (ensino fundamental), num total de 162 alunos;
- CIEP Avenida dos Desfiles II com 33 salas para a educação infantil (ensino fundamental), num total de 194 alunos;

3.3.3. Os CIEPs PADRÃO

- **A pré-fabricação dos CIEPs**

Os CIEPs foram projetados para serem de construção rápida, de baixo custo e que não apresentassem diferenças entre si que pudessem interferir na qualidade do ensino. O projeto-padrão, desenvolvido pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo engenheiro José Carlos Sussekind, previa uma escola pré-fabricada, em concreto armado, que pudesse ser montada em quatro meses e 30% mais baratas que uma obra convencional (RIBEIRO, 1986, p. 103). Apesar das experiências em pré-fabricação já realizadas nos anos 1960, a escolha natural do arquiteto seria o uso do concreto armado moldado *in loco*, que lhe daria mais liberdade plástica.

O pré-fabricado limita a nossa fantasia, o nosso desejo de especular nos requisitos da técnica do concreto armado. Examinando o projeto do CIEP, é fácil constatar como nele o concreto é bem concebido e como apesar das limitações do pré-fabricado ele se apresenta inovador plasticamente (citação de Oscar Niemeyer apud RIBEIRO, 1986, p. 110).

Os CIEPs foram construídos por empresas privadas, contratadas através de concorrências públicas, que montavam um canteiro de obras de 50 mil m² para a pré-fabricação das peças estruturais. (RIBEIRO, 1986, p. 108).

As peças de cobertura do Salão Polivalente foram chamadas de “gaiivotas” por terem um perfil “Y”. “Em apenas 10 dias, são produzidas as 14 “gaiivotas” de concreto protendido que são necessárias a um CIEP” (RIBEIRO, 1986, p. 109). Seiscentos homens produziam por dia 74 lajes e 22 pilares. As peças eram transportadas em caminhões diretamente para o canteiro de obra e devido às suas dimensões “dificultavam o acesso deste sistema a certos

loais peculiares do Rio, como morros e favelas” (XAVIER, BRITTO e NOBRE, 1991, p. 236).

A estrutura prevista procura atender problemas construtivos e econômicos o que explica apoios de 6 x 5 e 850 x 6 e a própria forma para eles adotada que permite lajes pré-fabricadas de 2⁵⁰ x 600 e 2⁵⁰ x 8⁵⁰ (2) [Figura 49]. As divisões internas que obedecem ao programa fornecido (1000 alunos) podem ser alteradas graças à flexibilidade do projeto que prevê recreio coberto e 2 pavimentos. Os apoios estão afastados 060 das esquadrias para lhes dar a continuidade modulada indispensável garantindo espaço para o brise-soleil (NIEMEYER, 1984a, p. 01, grifo do autor).

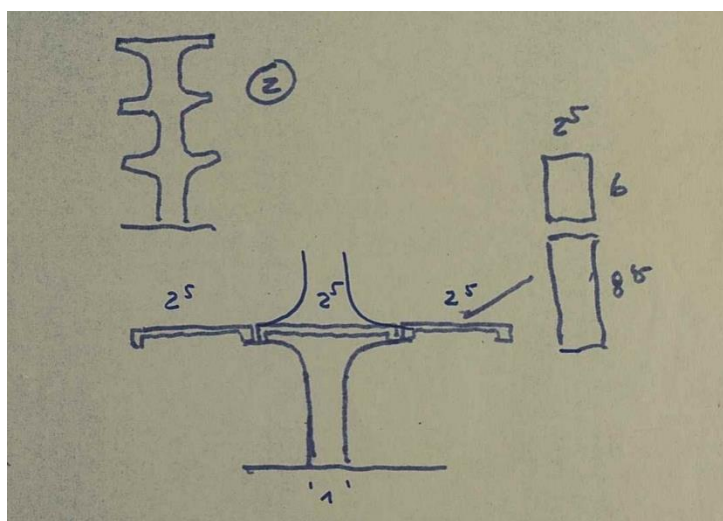


Figura 49 – Croqui feito por Oscar Niemeyer do sistema estrutural do prédio principal do CIEP Padrão.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_ALB_107_01.jpg.

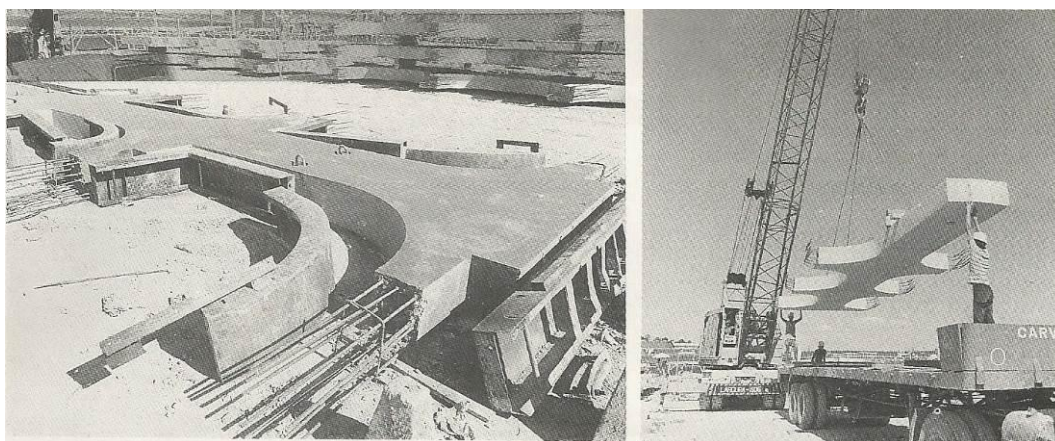


Figura 50 – Peças estruturais dos CIEPs. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 112.

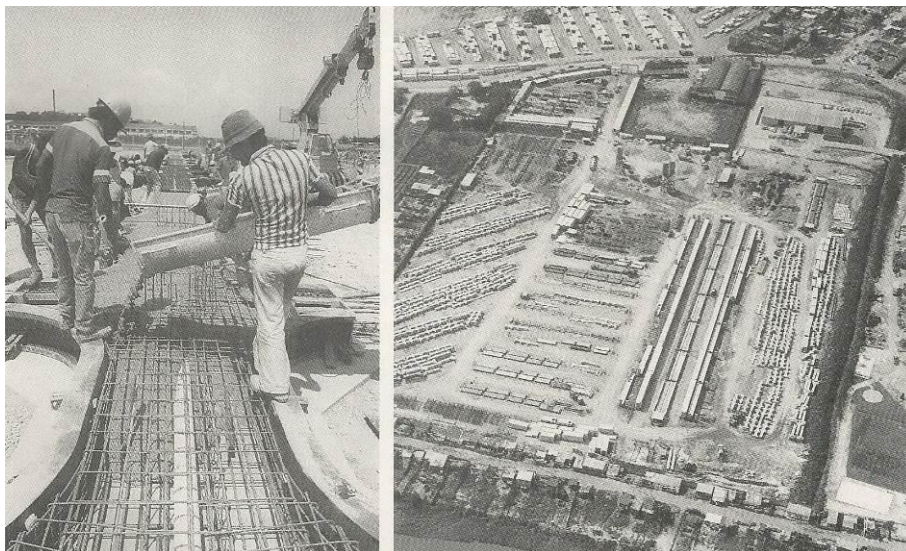


Figura 51 – Produção das peças estruturais dos CIEPs. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 112.

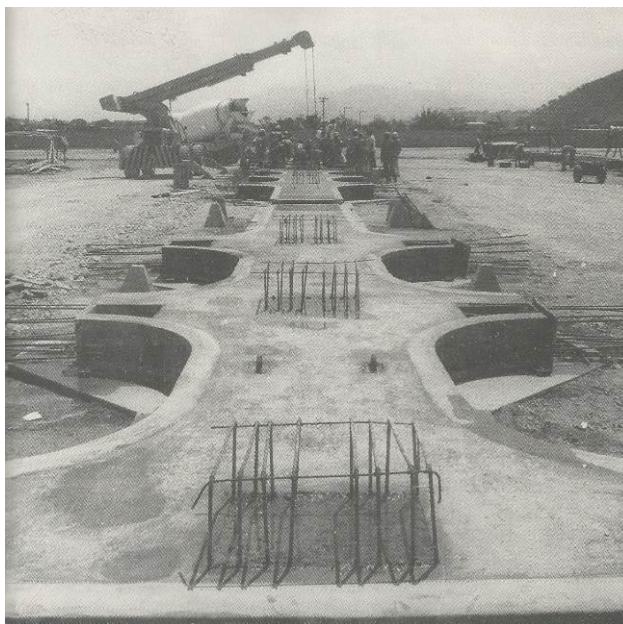


Figura 52 – Apoio pré-fabricado do prédio principal. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 111.

Segundo os croquis do arquiteto, a escolha pela pré-fabricação permitiu uma “maior economia de tempo e dinheiro [...] com apenas três elementos. Colunas superpostas de 3 x 1; peitoris de 18 x 180; lajes de piso de 3 x 15 ①” (Figura 53).

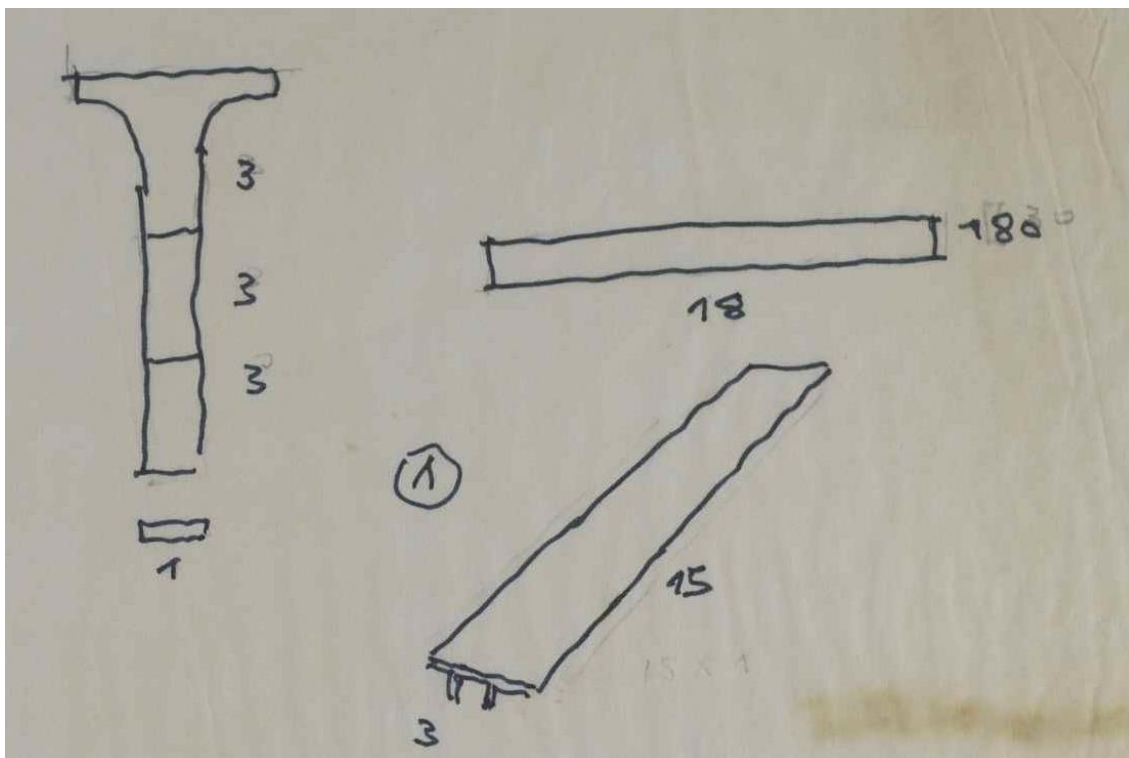


Figura 53 – Croqui feito por Oscar Niemeyer dos principais elementos pré-fabricados dos CIEPs.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_CRO_230_01.jpg.

Durante a construção dos CIEPs, os elementos pré-fabricados apresentaram problemas para chegar a “certos locais peculiares” devido ao “peso e dimensão dos elementos” (XAVIER, BRITTO e NOBRE, 1991). Entretanto, o menor número de componentes significa mais velocidade na obra, mesmo havendo problemas durante o transporte que não impediram a construção.

- **Influências da arquitetura escolar moderna nos CIEPs**

No século XIX havia uma preocupação com a propagação, nas escolas, de doenças contagiosas como a tuberculose. Por isso, a partir dos anos 1920, escolas modernas com essas e outras preocupações funcionais começaram a ser construídas em diversos países da Europa. Uma das primeiras foi construída em 1928, em Amsterdam, Holanda, e funciona até hoje. A *Openluchtschool* foi projetada pelo arquiteto Jan Duiker, mesmo arquiteto do Sanatorium Zonnestraal (Figura 54).



Figura 54 – Escola ao ar livre ‘Openluchtschool’, Holanda (1931). Johannes “Jan” Duiker, arquiteto. Disponível em: www.reinierdejong.com/wordpress/wp-content/uploads/2011/04/openluchtschool.jpg.

Essa ‘escola ao ar livre’, como diz seu nome, é um exemplo de arquitetura escolar moderna que expressa uma preocupação funcional fundada na saúde e higiene dos alunos. O edifício, com quatro pavimentos, foi projetado para aproveitar ao máximo a ventilação e a iluminação naturais. As fachadas podem ser fechadas com grandes painéis deslizantes em metal e vidro; as circulações horizontal e vertical estão localizadas no centro do edifício; a estrutura periférica em concreto armado aparente garante flexibilidade para diferentes organizações espaciais das salas de aula. Além disso, a cobertura foi destinada às atividades realmente ao ar livre (HILLE, 2011, p. 36). Apesar de não haver sido pré-fabricada, a escola mostra uma filiação com os debates da industrialização da arquitetura dessa década.

Outro exemplo de escola ao ar livre é a *École de plein air de Suresnes*, França. Ela foi projetada pelos arquitetos Eugène Beaudoin e Marcel Lods, foi construída em 1935 e também apresenta características funcionais para atender a questões de saúde e higiene (Figura 55).

Nesse caso, os arquitetos propuseram um grande edifício com 76m de comprimento, próximo ao limite norte do terreno e mais oito pequenos blocos isolados com uma sala de aula em cada um, interligados entre si e ao edifício principal por longos corredores. Esses pequenos blocos foram construídos com estrutura metálica e elementos pré-moldados em concreto. Uma sala de aula octogonal isolada no centro do terreno recebia as crianças mais doentes e que precisavam de cuidados especiais (HILLE, 2011, p. 46) (Figura 57). Essa

grande escola oferecia também assistência médica, refeições, exercícios e recreação. A assistência aos alunos e sua implantação lembram os CIEPs do Rio de Janeiro, que também possui um grande bloco periférico ao terreno e um bloco octogonal isolado.

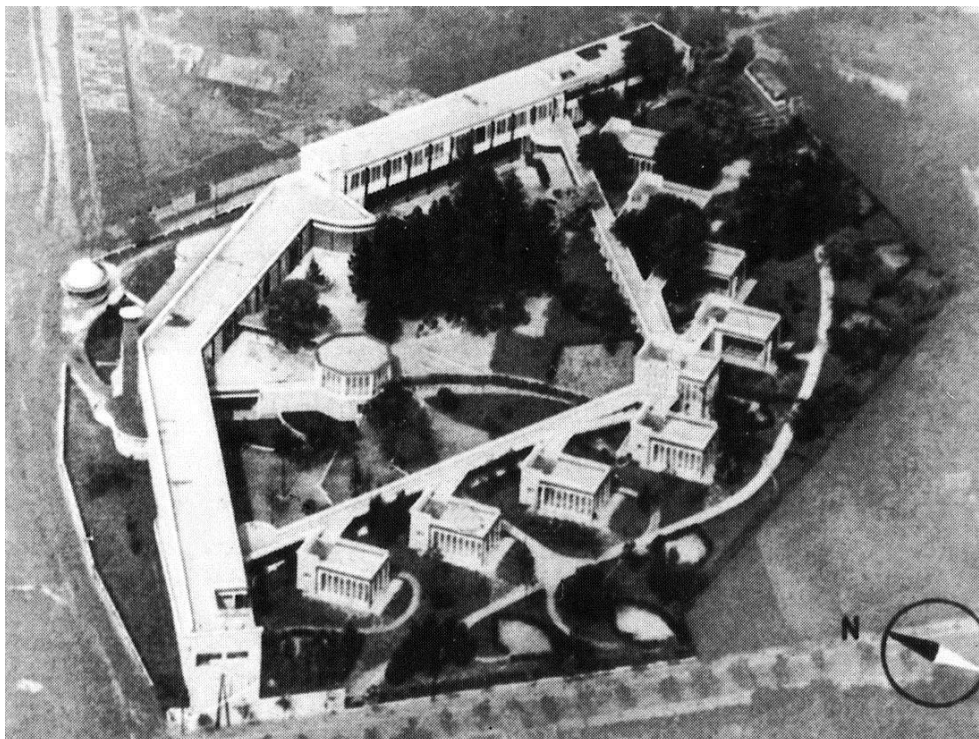


Figura 55 – Vista aérea da *École de plein air de Suresnes*, França (1935). Eugène Beaudoin e Marcel Lods, arquitetos. Disponível em: www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/plan%203d.jpg.

Os CIEPs foram desenvolvidos para serem construídos em “áreas de baixa renda e alta densidade demográfica” para garantir além da educação, “serviço médico e dentário para servir à população da região, incluindo áreas de desporto que, nos feriados escolares, serão abertas à população” (RIBEIRO, 1986, p. 35). Devido ao curto período de tempo previsto para a construção, o projeto deveria se adaptar a diferentes tipos e tamanhos de terreno e por isso cada escola teria uma implantação diferente, segundo a configuração do terreno.

Os croquis de Niemeyer mostram a intenção inicial de fazer uma escola em pavilhões, como a *École de plein air de Suresnes*, mas a configuração em blocos paralelos foi substituída por um único bloco de salas de aula com três pavimentos, permitindo a implantação em terrenos menores, como a *Openluchtschool* e dando “inclusive maior importância ao empreendimento, não se perdendo entre os prédios existentes como ocorreria com uma construção térrea” (Figura 56) (NIEMEYER, 1984b, p. 01, grifo do autor).

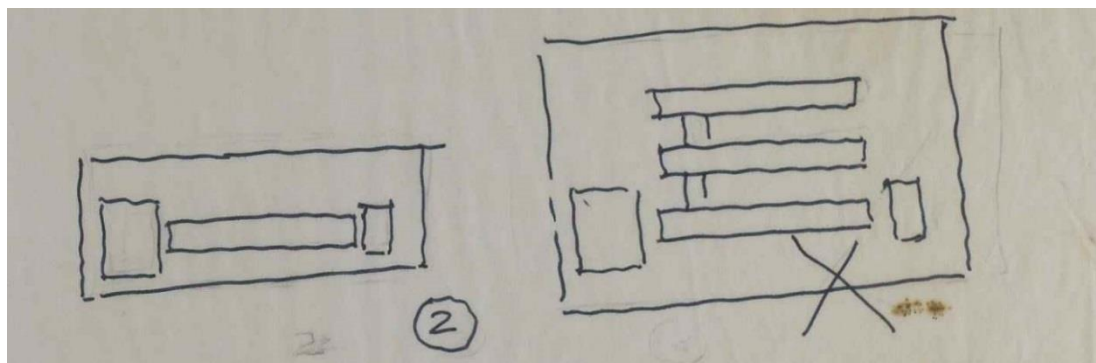


Figura 56 – Croqui feito por Oscar Niemeyer que mostra a escolha de superpor os blocos de salas de aula.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_CRO_230_01.jpg.

[Os CIEPs] adaptam-se a qualquer lugar, junto às favelas inclusive, o que é sem dúvida importante, permitindo que os filhos dos favelados sintam que todo um conforto lhes é oferecido, sem a discriminação odiosa que mais tarde e, por enquanto, a vida lhes vai impor (citação de Oscar Niemeyer apud RIBEIRO, 1986, p. 110).

Em alguns CIEPs, o bloco octogonal isolado, além de abrigar a biblioteca no térreo, foi projetado para abrigar também uma residência para crianças em condições especiais. Igualmente como na escola francesa, esse bloco octogonal foi projetado para proporcionar um cuidado especial com crianças em estado de vulnerabilidade (Figura 57).



Figura 57 – A esquerda, *École de plein air de Suresnes*, França (1935). Eugène Beaudoin e Marcel Lods, arquitetos. Disponível em: www.inshea.fr/sites/default/files/www/sites/default/files/img-inshea/image-articles/Photo_EPA_INSHEA.jpg. A direita, CIEP, Brasil (1983-87). Oscar Niemeyer, arquiteto. Disponível em: http://arquuia.com/wp-content/uploads/2015/09/15582PR070810_005D.jpg.

- **Os três blocos que compõem os CIEPs**

Cada CIEP padrão é composto por três blocos: o Prédio Principal, o Salão Polivalente e a Biblioteca. O Prédio Principal dos CIEPs tem 5400 m², é retangular e possui três pavimentos. Ele é composto por 16 apoios que formam 15 vãos na fachada (Figura 58 e Figura 59).

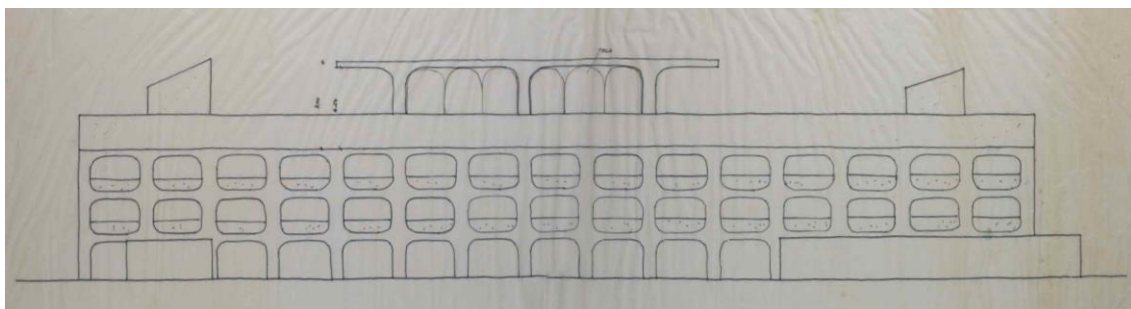


Figura 58 – Desenho feito por Oscar Niemeyer da fachada do edifício principal, em sua versão compacta.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_CRO_230_06_AB_PHOTOMERGE.jpg.

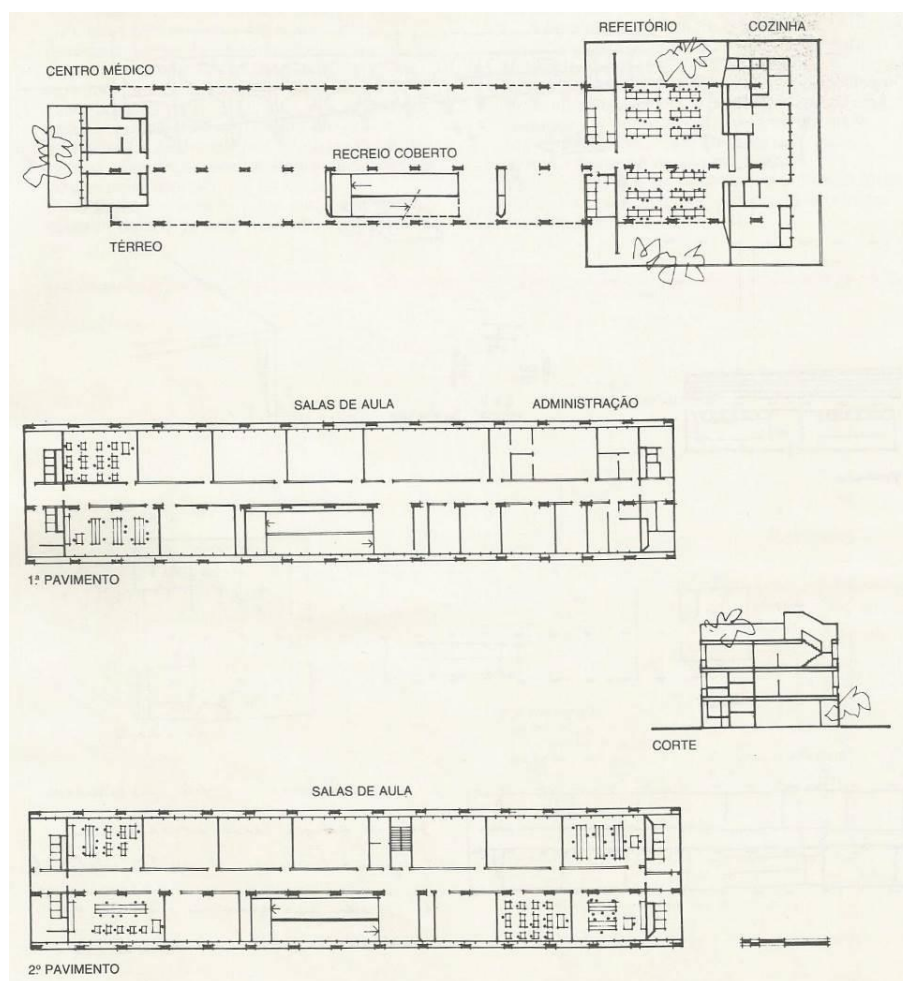


Figura 59 – Projeto do Prédio Principal dos CIEPs Padrão. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 106.

O pavimento térreo possui em uma extremidade um “refeitório com capacidade para 200 pessoas e uma cozinha dimensionada para confeccionar o desjejum, almoço e lanche para até 1.000 crianças” (RIBEIRO, 1986, p. 103). Na outra extremidade, um centro médico e no centro um recreio coberto e uma rampa de acesso aos outros pavimentos.

No primeiro pavimento encontram-se salas de aulas, salas para atividades artísticas e outras atividades como os estudos dirigidos, sanitários e administração – incluindo sanitários

para adultos, copa, sala para professores, secretaria e sala para material didático; no pavimento seguinte, mais salas de aula e sanitários; e no último piso, um espaço descoberto para recreação e dois reservatórios de água (RIBEIRO, 1986, p. 103-108).



Figura 60 – Sala de aula em um CIEP Padrão. Fonte: CASTRO, 2009, p. 60.

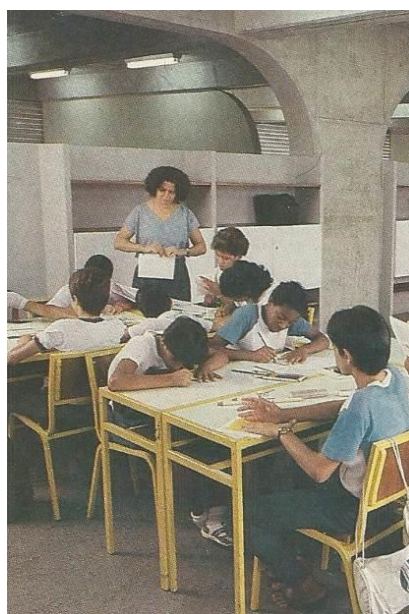


Figura 61 – Sala de aula em um CIEP Padrão. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 128.

Os dois pavimentos de salas de aula reúnem 20 salas de aula com capacidade para 30 alunos cada (XAVIER, BRITTO, NOBRE, 1991, p. 236). Essa escola deveria receber 1000 alunos – seiscentos em horário integral diurno; e mais 400 jovens (entre 14 e 20 anos) no horário noturno dentro do Programa de Educação Juvenil.

As divisões internas em meia altura, a preocupação com a ventilação natural, o controle do sol com *brises* e a flexibilidade do projeto são alguns dos pontos que lembram a arquitetura escolar americana de meados do século XX, chamada *Open Plan Classrooms*, onde

as salas de aula eram abertas, muitas vezes sem portas. Essa arquitetura tentou responder a uma demanda da nova pedagogia da época, que primava pela flexibilidade e permitia diversos arranjos internos segundo a atividade desenvolvida e não mais um arranjo fixo com o professor como ponto focal da sala (CAUDILL, 1954, p. 87).

Esse modelo surgiu no começo do século XX, com classes coletivas nos abrigos antiaéreos da Inglaterra, durante a Segunda Guerra (ROTHENBERG, 1989, p. 70), mas se desenvolveu, de uma maneira diferente, nos anos 1960 e 1970, em diversos países industrializados, como uma reação às classes fechadas e autoritárias da era industrial. Ele ainda é adotado em muitas escolas, em diversas partes do mundo, mas seus defensores afirmam que, para funcionar, antes de um espaço aberto, é preciso que exista um estilo de aula que considere espaços flexíveis, atividade escolhidas junto com os alunos, material didático diverso, integração com diferentes áreas curriculares e mais atividades individuais e em pequenos grupos, estimulando a interação entre os alunos (ALTERATOR, DEED, 2013). Rothenberg (1989) aponta o declínio desse modo de dar aula, lembrando que não apenas as salas são abertas, mas principalmente os educadores também precisam ser abertos a abordagens não autoritárias e principalmente centradas nos alunos. O autor afirma que alunos que estudaram em *open classrooms* são mais independentes, menos conformistas e agem de maneira mais cooperativa que os que estudaram em salas convencionais. Por outro lado, eles também precisam ser preparados para lidar com esse modelo de salas que exige organização.

O Salão Polivalente é um ginásio coberto com 1080 m², possui uma quadra de esportes, arquibancada, vestiários e depósito (Figura 62). O espaço também é utilizado para apresentações teatrais, shows musicais e festas (RIBEIRO, 1986, p. 42).

O terceiro bloco tem 320 m² e tem uma planta octogonal (Figura 63). No térreo, a biblioteca pode abrigar até 10 mil volumes. Além do acervo voltado para o desenvolvimento das atividades curriculares, deveria também abrigar um acervo de literatura e de revistas em quadrinho (gibiteca) para motivar os alunos. Também foi previsto um acervo voltado às atividades de saúde dos CIEPs, como higiene e educação sexual, além de ser um espaço para que os professores pudessem estudar e preparar suas aulas (RIBEIRO, 1986, p. 124).

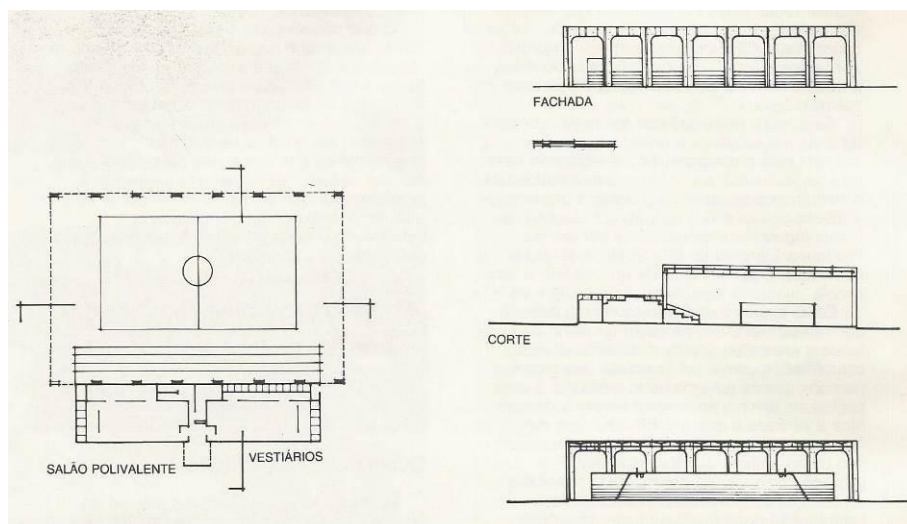


Figura 62 – Projeto do Salão Polivalente dos CIEPs Padrão. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 107.

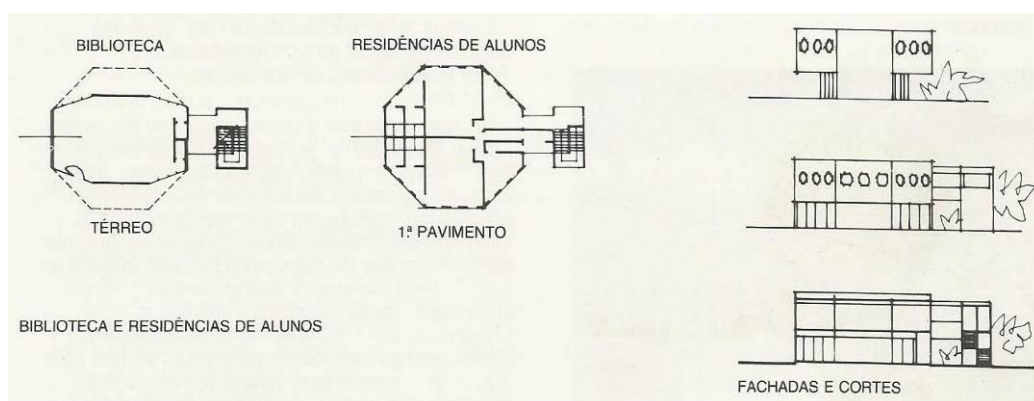


Figura 63 – Projeto da Biblioteca/Residência dos CIEPs Padrão. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 107.

As bibliotecas foram equipadas com um acervo inicial de mil títulos que abrangiam os clássicos universais, dicionários, enciclopédias, obras de literatura contemporânea, nacional e estrangeira. [...] Era o pólo de comunicação com a comunidade: abrir a biblioteca, montar o acervo com livros de interesse local, franquear e disseminar livros dando acesso ao material impresso que compunha o acervo, promover ciclos de palestras orientados para a comunidade com o duplo sentido de conscientizar a população local sobre seus direitos e estimular o gosto pela leitura e a cultura (BOMENY, 2008, p. 9).

Sobre a biblioteca foi prevista a construção da residência de alunos. Porém, nos 60 primeiros CIEPS construídos, a residência foi implantada no terraço do prédio principal (RIBEIRO, 1986, p. 42).

O Projeto Alunos Residentes (PAR) previa que 12 crianças em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social, temporária ou permanente, morassem na escola em um apartamento, junto com os casais residentes, também chamados de “pais sociais”. Esses eram funcionários públicos treinados para dar formação social associada às atividades escolares.

Inicialmente, os casais residentes eram bombeiros ou policiais. Com o fim do PEE, cerca de 1500 alunos-residentes ficaram sem esse atendimento especial (BOMENY, 2008, p. 104-105; OLIVEIRA, UZIEL, 2009; RIBEIRO, 1986, p. 42; SANT'ANNA, 2008).

A fisionomia dos Cieps causou um grande impacto na opinião pública. Projetada em linhas futuristas por Oscar Niemeyer, os Cieps causavam impacto justamente por encarnarem um novo/moderno/futurista tipo de escola. Não só pelo aspecto físico do prédio, amplo e de linhas arrojadadas, mas também pela distribuição funcional do espaço [...] (XAVIER, 2001, p. 8).

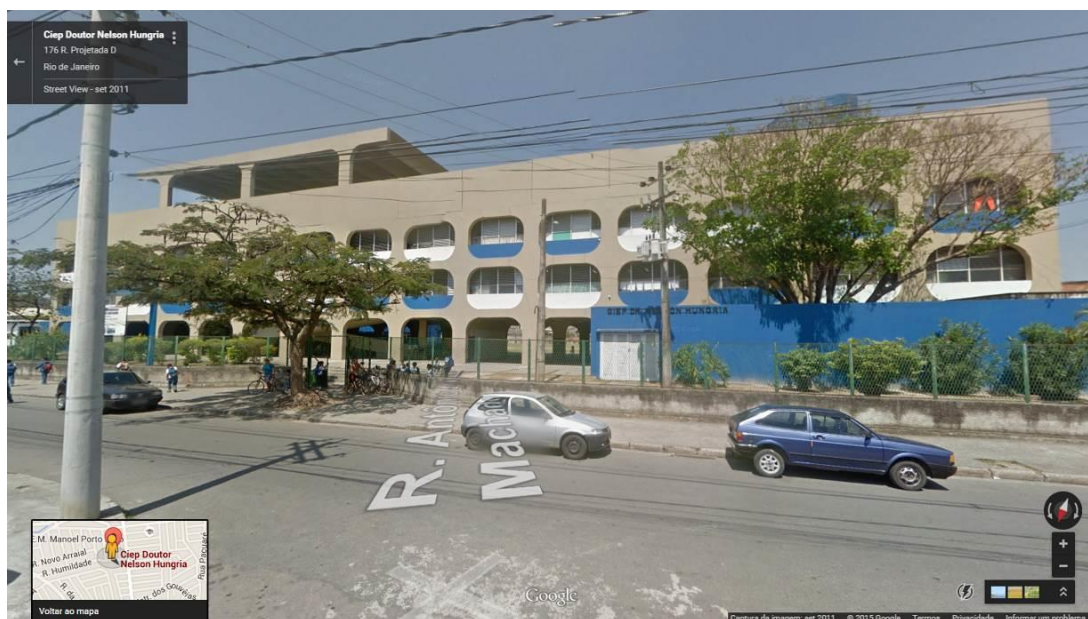


Figura 64 – Fachada do CIEP ‘compacto’ Dr. Nelson Hungria, Paciência. Fonte: Google Maps, 2011.

Procurei dar às escolas um aspecto capaz de caracterizá-las, destacando-as plasticamente nos conjuntos urbanos da cidade. Isso explica as aberturas arredondadas, que coincidem rigorosamente com o sistema de pré-fabricação adotado (citação de Oscar Niemeyer apud RIBEIRO, 1986, p. 110).

A implantação padrão sugere que eles sejam interligados por uma praça pavimentada e descoberta, confeccionada em placas de concreto (Figura 65). Essa implantação livre permitiu que ela fosse adaptada segundo o terreno (Figura 66).

Explicação necessária: Esta é a escola piloto. Uma escola pré-fabricada cujos elementos estruturais e detalhes de arquitetura serão obrigatoriamente utilizados nas diversas escolas a construir. Damos 2 exemplos. Um em terreno mais amplo e outro de dimensões reduzidas e forma diferente. O trabalho a elaborar como o exemplo ① evidencia [Figura 66], se reduz a uma adaptação lógica e funcional da escola piloto, levando em conta a forma do terreno, os acessos existentes e sua conformação natural (NIEMEYER, 1984a, p. 01).

Outra característica pouco usual é sua implantação livre, definida *in loco* segundo as características do terreno. Normalmente o projeto de arquitetura define a melhor orientação, a relação com o entorno e com as vias de acesso. A proposta de uma escola que pudesse ser implantada em um terreno de qualquer formato permitiu uma rápida execução. A escolha de utilização de *brises* nas fachadas e as paredes em meia altura permitiriam uma circulação transversal de ar que compensaria a falta de controle em relação a orientação.

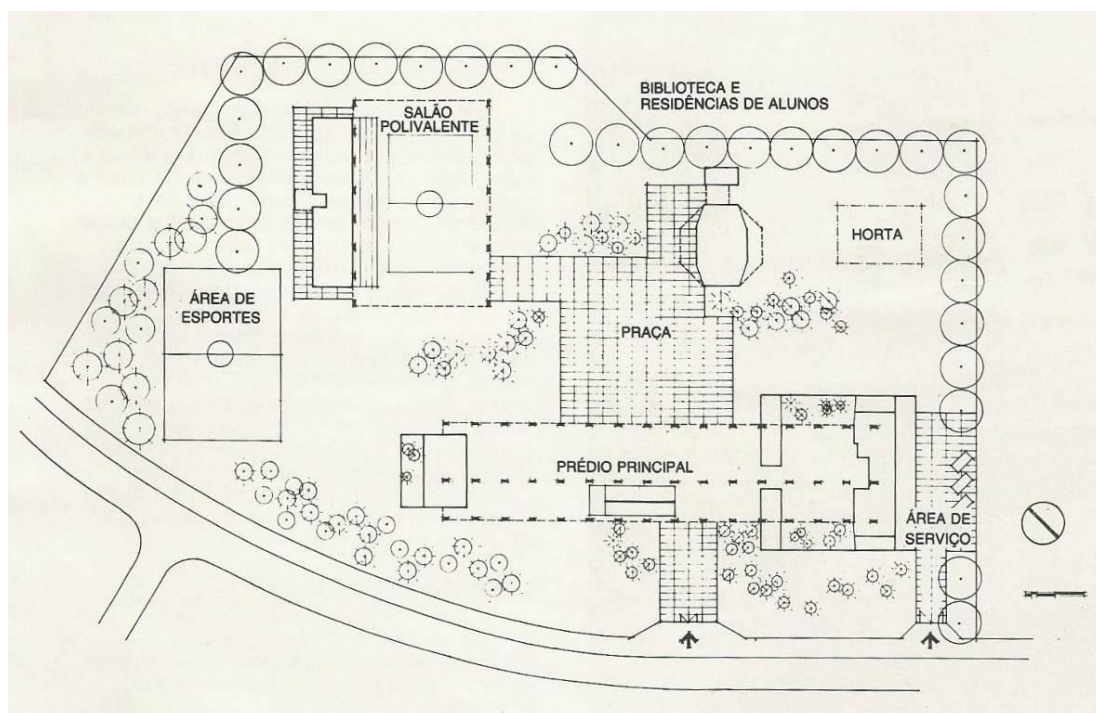


Figura 65 – Implantação padrão dos CIEPs. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 104.

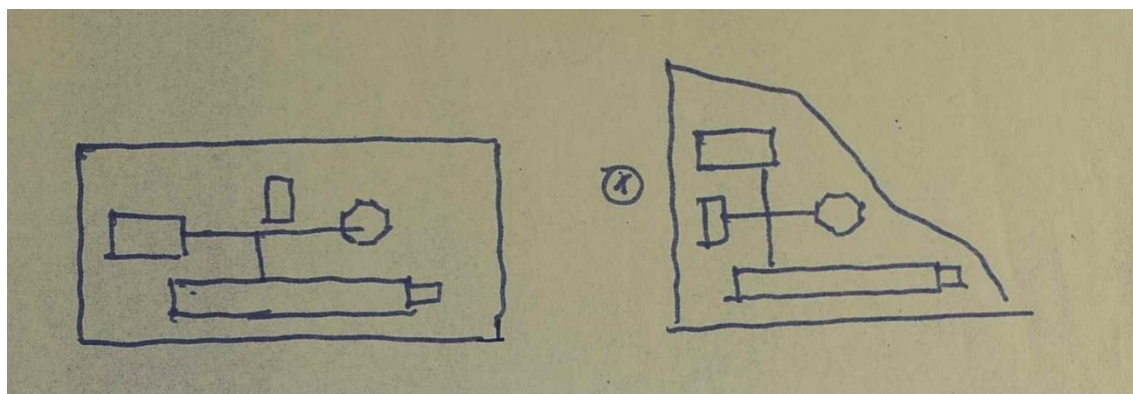


Figura 66 – Croqui com possíveis implantações dos CIEPs. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_ALB_107_01.jpg.

Um dos grandes desafios para a implantação dos CIEPs era conseguir terrenos compatíveis nas áreas escolhidas. Por isso, criou-se uma versão compacta, uma alternativa

desenvolvida para terrenos menores. Um ou dois dos blocos secundários seriam suprimidos e seus programas transferidos para o terraço do prédio principal (RIBEIRO, 1986, p. 108).

Em relação aos terrenos e implantação, a pesquisa de Carlos Castro indica que os CIEPs foram implantados em terrenos planos e que “num dos poucos casos de CIEP implantado em um relevo acentuado, verificou-se um corte no terreno, a fim de se criar um platô para a implantação de uma versão compacta dele” (CASTRO, 2009, p. 64). O autor aponta que a implantação dos CIEPs aconteceu em quarteirões próprios, em terrenos amplos ou em terrenos limitados, podendo ser do tipo completo ou compacto.

A maior parte dos CIEPs são completos e podem ocupar um quarteirão próprio ou um terreno amplo. Eles possuem o prédio principal à frente dos outros dois blocos – biblioteca e salão polivalente – seguindo uma implantação padrão, independentemente da relação com os edifícios do entorno (CASTRO, 2009, p. 67-81).

O atual CIEP Leonel Brizola, antigo CIEP 14 de julho, Ramos, está localizado na Avenida Brasil, uma das principais vias de acesso do Rio de Janeiro. Carlos Castro afirma que esse é o único CIEP que possui acesso pela via lateral sendo “uma característica distinta da maioria dos CIEPs que se encontram em situação similar” (CASTRO, 2009, p. 69-70). Contudo, uma análise mais cuidadosa revela que os cinco CIEPs construídos às margens da Avenida Brasil¹⁶ têm acesso por vias menos movimentadas, mesmo o CIEP Antônio Candeia Filho, em Coelho Neto, que fica no terreno de uma alça de acesso à Avenida.

A pesquisa de Castro revela que apenas quatro CIEPs completos foram implantados em terreno limitado. O autor aponta que a implantação do CIEP Luiz Carlos Prestes, Freguesia, passa “a sensação de que ele foi inserido numa pequena sobra de terreno sem qualquer planejamento”. Já os três edifícios do CIEP João Batista dos Santos, Cidade de Deus, formam “uma composição completamente desarticulada com o tecido urbano”. O CIEP Augusto Pinheiro Carvalho, Marechal Hermes, possui o acesso pelo pátio, através de uma servidão lateral, demonstrando “uma preocupação em se criar uma área aberta para servir de cenário para a edificação principal”. Esse também é o caso do CIEP Chanceler Willy Brandt, Engenho Novo, onde “nota-se uma opção pela exposição do CIEP, sem se

¹⁶ Além do CIEP Antônio Candeia Filho – Coelho Neto e o CIEP Leonel de Moura Brizola – Ramos, possui endereço na Avenida Brasil o CIEP Doutor Adão Pereira Nunes – Irajá. O CIEP Marechal Henrique Teixeira Lott – Realengo e o CIEP Thomas Jefferson – Realengo, possuem endereço na via lateral.

preocupar com sua acessibilidade e ocupação integrada ao tecido urbano” (CASTRO, 2009, p. 72-74).

Apesar de constatar que dois dos quatro CIEPs completos em terrenos limitados foram implantados para melhor exposição do edifício principal, mesmo comprometendo o acesso, o autor faz uma conclusão contraditória.

Nos casos aqui apresentados, é interessante observar que se o programa do CIEP estivesse de fato apenas interessado na exibição de sua arquitetura como um símbolo, todos estes CIEPs teriam sido compactos, pois só assim eles teriam adquirido melhor destaque no tecido urbano, apresentando maior limpeza do terreno e valorização da edificação principal (CASTRO, 2009, p. 73).

Os CIEPs compactos podem ocupar uma quadra inteira ou um terreno amplo e, segundo Castro, “este tipo de CIEP tende a ganhar maior destaque na paisagem, pois com a incorporação da quadra em sua cobertura, há uma pequena verticalização de sua edificação principal” (CASTRO, 2009, p. 74). Segundo o autor, bem como no caso dos CIEPs completos, esses CIEPs também parecem ter sido implantados sem uma preocupação com o entorno. Os CIEPs compactos em terrenos limitados são em menor número e são implantados em terrenos muito próximos ou inseridos em favelas e, em alguns casos, foi preciso fazer corte no terreno (Figura 67).



Figura 67 – Dois exemplos de CIEP compacto em terreno limitado: A esquerda, CIEP Deputado José Carlos Brandão Monteiro, Penha. A direita, CIEP Doutor Bento Rubião, Rocinha. Fonte: Google Maps, 2015.

Os CIEPs são comumente criticados pela sua implantação próxima a vias de fluxo intenso, mas as pesquisas não mostraram isso (ver Anexo D). Quanto à preocupação com o perigo do acesso dos alunos em relação ao tráfego, existem alguns poucos CIEPs como o Antônio Candeia Filho, Coelho Neto, que foi implantado numa alça de acesso da Avenida Brasil, mas que possui acesso longe da via. Se essa crítica for por causa da escolha com única intenção de propaganda, pode-se contar 20 CIEPs próximos a vias de fluxo intenso ou 30 se forem consideradas vias importantes para o bairro, num total de 101. Se for considerada a possibilidade de se ver um CIEP à distância de qualquer via de fluxo intenso, esse número pode aumentar consideravelmente, tendo em vista a topografia do Rio de Janeiro, mas não são a maioria.

Antes de começar a construção dos CIEPs, o governo iniciou a reforma das escolas existentes. Em 1983, no começo da primeira gestão Brizola, existiam no Rio de Janeiro 3075 escolas estaduais e, devido ao grande número de alunos, muitas recorriam a um terceiro turno. Nesse primeiro ano da gestão, foram reformadas 787 escolas, 192 no ano seguinte e até o final do primeiro mandato foram 2294 no total. Também foram reformadas 447 das 817 escolas das redes municipais, que nessa época ainda eram de responsabilidade do Governo do Estado (RIBEIRO, 1986, p. 20).

Paralelamente às reformas, ao fim da primeira gestão do governo, existiam 124 CIEPs concluídos, 175 passíveis de serem concluídos, 15 com algumas pendências de obras, 160 com acentuadas pendências de conclusão e 216 ainda estavam no início das obras. (O GLOBO, 1990, p. 22).

As polêmicas em torno do Projeto dos CIEPs não garantiram a eleição de Darcy Ribeiro como sucessor de Leonel Brizola. A campanha do opositor Moreira Franco acusava de ser um governo “de uma obra só” (BOMENY, 2008, p. 14; MIGNOT, 1989, p. 50), que concluiu apenas 25% dos CIEPs prometidos e que, por investir muito em educação, não priorizou outras áreas. Apesar disso, prometeu dar continuidade aos outros projetos do PEE, bem vistos pela população (XAVIER, 2001, p. 9). Porém, ao contrário, a gestão do Governador Moreira Franco (entre 1987 e 1991) não deu continuidade ao PEE e preferiu se distanciar dos CIEPs que eram – e são até hoje – uma marca forte da gestão Brizola.

Na época do governo Moreira Franco, consolidou-se um conjunto de avaliações mais ou menos encadeadas. Como o PEE foi completamente identificado com Brizola, senão com Darcy Ribeiro, e sobretudo foi computado ao PDT, comprar a idéia do programa era reforçar a liderança

política brizolista e o brizolismo como movimento no Rio de Janeiro. (BOMENY, 2008, p. 22).

No entanto, Moreira Franco concluiu a construção de 55 CIEPs e doou outros 83 (sendo 67 inacabados) a oito municípios, sendo 54 à Prefeitura do Rio de Janeiro¹⁷. (ALENCAR, 2013, p. 79; O GLOBO, 1990, p. 22).

Muitas destas escolas foram transferidas para as prefeituras municipais administradas por prefeitos filiados a partidos de oposição ao PDT que resolveram ocupar os prédios dos Cieps com serviços administrativos ligados a outros fins que não os do ensino, ou então os relegaram ao total abandono (XAVIER, 2001, p. 9).

No Município do Rio [...] vários Cieps abandonados e devolvidos à Prefeitura se transformaram em mini-favelas e estão longe de voltar a ser, um dia, as escolas idealizadas por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. No lugar de alunos, há desabrigados e invasores em horário integral. [...] O Ciep construído no morro do Borel, na Tijuca, já estava quase pronto, quando, em fevereiro de 1988, passou a servir de moradia aos flagelados das enchentes (O GLOBO, 1990, p. 22).

Na eleição seguinte, Leonel Brizola venceu e imediatamente retomou o PEE, entre 1991 e 1994. O 2º PEE deu ênfase aos Ginásios Públicos (os quatro últimos anos do ensino fundamental¹⁸) que foram instalados em CIEPs (BOMENY, 2008, p. 15). Foram reformados todos os CIEPs já prontos desde 1984, incluindo a compra de novos equipamentos e mobiliário. Foram construídas mais 37 unidades cujas obras haviam sido paralisadas entre 1987 e 1990. No final de 1994 existiam 406 CIEPs estaduais e 97 municipalizados, sendo o PEE implantado em 388 deles (MEMÓRIA, 199-).

Especialmente no 2º PEE, o número de CIEPs construídos impressiona, no entanto, segundo alguns autores da Educação, essa velocidade não era compatível com a velocidade de formação de profissionais habilitados para lidar com uma nova pedagogia e funcionamento, fato que pode ter comprometido o PEE.

Já na década de 1980, educadores e especialistas em educação chamavam a atenção para os pontos de fragilidade do PEE, que já nascia como programa de massa, extenso, volumoso, caro e sem condições de

¹⁷ 54 CIEPs foram doados ao Município do Rio de Janeiro, 16 a Nova Iguaçu, 7 a São Gonçalo, 2 a Campos e 1 para Itaboraí, Saquarema, Angra dos Reis e Niterói.

¹⁸ Em 1961, apenas o ensino primário era obrigatório, durava quatro anos e atendia normalmente crianças dos 7 aos 10 anos. Os ciclos seguintes faziam parte do ensino médio e eram chamados de ginásial (dos 11 aos 14 anos) e de colegial (dos 15 aos 17 anos). A partir de 1971, o ensino obrigatório passou a incluir o ensino médio. O primário e o ginásio foram agrupados no chamado 1º grau (dos 7 aos 14 anos) e o ginásial passou a se chamar 2º grau. Em 1996, o 1º grau passou a se chamar ensino fundamental. Em 2005, a idade de matrícula no ensino fundamental diminuiu para 6 anos e só a partir de 2006 (com prazo até 2010) foi incluído obrigatoriamente mais um ano (voltado para a alfabetização).

funcionamento na medida e na velocidade com que se implantava (BOMENY, 2008, p. 21).

Ao todo foram construídos 508 CIEPs, incluindo as escolas de demonstração. Em 2004, 359 deles continuavam sob a administração do Estado (CAVALIERE, COELHO, 2003), mas apenas 62 funcionavam em turno integral – num total de 363.784 alunos. Outros 101 CIEPs estavam sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro, sendo 86 deles com turmas em tempo integral. Outros 139 CIEPs foram cedidos à administração de outras prefeituras. Um foi entregue ao Corpo de Bombeiros (Figura 68), outro foi cedido ao Fórum de Petrópolis, sete são usados por órgãos públicos, quatro deles foram cedidos para a instalação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) em Campos e outro é usado pela UERJ em Duque de Caxias (RODRIGUES, 2004) (Tabela 1).



Figura 68 – CIEP utilizado como Academia de Bombeiro Militar, Guadalupe.
Fonte: Google Maps, março 2010.

O programa que uniu questões pedagógicas com questões sociais gerou um modelo de escola pública que não escondia essa fusão, pelo contrário, previa o seu uso não só pelos alunos, mas também pela comunidade vizinha.

O mais importante nesse programa de escolas que o Governador Brizola criou é, sem dúvida, o sentido social, o desejo de levar às classes mais pobres, às crianças tão esquecidas deste país, o apoio indispensável, instruindo-os, ocupando-as, dando-lhes a possibilidade de uma participação futura nos problemas da vida brasileira (citação de Oscar Niemeyer apud RIBEIRO, 1986, p. 110).

Essa escolha política gerou uma polarização, presente até hoje, especialmente no Rio de Janeiro, mesmo entre pessoas da Educação. Mesmo quem concorda com o PEE pode não concordar com os CIEPs.

Tabela 1 – Número de CIEPs construídos e sua destinação em 2004. Extraído de: RODRIGUES, 2004.

CIEPs construídos	508
CIEPs estaduais	355
CIEPs municipais	139 (sendo 101 no município do Rio de Janeiro)
UENF Campos	4
UERJ Caxias	1
Corpo de Bombeiros	1
Fórum de Petrópolis	1
Órgãos públicos	7

Tornou-se lugar comum na memória carioca e fluminense confundir o programa de educação dos governos Leonel Brizola com os CIEPs. A identificação foi de tal ordem que acabou gerando uma dupla associação: programa de educação tomado como CIEP, e CIEP tomado como Brizolão – “a escola do Brizola, o Brizolão” – no refrão de Darcy Ribeiro. Indistintos, o programa e os CIEPs acabaram sendo alvo de apreciações ora apaixonadamente favoráveis, ora agudamente críticas (BOMENY, 2008, p. 2).

Alguns autores alertam para o fato de certas agências de notícias não terem sido imparciais e tomarem partido em relação aos CIEPs. Lúcia Velloso Maurício analisa uma série de reportagens realizadas em 2006 pelo jornal O Globo.

As reportagens quiseram mostrar que o ciep é caro, que o projeto arquitetônico é mal resolvido, que foram desperdiçados recursos e, pior que tudo, que esta escola não garante bom desempenho. Para isso foram criadas personagens exemplares através de histórias de vida de alunos da primeira turma com intenção de comprovar seu fracasso, utilizando como critério de qualidade chegar ao ensino superior. O que se mostrou, ao contrário do que o jornal pretendia, foi que a proporção de alunos que completou o ensino médio é maior entre aqueles que permaneceram no ciep até completar a 4ª. série. Questiona-se assim o argumento central do editorial: de que os recursos teriam sido melhor aplicados em escolas convencionais. (MAURÍCIO, 2007, p. 15)

Cláudia Alencar dedica um capítulo de sua dissertação (ALENCAR, 2013, p. 91-146) para “demonstrar através da mídia impressa como a relação historicamente estigmatizada da favela incorporou-se ao projeto [dos CIEPs]” (ALENCAR, 2013, p. 91).

Na pesquisa realizada nos [56] recortes de jornais, percebe-se que a imprensa escrita divulgou os fatos que criavam a atmosfera de insegurança e perigo existente tão próximo ao território, que reforçavam um avizinhamento e relação entre os CIEPS e a favela, sendo nítido devido ao número de imagens e notícias que associam a ideia de CIEPS ao abandono, desabrigados, flagelados, “favela dos CIEPS”. Os prédios inacabados dos CIEPS, durante o período de descontinuidade política, além de demarcar a indagação de quem é o problema (CIEP), associou-o a imagem de esqueletos, que em nosso entender remete a ideia de fome, entre outras categorias aparecerem a de barraco, caixote, sujeira, mau cheiro, lixo, entulho, “reduto de marginais”. (ALENCAR, 2013, p. 97).

Outros autores afirmam o fracasso dos CIEPs e responsabilizam o fato ao foco do programa em atender a população de baixa renda.

Os Cieps foram a materialização de um programa de estender o ensino público a toda a população em idade escolar. “(...) Tinha que ser tão bom que a classe média disputasse para colocar o filho lá dentro”, diria Darcy em entrevista. Mas, por certo, a ênfase que sempre deu em todos os discursos na direção prioritária do programa para as classes populares e a população da periferia criou um vínculo simbólico entre clientela pobre e clientela dos Cieps – o que, em efeito perverso não antecipado, se transformou em verdadeiro estigma, atingindo ambos os segmentos: o da população de periferia e o dos setores médios da população em idade escolar, que não queriam aceitar a marca de serem estudantes daquelas escolas. (BOMENY, 2001, p. 75).

3.3.4. OS CIEPS HOJE

A Lei Ordinária do Município do Rio de Janeiro N° 5183, de 7 de junho de 2010, “dispõe sobre o tombamento para fins de preservação histórica e urbanística dos CIEPS–Centros Integrados de Educação Pública, por seus valores sociais, históricos e urbanísticos e dá outras providências” (RIO DE JANEIRO, 2010).

Em seu texto original, o parágrafo 1° do artigo 1° previa que “Fica proibida a construção ou demolição de qualquer edificação que altere a ambiência do exterior dos CIEPs–Centros Integrados de Educação Pública”. Entretanto, três meses depois, esse parágrafo foi vetado comprometendo a própria essência da Lei de preservação urbanística.

O parágrafo 2° do artigo 1° diz que “Permite-se a alteração das paredes internas dos CIEPs–Centros Integrados de Educação Pública para o caso de complementação das paredes que dividem as salas, e em caso de necessidade de modernização tecnológica”. Antes do tombamento municipal, havia a necessidade de consulta técnica para alterações das paredes internas, em caso de necessidade de modernização tecnológica, mas a Lei retirou essa necessidade.

O texto original do artigo 3° diz que “Os CIEPs–Centros Integrados de Educação Pública de propriedade do Município do Rio de Janeiro não podem ser: I – vendidos, doados e leiloados pela Prefeitura; II – terceirizados e alugados; III – utilizados em função distinta à da educação”. Entretanto, o inciso III também foi vetado, permitindo a mudança de função e podendo comprometer o valor social dessas escolas.

Esses vetos podem comprometer a própria essência da Lei, pois quando não proíbe a “construção ou demolição de qualquer edificação que altere a ambiência do exterior dos CIEPs”, a lei não protege características que representam os valores urbanísticos. Também há um problema quando a Lei permite a alteração das paredes internas sem consulta prévia aos setores responsáveis pela preservação, bastando se justificar a necessidade de modernização tecnológica. Por fim, a lei não protege a função educacional, podendo comprometer o valor social e sua relação com a coletividade.

Dos mais de 500 CIEPs construídos em todo o estado do Rio de Janeiro, 101 fazem parte da rede escolar do município do Rio de Janeiro e foram tombados pela Lei Ordinária do Município do Rio de Janeiro N° 5183, de 7 de junho de 2010. Eles foram distribuídos geograficamente entre as 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), como uma escola convencional, sem ser considerado o fato de haverem sido projetados para funcionar em tempo integral e para receber 1000 alunos. Isso provoca casos como o CIEP Yuri Gagarin, Bonsucesso, que oferece 52 salas de aula, para 1390 estudantes, até o 5º ano. No outro extremo, o CIEP Olga Benário Prestes, Cocotá, que funciona em horário integral e atende 88 estudantes (SME, s.d.).

Em muitos casos, as atividades foram concentradas no edifício principal por diferentes justificativas como a falta de investimento em atividades extraclasse – seja pela falta de pessoal, financeiro ou material –; a biblioteca e/ou o salão polivalente foram destinados a outros usos não relacionados aos CIEPs; a dificuldade em gerenciar crianças pequenas em terrenos grandes ou por medo da violência enquanto as crianças estão sob a responsabilidade da escola. Em alguns foram instaladas grades no térreo, facilitando o controle do acesso. Seja qual for a origem, o que se pode perceber em muitos casos é a falta de uso da biblioteca e pátios usados como estacionamento, como no CIEP Leonel de Moura Brizola, Ramos (Figura 69).

Ao longo dos anos, os terrenos de um terço dos 97 CIEPs padrão analisados foi ocupado com outros edifícios. Apesar de comprometerem a intenção do projeto, alguns usos estão relacionados com o uso escolar, como anexos para implementação de educação pré-escolar, como o Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), também administrado pela prefeitura. Um exemplo é o CIEP Coronel Sarmiento, Bonsucesso, que apesar de ser compacto, onde o salão polivalente funciona sobre o edifício principal, foi construído um edifício anexo, para abrigar mais salas de aula (Figura 70).

Entretanto, existem também edifícios construídos nos terrenos cujo uso não possui relação com a escola, como delegacias e postos de polícia, como é o caso do CIEP Presidente Salvador Allende, Vila Isabel (Figura 71).



Figura 69 – CIEP Leonel de Moura Brizola, Ramos, com biblioteca sem uso e carros estacionados no pátio.
Foto: Silvino Marinho, mar. 2017.



Figura 70 – Edifícios originais (em amarelo) do CIEP Coronel Sarmento, Inhaúma, com anexo (em vermelho). Fonte: Google Maps, 2015.

As ocupações dos terrenos também acontecem com unidades de saúde. No CIEP Henfil - Caju, apesar da previsão de ambulatório para atendimento médico/odontológico no

projeto original, foi implantado um consultório odontológico móvel no pátio, como parte do Programa Saúde na Escola (PSE) do Governo Federal (Figura 72).



Figura 71 – Unidade de polícia no terreno do CIEP Presidente Salvador Allende, Vila Isabel. Fonte: Google Maps, 2014.



Figura 72 – Consultório odontológico do Programa Saúde da Família do Governo Federal no pátio do CIEP Henfil, Caju. Foto: Silvino Marinho, mar 2017.

Em alguns CIEPs os ambulatórios originais funcionam como depósito, mas muitos deles foram incorporados à rede de saúde municipal, apesar de continuarem fisicamente no terreno do edifício principal, como é o caso do Centro Municipal de Saúde Fazenda Botafogo, implantado no Centro Médico do CIEP Zumbi dos Palmares, Acari (Figura 73).

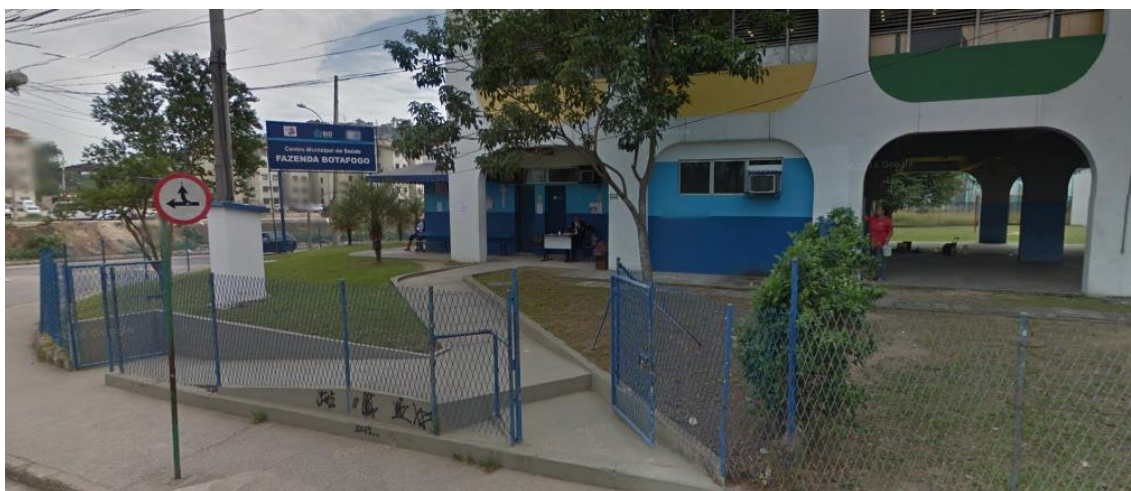


Figura 73 – Centro Municipal de Saúde Fazenda Botafogo, implantado no Centro Médico do CIEP Zumbi dos Palmares, Acari. Fonte: Google Maps, maio 2014.

As ocupações dos terrenos acontecem normalmente de maneira permanente, com a construção de Clínicas da Família e Unidades de Pronto Atendimento – UPA. Apesar da construção desses espaços de saúde comprovar a necessidade de atendimento médico para os moradores do entorno, proposto no projeto original, esses edifícios não possuem nenhuma relação formal com os CIEPs (Figura 74) e na maior parte dos casos o novo edifício acaba obstruindo a visão do prédio principal. Bibliotecas também são usadas para outros usos, como postos de saúde ou o Conselho Tutelar de Realengo e são abertos novos acessos em vias de fluxo intenso (Figura 75).

No caso do CIEP Doutor Adão Pereira Nunes, Irajá, não só a biblioteca foi incorporada ao sistema de saúde do município, como também os ambulatórios originais. Nele, o térreo do prédio principal também é usado como estacionamento. Enquanto o acesso dos alunos ocorre pela rua posterior, de menor movimento, seguindo o projeto original, o acesso ao posto de saúde se dá pela Avenida Brasil, tanto para pedestres como para carros (Figura 76).



Figura 74 – UPA em terreno do CIEP Papa João XXIII, Santa Cruz. Fonte: Google Maps, 2016.

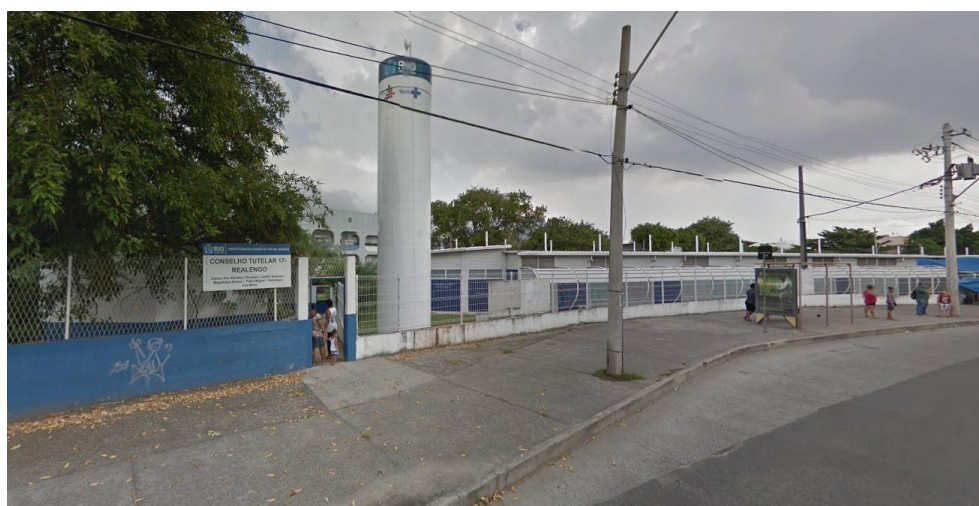


Figura 75 – CIEP Thomas Jefferson, Realengo com biblioteca transformada em Conselho Tutelar e novo edifício de Clínica da Família.



Figura 76 – CIEP Doutor Adão Pereira Nunes, Irajá, como biblioteca e ambulatórios originais transformados em Centro de Saúde Municipal. Fonte: Google Maps, 2017.

Além de ceder os ambulatorios do térreo para o serviço de saúde do município, o CIEP Zumbi dos Palmares, Acari, também teve uma grande área de lazer, incluindo o salão Polivalente e a piscina, desmembrados para constituir a Vila Olímpica Clara Nunes. Em 2016, a prefeitura fez uma parceria com uma marca privada de produtos de esporte para requalificar os equipamentos (BOLLMANN, 2016) (Figura 77).



Figura 77 – Vila Olímpica Clara Nunes implantada em parte do CIEP Zumbi dos Palmares, Coelho Neto.
Fonte: Google Maps, 2017.

Em alguns casos, a ocupação dos terrenos acontece por mais de um anexo. Um caso chama a atenção pela quantidade de ocupação. No CIEP João Batista dos Santos, Cidade de Deus, a prefeitura construiu no terreno um edifício para a administração regional, além de uma UPA (Figura 78).

De uma maneira geral, os edifícios apresentam um estado de conservação regular, considerando que recebem os mesmos cuidados de qualquer outra escola da rede. Em muitos CIEPs houve o fechamento das paredes das salas, com placas de madeira, acrílico ou gesso, seja com verba específica da Secretaria de Educação ou pagas com o fundo emergencial.



Figura 78 – Edifícios originais (em amarelo) do CIEP João Batista dos Santos, Cidade de Deus, com ocupação posterior (em vermelho). Fonte: Google Maps, 2015.

A autonomia dada à direção das escolas, através de um fundo específico para a realização de pequenos reparos emergenciais, garante o funcionamento do edifício, mas também de algumas obras, como o fechamento das meia-paredes e compra de aparelhos de ar-condicionado, instalados individualmente em cada sala.

Mariane Azevedo (2007) propôs soluções para compatibilização do conforto acústico com o conforto térmico nos CIEPs. Considerando que o trabalho foi realizado antes do tombamento, as soluções propostas não consideram questões patrimoniais. Na primeira parte, a autora apresenta parâmetros de conforto hidrotérmico e acústico para ambientes escolares. Na segunda e última parte, ela faz recomendações de controle do ruído e estuda o caso do Samuel Wainer, Tijuca.

Com relação ao controle de ruído, Azevedo (2007, p. 74-94) aponta características que o projeto dos CIEPs deveria ter considerado, como uma forma diferente do edifício; aberturas perpendiculares à fonte de ruído externo; salas de aula sem abertura para o exterior mas abertas para um pátio interno; implantação longe de fontes de ruído externo; construção de jardineiras, peitoris ou sacadas; localização da circulação horizontal na periferia do edifício; etc.

Nas conclusões parciais, em relação às modificações posteriores à construção, a autora afirma que, pelo fato dos CIEPs terem um projeto único, as propostas devem também

ser as mesmas para todos. Em relação a barreiras acústicas, a autora afirma que as soluções possíveis são muito limitadas, tendo em vista a falta de espaço, sendo descartada a possibilidade de barreiras internas e, de maneira reducionista, afirma que a construção de muros é a única solução externa possível. “A única solução é a utilização de muros, possivelmente com heras e a colocação de vegetação no pouco espaço que resta entre a construção e as vias de tráfego que cercam o terreno” (AZEVEDO, 2007, p. 95). Essa solução desconsidera a relação do edifício com o entorno e compromete uma das características mais importantes de qualquer um dos CIEPs.

Especificamente sobre janelas, a conclusão é de que, apesar de danificadas, “em sua maioria, ainda se encontram iguais ao projeto original” e por serem metálicas, com parte em vidro e parte em veneziana, “a substituição por esquadrias de PVC seria o primeiro passo a ser dado quando se pensa nas suas janelas” (AZEVEDO, 2007, p. 104). Além do PVC, as recomendações falam em vedação em borracha (AZEVEDO, 2007, p. 106), substituição de portas internas e janelas com vidros de mais que 6mm ou janelas de vidro duplo (AZEVEDO, 2007, p. 113).

Nas propostas para o estudo de caso, em relação ao ruído, a autora propõe, entre outras coisas, a construção de muros externos com 3,50m a 5,00m de altura, aumento da espessura das fachadas, construção de marquises e varandas com peitoris fechados, substituição de esquadrias metálicas por PVC, colocação de material absorvente nas paredes e teto das salas de aula, do mesmo modo que portas e esquadrias mais isolantes. Entre as propostas a autora afirma a necessidade de elaboração nas salas de aula de “um sistema de exaustão para a retirada do calor juntamente com a elevação das paredes”, especialmente a parede “[...] voltada para o corredor tem que encostar-se ao teto” (AZEVEDO, 2007, p. 166-169).

Devido ao grande número de CIEPs construídos, faz-se necessária uma correção em sua arquitetura para que se obtenha um melhor rendimento escolar dos alunos e visando proteger a saúde de todos que o utilizam. A Correção acústica é muito mais onerosa do que seu estudo em fase de projeto, porém não seria viável que se abandonasse quinhentas construções (AZEVEDO, 2007, p. 177).

A pesquisa revela a necessidade de adequação em relação ao conforto acústico. Tal necessidade pode existir também em outras escolas que possuem aberturas para avenidas. Uma década depois, muitos CIEPs tiveram suas paredes internas fechadas, mesmo que de maneira improvisada, assim como as janelas externas, e também foram instalados aparelhos

individuais de ar condicionado. Uma atualização da pesquisa realizada por Mariane Azevedo poderia revelar a adequação ou não dessas intervenções.

A autora afirma que a localização efetiva dos CIEPs não pôde acontecer pois só foram encontrados dados de localização na Fundação Darcy Ribeiro e os mesmos eram contraditórios (AZEVEDO, 2007, p. 170). Apesar da dificuldade de localizar os CIEPs, a autora afirma que eles “foram implantados principalmente nas margens de estradas e ruas de grande movimentação” (AZEVEDO, 2007, p. 68) e que “de maneira geral, possuem suas fachadas voltadas para vias de fluxo intenso” (AZEVEDO, 2007, p. 84). Como apresentado anteriormente, em relação aos CIEPs do município do Rio de Janeiro, não é possível afirmar isso (ver Anexo D).

Os CIEPs, de maneira geral, possuem suas fachadas voltadas para vias de fluxo intenso, percebe-se um agravamento quando este apresenta-se voltado para duas vias, como no caso do CIEP Samuel Wainer, onde sua implantação fora feita paralela a ambas as vias, ou seja, a pior solução tanto do ponto de vista acústico quanto térmico (AZEVEDO, 2007, p. 84).

A pesquisa realizada por Mariane Azevedo revela que, no CIEP Samuel Wainer, em 2006, não existiam aparelhos de ar condicionado e ainda existiam salas de aula abertas para a circulação central e para o exterior. Foram realizadas medições de nível sonoro em todos os ambientes e em diferentes posições em cada um. As análises acústicas revelaram que a rua é a principal fonte de ruído desse CIEP e que os níveis de ruído, mesmo em salas vazias, devido à proximidade com as vias de trânsito, estão muito acima do aceitável tornando-o “inadequado para a função de escola” (AZEVEDO, 2007, p. 138).

A escolha do CIEP com a pior solução, tanto do ponto de vista acústico quanto térmico, gerou índices significativos para a pesquisa, mas se revelou um caso extremo. O ruído externo é tão elevado, que mesmo em salas vazias os índices são inadequados para a função escolar. Infelizmente, como a análise não foi feita em CIEPs implantados em áreas residenciais, sem corredores de trânsito, a pesquisa não revela as condições termoacústicas da maioria dos CIEPs.

Algumas críticas ao projeto dos CIEPs se confundem com debates sobre o político Brizola e o modelo de escola pública que se quer. Enquanto no Brasil essa polarização acontece, o *Royal Institute of British Architects* (RIBA) organizou na Bienal de Arquitetura de Veneza de 2012 a exposição *Venice Takeaway: Ideas to Change British Architecture*. Dez equipes de arquitetura viajaram pelo mundo para reunir 10 experiências que poderiam inspirar

mudanças na arquitetura britânica. A equipe dos arquitetos David Chambers e Kevin Haley, do escritório Aberrant Architecture, apresentaram a experiência dos CIEPs do Rio de Janeiro (Figura 79).



Figura 79 – pavilhão do RIBA na Bienal de Arquitetura de Veneza de 2012 que apresentou os CIEPs como inspiração para a arquitetura Britânica. Disponível em: <www.designboom.com/weblog/images/images_2/anita/ARCHITECTURE/addbritish17.jpg>. Acesso em: 15 dez. 2015.

No clima de austeridade no Reino Unido, com fundos educacionais limitados e escassez de espaço para novas escolas primárias, [...] a padronização do design escolar não só reduz o custo, mas também estabelece um novo padrão de escola de alta qualidade acessível a qualquer aluno (BRITISH CONCIL, 2012, tradução nossa).

Os arquitetos britânicos reconhecem, além do baixo custo de execução, inspiração para um novo padrão de escola de alta qualidade. Além disso, David Chambers aponta que “os CIEPs enfatizam a importância da educação na comunidade e na sociedade em geral. Os grandes espaços ao ar livre levantam as fronteiras entre a escola e a comunidade mais ampla, de modo que eles realmente funcionem como praças cívicas” (ERTHAL, FERREIRA, 2016).

3.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A intenção do projeto dos CIEPs era construir um grande número de escolas que oferecesse não apenas aulas, mas também assistência aos alunos e à comunidade. Por isso,

este capítulo foca na pré-fabricação de escolas, mas também busca perceber a influência da arquitetura escolar moderna e da pedagogia centrada no aluno.

Os CIEPs foram uma experiência brasileira de pré-fabricação de escolas públicas em grande escala. Realizações anteriores conseguiram incorporar elementos pré-moldados a edifícios convencionais e mesmo escolas inteiras foram pré-fabricadas – como as escolas de Lelé em Salvador – mas em menor quantidade. Após os CIEPs, outras experiências de pré-fabricação aconteceram e consideraram, incorporaram ou evitaram suas características.

A escolha de um sistema de ciclo fechado de pré-fabricação é uma das características mais marcantes dessa experiência. Enquanto pode ser considerado como uma falha, pois só permite a realização de um modelo de edifício, também pode ser considerado um sucesso pois permitiu a realização de um grande número de escolas com um custo menor. Um sistema de ciclo aberto implicaria em mais dificuldade de coordenação entre os componentes.

O Projeto RAS, em Montréal, Canadá, é um exemplo de um sistema de ciclo aberto. Ele foi baseado num conjunto de componentes modulados que permitiria a realização de escolas flexíveis, não apenas na sua concepção, mas também durante seu uso. O resultado foi uma escola mais cara que uma convencional, mais difícil e mais lenta de ser construída. Foram realizadas nove escolas das 75 esperadas. Outra característica do Projeto RAS foi a escolha de um envelope convencional que não confere uma identidade própria a essas escolas e que não permite identificar externamente quais escolas foram construídas nesse sistema.

A escolha de paredes internas em meia altura seguiu a intensão de revisão pedagógica proposta pelo PEE. Com o fim da gestão, o programa foi descontinuado e a pedagogia tradicional continuou a ser adotada. A incompatibilidade do método centrado no professor e as salas abertas provocou a necessidade de fechamento das paredes internas. Este, feito muitas vezes de forma improvisada pela própria equipe da escola, provocou outros problemas que foram remediados com o uso de aparelhos de ar-condicionado individualizados.

Além das aulas, essas escolas foram projetadas para oferecer assistência médico-odontológica. Após o fim da gestão, a assistência foi descontinuada e em alguns casos os espaços dos ambulatórios foram usados de modo diverso ao original. Em outros, esses espaços continuaram com sua função médica, mas para atendimento da população em geral e não mais com foco nos alunos. Tal como nos ambulatórios, muitas bibliotecas também

mudaram de uso. Em muitos casos, elas foram transferidas para dentro do prédio principal e o edifício destinado a esse fim ficou abandonado. Em outros casos, os edifícios hexagonais ganharam outros usos diversos, como ampliação dos centros de saúde ou até instalação de unidades do Conselho Tutelar.

Os terrenos de alguns CIEPs também foram ocupados por outros edifícios, comprometendo o espaço de recreação e muitas vezes colocando em risco os alunos como UPAs e Unidades de polícia.

A questão da assistência aos alunos está presente em duas escolas modernas apresentadas – a *Openluchtschool* e a *École de plein air de Suresnes* – que são exemplos de escolas projetadas para receberem alunos em situação de vulnerabilidade. Elas não ofereciam apenas educação básica, mas também assistência relacionada à saúde e higiene. Atualmente, pelo menos na Holanda e na França, a tuberculose não é mais um problema como era e essas escolas não precisam mais existir. Entretanto, ambas continuam funcionando e possuem status patrimonial, apesar das modificações.

Algumas características dessas escolas estão presentes nos CIEPs, mesmo havendo sido projetadas meio século depois. Apesar das vulnerabilidades diferentes, tanto os alunos das escolas holandesa e francesa quanto os alunos dos CIEPs necessitavam de assistência do Estado, com alimentação, atendimento médico, exercícios, recreação e, no caso dos CIEPs, moradia temporária para os mais vulneráveis.

O processo de reconhecimento do interesse patrimonial centrado no objeto e não nos valores, onde o tombamento é a principal estratégia para salvaguardar o patrimônio, provoca uma grande limitação em edificações controversas como os CIEPs. Nesse ponto de vista, o bem patrimonial é pensado de maneira binária, sendo salvaguardado ou não, em sua totalidade. Para ser protegido o bem deve ser tombado e para isso deve responder a critérios em sua totalidade.

Porém, bens como os CIEPs, que apresentam aspectos relevantes vinculados a um valor, mas não a outro, acabam tendo dificuldades em serem preservados. A lei de tombamento dos CIEPs é um exemplo de legislação que termina por cumprir a função inversa à sua intenção inicial, não garantindo a proteção de características que representam os valores desses bens e até estimulando sua remoção.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO INTERESSE PATRIMONIAL DOS CIEPs

Neste capítulo será apresentada a Declaração do Interesse Patrimonial dos CIEPs, com base no ‘Processo de Avaliação do Interesse Patrimonial de um Lugar’ (*Le processus d’évaluation de l’intérêt patrimonial d’un lieu*), desenvolvido em Montreal, Canadá (MONTREAL, 2008).

Para facilitar sua realização e divulgação, a Divisão de Patrimônio da Prefeitura de Montreal lançou, em 2012, o “Guia de Aplicação do Processo de Avaliação que leva à formulação de uma Declaração de Interesse Patrimonial: noções, princípios e ferramentas” (*Guide d’application du processus d’évaluation menant à la formulation d’un énoncé d’intérêt patrimonial notions, principes et boîte à outils*) (MONTREAL, 2012) (ver Anexo A).

Serão considerados aqui não apenas os valores apontados pelo Guia, mas também as outras tipologias de valores apresentadas no Capítulo 1, mostrando diferenças e similitudes entre elas, identificando assim valores de acordo com o contexto cultural em que os CIEPs estão inseridos.

Antes da apresentação do Processo de Avaliação, serão destacados três pontos que balizam o reconhecimento do interesse patrimonial. Primeiramente, é fundamental que o lugar contribua para a identidade local, mesmo que não possua um status patrimonial. Em segundo lugar, o interesse é reconhecido através dos valores patrimoniais e os mesmos se incorporam ou se expressam em diversos componentes característicos desse bem. Assim, o foco está nos valores do patrimônio – e não no objeto em si – e características desse lugar ajudam a reconhecer esses valores. Por fim, todo o processo pretende destacar o conjunto de valores – chamado de significado cultural (*signification culturelle*) – atribuído a um lugar por uma coletividade, através do consenso entre os participantes. Portanto, o Processo se baseia nos valores do patrimônio e no reconhecimento deles através do consenso.

O Guia que apresenta o Processo de Avaliação indica que todo o trabalho deve ser realizado por um grupo, composto por especialistas de diferentes disciplinas, além de moradores da área e do proprietário. Entretanto, o presente trabalho é individual e de caráter teórico, desenvolvido dentro da disciplina arquitetura, com foco na questão patrimonial. Portanto, serão identificados apenas valores socioculturais e as características que os representam, usando os CIEPs como estudo de caso.

Segundo o Guia de Montreal (2012), o Processo de Avaliação começa com informações que permitem entender o lugar. Em seguida, acontece a Avaliação, onde há o reconhecimento dos valores. Finalmente, termina com a redação de uma Declaração, que é um quadro resumo que aponta os valores e as características que os representam.

Assim, o capítulo começa com a Avaliação do Interesse Patrimonial e utiliza os valores identificados pelo Guia de Montreal, sem esquecer as outras tipologias de valores apresentadas no Capítulo 1. Esse debate ajuda a entender o Processo de Avaliação, mostrando que cada tipologia foca em questões específicas segundo o contexto local.

Em seguida, é apresentada a avaliação dos CIEPs – com base nas informações do Capítulo 3 – sendo apontados os valores identificados e as características que representam esses valores.

Por fim, será apresentado um relatório que resume todo o processo, denominado ‘Declaração do Interesse Patrimonial’ (*Énoncé d'intérêt patrimonial*) sempre usando os CIEPs como estudo de caso. A Declaração, em formato de quadro-resumo, é dividida em três partes: (1) situação atual dos CIEPs, o status patrimonial e informações sobre morfologia, contexto urbano, organização espacial e uso; (2) síntese das principais mudanças ao longo do tempo, composta por uma cronologia e seu contexto; e, por fim, (3) fichas técnicas que mostram quem concebeu, proprietários, ocupantes, funções e a relação com a paisagem.

4.1. AVALIAÇÃO DO INTERESSE PATRIMONIAL

A Avaliação do Interesse Patrimonial é o momento em que os integrantes do grupo de trabalho identificam os valores reconhecidos no lugar. Segundo o Guia de Montreal (2012), tudo começa com a coleta de informações sobre o lugar, incluindo sua identificação, ilustrações e outros documentos que permitam compreender as mudanças ao longo do tempo. Em seguida, são realizadas visitas ao lugar pelo grupo. No caso dos CIEPs, essas informações foram apresentadas no Capítulo 3. Então, em reunião, cada membro apresenta suas considerações individuais com base em seus conhecimentos e sensibilidade. Logo em seguida, o grupo identifica os valores consensuais e delibera sobre os valores divergentes. Com base nos valores já identificados, são apontadas as características que os representam. Em caso de não haver consenso em determinado ponto, pode ser necessária a pesquisa de mais informações ou nova visita ao lugar.

O Guia recomenda que a Avaliação deve ser realizada por um grupo de especialistas de diferentes disciplinas, moradores da área, proprietário, entre outros interessados, num grupo de até dez participantes, para que haja uma maior representatividade no processo. Quanto maior a representatividade e a diversidade na prática do processo de avaliação, maior a quantidade de valores identificados e mais legítimo é o processo.

Considerando que cada realidade cultural deve desenvolver sua própria tipologia, é importante entender o contexto em que cada uma – das apresentadas no Capítulo 1 – foi desenvolvida e como elas foram categorizadas.

Na tipologia apresentada por Alois Riegl (2014), com foco na história da arte, os valores foram identificados em duas grandes categorias: Valores de Memória e Valores de Atualidade. Tentando mostrar que todo monumento de arte é ao mesmo tempo um monumento histórico, e vice-versa, a questão central de Riegl era a relação entre o passado e o presente do monumento histórico-artístico.

Na tipologia proposta pela Carta de Burra, a imaterialidade é uma questão central, especialmente nas revisões mais recentes, quando surgiu o reconhecimento de valores espirituais. Mesmo em relação aos valores sociais, relacionados com a associação entre pessoas e lugares, sem um foco central no passado ou no presente do lugar (AUSTRALIA ICOMOS, 2013g, p. 3-4).

No caso do GCI, os valores foram identificados em duas categorias, sendo socioculturais e econômicas (MASON, 2002, p. 10-13). Os valores foram identificados em uma tipologia provisória, diferente dos casos anteriores. Como o tema central dessa tipologia são os valores de uso e os valores de “não-uso”, o passado e o presente dos lugares foram diluídos em cada uma dessas categorias, bem como as questões imateriais.

A experiência de Montreal (2012, p. 13) não apresenta uma tipologia, mas uma lista de valores mais comumente identificados. O documento sugere que diferentes valores podem ser identificados, caso a caso, seguindo a indicação do Documento de Nara (ICOMOS, 2014), que diz que os valores mudam ao longo do tempo e para diferentes grupos. Para facilitar a identificação, são consideradas duas questões centrais: a identidade “montrealense” (*montréalaise*) e o consenso do grupo no reconhecimento dos valores. Assim, existe uma lista dos valores mais comumente encontrados, mas estes não são categorizados

segundo a memória ou atualidade, nem em relação à materialidade ou imaterialidade, nem focado nos valores de uso ou não-uso.

A lista com os valores mais comumente encontrados em Montreal começa com o **Valor Social/Simbólico**. O Guia indica dois pontos que podem ajudar a identificar esse valor (MONTREAL, 2012, p. 13):

- Significação Identitária ou Espiritual: qualidades emblemáticas espiritual, político, social ou cultural de um determinado grupo.
- Espírito do Lugar: relação entre elementos materiais e imateriais, como rituais, festivais, saberes, narrativas, etc.

O conceito de Espírito do Lugar (*esprit du lieu*) (equivalente da expressão latina *genius loci*) foi debatido na cidade de Quebec, durante assembleia do ICOMOS, no Canadá, em outubro de 2008, e teve como resultado a ‘Declaração de Quebec sobre a salvaguarda do Espírito do Lugar’ (*Déclaration de Québec sur la sauvegarde de l’esprit du lieu*) (ICOMOS, 2008). Segundo a Declaração, o Espírito do Lugar é constituído de elementos materiais (sítios, paisagens, edifícios, objetos) e imateriais (memórias, histórias orais, documentos escritos, rituais, festivais, artesanato, saberes [*savoir-faire*], valores, odores).

Nós pedimos que todo projeto de conservação e restauração de monumentos, de sítios, de paisagens, de rotas, de coleções e de objetos, assim como toda legislação sobre o patrimônio cultural deve levar em conta tanto componentes materiais como componentes imateriais do espírito do lugar (ICOMOS, 2008, § 1, tradução nossa).

O termo é controverso mesmo no Canadá, pois pode indicar a necessidade de vinculação entre imaterialidade e espiritualidade, apesar da não obrigatoriedade, segundo a sua própria definição. A análise de outras tipologias demonstra diferentes entendimentos em relação a isso.

A Carta de Burra aponta dois valores distintos, nesse caso. O Valor Social está relacionado com o presente do lugar e sua associação atual com as pessoas. Já o Valor Espiritual pode estar relacionado com o presente ou o passado do lugar, contanto que seja reconhecido o interesse espiritual.

Em relação a esse assunto, o GCI aponta três valores separados: os Valores Culturais/Simbólicos, Valores Sociais e Valores Espirituais/Religiosos. Os **Valores**

Culturais/Simbólicos estão correlacionados a valores políticos – com questões ideológicas, políticas, associados a protestos e a relações civis – ou valores relacionados com um ofício e os processos de fabricação e técnicas construtivas tradicionais. Já os **Valores Sociais** possuem uma relação maior com a associação entre o presente do lugar e as pessoas, como na Carta de Burra. As questões da espiritualidade, a religiosidade ou outro sentido de sagrado são reconhecidas exclusivamente nos **Valores Espirituais/Religiosos**.

Para o GCI, os Valores Culturais/Simbólicos estão relacionados com valores políticos – onde o patrimônio ajuda a construir ou sustentar relações civis e causas ideológicas – e valores relacionados com trabalho ou ofício – relacionados com o processo de fabricação e construção, os saberes das técnicas construtivas tradicionais. Os Valores Sociais estão mais relacionados com encontros sociais, celebrações e não necessariamente possuem relação com o passado do lugar.

Então, no presente texto, em relação aos valores espirituais serão consideradas questões espirituais, religiosas, de fé, de milagre ou sagradas. Já nos valores sociais será considerada a associação entre o presente do lugar e as pessoas, incluindo a imaterialidade. E nos valores simbólicos, também questões do passado, mais vinculado à materialidade do bem.

Na sequência, a lista do Guia de Montreal apresenta o **Valor Histórico** e sugere que se observe os seguintes pontos que podem ajudar nesse reconhecimento (MONTREAL, 2012, p. 13):

- Evolução urbana do lugar: elementos fundadores, marco ou catalisador da história do desenvolvimento urbano.
- Fenômeno de sociedade: representação de um fenômeno social, econômico ou político significativo.
- Evento ou personagem associado: localização de um evento histórico, local de atividade de uma personagem ou grupo.
- Idade comparativa do local: Idade em relação ao meio ou a outro local comparável.

O Valor Histórico possui um sentido similar em todas as tipologias de valores, numa relação do lugar com o passado. Contudo, a Carta de Burra aponta que o valor histórico será maior nos casos onde existem evidências da associação com o lugar, mas pode haver valor

histórico mesmo quando não existem mais evidências dessa associação. Assim, características que representam o valor histórico podem ter sido apagadas ao longo do tempo, mesmo que exista uma relação entre a coletividade e o passado do lugar.

Já em relação ao **Valor Artístico/Estético** existem muitos pontos de discordância quando se analisa as diferentes tipologias. O Guia não faz distinção entre valor artístico e estético e destaca como pontos para a análise (MONTREAL, 2012, p. 13):

- Qualidade da concepção: apreciação da composição.
- Importância dos projetistas: influência e notoriedade dos projetistas (urbanistas, arquitetos, artistas, etc.) (se conhecidos).
- Importância do lugar na obra dos autores: importância relativa entre as obras dos autores (se conhecidos).
- Importância artística comparativa do lugar: importância relativa em relação à outras realizações da época, função ou outro critério.
- Percepção do lugar: experiência sensorial, de conhecimento e sensibilidade.

Ao analisar as outras tipologias apresentadas no Capítulo 1, percebe-se que a Carta de Burra não faz menção ao Valor Artístico e aponta o Valor Estético quando se refere à experiência perceptiva e sensorial de um lugar, não apenas visual, mas também pelos outros sentidos, como som e olfato. A Carta não faz qualquer indicação da relação desse valor com o passado ou o presente do lugar.

Por outro lado, Alois Riegl aponta a relatividade do Valor de Arte, relacionando-o com a atualidade do monumento, reconhecendo que esse valor muda ao longo do tempo, segundo o reconhecimento da coletividade no presente.

Contudo, o GCI, apresenta tanto o Valor Artístico quanto o Valor Estético, separadamente. O Valor Estético se parece com o apontado pela Carta de Burra, relacionado com qualidades sensoriais – visuais, olfativas e auditivas. Já o Valor Artístico não possui uma explicação sobre sua diferença em relação ao estético, mas está relacionado com o passado do lugar. Apesar da necessidade de explicação do que é Valor Estético, tanto pela Carta de Burra quanto pelo GCI, o Valor Artístico não é mencionado ou nem é explicado, respectivamente.

Então, será considerado o Valor Estético quando se refere a experiência perceptiva ou sensorial, sem uma relação necessária com as artes. Já no Valor Artístico será considerada a relatividade e a representatividade desse bem, enquanto elo da corrente da história da arte, segundo Riegl, e neste caso, marcando um momento específico na história da arquitetura.

O último valor apresentado pelo documento de Montreal se refere ao **Valor Contextual, Urbano ou de Paisagem**. Os pontos que ajudam a identificar esses valores são (MONTREAL, 2012, p. 13):

- Qualidades da paisagem cultural: coexistência de fenômenos naturais e culturais.
- Contribuição do meio de inserção ao lugar: elementos do meio que reforcem as qualidades do lugar.
- Contribuição do lugar para o contexto urbano: elementos do lugar que contribuam para realçar as qualidades urbanas.
- Associação a um sistema: o pertencimento a uma rede de lugares (por exemplo, estações de bombeiro, banhos públicos).
- Qualidade de marco visual: marco urbano.
- Vistas significativas: contribuição a uma experiência sensorial positiva.

Não existe relação entre os valores apresentados em outras tipologias e o valor reconhecido pelo Guia de Montreal (2012). Esse é um exemplo da importância da identificação de valores de acordo com o contexto cultural local. Em Montreal, do interesse patrimonial em certos tipos arquitetônicos é o seu pertencimento a uma rede, como os edifícios dos bombeiros construídos no século XIX. Atualmente, não há a necessidade de tantos edifícios desse tipo e muitos não comportam os novos caminhões. Entretanto, há uma associação entre esse tipo arquitetônico e sua função original, reconhecíveis como parte de uma rede, mesmo que muitos desses edifícios tenham hoje um uso diferente do original.

O Guia sugere o reconhecimento de valores específicos para determinados casos, sendo possível que sejam identificados valor científico ou técnico, arqueológico, arquitetônico, de uso, ecológico ou outros valores, contanto que se considere a identidade “montrealense” e o consenso do grupo.

Um exemplo de valor específico, identificado em muitas Declarações, é o **Valor Arquitetônico**, em relação à qualidade de sua concepção e à relação com o entorno. Esse valor também está relacionado com a importância para um estilo arquitetônico, uma técnica

construtiva inovadora ou como exemplar da carreira de um arquiteto. É possível identificar questões presentes no valor histórico, artístico/estético, técnico e de paisagem. Entretanto, as características que representam esses valores são muito mais relacionadas à materialidade das realizações arquitetônicas, como materiais e características da composição arquitetônica.

4.2. AVALIAÇÃO DO INTERESSE PATRIMONIAL DOS CIEPs

A partir dessa avaliação, tendo como base os valores reconhecidos pelo Guia de Montreal (2012), é possível apontar valores reconhecidos nos CIEPs e, então, identificar que características podem representá-los.

O Valor de Paisagem Urbana dos CIEPs baseia-se em:

- Sua legibilidade na paisagem, principalmente do edifício principal, mesmo com diferentes implantações possíveis dentro do terreno e da distância em que é visto;
- Sua singularidade em relação ao entorno, conferindo qualidade como marco urbano;
- Seu pertencimento ao sistema de CIEPs, presente não apenas na cidade do Rio de Janeiro, mas também em outras cidades do estado.

Os elementos que caracterizam esse valor são:

- Sua implantação isolada em relação aos vizinhos, mesmo em terrenos pequenos;
- Sua volumetria associada aos elementos estruturais;
- Suas aberturas características das fachadas do edifício principal.

A singularidade dos CIEPs em relação ao entorno está relacionada com sua volumetria e suas aberturas características das fachadas do edifício principal. Individualmente, são marcos visuais urbanos e além disso estão vinculados em um sistema de escolas, criando uma relação de série com outros CIEPs em todo o estado do Rio de Janeiro.

Então, com o foco da preservação no valor de paisagem urbana, é importante preservar a legibilidade desses edifícios na paisagem, por exemplo.

Vale salientar que não se trata de autorizar ou proibir uma intervenção no terreno desses edifícios. Em alguns casos, a inserção de edifícios no terreno dos CIEPs, mesmo muito próximo ao edifício principal, não comprometeu significativamente a legibilidade, como no caso do edifício para turmas do pré-escolar no CIEP Coronel Sarmento, Inhaúma (Figura 80).



Figura 80 – Inserção de edifício no terreno do CIEP Coronel Sarmento, Inhaúma. Fonte: Google Maps, 2016.

Entretanto, em outros casos, a nova inserção, mesmo longe do edifício principal, está muito próxima da avenida e compromete o valor de paisagem urbana, como no caso da Clínica da Família implantada no terreno do CIEP Thomas Jefferson, Realengo (Figura 81).



Figura 81 – Inserção de edifício no terreno do CIEP Thomas Jefferson Realengo. Fonte: Google Maps, 2014.

O **Valor Social e Simbólico** dos CIEPs baseia-se em:

- Sua associação com o ensino em horário integral em escola pública;
- Sua relação com os moradores da vizinhança.

Os elementos que caracterizam esse valor são:

- Seu programa, que inclui refeitório e atividades em turno integral;
- Os pátios abertos, ambulatórios, refeitório, piscina, biblioteca e salão polivalente, onde podem se desenvolver atividades abertas ao público.

Como aponta Helena Bomeny:

Mas, por certo, a ênfase que [Darcy Ribeiro] sempre deu em todos os discursos na direção prioritária do programa para as classes populares e a população da periferia criou um vínculo simbólico entre clientela pobre e clientela dos Cieps (BOMENY, 2001, p. 75).

Além de Helena Bomeny (2001), Lúcia Velloso Maurício (2007) e Cláudia Alencar (2013) apontam a existência de uma relação dessa arquitetura com determinado grupo social. Então, mesmo o grupo que não concorda com o programa educacional em tempo integral em escola pública ou com a vinculação simbólica dessas escolas com seus proponentes, está de acordo que as escolas estão vinculadas a um grupo social específico, moradores da vizinhança.

O Valor Social e Simbólico pode ser representado pelo programa escolar em tempo integral e sua relação com os moradores da vizinhança. Assim, refeitório, ambulatório, biblioteca, salão polivalente e piscina (quando existe), são elementos que caracterizam não apenas o uso em tempo integral, mas também são equipamentos projetados para uso pela vizinhança, mesmo no fim de semana. Muitas adaptações foram realizadas sem considerar esses valores, e é possível perceber que os CIEPs que tiveram esses espaços adaptados para o atendimento ao público da cidade – e não apenas da vizinhança –, como postos de saúde, de polícia e conselho tutelar, transferiram as atividades dos pátios para o interior do prédio principal, comprometendo os valores sociais e simbólicos (Figura 82).



Figura 82 – Biblioteca do CIEP Doutor Adão Pereira Nunes, Irajá, transformada em Centro Municipal de Saúde Enfermeira Edna Valadão, com estacionamento dentro do terreno da escola. Fonte: Google Maps, out. 2015.

O Valor Arquitetônico dos CIEPs baseia-se em:

- Seu sistema construtivo pré-fabricado em concreto armado, que permitiu a construção de mais de 500 unidades em oito anos;
- Sua volumetria, composição, aberturas, sobriedade e seu material de construção, associados ao seu sistema construtivo e que contribuem para outros valores;
- Suas divisões internas em meia altura relacionadas tanto com questões de conforto térmico e ventilação cruzadas transversal quanto com o conceito de “salas abertas”.

Os elementos que caracterizam esse valor são:

- Sua volumetria associada aos elementos estruturais;
- Seu sistema construtivo associado ao concreto aparente e as alvenarias das empenas na cor branca;
- Suas aberturas características das fachadas do edifício principal, complementadas pelos *brises* em alumínio na parte superior e fechamentos coloridos na parte inferior;
- Suas paredes internas em meia altura.

Algumas características marcantes dos CIEPs estão associadas ao seu sistema construtivo. Os elementos em concreto armado pré-fabricado em ciclo fechado deram origem a um tipo arquitetônico único que não permitiu a realização de edifícios com

diferentes configurações. Por outro lado, o ciclo fechado composto por poucas peças estruturais garantiu a execução de 500 unidades em oito anos. Os elementos pré-fabricados em grande dimensão compõem não apenas as fachadas, mas também as lajes dos blocos dos CIEPs. Além disso, as aberturas da fachada do edifício principal e do salão polivalente são originadas da justaposição entre os elementos. Assim, existe uma associação entre as aberturas, as fachadas, a volumetria, os elementos estruturais e o próprio sistema construtivo (Figura 83 e Figura 84).

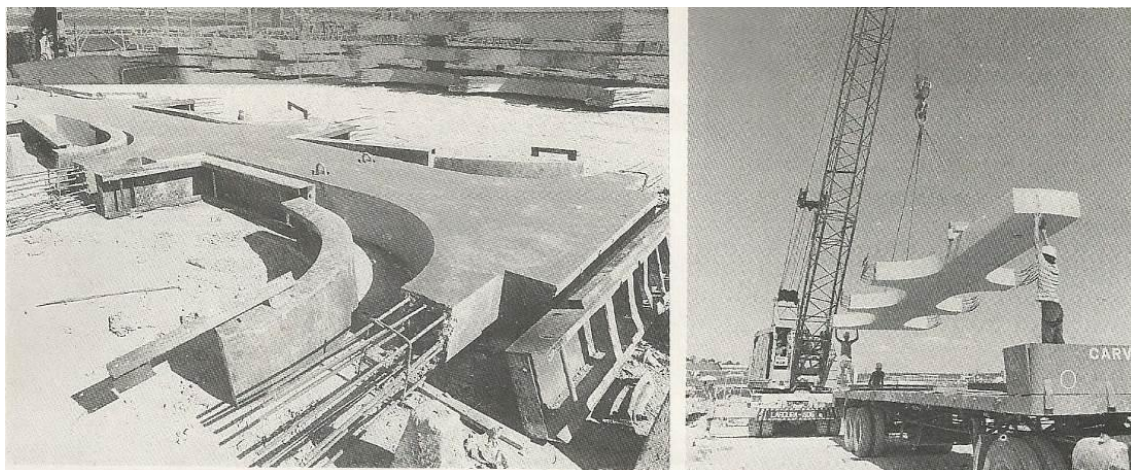


Figura 83 – Peças estruturais dos CIEPs. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 112.

Fazem parte da composição das aberturas os *brises* móveis em alumínio na parte superior, os vidros na parte mediana e os fechamentos coloridos na parte inferior. De uma maneira geral, esses elementos associados às aberturas foram pouco modificados, mantendo seu aspecto original. Contudo, é comum a aplicação de revestimentos opacos nos vidros e, além disso, os equipamentos de condicionamento de ar que costuma ser instalados isoladamente e de maneira desordenada, o que também compromete a leitura das aberturas (Figura 84).



Figura 84 – Fachada do CIEP Henfil, Caju, com a presença de aparelhos de ar condicionado instalados de maneira desordenada. Foto: Silvino Marinho, 2017.

O concreto aparente é uma outra característica relacionada com o Valor Arquitetônico dos CIEPs. A maioria deles foi revestida com tinta na cor branca ou uma cor que tenta imitar o concreto aparente. Mesmo revestidos, é possível perceber a falta de manutenção, o que provoca um comprometimento estético. Pode-se, também, em casos pontuais mais graves, verificar que a pintura é feita sobre a armadura exposta, mascarando um problema estrutural (Figura 85).



Figura 85 – Armadura exposta no CIEP Procópio Ferreira, Del Castilho. Foto: Silvino Marinho, 2017.

Na primeira gestão do prefeito Eduardo Paes (2009 – 2012) houve a pintura externa da maioria dos CIEPs da rede municipal do Rio de Janeiro, com preferência pelas cores branca e azul. Essa pintura, na maioria dos casos, usa a cor branca tanto para o concreto armado quanto para as alvenarias (Figura 86).

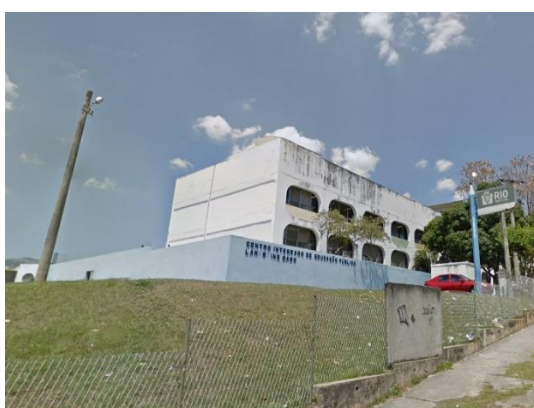


Figura 86 – À esquerda, CIEP Lamartine Babo, Campo Grande. Fonte: Google Maps, set, 2015.
À direita, CIEP Dr. Ernesto (Che) Guevara, Campo Grande. Fonte: Google Maps, mar, 2017.

Segundo a intenção original do arquiteto, os elementos em concreto não deveriam ser revestidos, permanecendo aparentes, e apenas as empenas laterais em alvenaria deveriam ser pintadas na cor branca (Figura 87). Assim, as cores se relacionam com os materiais, sendo

predominante a cor do concreto na estrutura – sem revestimento – e a cor branca nas alvenarias.

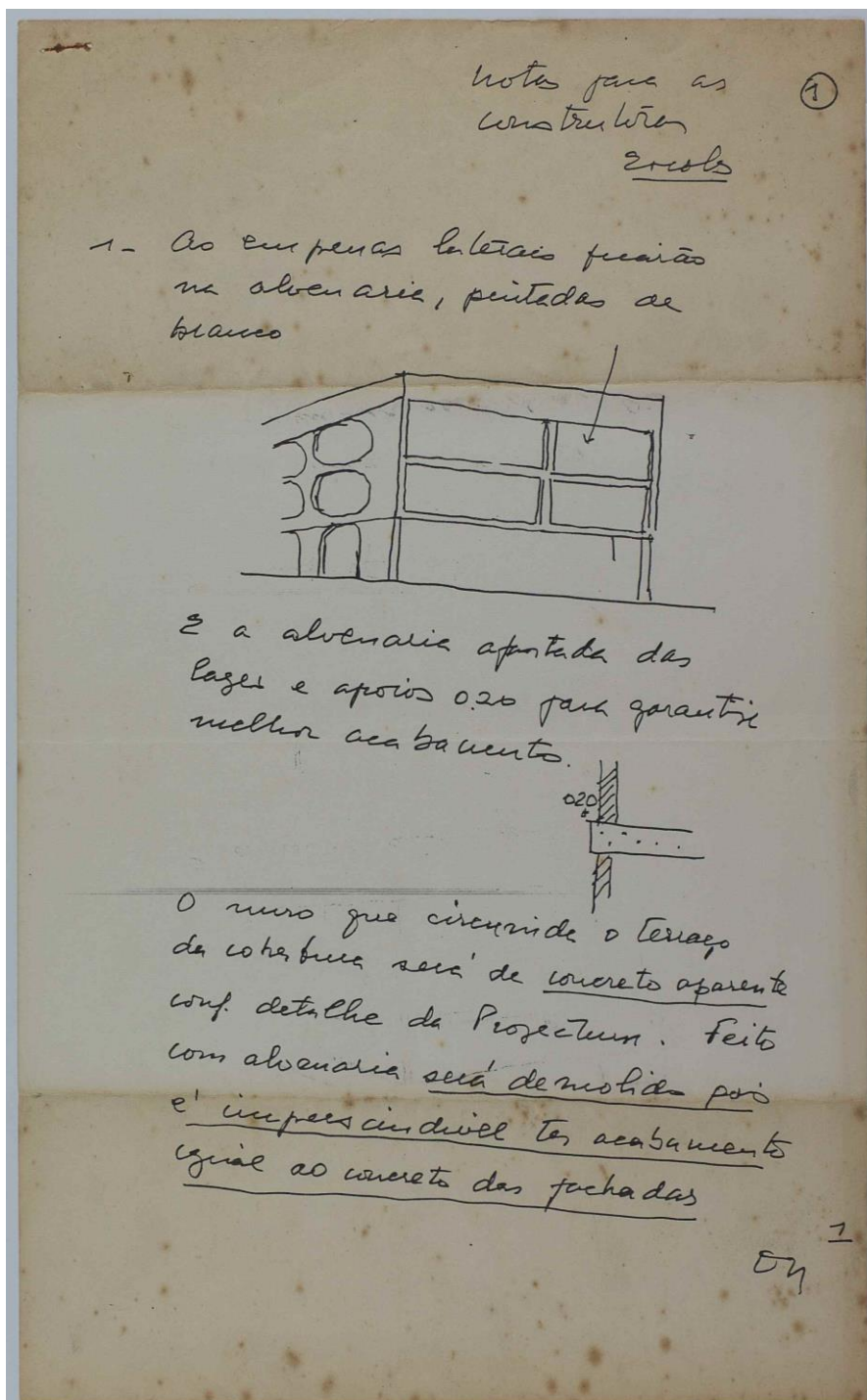


Figura 87 – Nota feita por Oscar Niemeyer para os construtores dos CIEPs. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 1984, PRO192_ALB_254_01.jpg.

Na pintura feita em gestões anteriores, ainda presente em alguns CIEPs, é possível ver cores diferentes para a estrutura e às alvenarias. Em alguns casos, o concreto foi pintado e permaneceu mais escuro que as alvenarias em branco, aproximando-se da intenção original

proposta pelo arquiteto. Entretanto, também existem CIEPs onde o concreto foi pintado mais claro que as alvenarias (Figura 88). Não há, portanto, um padrão de pintura para os CIEPs padrão da rede municipal do Rio de Janeiro.

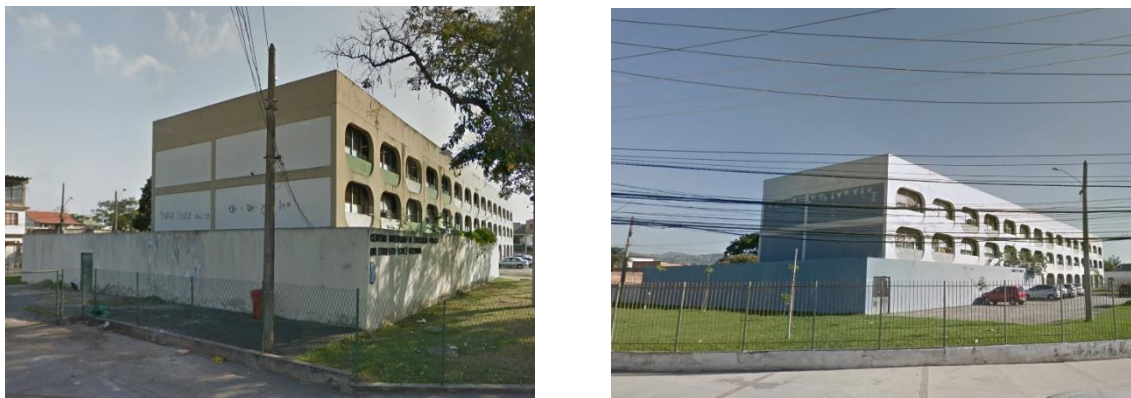


Figura 88 – À esquerda, CIEP Dr. Ernesto (Che) Guevara, Campo Grande. Fonte: Google Maps, ago, 2011. À direita, CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga, Bangu. Fonte: Google Maps, mai, 2014.

A intenção original do projeto é que houvesse uma relação entre cor e material, sendo as alvenarias mais claras que o concreto. Essa relação facilita a identificação dos diferentes materiais que compõem os edifícios, podendo ser reconhecida como um elemento que caracteriza o valor arquitetônico dos CIEPs, que se baseia no sistema construtivo.

Esse padrão de cores pode mesmo caracterizar o valor de paisagem urbana dos CIEPs quando facilita a sua leitura como série. Portanto, deveria ser adotado por todos os CIEPs padrão do estado do Rio de Janeiro, independentemente de quem é o proprietário, sendo o concreto aparente e as alvenarias brancas.

As paredes internas em meia altura também são característica significativa associadas ao Valor Arquitetônico. No entanto, o fechamento das paredes internas acontece de maneira improvisada e o material escolhido nem sempre é o mais eficiente do ponto de vista acústico, como é o caso do CIEP Procópio Ferreira, Del Castilho (Figura 89).

Apesar do projeto prever que as paredes fossem mantidas em meia altura, muitas pessoas não sabem que essa é uma intenção de projeto coerente com a nova pedagogia pretendida. Idealmente, elas deveriam permanecer abertas, contudo, é preciso considerar que o sistema pedagógico vigente ainda é focado no professor e as salas abertas não são compatíveis, surgindo assim um conflito entre a intenção original e o uso atual.



Figura 89 – Paredes internas do CIEP Procópio Ferreira, Del Castilho. Foto: Silvino Marinho, 2017.

Então, entende-se que o fechamento pode acontecer, contanto que sejam considerados a reversibilidade, a distinguibilidade e critérios termoacústicos, além da harmonia entre os materiais, para todos os CIEPs padrão que ainda possuem essas paredes. Assim, o fechamento permite o uso segundo necessidades atuais, mas não compromete a identificação da intenção original de paredes em meia altura.

O **Valor Histórico** dos CIEPs baseia-se em:

- Sua representação da educação pública em tempo integral no Rio de Janeiro;
- Sua vinculação à personalidades, como Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer;
- Sua influência em outras experiências nacionais posteriores de pré-fabricação de escolas públicas em tempo integral;
- Sua qualidade emblemática reconhecida internacionalmente.

Os elementos que caracterizam esse valor são:

- Seu uso escolar ou, em caso de mudança, a possibilidade de reconhecimento desse uso pelos novos usuários;
- Seu programa, que inclui refeitório e salas de atividades em turno integral;

- Os ambulatórios, biblioteca e salão polivalente, onde podem se desenvolver atividades abertas ao público.

Alguns elementos que caracterizam o Valor Histórico se parecem com os de outros valores. Entretanto, enquanto o foco do Valor Social é o presente do lugar, nesse caso o foco é o passado.

A educação pública em tempo integral tem um papel importante para o reconhecimento do Valor Histórico dos CIEPs. Anísio Teixeira foi um dos principais proponentes de escolas públicas em tempo integral no Brasil, mas suas experiências nunca funcionaram como deveriam, nem no Rio de Janeiro nos anos 1930, nem na Bahia nos anos 1940-50 (CHAVES, 1999; DÓREA, 2000; DÓREA, 2004). A proposta pedagógica de Darcy Ribeiro foi fortemente influenciada pelas ideias de Anísio Teixeira (BOMENY, 2008, p. 1; RIBEIRO, 1995, RIBEIRO, s.d.) e conseguiu a construção de centenas de escolas em tempo integral. Mesmo que a proposta pedagógica tenha sido descontinuada, antes mesmo de ser inteiramente efetivada, ainda existem CIEPs que funcionam em tempo integral.

Além disso, os CIEPs possuem uma vinculação especialmente com três envolvidos na sua realização. O ex-governador Leonel Brizola, que teve um papel político central a ponto dessas escolas serem ainda conhecidas como “Brizolão”. Outra personalidade foi Darcy Ribeiro, proponente do sistema pedagógico em que essas escolas em tempo integral foram parte fundamental. O arquiteto Oscar Niemeyer, famoso não apenas no Rio de Janeiro, mas internacionalmente, e que projetou essa arquitetura singular.

O fato dessas escolas terem influenciado outras experiências de edifícios escolares também revela seu Valor Histórico. Elas consideraram principalmente o programa arquitetônico para o funcionamento em turno integral e a pré-fabricação. No caso dos CAICs, por exemplo, apesar de materiais diferentes, foi adotado o sistema construtivo em ciclo fechado, projetado por um único arquiteto, como nos CIEPs. No caso dos CEUs, em São Paulo, foi adotado um sistema de ciclo aberto para garantir uma maior adaptação aos terrenos existentes e com a participação de vários escritórios de arquitetura. Contudo, a maior parte deles foi projetado com quatro níveis e uma quadra esportiva no nível superior, como nos CIEPs.

Os CIEPs influenciaram não apenas experiências no Brasil, mas também chamaram a atenção internacionalmente. Um exemplo desse reconhecimento é a exposição na Bienal

de Arquitetura de Veneza em 2012, organizada pelo *Royal Institute of British Architects* (RIBA), que apontou os CIEPs como uma das dez inspirações para mudar a arquitetura britânica. Os arquitetos David Chambers e Kevin Haley, responsáveis pela exposição, ressaltaram algumas características dos CIEPs que poderiam influenciar os projetos escolares na Grã-Bretanha, como o baixo custo de construção, os grandes espaços ao ar livre e a relação da escola com a vizinhança (ERTHAL, FERREIRA, 2016). Essas características podem ser reconhecidas no sistema construtivo de baixo custo, no conceito modular, nos pátios externos, nos ambulatórios, na biblioteca, no salão polivalente e no uso em tempo integral, aberto para a comunidade. Os arquitetos britânicos, através de seu escritório *Aberrant Architecture*, são responsáveis também pela reforma da escola de ensino fundamental *Rosemary Works*, em Londres, Reino Unido, onde foram incorporadas características dos CIEPs. A escola também adota o sistema de salas abertas (*open classrooms*) e nesse caso foram instaladas cortinas acústicas coloridas para que as próprias crianças participem da mudança da configuração das salas, de acordo com as atividades, como salas de aula que também funcionam como refeitório (Figura 90) (ERTHAL, FERREIRA, 2016, p. 7-11).



Figura 90 – Espaço multiuso separado por cortinas acústicas na Escola Fundamental *Rosemary Works School*, Londres, Reino Unido. Imagem à esquerda, como refeitório. Imagem à direita, como sala de aula. Disponível em: <rosemaryworks.com/gallery/>. Acesso em: 15 jan. 2018.

4.3. DECLARAÇÃO DO INTERESSE PATRIMONIAL DOS CIEPs

Será apresentada aqui uma Declaração do Interesse Patrimonial dos CIEPs, desenvolvida a partir do “Guia de Aplicação do Processo de Avaliação, que leva à formulação da Declaração de Interesse Patrimonial: noções, princípios e ferramentas” (*Guide d’application du processus d’évaluation menant à la formulation d’un énoncé d’intérêt patrimonial notions, principes et boîte à outils*) (MONTREAL, 2012) (ver Anexo A).

Houve um entendimento aqui que, além dos valores identificados em cada CIEP, deve ser considerado que eles pertencem a uma rede de lugares, e que juntos formam um sistema, como uma série, segundo entendimento da UNESCO (2015, §137). Essa característica, reforçada pela quantidade de realizações de escolas públicas, confere excepcionalidade internacional a essa experiência.

Os endereços dos 97 CIEPs padrão municipalizados do Rio de Janeiro, bem como outras informações como quantidade de salas, turmas, alunos e uma imagem de satélite, estão no Anexo D.

DECLARAÇÃO DO INTERESSE PATRIMONIAL

CIEPs padrão municipalizados do Rio de Janeiro

STATUS PATRIMONIAL

Municipal: Lei Ordinária do Rio de Janeiro N° 5183, de 7 de junho de 2010.

Estadual: nenhum

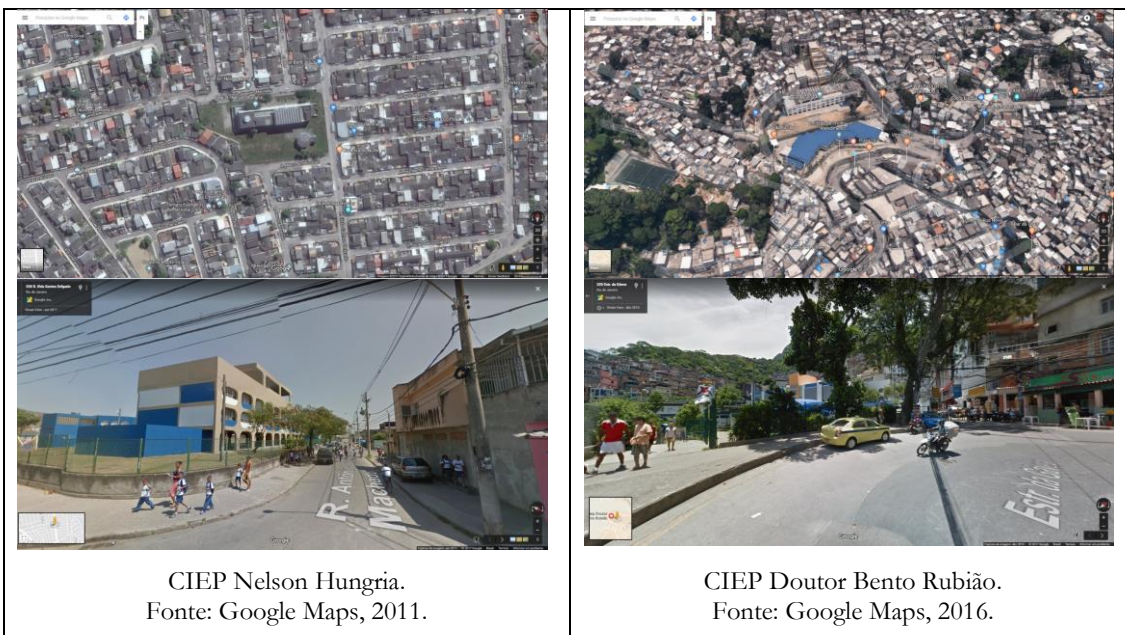
Federal: nenhum



CIEP Antônio Candeia Filho.
Fonte: Google Maps, 2017.



CIEP Dr. Joaquim Pimenta.
Fonte: Google Maps, 2017.



Síntese do interesse patrimonial

O interesse patrimonial dos CIEPs padrão municipalizados do Rio de Janeiro se baseia, primeiramente, em seu valor de paisagem urbana e arquitetônico. A escolha por grandes áreas externas ao edifício principal, mesmo em terrenos pequenos e com diferentes implantações, confere legibilidade na paisagem. Sua volumetria associada aos elementos estruturais e às aberturas da fachada conferem identidade própria a essas escolas.

Também podem ser reconhecidos o valor social e simbólico nos CIEPs, baseado no programa escolar para o ensino em tempo integral e seus usos relacionados com os moradores da vizinhança.

Por fim, pode-se reconhecer o valor histórico pela sua influência em outras experiências de pré-fabricação escolar, especialmente na educação em tempo integral e na relação com a vizinhança.

Contexto

Os CIEPs são escolas-modelo desenvolvidas dentro de um programa pedagógico (PEE) dos anos 1980, no estado do Rio de Janeiro. O sistema público de ensino estava superlotado e a meta era acabar com o sistema de três turnos diários de quatro horas.

Algumas iniciativas do programa não seriam aplicáveis na estrutura escolar então existente pela falta de espaço necessário ou pela ausência de espaços específicos, tais como: melhoria da qualidade da merenda escolar e aumento da quantidade de refeições oferecidas; assistência médico-odontológica; separação entre os alunos do primeiro segmento do ensino fundamental e os alunos do segundo segmento; eliminação do terceiro turno nas escolas com o aumento da carga horária diária para cinco horas, o que geraria espaço para o reforço adicional de horas de aula através do Projeto de Educação Juvenil.

Seu programa arquitetônico previa uma escola em tempo integral (8 horas ao dia) e a prioridade foi criar um modelo de escola pública voltada principalmente para a população com menor renda. Além dos espaços de aulas convencionais, previa também estudos dirigidos, alimentação, banho e atividades culturais, esportivas, de lazer e assistência médico-odontológica e moradia temporária para alunos.

Cada CIEP padrão é composto por três blocos: o Prédio Principal, o Salão Polivalente e a Biblioteca. Quanto à implantação, eles podem ser do tipo completo, implantados em terrenos amplos – por exemplo, o CIEP Antônio Candeia Filho –, ou do tipo compactos e implantados em terrenos limitados – por exemplo, o CIEP Nelson Hungria. Apesar das mais diferentes implantações, seja em áreas abertas – por exemplo, o CIEP Antônio Candeia Filho – ou densamente residenciais – por exemplo, CIEP Dr. Joaquim Pimenta –, essas escolas se destacam na paisagem. A não ser em casos onde outros edifícios foram construídos em seus terrenos ou em frente a eles – por exemplo, CIEP Doutor Bento Rubião.

Cronologia

1983 a 1987 – Ao final da gestão de Leonel Brizola estavam construídos 124 CIEPs, 175 em fase de acabamento, 15 com pendências, 160 em fase intermediária de obra e 216 em fase inicial.

1987 a 1991 – Durante a gestão de Moreira Franco não houve continuidade no projeto pedagógico, mas foram concluídos 55 CIEPs e doados outros 83 (sendo 67 inacabados) a oito municípios, desses 54 à Prefeitura do Rio de Janeiro.

1991 a 1994 – Segunda gestão Brizola, onde foram reformados todos os CIEPs já prontos desde 1984, foram concluídas 37 unidades cujas obras haviam parado em 1987.

1994 – Ao final dessa segunda gestão, havia 406 CIEPs estaduais e 97 municipalizados.

2004 – Havia 359 CIEPs estaduais, sendo apenas 62 em tempo integral, e 101 sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro, sendo 86 deles em tempo integral.

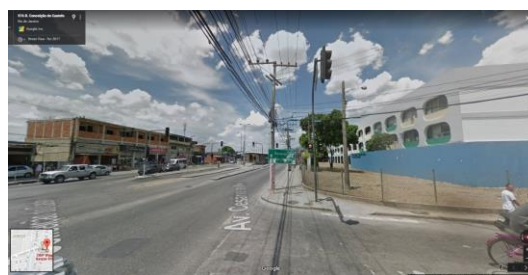
2010 – Os CIEPs são tombados pela Lei Ordinária do Município do Rio de Janeiro Nº 5183, de 7 de junho.

2009 a 2016 – A maioria dos CIEPs foi pintada externamente e também foram realizadas as mais recentes construções em seus terrenos, na primeira e segunda gestão do Prefeito Eduardo Paes.

Valor de Paisagem Urbana



CIEP Chanceler Willy Brandt.
Fonte: Google Maps, 2017.



CIEP Engenheiro Wagner Gaspar Emery.
Fonte: Google Maps, 2017.

Os Valores

O Valor de Paisagem Urbana dos CIEPs baseia-se em:

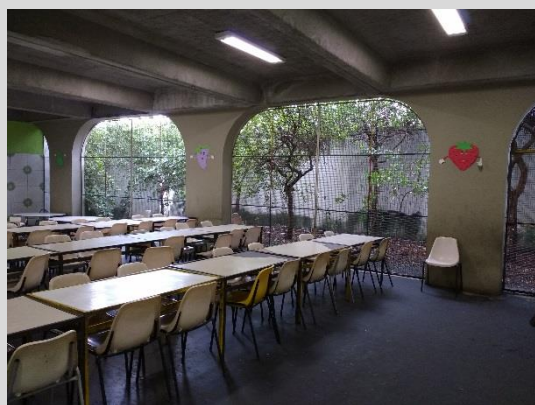
- Sua legibilidade na paisagem, principalmente do edifício principal, mesmo com diferentes implantações

Elementos característicos

Os elementos que caracterizam esse valor são:

<p>possíveis dentro do terreno e da distância que é visto;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sua singularidade em relação ao entorno, conferindo qualidade como marco urbano; • Seu pertencimento ao sistema de CIEPs, presente não apenas na cidade do Rio de Janeiro, mas também em outras cidades do estado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sua implantação isolada em relação aos vizinhos, mesmo em terrenos pequenos; • Sua volumetria associada aos elementos estruturais; • Suas aberturas características das fachadas do edifício principal.
--	---

Valor Social e Simbólico







CIEP Procópio Ferreira.
Foto: Silvino Marinho, 2017.



CIEP Leonel de Moura Brizola.
Foto: Silvino Marinho, 2017.

Os Valores	Elementos característicos
<p>O Valor Social e Simbólico dos CIEPs baseia-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sua associação com o ensino em horário integral em escola pública; • Sua relação com os moradores da vizinhança, na maioria dos casos. 	<p>Os elementos que caracterizam esse valor são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seu programa, que inclui refeitório e atividades em turno integral; • Os pátios abertos, ambulatórios, refeitório, piscina, biblioteca e salão polivalente, onde podem se desenvolver atividades abertas ao público.

Valor Arquitetônico	
 <p style="text-align: center;">CIEP Henfil. Foto: Silvino Marinho, 2017.</p>	 <p style="text-align: center;">CIEP Procópio Ferreira. Foto: Silvino Marinho, 2017.</p>
Os Valores	Elementos característicos
<p>O Valor Arquitetônico dos CIEPs baseia-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seu sistema construtivo pré-fabricado em concreto armado, que permitiu a construção de mais de 500 unidades em oito anos; • Sua volumetria, sua composição, suas aberturas, sua sobriedade, seu material de construção, associados a seu sistema construtivo e que contribuem para outros valores; • Suas divisões internas em meia altura relacionadas tanto com questões de conforto térmico e ventilação cruzadas transversal quanto com o conceito de “salas abertas”. 	<p>Os elementos que caracterizam esse valor são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sua volumetria associada aos elementos estruturais; • Seu sistema construtivo associado ao concreto aparente e as alvenarias das empenas na cor branca; • Suas aberturas características das fachadas do edifício principal, complementadas pelos <i>brises</i> em alumínio na parte superior e fechamentos coloridos na parte inferior; • Suas paredes internas em meia altura.

Valor Histórico	
 <p>Reunião de professores em um CIEP. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 29.</p>	 <p>Refeitório em um CIEP. Fonte: RIBEIRO, 1986, p. 121.</p>
Os Valores	Elementos característicos
<p>O Valor Histórico dos CIEPs baseia-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sua representação da educação pública em tempo integral no Rio de Janeiro; • Sua vinculação a personalidades como Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer; • Sua influência em outras experiências nacionais posteriores de pré-fabricação de escolas públicas em tempo integral; • Sua qualidade emblemática reconhecida internacionalmente. 	<p>Os elementos que caracterizam esse valor são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seu uso escolar ou, em caso de mudança, a possibilidade de reconhecimento desse uso pelos novos usuários; • Seu programa, que inclui refeitório e salas de atividades em turno integral; • Os ambulatórios, biblioteca e salão polivalente, onde podem se desenvolver atividades abertas ao público.

4.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A intenção do foco nos valores do patrimônio é que estes sirvam de elo de ligação entre as quatro esferas da preservação apontadas pelo GCI (Interesse, Proteção, Planejamento e Gestão, Intervenção) (Figura 91), conforme apresentado no Capítulo 1.

Essas quatro esferas começam com o momento do reconhecimento do Interesse patrimonial por todas as pessoas interessadas na preservação de um lugar, passando pela Proteção e o reconhecimento legal. Em seguida, realiza-se o Planejamento e Gestão, normalmente desenvolvido pelo proprietário ou administradores, até uma possível Intervenção, com ações de manutenção ou tratamento físico. Assim, os valores reconhecidos em um bem devem guiar toda a política e a prática da preservação, unindo e servindo de referência para todas essas fases – ou esferas.

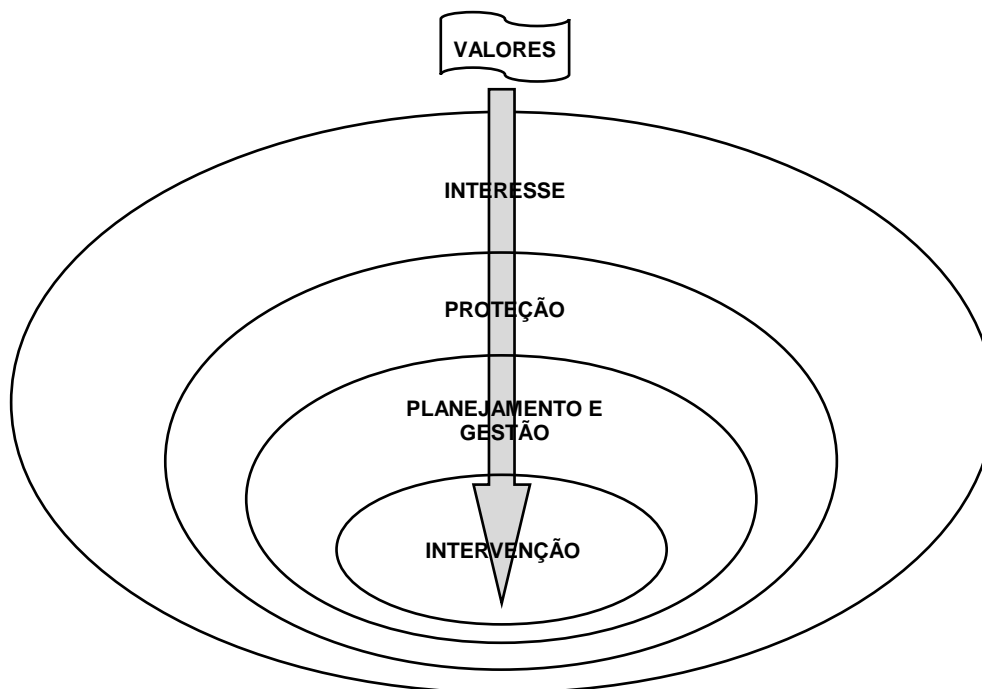


Figura 91 – O futuro potencial da política e da prática da preservação do patrimônio.
Extraído de: GCI, 2000, figura 2, p. 5, tradução nossa.

A Declaração do Interesse Patrimonial é uma estratégia de reconhecimento dos Valores e pode servir de referência para essa união entre as diferentes esferas. Um exemplo é em relação à redação da lei municipal de tombamento dos CIEPs, dentro da esfera da Proteção. O parágrafo 2º do artigo 1º da lei diz que “Permite-se a alteração das paredes internas dos CIEPs–Centros Integrados de Educação Pública para o caso de complementação das paredes que dividem as salas, e em caso de necessidade de modernização tecnológica” (RIO DE JANEIRO, 2010). O texto não define quem pode fazer

as alterações e quais critérios devem ser considerados, além de dar a entender que as paredes originais são incompletas e necessitam complementação. Apesar da intenção de proteger os CIEPs, a lei acaba estimulando a descaracterização de suas paredes internas. Se já existisse uma Declaração do Interesse Patrimonial dos CIEPs, a lei poderia ter considerado as paredes internas como elementos significativos para a caracterização do Valor Arquitetônico dessas escolas.

Hoje não existe um documento – do ponto de vista patrimonial – que oriente como proceder em relação às intervenções ou até mesmo a simples manutenção dos CIEPs. As intervenções acontecem de diferentes maneiras, realizadas pela secretaria de educação ou pela própria direção da escola quando compreendidas como pequenas emergenciais. A Declaração do Interesse Patrimonial dos CIEPs poderia servir de base para projetos de intervenção, revelando o que é considerado relevante não apenas para os especialistas em patrimônio, mas também para a coletividade e pessoas interessadas.

Outro exemplo da contribuição que a Declaração poderia dar é em relação a esfera do Planejamento e Gestão. Recentemente, alguns edifícios foram construídos no terreno dos CIEPs e características que representam o Valor de Paisagem Urbana ou o Valor Social e Simbólico poderiam ter sido preservadas.

Inicialmente, foram construídos anexos para a instalação de educação pré-escolar. Suas características volumétricas não comprometeram os Valores de Paisagem Urbana, pois não interferiram na legibilidade dos CIEPs na paisagem. Entretanto, nos últimos anos foram construídos edifícios que não têm nenhuma relação com a escola, como postos de polícia e clínicas de saúde. Muitas vezes, além de ocuparem o pátio externo, esses novos usos foram instalados nos ambulatórios e/ou bibliotecas originais, comprometendo a relação dessas escolas com a vizinhança. Em alguns casos, áreas esportivas – que incluíam piscinas – de alguns CIEPs, como o Zumbi dos Palmares, foram desmembradas em espaços chamados de Vila Olímpica, desvinculando o uso desses espaços pelos alunos dentro das atividades em tempo integral e pela vizinhança, comprometendo o Valor Social e Simbólico.

A manutenção das fachadas externas geralmente fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação que, ao longo das décadas, pintou os CIEPs, revestindo o concreto aparente das fachadas e comprometendo a identificação dos diferentes materiais, segundo intenção original do projeto. Além disso, foram implantados sistemas de condicionamento de ar, normalmente de maneira individual, e os evaporadores são instalados nas fachadas, de

maneira aleatória, comprometendo a legibilidade das aberturas que são elementos característicos associados ao sistema construtivo pré-fabricado, e também o Valor Arquitetônico.

Da mesma maneira que o sistema de ar condicionado, o fechamento das paredes internas também aconteceu sem um plano para todos os CIEPs, a cargo da Secretaria Municipal de Educação ou da direção da escola. As intervenções aconteceram sem um projeto único e não há unidade entre os materiais nem mesmo dentro de cada escola, comprometendo a intenção original do projeto, mas principalmente uma característica que representa o Valor Arquitetônico.

Além das questões tecnológicas próprias do sistema construtivo, a educação pública em tempo integral no Rio de Janeiro se inicia com a experiência dos CIEPs. Esse programa surgiu numa vinculação com um novo edifício escolar. Todas as modificações que interferem na relação desses edifícios com o seu programa educacional, especialmente ao apagar características que representam esse uso, comprometem seu Valor Histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do patrimônio com foco nos valores permite que eles funcionem como referência desde o reconhecimento de seu interesse, passando pelas estratégias de proteção, sua gestão e manutenção, até a intervenção física e a restauração. Assim, em todos os momentos é possível ter os valores como guia para que exista harmonia entre o interesse do público, a legislação de proteção, as necessidades dos gestores, a equipe de manutenção e de restauração.

A Declaração de Interesse Patrimonial é uma ferramenta que pode ser aplicada em uma realização que não possui um status patrimonial, como o tombamento, pois o objetivo não é apenas mostrar que existe o interesse patrimonial, mas sim quais elementos são mais importantes para caracterizar os valores identificados pela coletividade. Ela também pode ser aplicada em uma realização que já seja tombada, pois permite a identificação de características significativas que não devem ser modificadas e, assim, garantir a proteção dos valores.

Apesar do objeto de estudo ser os valores do patrimônio, outros assuntos foram considerados pois se relacionam diretamente com o estudo de caso, como as questões próprias para a conservação da arquitetura moderna. Contudo, alguns assuntos surgiram na pesquisa e foram apresentados aqui, mesmo não possuindo uma relação direta com os CIEPs, mas podem estimular um debate futuro mais amplo sobre a preservação da arquitetura moderna brasileira.

Durante o Processo de Avaliação dos CIEPs, foram consideradas as questões próprias para a conservação da arquitetura moderna, com base no Capítulo 2. Entre essas questões, deve ser considerada a **percepção** que a população tem em relação a essas escolas. Helena Bomeny (2001, p. 75) lembra que houve um esforço dos proponentes dos CIEPs para que fosse atendida preferencialmente uma população de renda mais baixa, moradora da vizinhança, e isso provocou um “vínculo simbólico entre clientela pobre e clientela dos CIEPs”. A partir dessa vinculação surgiram duas percepções diferentes. Por um lado, há uma percepção positiva da escola que atende a essa população, não apenas em questões escolares estritas, mas também sociais e de saúde. Por outro lado, Lúcia Velloso Maurício (2007) e Cláudia Alencar (2013) apontam a participação de certas agências de notícias na percepção negativa que se tem dos CIEPs. Em ambas, há a figura de Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer, podendo esse fato ser positivo ou negativo, de acordo com o grupo, e

independentemente da percepção, essa relação entre escola e vizinhança caracteriza o Valor Social e Simbólico.

A **intenção original do projeto** é uma outra questão relevante e também já foi apontada quando, por exemplo, o arquiteto define o concreto aparente e as alvenarias pintadas em branco. Essas cores não são apenas uma escolha estética, mas revelam os materiais de construção, diferenciando o sistema pré-fabricado em concreto das alvenarias. Além dessa característica ser significativa para o edifício isoladamente, também contribui para a identidade dos CIEPs como componentes de uma série. Outra característica relacionada com a intenção do projeto são as paredes em meia altura. Entretanto, a insistência em mantê-las, tendo em vista a incompatibilidade com o sistema pedagógico atual, afeta a saúde dos professores e pode comprometer, também, o uso dessas escolas. Assim, é preferível que as paredes internas sejam fechadas, garantindo a reversibilidade e a distinguibilidade. Tanto o sistema construtivo quanto a parede em meia altura caracterizam o Valor Arquitetônico.

A **obsolescência** é outra questão relevante na preservação da arquitetura moderna, podendo ser física ou funcional. Muitas realizações utilizaram novos materiais, por vezes experimentais, que se deterioraram mais rápido do que o esperado, provocando **obsolescência física**. No caso dos CIEPs, para garantir uma construção mais barata que a convencional, foi adotado um sistema construtivo em ciclo fechado, pré-fabricado em concreto armado, mas não foi utilizado nenhum material novo ou experimental. A escolha do concreto aparente também não foi novidade e muitos edifícios da arquitetura moderna adotaram essa estratégia. Mesmo assim, há casos em que a falha na execução ou o pouco recobrimento da armadura provocaram uma rápida deterioração do concreto. Porém, na maioria dos CIEPs o uso de materiais já experimentados e a qualidade da execução e do concreto garantiram a durabilidade dos edifícios ao longo das décadas. Por isso, não houve grande deterioração do concreto ou ataque físico-químico aos agregados, apesar de alguns pontos de deterioração, especialmente por ataque eletroquímico às armaduras, devido à falta de manutenção. Ainda é possível reverter esse problema, sem comprometimento estético, com o uso de técnicas que não comprometam a autenticidade material.

No caso da **obsolescência funcional**, o uso original deixa de existir ou o edifício não consegue mais responder às novas necessidades programáticas. Os CIEPs foram projetados para funcionar em tempo integral, como parte de um projeto pedagógico novo. Devido às mudanças na gestão pública, esse projeto nunca foi inteiramente posto em prática

e, assim, as paredes em meia altura representam um problema de **obsolescência funcional**, uma vez que não são compatíveis com o sistema pedagógico atual. Entre as escolas que adotaram o sistema em tempo integral, apenas algumas ainda o mantêm, por iniciativa da direção. O uso educacional ainda está presente na maioria dos edifícios, já que seu programa arquitetônico é mais abrangente que o de uma escola convencional, mesmo que alguns espaços tenham ficado subutilizados. Portanto, a obsolescência funcional é parcial, não comprometendo o uso educacional após adaptações.

No início da pesquisa, o objetivo geral era estudar os valores do patrimônio como um instrumento para a preservação da arquitetura. Tinha como objetivos específicos: (1) aplicar o estudo dos valores patrimoniais num caso especial da arquitetura moderna – os CIEPs; (2) compreender o projeto dos CIEPs e perceber outros valores patrimoniais, tais como socioculturais, econômicos, tecnológicos, etc.; (3) determinar valores que podem ser decisivos para a preservação do patrimônio edificado; (4) identificar as características que representam os valores do patrimônio.

Para atingir esses objetivos, foi necessário pesquisar não apenas o objeto de estudo – valores do patrimônio – mas também as diferentes noções de autenticidade que lhe conferem credibilidade. A medida que houve uma maior aproximação com o estudo de caso, foi preciso considerar não apenas a história dos CIEPs e sua situação atual, mas também a pré-fabricação de escolas modernas, característica fundamental dessa experiência, bem como as questões próprias para a conservação da arquitetura moderna. Por fim, juntando todas essas informações, foi redigida a Declaração do Interesse Patrimonial dos CIEPs.

Os objetivos foram alcançados já que a Declaração é um instrumento para a preservação da arquitetura e materializa (1) a aplicação do estudo dos valores patrimoniais num caso especial da arquitetura moderna. Ela resume as informações do Processo de Avaliação do Interesse Patrimonial que começa com (2) a compreensão do projeto dos CIEPs e procura outros valores, (3) determinando valores que podem ser decisivos para a sua preservação e (4) identificando características que representam esses valores.

A hipótese inicial era que a utilização de uma metodologia centrada nos valores para o reconhecimento do interesse patrimonial, indo além do foco na dúplici polaridade estética e histórica, permitiria uma ampliação do que pode ser considerado patrimônio, possibilitando, por exemplo, que os valores sociais e urbanísticos fossem igualmente reconhecidos. Isto é especialmente significativo no caso da arquitetura moderna que lutou

não apenas por mudanças em questões estéticas, mas também técnicas e sociais. As características que representam essas mudanças podem ser mais facilmente reconhecidas quando se consideram outros valores patrimoniais.

Ao avaliar o interesse patrimonial através da Declaração, é possível reconhecer não apenas os valores histórico e estético, mas também valores vinculados ao presente do bem e relacionados com sua inserção na cidade, como o Valor Social e de Paisagem Urbana, respectivamente, confirmando a hipótese inicial.

Ao compreender que o ato de reconhecimento dos valores em um lugar é, antes de tudo, uma realização social, comunitária e multidisciplinar, a preservação pelos valores permite que uma coletividade culturalmente distinta avalie suas diversidades socioculturais e desenvolva sua própria tipologia. Portanto, mesmo que a hipótese tenha sido confirmada, seria interessante que outras Declarações fossem produzidas, especialmente em outros casos da arquitetura moderna, considerando as questões próprias para a sua conservação. Para tal, e levando em conta que na Declaração os valores devem ser identificados por uma equipe, faz-se necessária a constituição de um grupo de trabalho abrangente e multidisciplinar, para que o reconhecimento dos valores seja mais legítimo e representativo, permitindo uma maior inclusão da coletividade no processo de identificação, aumentando o sentimento de pertencimento e a consequente preservação do patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Manual da Construção Industrializada** – Conceitos e Etapas – Volume 1: estrutura e vedação. Brasília: ABDI, 2015.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9062: Projeto e Execução de Estruturas de Concreto Pré-Moldado**. Rio de Janeiro: ABNT, 2017.

ALBERTO, Klaus Chaves. A pré-fabricação e outros temas projetuais para campi universitários na década de 1960: o caso da UnB. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online). n. 10, p. 80-90, 2009. Disponível em: <www.revistas.usp.br/risco/article/download/44781/48412>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ALENCAR, Claudia Aguiar de Araújo. **A vizinhança importou na implantação dos CIEPs na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ALTERATOR, Scott; DEED, Craig. Teacher adaptation to open learning spaces. **Issues in Educational Research**. v. 23, n. 3, p. 315-330, 2013.

AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Claudia. The space of architecture and a new conservation agenda. **City & Time**. v. 2, n. 3. 2007. Disponível em: <www.ceci-br.org/novo/revista/include/getdoc.php?id=390&article=68&mode=pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

APLIN, Graeme. Australian Attitude to Heritage. **AQ – Australian Quarterly**. Australian Institute of Policy Science, vol. 81, n. 3, maio-jun, p. 19-24, 2009. Disponível em: <www.jstor.org/stable/41507727>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ASCIONE, Paola. The Pirelli Skyscraper in Milan, Italy: Modern and Contemporary Technologies. In: HEUVEL, Dirk van den. **The Challenge of Change: Dealing with the Legacy of the Modern Movement**. IOS Press, p. 347-354, 2008.

AUSTRALIA ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. **The Burra Charter 1979**. 1979. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter_1979.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **The Burra Charter 1981**. 1981. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter_1981.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **The Burra Charter 1981 (1987 reprint)**. 1987. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter-1981_1987-reprint.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Guideline to the Burra Charter: Conservation Policy 1985. In: **The Burra Charter 1981 (1987 reprint)**. 1987. p. 8-11. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter-1981_1987-reprint.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Guideline to the Burra Charter: Cultural Significance 1984**. In: **The Burra Charter 1981 (1987 reprint)**. 1987. p. 4-7. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter-1981_1987-reprint.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Guidelines to the Burra Charter – Conservation Policy, 1988**. 1988a. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Guidelines-to-the-Burra-Charter_-Conservation-Policy.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Guidelines to the Burra Charter – Cultural Significance, 1988**. 1988b. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Guidelines-to-the-Burra-Charter_-Cultural-Significance.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Guidelines to the Burra Charter – Procedures for Undertaking Studies & Reports, 1988**. 1988c. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Guidelines-to-the-Burra-Charter_-Procedures.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **The Burra Charter 1988**. 1988d. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter_1988.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Code on the Ethics of Co-existence in Conserving Significant Places, 1998**. 1998. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Code-on-the-Ethics-of-Co-existence.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **The Burra Charter 1999**. 1999. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/BURRA_CHARTER.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Practice Note_Burra Charter Article 22-New Work**. 2013a. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Practice-Note_Burra-Charter-Article-22-New-Work.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Practice Note_Developing Policy**. 2013b. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Practice-Note_Developing-Policy.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Practice Note_ Interpretation**. 2013c. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Practice-Note_ Interpretation.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Practice Note_Preparing studies and reports – contractual and ethical issues**. 2013d. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Practice-Note_Preparing-studies-and-reports-contractual-and-ethical-issues.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Practice Note_The Burra Charter and Archaeological Practice**. 2013e. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Practice-Note_Preparing-studies-and-reports-contractual-and-ethical-issues.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Practice Note_The Burra Charter and Indigenous Cultural Heritage Management.** 2013f. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Practice-Note_The-Burra-Charter-and-Indigenous-Cultural-Heritage-Management.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Practice Note_Understanding and assessing cultural significance.** 2013g. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Practice-Note_The-Burra-Charter-and-Archaeological-Practice.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **The Burra Charter 2013.** 2013h. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

AZEVEDO, Mariane Brito. **Compatibilização do conforto acústico com o conforto térmico no ambiente construído – Centro Integrado de Educação Pública.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Primeira versão. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 179-212.

BOLLMANN, Marcos. Prefeitura do Rio e Nike reinauguram a Vila Olímpica Clara Nunes. **Campeonatos de Skate.** 06 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://campeonatosdeskate.com.br/2016/08/06/prefeitura-do-rio-e-nike-reinauguram-vila-olimpica-clara-nunes.html>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BOMENY, Helena. O último expoente da Escola Nova. In: _____. **Os intelectuais da educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 71-77.

BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas/ALERJ, 2008. p. 95-127.

BOULET, Jacques. Alois Riegl. Quelle mémoire ? in: RIEGL, Alois. **Le culte moderne des monuments. Sa nature, son origine.** Paris: L'Harmattan, 2003, p. 7-51.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Portal de Legislação:** Rio de Janeiro, jul. 1934. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Portal de Legislação:** Brasília, out. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Portal de Legislação:** Brasília, ago. 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Portal de Legislação:** Brasília, nov. 1937. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Portal de Legislação:** Brasília, jul. 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 25 ago. 2007.

BRITISH CONCIL. **Venice Biennale 2012 – Takeaway.** 2012. Disponível em: <<http://design.britishcouncil.org/venice-biennale/venice-2012/>>. Acesso em 15 dez. 2015.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

BRUNEL, Suzel; VANLAETHEM, France (Dir.). **Comment nommer le patrimoine quand le passé n'est plus ancien?** Québec: Commission des biens culturels du Québec, 2005. Disponível em: <www.cpcq.gouv.qc.ca/fileadmin/user_upload/docs/Patrimoine_moderne.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.

BUCKLEY, Kristal; SULLIVAN, Sharon. Issues in Values-Based Management for Indigenous Cultural Heritage in Australia. In: **APT Bulletin**, v. 45, n. 4, p. 35-42, 2014. Disponível em: <www.jstor.org/stable/43150487>. Acesso em: 15 dez. 2015.

BUFFA, Ester. Grupos escolares paulistas: organização do espaço e propostas pedagógicas (1893-1971). In: **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**. v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: <www.pgskroton.com.br/seer/index.php/jieem/article/view/278/263>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CALDEIRA, Mário Henrique de Castro. **Arquitetura para educação: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934-1962).** Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAMPANELLI, Alessandro Pergoli. Il restauro del grattacielo Pirelli a Milano. In: **L'Architetto italiano**, n. 6, p. 64-68, fev-mar, 2005. Disponível em: <www.academia.edu/3522586/Il_restauero_del_grattacielo_Pirelli_a_Milano>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CANDIDA, Simone; LIMA Lumilla de; BERTOLUCCI, Roberto. Desenhados por Oscar Niemeyer, os traços dos CIEPs fizeram escola mundo afora. **O GLOBO**, Design Rio, Rio de Janeiro, 20 de julho de 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/design-rio/desenhados-por-oscar-niemeyer-os-tracos-dos-cieps-fizeram-escola-mundo-afora-16837124>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CARVALHO NETO, Manuel Balbino. **Pré-fabricação: Arquitetura ou Construção?** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Artes Visuais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Projeto e Cidade, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

CASTRO, Carlos Dunham Maciel Siaines de. **O espaço da escola na cidade: CIEP e arquitetura pública escolar.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CAUDILL, William W. **Toward better School Design.** New York: F.W. Corporation, 1954.

CAVALIERE, Ana Maria; COELHO, Lígia Martha. Para onde caminham os CIEPs? Uma análise após 15 anos. **Cadernos de Pesquisa.** n. 119, p. 147-174, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a08.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CECM – Commission des Écoles Catholiques de Montréal. **RAS : Projet de recherches en aménagements scolaires.** Montreal: Commission des écoles catholiques de Montréal – Service de la construction, 1977.

CHANG, Cheng-Wong. **Prefabricated systems in school buildings.** Dissertação (Mestrado) – School of Architecture, McGill University, Montréal, 1971.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 11, p. 86-98, 1999. Disponível em: <www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE11/RBDE11_09_MIRIAM_WAIDENFELD_CHAVES.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio.** Traduzido por Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade / UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. **Le patrimoine en question. Anthologie pour un combat.** Paris: Seuil, 2009.

CHOAY, Françoise. **Pour une anthropologie de l'espace.** Paris: Seuil, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sóciogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CPM – Conseil du Patrimoine de Montréal. **Avis du Conseil du Patrimoine de Montréal A15-AC-01 / Demolition – 2118-2124, boulevard Guoin Est.** Montreal: Conseil du Patrimoine de Montréal. 2015a. Disponível em: <http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/PAGE/CONSEIL_PATRIMOINE_MTL_FR/MEDIA/DOCUMENTS/A15-AC-01_2124_GOUIN_E.PDF>. Acesso em 15 dez. 2015.

CPM – Conseil du Patrimoine de Montréal. **Avis du Conseil du Patrimoine de Montréal A15-AC-03 / Nouvelle Construction – 2118-2124, boulevard Guoin Est.** Montreal: Conseil du Patrimoine de Montréal. 2015b. Disponível em: <http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/PAGE/CONSEIL_PATRIMOINE_MTL_FR/MEDIA/DOCUMENTS/A15-AC-03.PDF>. Acesso em 15 dez. 2015.

COHEN, Jean-Louis. **O futuro da arquitetura desde 1889: Uma história mundial.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.

- COLQUHOUN, Alan. **L'Architecture moderne**. Gollion: Infolio éditions, 2006.
- CUNNINGHAM, Allen. Introduction. In: Cunningham, Allen (Ed.). **Modern Movement Heritage**. Londres: E&FN SPON, 1998. p. 1-9.
- CURTIS, William J. R. **Arquitetura moderna desde 1900**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- DERNTL, Maria Fernanda. A necessidade de racionalização. **Revista AU**. São Paulo, ed. 140, nov. 2005.
- DOCOMOMO – International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighborhoods of the modern movement. **Curtain Wall Refurbishment. A Challenge to Manage**. Dossier 1. Jan. 1996.
- _____. **The Modern Movement and the World Heritage List**. 1997.
- DÓREA, Célia Rosângela Dantas. Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos. **Revista da FAEEBA**. Salvador, n. 13, jan./jun. 2000, p. 151-160. Disponível em: <www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero13.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.
- DÓREA, Célia Rosângela Dantas. As escolas anisianas no Rio de Janeiro (1931-1935): a arquitetura a serviço da educação. **III Congresso Brasileiro de História da Educação – PUCPR**, 2004. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/221.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2015.
- DP – Division du patrimoine / Ville de Montréal. **Énoncé de l'intérêt patrimonial – 10905, rue Berri**. Montreal: Ville de Montréal. 2013. Disponível em: <http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/PAGE/PATRIMOINE_URBAIN_FR/MEDIA/DOCUMENTS/10905_RUE_BERRI_ÉNONCÉ_FINAL.PDF>. Acesso em 15 dez. 2015.
- _____. **Énoncé de l'intérêt patrimonial – 2118-2124, boulevard Gouin Est**. Montreal: Ville de Montréal. 2014. Disponível em: <http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/PAGE/PATRIMOINE_URBAIN_FR/MEDIA/DOCUMENTS/2118-24_GOUIN_EST_ÉNONCÉ_FINAL_12_MAI_14_0.PDF>. Acesso em 15 dez. 2015.
- DROUIN, Martin. **Le combat du patrimoine à Montréal (1973-2003)**. Quebec: Presses de l'Université du Québec, 2007.
- ECCO – European Confederation of Conservator-Restorer's Organisations. **Recommendation and Guidelines for the adoption of common principles regarding the conservation-restoration of cultural heritage in Europe**. Roma, Rocografica, 2001. Disponível em: <www.ecco-eu.org/fileadmin/assets/documents/Others/APEL-Recommendation_and_Guidelines.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.
- ERTHAL, Luiz Augusto, FERREIRA, Débora. Sabotados no Brasil, Cieps conquistam a Inglaterra. **Toda Palavra**, ano 1, n. 4, julho 2016, p. 7-11. Disponível em: <<https://view.joomag.com/toda-palavra-cortesia-vers%C3%A3o-digital-n%C3%BAmero-004/0952768001468590600>>. Acesso em 15 dez. 2015.
- FABRIS, Annateresa. Os Valores do Monumento. in: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 9-21.

FIGUEROA, Max; PRIETO, Abel e GUTIÉRREZ, Raúl. **La Escuela Secundaria Básica en el Campo: una innovación educativa en Cuba**. Paris: Editorial de la UNESCO, 1974.

FIGUEROLA, Valentina N. Do padronizado ao exclusivo. **Revista AU**. Edição 177, dez. 2008. Disponível em <www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/177/pini-60-anos-118597-1.aspx>. Acesso em 26 dez. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GCI – Getty Conservation Institute. **Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/assessing.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Economics and Heritage Conservation**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1999. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/econrpt.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Keeping It Modern**. 2017. Disponível em: <www.getty.edu/foundation/initiatives/current/keeping_it_modern/>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Research on the Values of Heritage (1998–2005)**. 2005. Disponível em: <www.getty.edu/conservation/our_projects/field_projects/values/>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Values and Heritage Conservation: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/valuesrpt.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

GREVEN, Hélio Adão, BALDAUF, Alexandra Staudt Follmann. **Introdução à coordenação modular da construção no brasil: uma abordagem atualizada**. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

HENKET, Hubert-Jan. Préserver une icône du mouvement moderne : le sanatorium de Zonnestraal. In: VANLAETHEM, France; THERRIEN, Marie-Josée (Org.). **La sauvegarde de l'architecture moderne**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2014, p. 17-24.

HENKET, Hubert-Jan. The icon and the ordinary. In: Cunningham, Allen (Ed.). **Modern Movement Heritage**. Londres: E&FN SPON, 1998. p. 13-17.

HEYNEN, Hilde. Transitoriness of modern architecture. In: Cunningham, Allen (Ed.). **Modern Movement Heritage**. Londres: E&FN SPON, 1998. p. 29-35.

HILLE, R. Thomas. **Modern schools: a century of design for education**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

HONDEL, Anthony W. M. van den. Concrete diagnose - Failure and repair of reinforced concrete. **Docomomo Dossier: The Fair Face of Concrete: Conservation and Repair of Exposed Concrete**. 1997, p. 57-60.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. **Déclaration de Québec sur la sauvegarde de l'esprit du lieu**. Québec, Canadá, 2008. Disponível em: <www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_FR.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **The Athens Charter for the Restoration of Historic Monuments – 1931**. Atenas, Grécia, 1931. Disponível em: <www.icomos.org/en/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/167-the-athens-charter-for-the-restoration-of-historic-monuments>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **ICOMOS Seminar on 20th Heritage**. Helsinki, Finlândia, 1995. Disponível em: <www.icomos.org/20th_heritage/helsinki_1995.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (The Venice Charter 1964)**. Veneza, Itália, 1964. Disponível em: <www.icomos.org/charters/venice_e.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Compte rendu résumé de la Vème Assemblée General de l'ICOMOS**. Moscou, Souzdal. 22 – 24 mai 1978. Disponível em: <www.icomos.org/publications/1978-Moscou.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **The Nara Document on Authenticity (1994)**. Nara, Japão, 1994. Disponível em: <www.icomos.org/charters/nara-e.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ICOMOS BRASIL – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Declaración de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, Brasil, maio 2008. <www.icomos.org/centre_documentation/declaration-iguazu-spa.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ICOMOS CANADA. **Appleton Charter for the Protection and Enhancement of the Built Environment**. Ottawa, Canadá, agosto 1983. Disponível em: <www.international.icomos.org/charters/appleton.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ICOMOS NEW ZEALAND. **ICOMOS New Zealand Charter for the Conservation of Places of Cultural Heritage Value**. Nova Zelândia, 2010. Disponível em: <www.icomos.org/charters/ICOMOS_NZ_Charter_2010_FINAL_11_Oct_2010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Passarela do Samba – Sambódromo, 1994**. [Banco de dados on-line]. Disponível em: <www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/297>. Acesso em: 15 dez. 2015.

INSTITUTO UNIBANCO. **Foco no ensino médio**. Disponível em: <www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/ra/36.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO), é novo patrimônio cultural**. IPHAN. 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/585>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Tombamentos para Niemeyer**. IPHAN. 07 dez. 2007. Disponível em: <www.maxpressnet.com.br/e/iphan/iphan_07-12-07.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

JANDL, H. Ward. **Introduction: Preserving the Recent Past**. in SLATON, Deborah e SHIFFER, Rebecca A. (eds.). *Preserving the Recent Past*. Washington: Historic Preservation Education Foundation, 1995, p. I-3-I-4.

JAPAN ICOMOS. **Nara +20: on heritage practices, cultural values, and the concept of authenticity**. Nara, Japão, outubro, 2014. Disponível em: <www.japan-icomos.org/pdf/nara20_final_eng.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architecture Conservation**. D. Phil. Thesis, York: I.A.A.S., 1986.

_____. **Authenticity: a General Framework for the Concept**. In: UNESCO et al. *Nara conference on authenticity in relation to the World Heritage Convention*. Nara, Japão: UNESCO, Agency for Cultural Affairs, ICCROM, ICOMOS, 1995.

_____. **Authenticity in Restoration Principles and Practices**. **Bulletin of the Association for Preservation Technology**, v. 17, n. 3/4, Principles in Practice, 1985, p. 5-11. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1494094>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context**. **City & Time**. v. 2, n 1, 2006.

JONGE, Wessel de. **Concrete repair and material authenticity - Non-destructive repair techniques**. **Docomomo Dossier: The Fair Face of Concrete: Conservation and Repair of Exposed Concrete**. 1997a, p. 74-82.

_____. **Introduction**. **Docomomo Dossier: The Fair Face of Concrete: Conservation and Repair of Exposed Concrete**. 1997b.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal**. Cadernos Técnicos 8. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

KELLEY, Stephen J. **An image of modernity: An American History of the curtain wall**. **Docomomo preservation technology dossier 1**. Curtain Wall Refurbishment. jan. 1996, p. 16-21.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. **Anais do Museu Paulista**, v. 18, n. 2, São Paulo, jul-dez 2010, p. 287-320.

_____. **Observações sobre as Propostas de Alois Riegl e de Max Dvořák para a Preservação de Monumentos Históricos**. In: DVOŘÁK, Max. **Catecismo da Preservação de Monumentos**. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 35-57, 2008a.

_____. **Observações sobre os Textos de Gustavo Giovannoni Traduzidos nesta Edição**. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni. Textos escolhidos e Monumentos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013, p. 11-29.

_____. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro.** Cotia: Ateliê Editorial, 2008b.

_____. Preservação da arquitetura moderna e metodologia de restauro. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 19, São Paulo, 2006, p. 198-201.

LARSEN, Knut Einar. **Préface.** In: UNESCO et al. **Nara Conference on Authenticity in relation to the World Heritage Convention.** Tokyo: Tapir, 1995, p. xv-xvii.

LAURIANO, Carolina. **Sambódromo no Rio terá mais 15 mil lugares até carnaval de 2012.** G1 Rio de Janeiro, 14 dez. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/12/sambodromo-no-rio-tera-mais-15-mil-lugares-ate-carnaval-de-2012.html>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas.** São Paulo: Edusp, 1993.

LE CORBUSIER. **Mensagem aos estudantes de arquitetura.** São Paulo: Martins, 2006.

LEGAULT, Réjean. **Évaluation patrimoniale du complexe résidentiel Habitat 67. Laboratoire de recherche sur l'architecture moderne et le design,** École de design, Université du Québec à Montréal / Service de la mise en valeur du territoire et du patrimoine, Ville de Montréal, avril 2007.

LEMAIRE, Raymond. **A propos de la Charte de Venise.** Leuven, 1995. Disponível em: <www.icomos.org/venicecharter2004/lemaire1995.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

LIMA, Adriana Rabello Filgueiras; TOLEDO, Luiz Carlos. Escolas de Lelé em risco! Vamos salvar da demolição as escolas projetadas e construídas pelo arquiteto João Filgueiras Lima em Salvador. **Minha cidade.** 179.05 Salvador. Ano 15, jun. 2015.

LIMA, Ana Gabriela G. Diálogos entre arquitetura e educação na arquitetura escolar moderna. **9º seminário docomomo Brasil.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/113_M03_RM-DialogosEntreArquiteturaEEducacao-ART_ana_lima.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.

LIMA, João Filgueiras. **Escola transitória.** Brasília: MEC/CEDATE, 1984.

LOGAN, William. Introduction: Voices from the periphery: the Burra Charter in context. **Historic Environment Journal,** Vitoria (Australia), v. 16, n. 1, p. 2-8, 2004. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Introduction-Voices-from-the-Periphery-The-Burra-Charter-in-Context-vol-18-no-1.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MACDONALD, Susan. Authenticity is more than skin deep - Conserving Britain's postwar concrete architecture. **Docomomo Dossier: The Fair Face of Concrete: Conservation and Repair of Exposed Concrete.** 1997, p. 45-54.

_____. Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places. **Conservation of 20th Century Heritage Conference.** 2009. Disponível em: <www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf> Acesso em 15 dez. 2015.

_____. Reconciling authenticity and repair in the conservation of modern architecture. In: MACDONALD, Susan (ed.) **Modern Matters: principles and practice in conserving recent architecture**. Shaftesbury: Donhead, 1996, p. 87-100.

_____. (ed.) **Preserving Post-War Heritage. The Care and Conservation of Mid-Twentieth Century Architecture**. Shaftesbury: Donhead, 2001.

MARKS, Judy. A History of Education Facilities Laboratories (EFL). **National Clearinghouse for Educational Facilities**, 2009. Disponível em: <www.ncef.org/pubs/efl2.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.

MASON, Randall. Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. In: GCI – Getty Conservation Institute. **Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, p. 5-30, 2002.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Representações do Jornal O Globo sobre os CIEPs. 30^a **Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu (MG): 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT13-2730--Int.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MEMÓRIA, Tatiana Chagas. **Programa Especial de Educação**. Fundação Darcy Ribeiro. 199-. Disponível em: <www.fundar.org.br/darcy_educa_ciep-gp_progespecial.htm>. Acesso em 15 dez. 2015.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. CIEP - Centro Integrado de Educação Pública - alternativa para a qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação? **Em Aberto**, Brasília, ano 8, n. 44, out./dez., 1989, p.45-63. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/712/635>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2001, p.153-168. Disponível em: <www.revistas.usp.br/eav/article/download/9797/11369>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplan, Iphan, Minc, 2000.

MONTREAL. **Évaluation de l'intérêt patrimonial d'un lieu**. Montréal: Ville de Montréal, 2008. Disponível em: <http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/url/page/patrimoine_urbain_fr/rep_evaluation_interet_patrimonial/evaluation_interet_patrimonial>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **L'évaluation de l'intérêt patrimonial d'un lieu – Guide d'application du processus d'évaluation menant à la formulation d'un énoncé d'intérêt patrimonial notions, principes et boîte à outils**. Montréal: Ville de Montréal, 2012. Disponível em: <http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/page/patrimoine_urbain_fr/media/documents/evaluation_interet_patrimonial_lieu.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Politique du Patrimoine**. Montréal: Ville de Montréal, 2005. Disponível em: <http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/url/page/patrimoine_urbain_fr/rep_politique_patri>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Sommet de Montréal 2002**. Montréal: Ville de Montréal, 2002. Disponível em: <http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/url/page/SOMMET_FR/REP_SOMMET/SOMMET_MONTREAL>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MOREIRA, Fernando Diniz. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna**. Textos para discussão v. 46. OLINDA: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, 2010.

NASCIMENTO, Mario Fernando Petrilli do. **Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NIEMEYER, Oscar. **Álbum de apresentação de projeto**. Projeto 192, Álbum 107. Rio de Janeiro, Fundação Oscar Niemeyer. 1984a.

_____. **Conjunto de croquis**. Projeto 192, Croquis 230. Rio de Janeiro, Fundação Oscar Niemeyer. 1984b.

NUSTAD, Guri E. Preserving more... by doing less! - Principles of electro-chemical concrete repair. **Docomomo Dossier: The Fair Face of Concrete: Conservation and Repair of Exposed Concrete**. 1997, p. 61-63.

O GLOBO. Ciep: promessa de educação não cumprida. **O GLOBO**, Caderno Grande Rio, Rio de Janeiro, 27 maio 1990, p. 22.

OLIVEIRA, Daniela Ramos de; UZIEL, Anna Paula. Morando em CIEPs: Reflexões sobre o percurso histórico do PAR (Projeto Aluno Residente). **XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**. Maceió: Faculdade Integrada Tiradentes, 2009. Disponível em: <www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XV_ENABRAPSO/440%20morando%20em%20cieps.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

OLIVEIRA, Luciana Alves de. **Tecnologia de painéis pré-fabricados arquitetônicos de concreto para emprego em fachadas de edifícios**. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. Escola parque de Brasília: uma experiência de educação integral. **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/457EvaWaisros_LuciaRocha.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.

PESSÔA, José Simões de Belmont. Brasília e o Tombamento de uma Idéia. **5º seminário DOCOMOMO Brasil**. São Carlos, 2003. Disponível em: <www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/074R.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.

PEVSNER, Nikolaus. **Origens da arquitetura moderna e do design**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PRESSOUYRE, Léon. **La Convention du Patrimoine mondial, vingt ans après**. Paris: UNESCO, 1993.

PRUDON, Theodore H. M. **Preservation of Modern Architecture**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.

QUADROS, Claudemir de. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). In: **Teias**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, jan/jun 2001.

RABELLO, Sonia. **Quando o destombamento salva o tombamento**. Site pessoal. 15 abril 2011. Disponível em: <www.soniarabello.com.br/quando-o-destombamento-salva-o-tombamento/>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Depoimento de Darcy Ribeiro**. s.d. Disponível em: <www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livro6/depoimento_dr.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Dr. Anísio. Carta: falas, reflexões, memórias**. Brasília, n. 14, 1995, p. 33-36. Disponível em: <www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/dr.anisio.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

RIEGL, Aloïs. **Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse**. Tradução de Daniel Wiczorek. Prefácio Françoise Choay. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

_____. **Le culte moderne des monuments. Sa nature, son origine**. Tradução e apresentação Jacques Boulet. Título original: Der moderne Denkmalkultus, sein Wesen, seine Entstehung. Viena: W. Braumüller, 1903. Paris: L'Harmattan, 2003.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Apresentação Annateresa Fabris. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. Título original: Der moderne denkmalkultus. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIO DE JANEIRO (município). **Lei n. 2677, de 18 de setembro de 1998**. Tomba, por seu interesse arquitetônico, histórico e cultural, as edificações de projetos do arquiteto Oscar Niemeyer construídos no Município. Disponível em: <<http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/268400/lei-2677-98>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Lei n. 5183, de 07 de junho de 2010**. Dispõe sobre o tombamento para fins de preservação histórica e urbanística dos CIEPs - Centros Integrados de Educação Pública, por seus valores sociais, históricos e urbanísticos e dá outras providências. Disponível em: <<http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/873851/lei-5183-10>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ROCHA, Ricardo S. As propostas de ensino de Anísio Teixeira e os projetos de José de Souza Reis para a arquitetura escolar de Brasília. **9º seminário docomomo Brasil**. Brasília, 2011. Disponível em: <www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/091_M03_RM-AsPropostasDeEnsino-ART_ricardo_rocha.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.

RODRIGUES, Alexandre. Cieps de hoje estão longe do sonho de Brizola. **O Estado de São Paulo**, Caderno Geral, São Paulo, 27 jun. 2004, p. A16.

ROTH, Alfred. The New Schoolhouse, Das Neue Schulhaus, La Nouvelle École. Zurich: Edition Girsberger, 1966.

ROTHENBERG, James. The Open Classroom Reconsidered. **The Elementary School Journal**. v. 90, n. 1, set., 1989, p. 68-89.

ROWE, Colin e SLUTZKY, Robert. Transparency: Literal and Phenomenal. **Perspecta**, v. 8, 1963, p. 45-54.

ROWE, Colin e SLUTZKY, Robert. Transparency: Literal and Phenomenal...Part II. **Perspecta**, v. 13/14, 1971, p. 287-301.

ROWE, Colin e SLUTZKY, Robert. **Transparence, réelle et virtuelle**. Paris: Les éditions du demi-cercle, 1992. p. 35-118.

RUSKIN, John. **The Seven Lamps of Architecture**. New York: John Wiley, 1849.

SAINT, Andrew. Écoles d'après-guerre dans le Hertfordshire : un modèle anglais d'architecture sociale. **Histoire de l'éducation**, n. 102, 2004, p. 201-223. Disponível em: <<http://histoire-education.revues.org/709>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SALVO, Simona. A restauração do arranha-céu Pirelli: a resposta italiana a uma questão internacional. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. **Revista CPC**, São Paulo, n. 19, p. 201-210, jun. 2006. Disponível em: <www.revistas.usp.br/posfau/article/viewFile/43471/47093>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Restauo e “restauros” das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. **Revista CPC**, São Paulo, n. 4, p. 139-157, maio/out. 2007. Disponível em: <www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15610/17184>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SANT'ANNA, Rejane Honorio. Projeto alunos-residente: uma alternativa para a 'exclusão social' através da formação sócio-educativa. **XIII Semana da Educação**, Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Disponível em: <www.educacao.uerj.br/SemanaEducacao2008/Trabalhos/arq371.pdf> Acesso em: 15 dez. 2015.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. The problem od conservation in Latin America. In: Cunningham, Allen (Ed.). **Modern Movement Heritage**. Londres: E&FN SPON, 1998. p. 39-43.

SEGRE, Roberto. Como a função da arquitetura escolar evoluiu ao longo da história. **Revista Arcoweb – Projeto Design**, nov. 2006. Disponível em: <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/artigos/artigo-arquetipos-a-razao-construtivas-nas-escolas-paulistas-01-11-2006>> Acesso em 15 dez. 2015.

SILVA, Janice Theodoro da. A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960. In: FERREIRA, Avany de Francisco; MELLO, Mirella Geiger de (org.). **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 e 1960**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 41-57.

SILVA, Roberta Maria Lobo da. O Movimento de Renovação da Educação e o Cinema Educativo. **XXIV Simpósio Nacional de História**, São Leopoldo, RS, 2007. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0705.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SLATON, Deborah e SHIFFER, Rebecca A. (eds.). **Preserving the Recent Past**. Washington: Historic Preservation Education Foundation, 1995.

SME – Secretaria Municipal de Educação. **Banco de dados das unidades escolares do município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <<http://webapp.sme.rio.rj.gov.br/jcartela/publico/pesquisa.jsp>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. New York: Routledge, 2006.

SMITH, Ryan E. **Prefab architecture: a guide to modular design and construction**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

TRIGO, Cristina Câncio. **Pré-fabricados em argamassa armada: materiais, técnica e desenho de componentes desenvolvidos por Lelé**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TROMETTER, Alyssa L. Malcolm X and The Aboriginal Black Power Movement in Australia, 1967–1972. In: The Legacy of Malcolm X: Black Nationalism, Internationalism, and Transnationalism. **The Journal of African American History**, v. 100, n. 2, Primavera, 2015, p. 226-249.

TURGEON, Laurier (eds.). **The Spirit of place Between Tangible and Intangible Heritage. L'Esprit du lieu entre le patrimoine matériel et immatériel**. Quebec: Les presses de l'Université Laval, 2009.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>. Acesso em 15 dez. 2015.

_____. **Compte-rendu et recommandations de la réunion d'experts sur la "Stratégie globale" pour assurer la représentativité de la Liste du patrimoine mondial**. Documento WHC-94/CONF003/INF.6F. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/1994/whc-94-conf003-inf6f.pdf>> Acesso em 15 dez. 2015.

_____. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 1977. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide77b.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2015.

_____. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2015.

_____. **Orientations devant guider la mise en œuvre de la Convention du patrimoine mondial**. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide15-fr.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2015.

_____. **Point 16 de l'Ordre du jour provisoire : Etude globale**. Documento WHC-93/CONF002/8. Paris: UNESCO, 1993. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/1993/whc-93-conf002-8f.pdf>> Acesso em 15 dez. 2015.

_____. / Centre du patrimoine mondial. **Patrimoine mondial – Défis pour le Millénaire**. Paris: UNESCO, 2007. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/document/101835>> Acesso em 15 dez. 2015.

_____. **Stratégie globale**. 2017a. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/fr/strategieglobale/>> Acesso em 15 dez. 2015.

_____. **World Heritage List**. 2017b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/>> Acesso em 15 dez. 2015.

_____ / World Heritage List. **Brasília**. 1987. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/445>> Acesso em 15 dez. 2015.

_____. **Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial**. Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2013. Disponível em: <whc.unesco.org/document/124260>. Acesso em 15 dez. 2015.

UNESCO et al. **Nara Conference on Authenticity in relation to the World Heritage Convention**. Tokyo: Tapir, 1995.

VANLAËTHEM, France. La conservation de l'architecture moderne, un défi à l'authenticité. In: COUTURE, Francine; VANLAËTHEM, France. **Conservation de l'art contemporain et de l'architecture moderne. L'authenticité en question**. Québec: Éditions Multimondes, 2010. p. 67-73.

_____. L'inattendue patrimonialisation de l'architecture moderne : quelques hypothèses. In: VANLAËTHEM, France; THERRIEN, Marie-Josée (Org.). **La sauvegarde de l'architecture moderne**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2014, p. 25-47.

_____. **Patrimoine en devenir : l'architecture moderne du Québec**. Québec: Les publications du Québec, 2012.

_____; THERRIEN, Marie-Josée (Org.). **La sauvegarde de l'architecture moderne**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2014.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

VIOLLET-LE-DUC. **Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle**. Tome premier. Paris: B. Bance, 1854. Disponível em : <https://fr.wikisource.org/wiki/Dictionnaire_raisonné_de_l'architecture_française_du_XIe_au_XVIe_siècle>. Acesso em 15 dez. 2015.

VOLK, Kenneth S. The Gary Plan and Technology Education: What Might Have Been? **The Journal of Technology Studies**, Blacksburg, v. 31, 2003, p. 39-48. Disponível em: <<http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/JOTS/v31/v31n1/pdf/volk.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2015.

WALKER, Meredith. The Development of the Australia ICOMOS Burra Charter. In: **APT Bulletin**, vol. 45, n. 2/3, 2014.

XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo e NOBRE, Ana Luiza. **Arquitetura moderna no Rio de Janeiro**. São Paulo: Pini; Fundação Villanova Artigas; Rio de Janeiro: Rioarte, 1991, p. 236.

XAVIER, Libânia Nacif. Inovações e (des)continuidades na política educacional fluminense (1975-1995). **24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, Caxambu: ANPEd, 2001. Disponível em: <24reuniao.anped.org.br/T0592361373669.DOC> Acesso em: 15 dez. 2015.

ZANCHETTI, Silvio Mendes. A teoria contemporânea da Conservação e a Arquitetura Moderna. Textos para discussão v. 58. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, 2014.

ANEXO A – Guia de Aplicação do Processo de Avaliação que leva a formulação de uma Declaração de Interesse Patrimonial: noções, princípios e ferramentas.

(Guide d'application du processus d'évaluation menant à la formulation d'un énoncé d'intérêt patrimonial notions, principes et boîte à outils) (MONTREAL, 2012).

Direction de la
culture et du
patrimoine

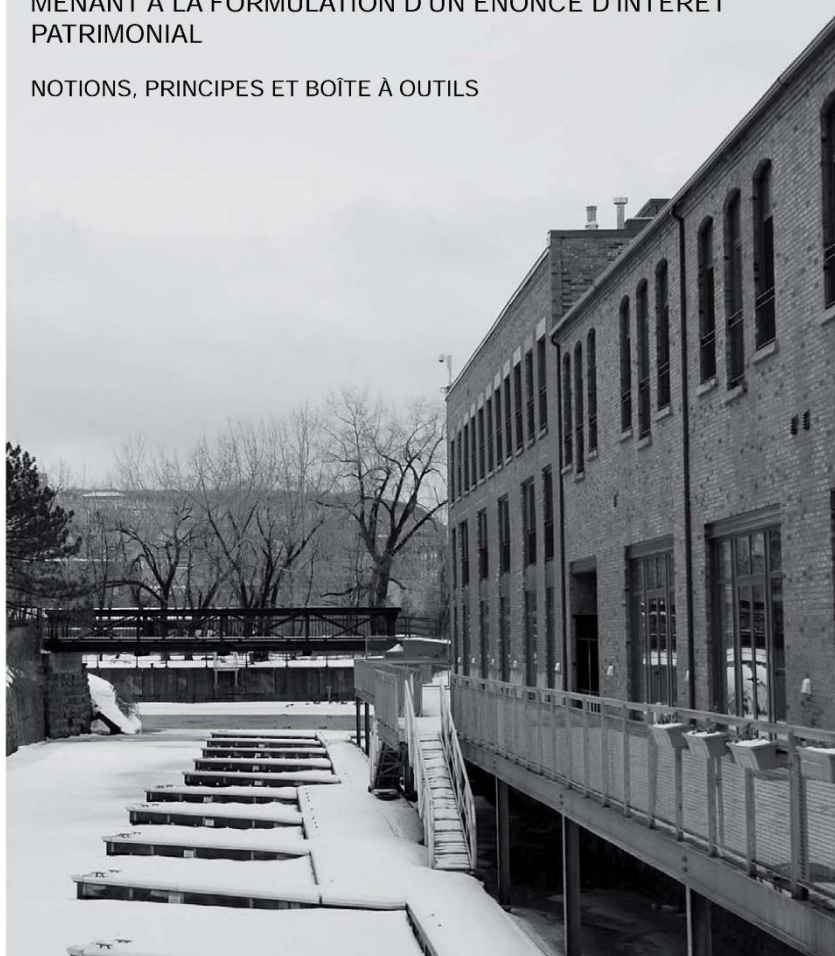
Février 2012

L'évaluation de l'intérêt patrimonial d'un lieu



GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION
MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT
PATRIMONIAL

NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS



Montréal 

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

CONTENU

INTRODUCTION

1. LA CONNAISSANCE PRÉALABLE DU LIEU
 2. L'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION
 3. LES VALEURS
 4. LES ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES DANS LESQUELS S'INCARNENT LES VALEURS
 5. UNE DÉMARCHE PAR CONSENSUS
 6. L'ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL
 7. LA DURÉE DU PROCESSUS
 8. LA RÉVISION PÉRIODIQUE DE L'ÉNONCÉ
- ANNEXES : LES OUTILS

Page couverture :

À gauche (de haut en bas) :

Vitrail de l'église *Knox Crescent Kensington and First Presbyterian* (CDN-NDG)
Source : Ville de Montréal

Site du réservoir de haut niveau (Ville-Marie)
Source : Ville de Montréal

Fronton de l'ancienne caserne 38 (Ahuntsic-Cartier-ville)
Source : Ville de Montréal

Ateliers de l'ancien complexe de la Canadian Power Boat Company en 1941 (Le Sud-Ouest)
Source : *Canada, Dept. of National Defence*

Gramophone (Le Sud-Ouest)
Source : Musée des Ondes Emile Berliner

À droite :

Le bassin des Prêtres du canal de Lachine et le complexe Redpath (Le Sud-Ouest)
Source : Ville de Montréal

Ce document a été réalisé par la Direction de la culture et du patrimoine, Division de l'expertise en patrimoine et de la toponymie.

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

INTRODUCTION

Le patrimoine est une des dimensions identitaires essentielles d'une collectivité; il témoigne de son histoire, de ses façons de vivre et de ses savoir-faire. La conservation et la mise en valeur des éléments qui composent le patrimoine assurent le maintien et la transmission de cette identité tout en constituant l'assise des formes contemporaines qu'elle prendra.

L'expérience démontre que la perpétuation des valeurs par la conservation et la mise en valeur des composantes qui en témoignent, confère une plus-value aux lieux d'intérêt patrimonial. Les interventions contemporaines ainsi fondées sont plus susceptibles de s'inscrire de façon authentique dans l'affirmation de l'identité culturelle montréalaise. Tout en s'arrimant au passé des lieux, elles en poursuivent l'évolution.

En prenant le parti d'une gestion respectueuse de ses lieux d'intérêt patrimonial, la Ville reconnaît leur caractère culturel et l'intègre pleinement aux autres dimensions (économique, sociale et écologique) du développement durable. À notre époque, le soin porté aux formes urbaines, monumentales comme modestes, au patrimoine bâti ainsi qu'au paysage, se révèle un enjeu critique et stratégique du développement des villes. L'affirmation de l'identité culturelle d'une collectivité, reflétée par la qualité de ses lieux de vie et l'architecture de ses bâtiments, contribue non seulement à sa conscience d'elle-même et à son bien-être mais également largement à son positionnement international. Montréal, à cet égard, jouit d'avantages notables qui la distinguent de la grande majorité des villes nord-américaines. Elle est le produit d'une riche histoire qui l'a façonnée et dont ses formes témoignent encore.

La conservation et la mise en valeur du patrimoine, ainsi que la gestion de l'évolution des formes de la ville dans le respect de ce patrimoine, présupposent sa connaissance. À cette fin, la Ville de Montréal a mis au point un processus d'analyse et d'évaluation de l'intérêt patrimonial des lieux qui reflètent la richesse et la diversité de cette identité.

La démarche que préconise la Ville repose sur deux grands principes :

- un lieu donné (bien culturel reconnu ou lieu sans statut particulier mais contribuant à l'identité montréalaise) présente un intérêt patrimonial qui se décline en plusieurs valeurs patrimoniales et ces différentes valeurs s'incarnent ou s'expriment dans diverses composantes caractéristiques;
- la signification culturelle que revêt un lieu donné pour une collectivité repose sur un consensus que le processus d'évaluation entend faire ressortir.

En mettant de l'avant cette approche, la Ville poursuit les objectifs suivants:

- favoriser la connaissance et la valorisation des qualités des lieux qui façonnent l'identité montréalaise;
- inscrire la gestion du milieu urbain dans une vision globale qui prend en compte la signification des lieux qu'il recèle en identifiant les valeurs du lieu ainsi que les éléments caractéristiques qui expriment ces valeurs;
- établir l'intérêt patrimonial de chaque lieu suivant une démarche fondée sur la recherche du consensus des principales parties intéressées;
- soutenir et faciliter l'évaluation des projets soumis pour avis au Conseil du patrimoine de Montréal (en vertu de l'article 12.1 du règlement sur le Conseil du patrimoine de Montréal) par l'uniformisation des documents d'évaluation patrimoniale déposés à l'appui de l'étude des projets.

Le présent guide expose succinctement les notions et les principes qui sous-tendent et animent le processus. On trouvera également en annexe un ensemble de documents qui composent la « boîte à outils » des participants d'un groupe de travail constitué en vertu du processus.

À notre époque, le soin porté aux formes urbaines, monumentales comme modestes, au patrimoine bâti ainsi qu'au paysage, se révèle un enjeu critique et stratégique du développement des villes.

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

La connaissance d'un lieu est un préalable à une décision éclairée quant à son avenir, que cet avenir consiste en sa conservation, en sa mise en valeur, en sa transformation ou encore en sa reconnaissance officielle par la Ville.

Tous les lieux ne présentent pas la même complexité; il est essentiel d'en tenir compte dans l'évaluation du lieu concerné.

Les lieux étudiés sont très variés, tant par leur nature que par leur échelle : il peut s'agir de secteurs, d'ensembles, de bâtiments, de monuments, de jardins, de paysages...

À gauche :
Résidence du chemin Bois-Franc (Saint-Laurent)
Source : Lafontaine & Soucy architectes

À droite :
Vue à vol d'oiseau de la clairière sur le mont Royal (Ville-Marie)
Source : Ville de Montréal



1. LA CONNAISSANCE PRÉALABLE DU LIEU

La connaissance d'un lieu est un préalable à une décision éclairée quant à son avenir, que cet avenir consiste en sa conservation, en sa mise en valeur, en sa transformation ou encore en sa reconnaissance officielle par la Ville.

Pour connaître un lieu (bâtiment, ensemble, site...) et établir sa signification culturelle, la Ville a élaboré un processus d'analyse qui conduit à la formulation d'un énoncé d'intérêt patrimonial. Pour ce faire, elle s'est inspirée des principes et des concepts élaborés dès le début du XX^e siècle en Europe par Aloïs Reigl et aujourd'hui repris et adaptés par de nombreux organismes internationaux (notamment le Getty Conservation Institute, l'UNESCO et ICOMOS) et mis en pratique dans plusieurs pays.

L'énoncé d'intérêt patrimonial est le document qui consigne cette information. Il est un document de référence essentiel dans la gestion ultérieure du lieu, soutenant tant l'élaboration des interventions qui le toucheront que le suivi de son évolution. L'énoncé est préparé en amont des projets de manière à ce qu'il puisse orienter les décisions relatives à la conservation et à la mise en valeur des lieux et de leurs contextes.

2. L'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION

Une ordonnance du comité exécutif, adoptée en vertu du Règlement sur le Conseil du patrimoine de Montréal prescrit la procédure d'évaluation. Le recours au processus est obligatoire dans les cas où la décision relative à un lieu patrimonial relève du conseil municipal (article 12.1 du Règlement sur le Conseil du patrimoine de Montréal). Ainsi, un lieu qui dispose d'un statut patrimonial et qui fait l'objet d'un projet approuvé en vertu de l'article 89 de la charte ou d'une modification du plan d'urbanisme ou encore dont on projette la démolition en tout ou en partie, de même que l'octroi par la ville d'un statut de monument historique à un bien culturel est assujéti à cette obligation.

Le processus est facultatif dans les autres cas. Il peut s'avérer très utile à l'évaluation d'une diversité de lieux qui, sans avoir de statut patrimonial proprement dit, n'en présentent pas moins un intérêt qui contribue à forger l'identité de Montréal. Ainsi, l'ensemble des bâtiments et secteurs faisant l'objet d'une reconnaissance patrimoniale dans le Plan d'urbanisme peut profiter de cette méthode d'analyse de leur intérêt patrimonial. De même, les anciens secteurs industriels dont on envisage la requalification peuvent bénéficier de la démarche de connaissance et d'appréciation qu'assure le processus.

La démarche est souple; elle est conçue pour s'adapter aux circonstances de chaque lieu. En effet, tous les lieux ne présentent pas la même complexité et il est essentiel d'en tenir compte dans l'évaluation du lieu concerné.

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

3. LES VALEURS

La gestion par les valeurs est une approche largement admise qui repose sur l'idée que, au-delà de la conservation matérielle des éléments caractéristiques d'un lieu, c'est la pérennité des valeurs que ces lieux représentent aux yeux des communautés qui les reconnaissent, qui importe. Les valeurs attachées à un lieu constituent alors une source précieuse d'inspiration dans la poursuite de l'évolution de ce lieu.

Ainsi, l'intérêt patrimonial qui se décline en plusieurs valeurs distinctes (historique, artistique, documentaire, sociale, symbolique, contextuelle...), est attribué par une collectivité (locale, nationale, internationale) à un lieu selon les caractéristiques ou les qualités particulières que cette dernière lui reconnaît.

La collectivité n'est pas une entité homogène; elle se compose d'individus et de groupes qui représentent une diversité de points de vue et d'intérêts qui influencent leurs regards et leurs appréciations des lieux patrimoniaux.

Par ailleurs, les valeurs qui s'attachent à un lieu n'ont pas toutes la même importance. Elles devront être pondérées et hiérarchisées pour établir la vue d'ensemble qui sera une juste appréciation de la signification culturelle que confère la collectivité à un lieu donné.

Au-delà de la conservation matérielle des éléments caractéristiques d'un lieu, c'est la pérennité des valeurs que ces lieux représentent aux yeux des communautés qui les reconnaissent, qui importe. Les valeurs attachées à un lieu constituent alors une source précieuse d'inspiration dans la poursuite de l'évolution de ce lieu.



Les valeurs permettent d'approcher une multitude de dimensions qui contribuent à donner un sens au lieu : historique, architecturale, symbolique, artistique, contextuelle, sociale...

À gauche :
Station-service de Mies van der Rohe (Verdun)
Source : Ville de Montréal

À droite :
Les ateliers de l'ancien complexe de la Canadian Power Boat Company en 1941 (Le Sud-Ouest)
Source : Canada. Dept. of National Defence / Library and Archives Canada / PA-132179

Ci-dessous :
Les employés de la compagnie RCA Victor (Le Sud-Ouest)
Source : Musée des Ondes Emile Berliner



L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

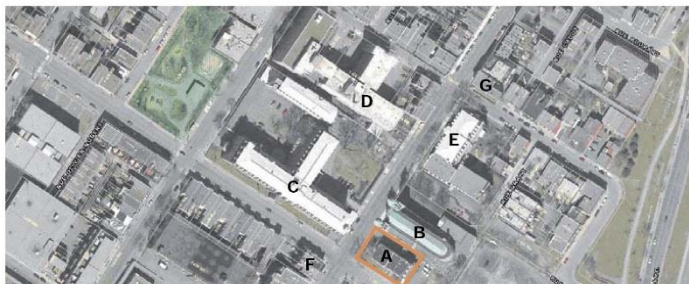
GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

Les éléments caractéristiques dans lesquels s'ancrent les valeurs sont également multiples. Chaque lieu présente une gamme particulière de telles caractéristiques. Il peut s'agir comme ici de la participation à un ensemble institutionnel, ou encore, comme plus bas, de l'association étroite à Expo 67, événement culturel marquant de l'histoire de Québec, ou encore d'un détail architectural.

À droite :

Le noyau institutionnel du quartier Saint-Marie (Ville-Marie)

- A Presbytère (1878 / 1906)
- B Église Saint-Vincent-de-Paul (1925-1928)
- C Ancienne maison-mère des Sœurs de la Providence (1885-1893)
- D Ancien hospice Gamelin (1893-1894)
- E Ancien pensionnat Sainte-Catherine (1875-1881)
- F Ancienne Merchant's Bank (vers 1905)
- G Ancienne Banque d'épargne de la Cité et du District de Montréal (1921)



4. LES ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES DANS LESQUELS S'INCARNENT LES VALEURS

Les différentes valeurs patrimoniales s'incarnent ou s'expriment dans diverses composantes ou éléments caractéristiques du lieu qui peuvent être de l'ordre du contexte urbain, de l'environnement construit et naturel, des bâtiments, des détails architecturaux, des matériaux, de l'exécution, des plantations, de la topographie... Il importe d'identifier ces composantes caractéristiques, de les décrire et de les qualifier clairement en précisant en quoi elles expriment les valeurs du lieu.

À l'instar des valeurs, les éléments qui caractérisent un lieu n'ont pas tous la même importance ou contribution à son intérêt patrimonial. Si certains contribuent favorablement à son intérêt, d'autres n'ont aucun apport significatif et d'autres encore peuvent même lui nuire.

Le lieu est considéré en lui-même ainsi que du point de vue de la relation qu'il entretient avec son contexte. Les modalités de cette relation sont à examiner. S'agit-il d'un élément unique, rare ou commun? D'un fragment d'un tout plus vaste (par exemple, une partie d'un complexe hospitalier) ou encore d'un élément appartenant à un ensemble ou à une série (par exemple, une caserne, un bain public)? Comment contribue-t-il aux qualités de son environnement (trame, matérialité, paysage...)?

Un lieu peut également être associé à une variété d'éléments de natures diverses qui lui confèrent ou appuient sa valeur. Il peut s'agir d'un événement historique, d'un personnage, d'un rite ou encore d'une utilisation qui en a été faite qui l'a valorisé (comme le tournage d'un film qui l'aura mis en relief ou rendu célèbre, par exemple L'Hotel du Nord sur le bord du canal Saint-Martin à Paris). Lorsqu'elles existent, ces dimensions immatérielles sont également importantes.

À gauche :

La place des Nations en 1967 (Ville-Marie)

Source : BaNQ, Fonds Henri Remillard

À droite :

Fronton de l'ancienne caserne 38 arborant les armoiries de la Ville (Ahuntsic-Cartierville)

Source : Ville de Montréal



L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

5. UNE DÉMARCHE PAR CONSENSUS

La crédibilité du processus tient entre autres au fait qu'il parvient à rallier une variété d'acteurs autour d'une compréhension commune de l'intérêt patrimonial du lieu. Le consensus n'est pas synonyme d'unanimité. Il est atteint lorsque tous les participants reconnaissent que l'énoncé d'intérêt patrimonial traduit correctement la teneur de leurs discussions même si leurs positions personnelles peuvent diverger sur certains aspects particuliers. L'accord des participants ne peut être obtenu que si l'ensemble des objections et des réserves que certains d'entre eux auraient pu émettre ont été adéquatement prises en compte par le groupe. Le consensus n'est pas la décision de la majorité, ni celle d'une autorité.

La recherche de la signification culturelle est une démarche ouverte qui doit mener à une compréhension du lieu enrichie des différents points de vue qu'apportent les membres du groupe de travail. Elle ne doit pas être réductrice et se résumer à l'identification du plus petit commun dénominateur. La qualité et la sérénité des échanges est donc un facteur critique de succès de la démarche qui est préconisée. La méthodologie mise au point et éprouvée par la Ville vise à rendre la démarche fructueuse.

Un groupe de travail est constitué pour chaque lieu; il regroupe un nombre maximum de 10 acteurs concernés. Dirigé par une équipe de la Division de l'expertise en patrimoine et de la toponymie de la Direction de la culture et du patrimoine, le groupe de travail comprend des représentants du service demandeur (Ville ou arrondissement), du propriétaire, de son consultant, lorsque pertinent, d'usagers du lieu ou d'autres groupes d'intérêt, le cas échéant. Le ministère de la Culture, des Communications et de la Condition féminine est invité lorsque l'évaluation porte sur un bien culturel qui présente un statut provincial. De même, un représentant de Parcs Canada est invité lorsque le lieu revêt un statut fédéral. Les expertises particulières en archéologie, en architecture de paysage, en écologie ou provenant d'autres disciplines pertinentes sont également représentées au besoin.

À partir d'une documentation de base qui leur est transmise et d'une visite du lieu, qui en constitue le document le plus tangible, les membres du groupe de travail sont invités à identifier les valeurs qu'ils attribuent au lieu ainsi que les éléments caractéristiques dans lesquels elles s'incarnent. Au besoin, une recherche complémentaire peut être requise pour approfondir une question particulière.

Les préoccupations et sensibilités des participants peuvent colorer leur participation, mais ne doivent toutefois pas compromettre la démarche. Ainsi, chaque participant doit s'engager pleinement et positivement dans la recherche de la signification du lieu.

Des positions divergentes et des conflits de valeurs peuvent se manifester au cours du processus. Ces conflits sont discutés dans le but d'être aplanis. Alternativement, ils peuvent donner lieu à la consignation de valeurs divergentes.

Le consensus n'est pas synonyme d'unanimité. Il est atteint lorsque tous les participants reconnaissent que l'énoncé d'intérêt patrimonial traduit correctement la teneur de leurs discussions même si leurs positions personnelles peuvent diverger sur certains aspects particuliers.

Les préoccupations et sensibilités des participants peuvent colorer leur participation, mais ne doivent toutefois pas compromettre la démarche. Ainsi, chaque participant doit s'engager pleinement et positivement dans la recherche de la signification du lieu.

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

En précisant en quoi réside l'intérêt des divers éléments valorisés, l'énoncé établit ainsi la base des orientations qui sous-tendront leur gestion.

6. L'ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL

L'énoncé d'intérêt patrimonial d'un lieu est un document de référence essentiel pour la gestion ultérieure de celui-ci. Il synthétise et organise l'information mise au jour par le groupe de travail.

L'énoncé présente les différentes valeurs associées au lieu selon leur importance relative. Il expose comment ces valeurs s'incarnent dans le lieu en identifiant, décrivant et qualifiant ses composantes caractéristiques à la lumière des valeurs décelées. Il en résulte une hiérarchisation qualitative des éléments caractéristiques du lieu et du contexte. La séquence chronologique de l'évolution du lieu qui associe ses différentes composantes aux différents moments qui ont marqué son évolution, figure également à l'énoncé puisqu'elle contribue largement à la compréhension du lieu.

La formulation de l'énoncé est une étape cruciale du processus. En précisant en quoi réside l'intérêt des divers éléments valorisés, l'énoncé établit ainsi la base des orientations qui devront sous-tendre leur gestion. En autant que possible, l'énoncé est approuvé par tous les participants du groupe de travail.

Préparé selon un format type, il comprend également des informations cartographiques et iconographiques qui facilitent la compréhension du lieu.

7. LA DURÉE DU PROCESSUS

La durée du processus depuis la constitution du groupe de travail jusqu'à l'approbation de l'énoncé varie selon les lieux considérés. Dans certains cas, la complexité du lieu et de sa signification peut exiger plusieurs rencontres du groupe de travail. De manière générale, la durée est estimée à environ 3 mois. Le temps nécessaire à la constitution du dossier documentaire et à la réalisation des études préalables et complémentaires n'est pas comptabilisé dans cette période. Un schéma joint en annexe B présente les étapes du processus.


8. LA RÉVISION PÉRIODIQUE DE L'ÉNONCÉ

Comme il traduit un regard porté sur un lieu par une collectivité à un moment donné de son histoire, on doit envisager la possibilité d'une mise à jour périodique de l'énoncé. Il sera réexaminé à chaque 10 ans et sa révision pourra être entreprise au besoin. Par ailleurs, une information nouvelle d'importance ou un événement fortuit affectant le lieu peuvent amener une révision plus hâtive de l'énoncé.

L'énoncé comporte les informations qui aident à la compréhension du lieu considéré. La chronologie de sa construction ou encore des étapes de son occupation s'avère très utile pour en saisir l'évolution.

À droite :
Extrait de l'énoncé d'intérêt patrimonial de l'ensemble Knox Crescent Kensington and First Presbyterian Church & Hall (CDN-NDG)
Source : Ville de Montréal

ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL
Site de l'ensemble Knox Crescent Kensington and First Presbyterian Church & Hall, 4225, avenue Godfrey, arrondissement de Côte-des-Neiges-Notre-Dame-de-Grâce



CHRONOLOGIE

- 1786 Fondation de l'Église presbytérienne du Canada
- 1896 Fondation de la Kensington Church
- 1898 Construction d'une église (aujourd'hui) de bois
- 1914 Agrandissement de la première église par l'ajout de deux nefs latérales (ou ailes)
- 1922 Construction de la Kensington Church (ancien Kensington Hall) (A)
- 1934 Construction du Hall for the Kensington Church (actuelle salle communautaire) (B)
- 1943 Modification et transformation de l'église
- Apôt d'un logement
- 1945 Fusion avec l'Église Knox Crescent
- 1948-49
 - Construction de l'Église Knox Crescent Kensington (C)
 - Aménagement de l'ancien de terre (D)
- 1952 Accueille la synagogue Shaare Zedek
- 1956 Accueille la synagogue Beth Shalom
- 1958-1977 Accueille la Japonaise Presbyterian Church
- 1982 Agrandissement et réaménagement intérieur patios Hall et salle communautaire
- Apôt d'une entrée (E)
- 1976 Fusion de l'Église Shalom (1984)
- 1984 Fusion de l'Église First Presbyterian
- 1985 Accueille la Koréenne Presbyterian Church
- 2011 L'église de 1948 n'est plus utilisée pour les célébrations religieuses

Photographie aérienne du site locale - Septembre 2009

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

LISTE DES ANNEXES

LES OUTILS

- A. LA RECHERCHE DOCUMENTAIRE PRÉALABLE
- B. LES ÉTAPES DU PROCESSUS D'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU
- C. LA GRILLE D'ANALYSE PAR LES VALEURS (LES PLUS SOUVENT RENCONTRÉES)
- D. LA DÉMARCHE PAR CONSENSUS
- E. L'ENGAGEMENT D'UN PARTICIPANT AU FONCTIONNEMENT DU PROCESSUS
- F. QUELQUES DÉFINITIONS
- G. LE FORMAT DE L'ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

ANNEXE A

RECHERCHE DOCUMENTAIRE PRÉALABLE

Un inventaire des études déjà réalisées permet d'identifier la documentation existante disponible. Au besoin, une documentation additionnelle est préparée. Le dossier documentaire élaboré à partir de ces documents constitue l'information de base remise aux participants.

Présentée sous forme concise, elle couvre trois volets : la situation actuelle du lieu, la synthèse de son évolution, ainsi que des fiches techniques sur ses composantes, le cas échéant. La table des matières suivante se veut flexible; elle s'adapte aux particularités de chaque lieu.

SITUATION ACTUELLE

Identification

Nom du lieu
Adresse ou emplacement du lieu
Arrondissement
Propriétaire
Plan du lieu dans son contexte
Photos

Statut

Désignation en tant que lieu historique national (fédéral)
Statut en vertu de la Loi sur les biens culturels (provincial ou municipal)
Désignation patrimoniale dans le Plan d'urbanisme
Potentiel archéologique selon le Plan d'urbanisme
Autres statuts pertinents

État du lieu

Morphologie, topographie et environnement naturel
Contexte urbain
Organisation spatiale
Usage

SYNTHÈSE DE L'ÉVOLUTION DU LIEU

Chronologie

Analyse de l'évolution du lieu et de son contexte urbain

Tracés
Toponymie
Lotissement et acquisition(s) du terrain
Constructions et aménagements
Institutions et personnages associés
Phénomènes, traditions ou événements associés

Iconographie

Cartes, photos ou illustrations, de l'établissement du lieu à aujourd'hui

FICHES TECHNIQUES SUR LES COMPOSANTES

Bâtiments

Description
Date de construction, modifications marquantes
Concepteurs
Propriétaires et occupants marquants
Fonctions d'origine, significatives et actuelles
Iconographie

Paysage

Découpage du lieu en sous-entités paysagères, le cas échéant
Description des sous-entités et éléments paysagers (végétaux, hydriques, construits, minéraux)
Date d'aménagement, modifications marquantes
Concepteurs
Fonctions d'origine, significatives et actuelles
Vues significatives
Iconographie

Autres composantes (le cas échéant)

Description
Iconographie

BIBLIOGRAPHIE ET SOURCES DOCUMENTAIRES

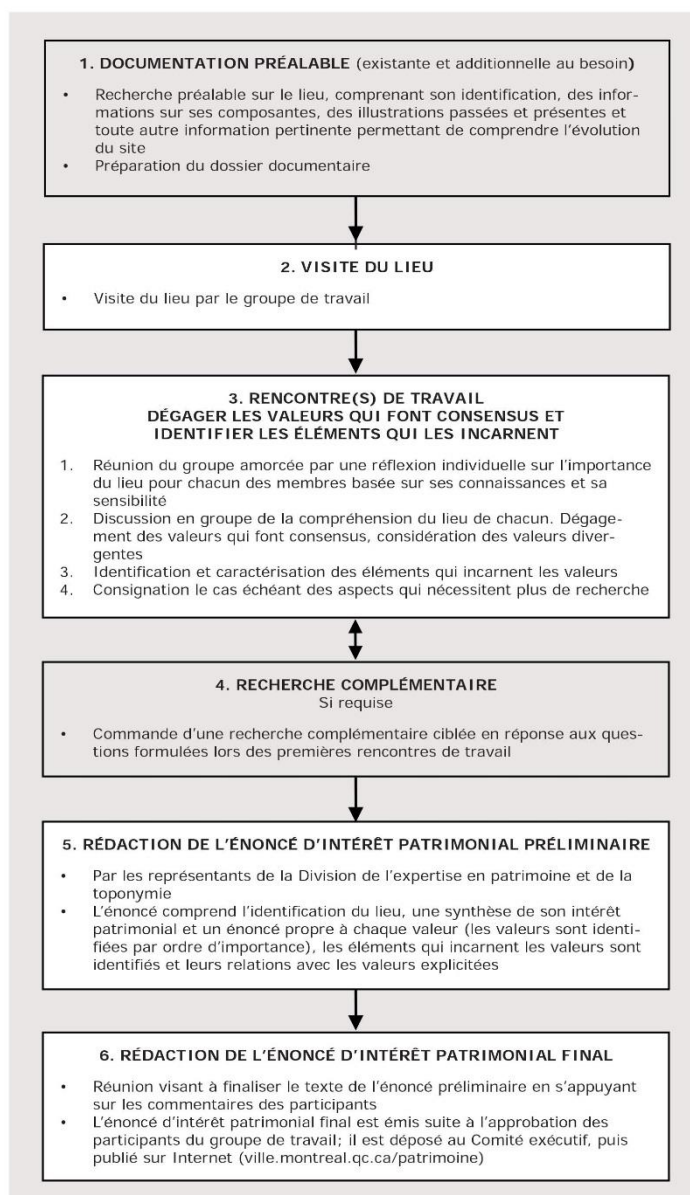
AUTEUR
DATE

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

ANNEXE B

LES ÉTAPES DU PROCESSUS D'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU



L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

ANNEXE C

LA GRILLE D'ANALYSE PAR LES VALEURS (LES PLUS SOUVENT RENCONTRÉES)

VALEUR SOCIALE, SYMBOLIQUE

Signification identitaire ou spirituelle

Pour un groupe donné, qualités emblématiques aux niveaux spirituel, politique, social ou culturel

Esprit du lieu

Liens entre les éléments matériels et immatériels (rituels, festivals, savoir-faire, récits, etc.)

VALEUR HISTORIQUE

Évolution urbaine du lieu

Élément fondateur, jalon ou catalyseur de l'histoire du développement urbain

Phénomène de société

Représentation d'un phénomène social, économique ou politique significatif

Événement ou personnage associé

Emplacement d'un événement historique, lieu d'activité d'un personnage ou d'un groupe

Âge comparatif du lieu

Ancienneté par rapport au milieu ou à des comparables

VALEUR ARTISTIQUE, ESTHÉTIQUE

Qualité de la conception

Appréciation de la composition

Importance des concepteurs

Influence et notoriété des concepteurs (urbanistes, architectes, artistes, etc.) (si connus)

Importance du lieu dans l'œuvre des concepteurs

Importance relative dans le corpus des concepteurs (si connus)

Importance artistique comparée du lieu

Importance relative par rapport à des comparables en termes d'époque, de fonction ou autre critère

Perception du lieu

Expérience sensorielle, connaissance, sensibilité

VALEUR CONTEXTUELLE, URBAINE OU PAYSAGÈRE

Qualités du paysage culturel

Coexistence de phénomènes naturels et culturels

Contribution du milieu d'insertion au lieu

Éléments du milieu qui renforcent les qualités du lieu

Contribution du lieu au contexte urbain

Éléments du lieu qui contribuent à rehausser les qualités urbaines

Appartenance à un système

Appartenance à un réseau de lieux liés (ex : stations de pompage, bains publics)

Qualité de repère visuel

Repère urbain

Vues significatives

Contribution à une expérience sensorielle positive

VALEURS SPÉCIFIQUES

Valeur scientifique ou technique

Valeur archéologique

Valeur d'usage

Valeur écologique

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

ANNEXE D

LA DÉMARCHE PAR CONSENSUS

La Ville fonde son approche de gestion du patrimoine sur la mise au jour de consensus sur l'intérêt patrimonial des lieux. Pour ce faire, elle a mis au point une démarche ouverte qui vise à établir une compréhension commune d'un lieu résultant d'un échange entre des participants tant experts que non-experts, représentatifs de différents points de vue et intérêts.

La Ville adapte une approche connue sous le nom de consensus building process, qui a d'abord fait ses preuves dans des contextes de résolution de conflit. S'appuyant sur un corpus bien établi, la Ville dispose d'une expertise et d'outils qui l'aident dans l'établissement de contextes sereins de discussions qui conduisent à la mise au jour de terrains d'ententes entre des parties qui peuvent parfois au départ sembler tenir des positions éloignées. Nous présentons ici les grandes caractéristiques de cette approche ainsi que quelques références. Notons que l'école de pensée qui inspire la pratique de la Ville - promue par le Consensus Building Institute et née entre autres de la collaboration du Massachusetts Institute of Technology (MIT) et de la Harvard Law School dans les domaines de la négociation et de la résolution de conflits - est présentement appliquée dans le contexte de la gestion du patrimoine dans le cadre d'un projet du Getty Conservation Institute (on pourra consulter le site web du Getty Conservation Institute sous la rubrique The Heritage Values, Stakeholders and Consensus Building project).

1. L'atteinte du consensus

Un consensus est atteint quand chacun accepte ce qui a été proposé après que tous les efforts aient été tentés pour répondre aux préoccupations de toutes les parties concernées. (traduction d'une citation tirée de Lawrence Susskind, «An Alternative to Robert's Rules of Order for Groups, Organizations, and Ad Hoc Assemblies that Want to Operate By Consensus,» in *The Consensus Building Handbook: A Comprehensive Guide to Reaching Agreement*, eds. Lawrence Susskind, Sarah McKernan, and Jennifer Thomas-Larmer (Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1999), 6.)

2. Les particularités de la démarche par consensus

La démarche par consensus demande qu'on lui consacre du temps et de l'énergie. Le temps investi pour obtenir la collaboration de tous assure en contrepartie la pérennité de la compréhension partagée ainsi obtenue. Celle-ci gagne en stabilité et peut alors véritablement devenir la base des actions ultérieures des différentes parties. Il s'agit d'un bénéfice important du processus qui le distingue des approches plus autoritaires qui souffrent régulièrement de blocages et de remises en question. Le climat de collaboration persiste et les relations entre les parties sont assainies.

La condition essentielle du succès de la démarche réside dans la capacité des participants de s'engager de bonne foi dans une démarche ouverte qui peut mettre en question leurs idées, positions et orientations de départ dans la poursuite d'une compréhension commune. Une attitude de collaboration et une implication continue lors des rencontres sont des pré-requis.

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

ANNEXE D

LA DÉMARCHE PAR CONSENSUS (SUITE)

3. Les grandes étapes de la démarche par consensus

1. **L'identification du lieu**
2. **La composition du groupe** (représentativité, engagement à participer)
3. **L'organisation des rencontres** (dossier documentaire préalable, lieux, logistique)
4. **L'adhésion au processus** : une discussion ouverte et respectueuse des différents points de vue, un examen attentif des divergences, un cheminement ordonné appuyé de documents synthèses
5. **L'identification des valeurs puis des éléments incarnant ces valeurs** : l'établissement d'une compréhension commune du lieu à travers les valeurs qui lui confèrent un intérêt et les composantes qui les incarnent. Cette étape permet un enrichissement mutuel qui conduit à une vision commune et à une compréhension approfondie de la signification du lieu.
6. **L'approfondissement des questions au besoin**
7. **La formulation d'un énoncé de l'intérêt patrimonial (préliminaire, final)** : document synthèse traduisant les conclusions du groupe de travail et approuvé par les participants
8. **L'utilisation de l'énoncé d'intérêt patrimonial** comme document de référence essentiel dans la gestion du lieu (conservation et mise en valeur).

Quelques références:

The Consensus Building Handbook: A Comprehensive Guide to Reaching Agreement, eds. Lawrence Susskind, Sarah McKernan, and Jennifer Thomas-Larmer (Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1999)

Beyond Intractability (www.beyondintractability.org/essay/consensus_building)

Building Consensus for a Sustainable Future (www.mediate.com/articles/consen.cfm)

www.getty.edu/conservation/field_projects/heritage/index.html

www.colorado.edu/conflict/peace/treatment/consens.htm

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

ANNEXE E

L'ENGAGEMENT D'UN PARTICIPANT AU FONCTIONNEMENT DU PROCESSUS

Art. 9 de l'ordonnance régissant l'évaluation de l'intérêt patrimonial d'un lieu (02-136)

Dans le but d'assurer le bon fonctionnement du processus, chaque participant d'un groupe de travail s'engage à :

1. être présent aux réunions du groupe de travail et à participer activement et de bonne foi à ses travaux, sauf s'il en est empêché pour un motif sérieux;
2. mettre à profit ses connaissances, ses aptitudes et son expérience dans le cadre des travaux du groupe;
3. intervenir en partageant son point de vue de façon courtoise et respectueuse des opinions différentes ou contraires à la sienne.

De plus, chaque participant a une obligation de discrétion relativement aux discussions du groupe qui ont un caractère privé. Cette obligation ne l'empêche toutefois pas de faire état, à l'extérieur du groupe, de son opinion.

En cas de manquement, le participant pourra être exclu par la Direction.

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

ANNEXE F

QUELQUES DÉFINITIONS**ÉLÉMENT CARACTÉRISTIQUE :**

Matériau, forme, emplacement, configuration spatiale, usage, composante naturelle, immatérielle ou autre attribut d'un lieu qui contribue à son intérêt patrimonial. (Parcs Canada, 2003)

INTÉRÊT PATRIMONIAL :

Importance ou signification d'un lieu basée sur les valeurs que lui attribue à un moment défini une population, une génération ou un groupe donné. L'énoncé d'intérêt patrimonial en fait la synthèse. (Ville de Montréal, 2008)

LIEU :

Structure, bâtiment, groupe de bâtiments, paysage ou site défini, comprenant les ressources archéologiques, et incluant ses composantes, son contenu et ses espaces. (Ville de Montréal, 2008)

VALEUR :

Importance ou signification symbolique, paysagère, historique, artistique ou autre perçue par une population, une génération ou un groupe à un moment donné. (Getty Conservation Institute, 2002)

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

ANNEXE G

LE FORMAT DE L'ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL

IDENTIFICATION

Nom du lieu
Adresse
Arrondissement
Photo, carte, plan

SYNTHÈSE DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL

L'intérêt patrimonial du... repose sur...
(résumé des points marquants des énoncés de valeurs)

ÉNONCÉ DES VALEURS

Valeur sociale, symbolique

La valeur sociale du... repose sur ...
La valeur symbolique du... repose sur ...

Valeur historique

La valeur historique du... repose sur ...

Valeur artistique, esthétique

La valeur artistique du... repose sur ...
La valeur esthétique du... repose sur ...

Valeur contextuelle, urbaine ou paysagère

La valeur contextuelle du... repose sur ...

Valeur scientifique

La valeur scientifique du... repose sur ...

RAYONNEMENT (lors d'études relatives à l'octroi de statuts)

Le rayonnement fait référence à l'échelle à laquelle le lieu opère une force d'attraction ou une influence relative à une de ses valeurs. Il peut être international, canadien, québécois, montréalais ou local. S'il est jugé utile d'y avoir recours, il devrait être établi par consensus pour chacune des valeurs identifiées.

ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES

DANS LESQUELS S'INCARNENT LES VALEURS

Les éléments caractéristiques sont les témoins des valeurs à l'égard desquels des décisions quant à leur conservation ou leur mise en valeur devront être prises. Ils peuvent être de l'ordre du contexte urbain, de l'environnement, des bâtiments, des détails, des matériaux, de l'exécution, de l'aménagement paysager etc.

ÉLÉMENTS CARTOGRAPHIQUES ET ICONOGRAPHIQUES ET CHRONOLOGIE DES ÉVÉNEMENTS MARQUANTS

PARTICIPANTS AU GROUPE DE TRAVAIL

NOM DU RÉDACTEUR
DATE

L'ÉVALUATION DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL D'UN LIEU

 GUIDE D'APPLICATION DU PROCESSUS D'ÉVALUATION MENANT À LA FORMULATION D'UN ÉNONCÉ
 D'INTÉRÊT PATRIMONIAL - NOTIONS, PRINCIPES ET BOÎTE À OUTILS

ANNEXE G
LE FORMAT DE L'ÉNONCÉ D'INTÉRÊT PATRIMONIAL (SUITE)

IDENTIFICATION DU LIEU		
Désignations patrimoniales — —		
Photo du lieu	Photo aérienne	
SYNTHÈSE DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL (Texte)		
CONTEXTE ENVIRONNANT		CHRONOLOGIE
Illustration_mise en contexte		
LES VALEURS		ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES
VALEUR X	La valeur X repose sur : — —	Élément portant la valeur X — — —
VALEUR X	La valeur X repose sur : — —	Élément portant la valeur X — — —
Bibliographie Groupe de travail Démarche		Rédacteur Date

Montréal 

ville.montreal.qc.ca/patrimoine

ANEXO B – Declaração de Interesse Patrimonial, 2118-2124 boul. Gouin Est

(Énoncé de l'intérêt patrimonial – 2118-2124, boulevard Gouin Est – Arrondissement d'Abundis-Cartierville, Montréal, Canada) (DP, 2014).

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL

2118-2124, BOULEVARD GOUIN EST Arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

L'intérêt patrimonial de la propriété située aux 2118 à 2124, boulevard Gouin Est repose d'abord sur sa valeur historique par son témoignage à la fois d'un moment charnière du développement du village de Sault-au-Récollet – son urbanisation – juste avant sa constitution en ville et de l'arrivée d'une population ouvrière attirée par l'activité industrielle croissante du site des moulins. De plus, la propriété, dont les caractéristiques architecturales reflètent sa fonction résidentielle multiple d'origine, est un témoin typique des maisons développées à la fin du XIXe siècle jusqu'au tournant du XXe et introduites couramment dans les noyaux villageois du Québec ainsi qu'ailleurs en Amérique du Nord pour loger économiquement les familles.

La propriété présente aussi une valeur paysagère attachée à son emplacement au cœur d'un tronçon du boulevard Gouin au caractère villageois, auquel elle contribue, ainsi que par son implantation et l'intérêt de la composition de sa façade qui concourent à la qualité du paysage de la rue.

Enfin, une valeur architecturale est associée à ce bâtiment en raison notamment de sa représentativité de la maison Boomtown, du degré d'authenticité élevé de son enveloppe ainsi que de sa structure de quatre logements qui en fait un modèle peu répandu de cette typologie de maison, elle-même de plus en plus rare dans tous les milieux où elle a été implantée.



2118-2124, boulevard Gouin Est. (Source : Colin Fraser, architecte, février 2014)

12 mai 2014

Patrimoine
Montréal

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL DU 2118-2124, BOULEVARD GOUIN EST Arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

DÉSIGNATION PATRIMONIALE

Désignation au Plan d'urbanisme : Située dans un secteur de valeur exceptionnelle
Statut en vertu de la Loi sur le patrimoine culturel : Situé dans le site patrimonial cité de l'Ancien-Village-du-Sault-au-Récollet, et dans l'aire de protection de la Maison du Pressoir
Désignation patrimoniale fédérale : Aucune

CHRONOLOGIE DES ÉVÉNEMENTS MARQUANTS

Vers 1780	Début du lotissement de l'espace réservé par les Sulpiciens pour le village, dans lequel se trouve la propriété
1798	Début de la croissance du village de Sault-au-Récollet
1874	Dépôt au registre foncier du lot 164 sur lequel se trouve aujourd'hui la propriété
À partir de 1890	En phase avec l'évolution de l'activité industrielle dans le Québec de l'époque, le site des moulins devient la propriété d'entreprises (successivement : Dominion Leather Board, Back River Power Company et Millmont Fibreboards Limited) qui procéderont au passage de la transformation simple de matières premières (telles la meunerie et la scierie) à des procédés de fabrication complexes comme celle du papier
Entre 1907 et 1911	Le site des moulins s'industrialise davantage; abandon de la production de farine au seul profit de celles de papier-carton pour la construction et de carton-cuir, qui requièrent une main d'œuvre plus abondante, et dont l'ampleur des productions déborde dorénavant l'environnement local et régional
1910	Érection de la municipalité du village de Sault-au-Récollet, les maisons et les rues sont éclairées à l'électricité
Vers 1910	Construction du bâtiment de quatre logements sur une propriété (lots 164-5 et 164-6) située au cœur du village
Entre 1910 et 1913	Agrandissement arrière du bâtiment
1914	Le village de Sault-au-Récollet devient ville; celle-ci est annexée à la Ville de Montréal deux ans plus tard
Entre 1939 et 1960	Le bâtiment est recouvert d'un matériau de papier brique posé sur le revêtement de clin en bois original
1972	Démolition de deux dépendances sur la propriété
À partir de 1989	L'artiste automatiste André Turpin réside et travaille dans le bâtiment, dorénavant désigné comme la «maison du peintre»
1992	Constitution par la Ville de Montréal du site patrimonial de l'ancien village de Sault-au-Récollet en vertu de la Loi sur les biens culturels
Septembre 2011	Le bâtiment est laissé à l'abandon



Photo aérienne 2009. Le site visé est identifié par une flèche rouge (Source : MapInfo, VdM)

Patrimoine
Montréal

2

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL DU 2118-2124, BOULEVARD GOUIN EST

Arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

VALEUR HISTORIQUE



Le secteur en 1907. Le site visé est entouré de rouge. (Source: A.R. Pinsonneault, Atlas of the city of Montreal and Vicinity, Ville de Montréal)



Le secteur en 1947. Le site visé est identifié par un liseré et une flèche rouges. (Source: Ville de Montréal, photo aérienne 1947)

La valeur historique de la propriété sise aux 2118 à 2124, boulevard Gouin Est repose sur :

- son témoignage d'un moment charnière du développement du village – son urbanisation – juste avant sa constitution en ville et son annexion peu après à la Ville de Montréal;
- son témoignage de l'arrivée dans le village d'une nouvelle population ouvrière attirée par l'activité industrielle croissante du site des moulins;
- son type de maison appelé Boomtown, de construction économique, développé à la fin du XIXe siècle jusqu'au tournant du XXe, et introduit couramment dans les noyaux villageois du Québec ainsi qu'ailleurs en Amérique du Nord pour loger les familles;
- son apport à l'interprétation de l'histoire de Sault-au-Récollet par sa présence, à titre de témoin, au sein d'un ensemble de bâtiments qui résumant trois siècles de cette histoire;
- son association avec l'artiste André Turpin, qui y a résidé et exercé son art pendant près de vingt ans.

ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES

- La localisation au cœur de l'ancien village de Sault-au-Récollet, en bordure d'un des plus importants tracés fondateurs de l'île, le boulevard Gouin, à proximité du carrefour historique de la rue du Pont qui mène au site des moulins;
- Les caractéristiques architecturales du bâtiment reflétant la fonction résidentielle d'origine comportant quatre logements, et la modestie de leur expression architecturale;
- L'implantation pavillonnaire caractéristique du site patrimonial de Sault-au-Récollet;
- L'ensemble formé du bâtiment 2118-24 Gouin Est et des maisons Laporte (2134 Gouin E.), illustrant la période seigneuriale, et du marchand général (2171 Gouin E.) représentant la deuxième moitié du XIXe siècle.

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL DU 2118-2124, BOULEVARD GOUIN EST

Arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

VALEUR PAYSAGÈRE



L'intégration harmonieuse du 2118-24 Gouin Est au secteur. Le site est identifié par une flèche rouge. (Source : Ville de Montréal, avril 2014)



Alignement des plans de façade. Le site visé est identifié par une flèche rouge (Source : SIGS, Ville de Montréal)

La valeur paysagère de la propriété sise aux 2118 à 2124, boulevard Gouin Est repose sur :

- sa localisation au cœur d'un tronçon du boulevard Gouin au caractère villageois conféré par l'échelle réduite et l'encadrement étroit des bâtiments qui le bordent;
- son intégration harmonieuse au secteur et sa contribution au caractère villageois des lieux;
- l'intérêt de la composition de sa façade qui contribue à la qualité du paysage de la rue.

ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES

- L'emplacement faisant partie du cœur même de l'ancien village;
- L'alignement du bâtiment en continuité avec celui des voisins du secteur;
- Le volume de faible gabarit (deux étages), coiffé d'un toit à faible pente, dont le rez-de-chaussée est implanté près du niveau du sol;
- L'implantation pavillonnaire et rapprochée de la rue, le faible recul formant une cour avant peu profonde;
- La faible occupation du sol par le bâtiment et le dégagement latéral réduit du côté ouest;
- L'architecture simple et équilibrée de la façade;
- Les galeries pleine largeur disposées en façade;
- L'aménagement paysager simple du site caractérisé par :
 - une cour avant gazonnée, plantée d'un jeune arbre;
 - une grande cour arrière présentant quelques arbres matures.

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL DU 2118-2124, BOULEVARD GOUIN EST

Arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

VALEUR ARCHITECTURALE



Élévation de la façade: organisation symétrique rigoureuse. (Source : Colin Fraser, architecte, février 2014)



Les colonnes et le garde-corps en bois ouvragé. (Source : Ville de Montréal, avril 2014)



Fenêtre à battants en bois d'origine. Les contrevents points en rouge ont été ajoutés après 1981. (Source : Colin Fraser, architecte, février 2014)

La valeur architecturale de la propriété sise aux 2118 à 2124, boulevard Gouin Est repose sur :

- la qualité de la composition du bâtiment, simple et bien équilibrée, et représentative de la maison *Boomtown* typique du tournant du XXe siècle, qui s'inscrit dans le courant plus vaste de l'architecture vernaculaire résidentielle associée à l'industrialisation rapide de la société qui caractérise cette époque;
- le degré d'authenticité élevé de l'enveloppe du bâtiment (malgré son mauvais état physique);
- la structure de quatre logements qui en fait un modèle rare de cette typologie;
- la rareté de ce type de maison *Boomtown* qui va en s'accroissant.

ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES

- Le volume de deux étages à toit à faible pente dirigée vers l'arrière;
- L'organisation symétrique rigoureuse de la façade et le rythme régulier des ouvertures;
- La corniche à consoles;
- Les galeries pleine largeur disposées en façade;
- Les colonnes et le garde-corps en bois ouvragé au deuxième étage;
- Les fenêtres à battants à grands carreaux et les portes avec impostes vitrées, en bois;
- Le revêtement de planches à clin en bois (sous le papier-brique);
- Les quatre portes d'entrée distinctes indiquant la présence d'autant d'unités de logement.

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL DU 2118-2124, BOULEVARD GOUIN EST

Arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

DÉMARCHE

Cet énoncé répond à une demande faite par l'arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville à la Division du patrimoine de la Direction de l'urbanisme pour l'évaluation de l'intérêt patrimonial de ce site en collaboration avec l'arrondissement.

Il se base sur la consultation d'une documentation portant sur le site, sur les expertises et expériences des participants au groupe de travail et sur une série d'observations et de constats découlant de la visite des lieux effectuée le 19 mars 2014.

RÉFÉRENCES

Colin Fraser, architecte, *ÉTUDE PATRIMONIALE 2124 Boulevard Gouin Est*, Février 2014

Vincent Garneau, *CITÉ HISTORIA Musée du Sault-au-Récollet, 2124 Boulevard Gouin Complément d'informations Historiques*, 19 mars 2014

Division du patrimoine, *Complément à l'étude préparée par l'architecte Colin Fraser pour l'immeuble sis aux 2118-24 boulevard Gouin Est*, le 3 mars 2014

GROUPE DE TRAVAIL

Gilles Boulay, résident du secteur

Sylvie Buchanan, agente technique en architecture, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville, Ville de Montréal (VdM)

Claude Dauphinais, architecte, Division du patrimoine, Direction de l'urbanisme (DU), VdM

Colin Fraser, architecte, consultant pour le requérant

Vincent Garneau, coordonnateur, Cité Historia

Élaine Gauthier, conseillère en aménagement, Division du patrimoine, DU, VdM

Marie-Claude Lemelin, architecte, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville, VdM

Jean Stampfler, requérant et mandataire du propriétaire du 2118-24, boulevard Gouin Est

RÉDACTEUR

Claude Dauphinais, architecte, Division du patrimoine, DU, VdM

ANEXO C – Declaração de Interesse Patrimonial, 10905 rue Berri, Montreal, Canadá.

(Énoncé de l'intérêt patrimonial – 10905, rue Berri – Arrondissement d'Abundisic-Cartierville, Montréal, Canadá) (DP, 2013).

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL

Site du 10905, rue Berri, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

DÉSIGNATION PATRIMONIALE

Plan d'urbanisme :	Bâtiment d'intérêt patrimonial et architectural hors secteurs de valeur exceptionnelle
Loi sur le patrimoine culturel :	Aucune
Désignation patrimoniale fédérale :	Aucune



10905, rue Berri (Source : Ville de Montréal, décembre 2012)



Photo aérienne du site (Source : Ville de Montréal, 2009)

SYNTHÈSE DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL

L'intérêt patrimonial du site du 10905, rue Berri repose d'abord sur ses valeurs paysagère urbaine et symbolique. Particulièrement visible depuis le pont Viau, ce site constitue une des entrées de ville et «la maison blanche» un repère visuel important notamment pour les utilisateurs du pont Viau. Avantagusement positionnés et facilement accessibles (par métro, réseau routier, piste cyclable), le site et la maison entretiennent une relation visuelle forte avec la rivière des Prairies et contribuent à la qualité du secteur par la présence d'arbres matures et de verdure.

La maison présente également une valeur architecturale par la qualité de sa construction et par sa composition associée au style Second Empire.

Enfin, ce bâtiment présente une valeur historique en raison de son ancienneté et de son témoignage du développement d'Ahuntsic (Back-River) et de la présence historique de hameaux à la tête des ponts.

Préparé par la Division du patrimoine

25 janvier 2013

1

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL

Site du 10905, rue Berri, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

CHRONOLOGIE

1847

Construction du pont Viau (alors en bois) afin de relier les rives de Laval et de Montréal

Vers 1875

Construction de la maison, probablement pour l'hôtelier Narcisse Lajeunesse (la maison est déjà construite en 1878 selon un acte notarié)

1879

Un acte notarié mentionne la présence d'une «maison en bois lambrissée en brique à deux étages & toit français»

1887

Le pont Viau en bois est remplacé par une structure en acier

1887 à 1951

La maison passe entre les mains de plusieurs propriétaires

1929-1930

Construction du pont d'Ahuntsic (Viau) actuel (en béton)

1951

La propriété est expropriée par la Cité de Montréal pour l'aménagement des approches sud du pont d'Ahuntsic

Vers 1957

Rénovation du bâtiment pour accueillir une clinique

1957 à 1969

La maison loge la clinique Ahuntsic qui offre des services à la population du quartier (services dentaires et pour nourrissons).

1980

L'ancienne clinique devient un centre thérapeutique où sont traités divers problèmes tel que troubles d'apprentissage, de comportement, d'audition et de langage. Cette fonction perdure jusqu'en 1990.

1987

Élargissement du pont Viau

Vers 2000

Le bâtiment devient vacant

2010-2012

Réfection majeure du pont Viau



Préparé par la Division du patrimoine

25 janvier 2013

2


ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL

Site du 10905, rue Berri, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

LES VALEURS	ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES	
<p>VALEUR SYMBOLIQUE</p> <p>La valeur symbolique du site du 10905, rue Berri repose sur :</p> <ul style="list-style-type: none"> le fait qu'il constitue une des entrées de ville et un repère visuel important notamment pour les utilisateurs du pont Viau; le fait que «la maison blanche» soit connue notamment des gens du quartier qui démontrent un certain attachement pour ce bâtiment. 	<p>Éléments portant la valeur SYMBOLIQUE</p> <ul style="list-style-type: none"> La grande visibilité de la maison à partir du pont La localisation de la maison isolée dans un parc, près de l'entrée du pont Viau La maison elle-même, sa composition architecturale rare dans le secteur et sa couleur blanche de la maison qui contribue à sa visibilité 	
<p>VALEUR PAYSAGÈRE URBAINE</p>  <p>Le 10905, rue Berri vu depuis le pont Viau (source : Ville de Montréal, décembre 2012)</p>  <p>Le site et la rivière des Prairies (source : Ville de Montréal, décembre 2012)</p> <p>La valeur paysagère urbaine du site du 10905, rue Berri repose sur :</p> <ul style="list-style-type: none"> sa qualité de point de repère pour les gens du secteur et pour les nombreux utilisateurs du pont Viau, cette maison blanche étant particulièrement visible depuis le pont; sa position avantageuse dans un parc facilement accessible (métro, réseau routier, piste cyclable), près de la rivière des Prairies (sur le parcours riverain) avec laquelle la maison entretient une relation visuelle forte qui contribue à l'intérêt paysager du site; sa contribution à la qualité du secteur par la présence d'arbres et de verdure, la composition architecturale de qualité de la maison et son gabarit (2 étages) qui s'harmonise bien avec celui des bâtiments voisins; le caractère relativement paisible du site qui, malgré la proximité du pont, n'est que peu affecté par les nuisances du trafic probablement en raison de sa position en contrebas par rapport à la rue Lajeunesse; sa contribution à la qualité du parcours riverain. 	<p>Éléments portant la valeur PAYSAGÈRE URBAINE</p> <ul style="list-style-type: none"> La localisation de la maison, isolée dans un parc planté d'arbres, près de l'entrée du pont Viau et près d'importantes artères, du réseau de transport en commun et du réseau cyclable La position du site en contrebas par rapport à la rue Lajeunesse et au pont La proximité et l'accès à la rivière des Prairies L'absence de construction autour de la maison et sur la rive permettant des vues exceptionnelles vers et depuis la rivière, le pont et la Rive-Nord depuis le site La couleur blanche de la maison qui contribue à sa visibilité 	
Préparé par la Division du patrimoine	25 janvier 2013	3

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL

Site du 10905, rue Berri, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

LES VALEURS	ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES	
<p>VALEUR ARCHITECTURALE</p>  <p>Le couronnement du 10905, rue Berri (Ville de Montréal, septembre 2012)</p> <p>La valeur architecturale du bâtiment situé au 10905, rue Berri repose sur :</p> <ul style="list-style-type: none"> la qualité de sa construction et de sa composition architecturale, cette maison présentant de nombreuses caractéristiques associées au style Second Empire (volumétrie, symétrie, couronnement, etc.) et se démarquant des autres résidences villageoises par sa prestance; l'intégrité de certaines composantes anciennes. 	<p>Éléments portant la valeur ARCHITECTURALE</p> <ul style="list-style-type: none"> La maison, soit : <ul style="list-style-type: none"> son gabarit sa volumétrie son toit mansardé à quatre versants recouvert de tôle ses lucarnes pendantes en trapèze la symétrie de ses façades la forme et la disposition de ses nombreuses ouvertures (fenêtres jumelées en façade, fenêtre en plein cintre à l'étage, etc.) ses tourelles centrales (au-dessus de l'entrée principale et du balcon arrière) sa comiche sous son toit mansardé les détails architecturaux de l'entrée principale (fronton, pilastres) ses fenêtres en bois et son parement extérieur de lambris de bois subsistant sous le parement en aluminium l'avant-corps arrondi de la façade donnant sur la rivière la poutraison de troncs d'arbres supportant le rez-de-chaussée et la fondation en moellons 	
Préparé par la Division du patrimoine	25 janvier 2013	4

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL

Site du 10905, rue Berri, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

LES VALEURS**VALEUR HISTORIQUE**

Le secteur en 1947 (Source : Ville de Montréal)

La valeur historique du site du 10905, rue Berri repose sur :

- son ancienneté, cette maison étant une des plus anciennes constructions du secteur et le dernier bâtiment subsistant sur cet îlot autrefois occupé par d'autres résidences;
- son témoignage du développement d'Ahuntsic (Back-River), un secteur prisé pour la villégiature à la fin du XIXe siècle en raison de l'avènement du tramway;
- son témoignage de la présence historique de hameaux à la tête des ponts;
- le fait que cette ancienne résidence ait logé des cliniques et des services communautaires pendant environ 40 ans;
- son témoignage de l'évolution des pratiques d'aménagement des ponts et de leurs voies d'accès et de la croissance de l'utilisation de l'automobile.

ÉLÉMENTS CARACTÉRISTIQUES**Éléments portant la valeur HISTORIQUE**

- La localisation de la maison près de la rivière des Prairies et du pont Viau
- L'implantation de type pavillonnaire de la maison sur un lot à l'origine de grande dimension, rappelant le caractère pittoresque du secteur à l'époque
- Les caractéristiques de la maison qui témoignent de son ancienneté, notamment :
 - sa composition architecturale de style Second Empire, style prisé au Québec entre 1860 et 1900
 - ses fenêtres en bois et son parement extérieur de lambris de bois subsistant sous le parement en aluminium
 - la poutraison de troncs d'arbres supportant le rez-de-chaussée et la fondation en moellons

ÉNONCÉ DE L'INTÉRÊT PATRIMONIAL

Site du 10905, rue Berri, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

BIBLIOGRAPHIE

VILLE DE MONTRÉAL, Direction de la culture et du patrimoine, Division de l'expertise en patrimoine et de la toponymie. *Recherche préalable, 10905, rue Berri*. Montréal, novembre 2012.

GROUPE DE TRAVAIL

Pierre Alarie, conseiller en aménagement, Ville de Montréal, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

Gaëtan Bélisle, architecte, Ville de Montréal, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

Richard Blais, chef de division, Ville de Montréal, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

Élizabeth Bonner, architecte, Ville de Montréal, Direction de la culture et du patrimoine, Division du patrimoine

Nathalie Lapointe, gestionnaire immobilier, Ville de Montréal, arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville

Marie-Geneviève Lavergne, archéologue, conseillère en aménagement, Ville de Montréal, Direction de la culture et du patrimoine, Division du patrimoine

Jennifer Ouellet, conseillère en aménagement, Ville de Montréal, Direction de la culture et du patrimoine, Division du patrimoine

RÉDACTEUR

Jennifer Ouellet, conseillère en aménagement, Ville de Montréal, Direction de la culture et du patrimoine, Division du patrimoine

DÉMARCHE

Cet énoncé répond à une demande faite par l'arrondissement d'Ahuntsic-Cartierville à la Division de l'expertise en patrimoine et de la toponymie de la Direction de la culture et du patrimoine pour l'évaluation de l'intérêt patrimonial de ce site en collaboration avec l'arrondissement.

Il se base sur la consultation d'une documentation portant sur le site, sur les expertises et expériences des participants au groupe de travail et sur une série d'observations et de constats découlant de la visite des lieux effectuée le 3 décembre 2012.

ANEXO D – CIEPs padrão municipalizados do Rio de Janeiro

Fichas individuais concebidas como resultado de pesquisas realizadas na base de dados da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro e em imagens de satélite do Google Maps sobre 97 CIEPs padrão municipalizados do Rio de Janeiro.

E/SUBE/CRE(10.19.210)
Rua José Piauhy Dourado, s/n

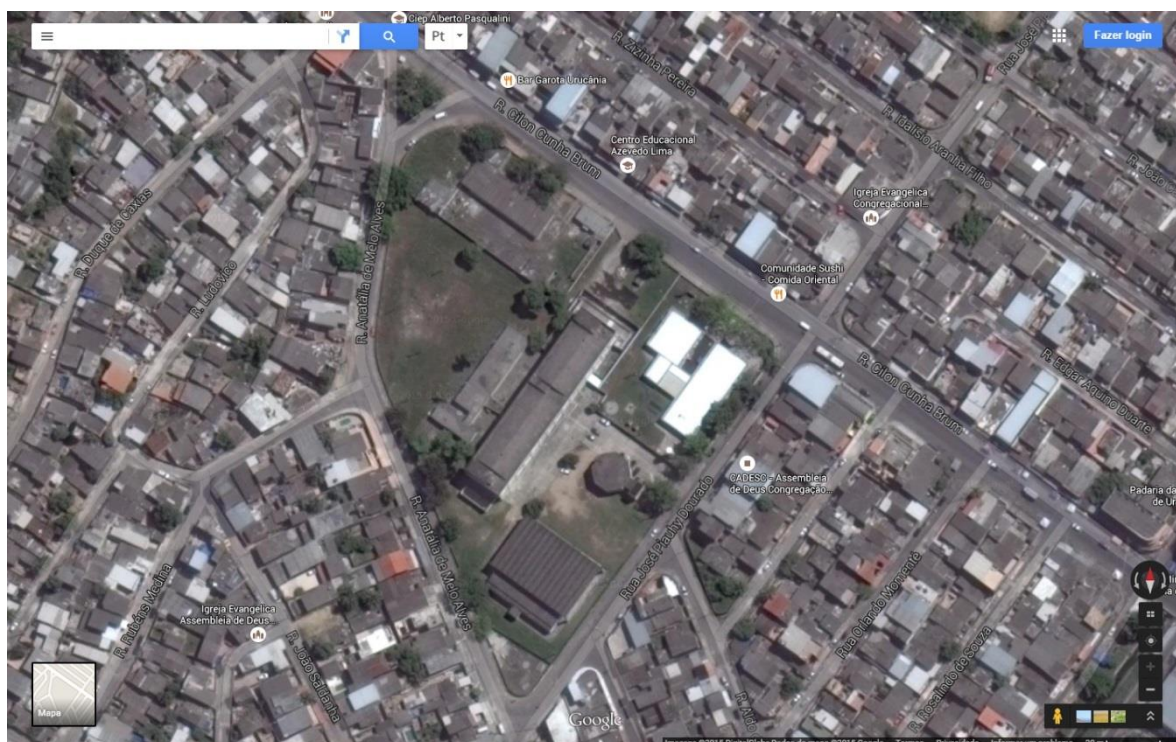
CIEP Alberto Pasqualine 11779
Santa Cruz

Quantidade de salas: 47

1º. Turno / 2º. Turno / Regular Noturno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	16
Classe Especial	25
Ed. Infantil - Pré-Escola	143
PEJ 1 Bloco 1	34
PEJ 1 Bloco 2	49
PEJ 2 Bloco 1	70
PEJ 2 Bloco 2	63
1º Ano	179
2º Ano	118
3º Ano	179
4º Ano	127
5º Ano	168

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



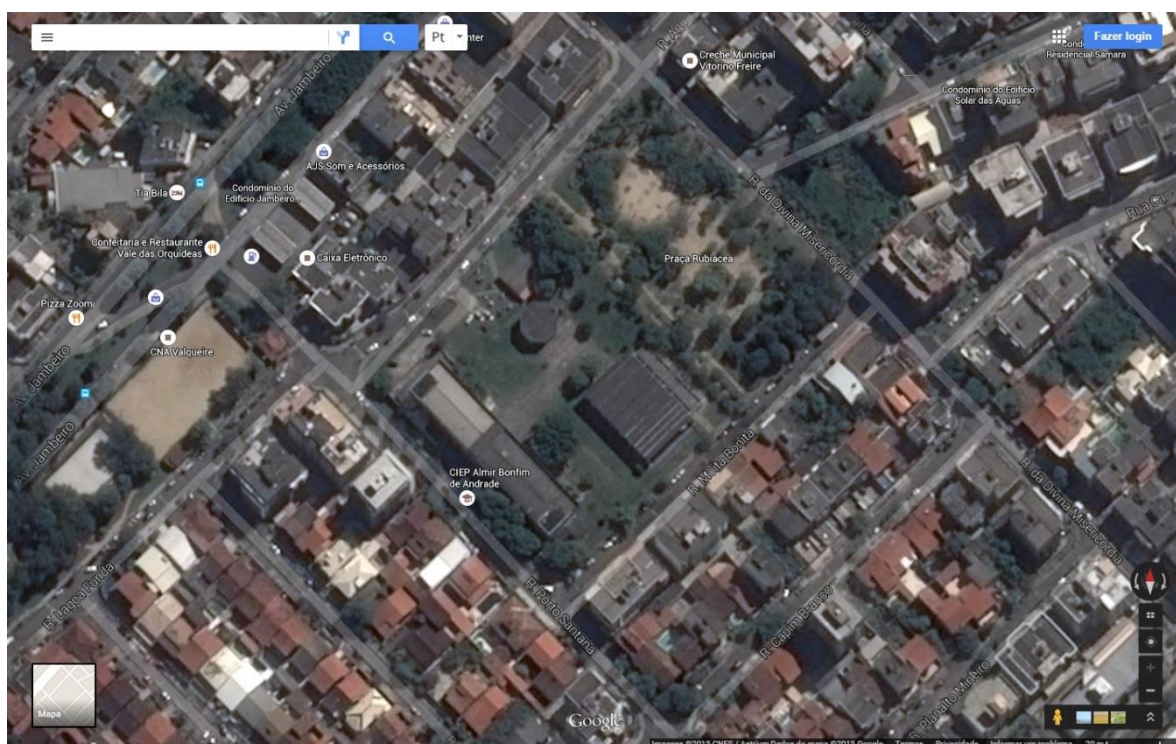
E/SUBE/CRE(07.16.502)
Rua Pôrto Santana, s/n

CIEP Almir Bonfim de Andrade
Vila Valqueire

11674

Quantidade de salas: 28
Horário integral / 1º turno

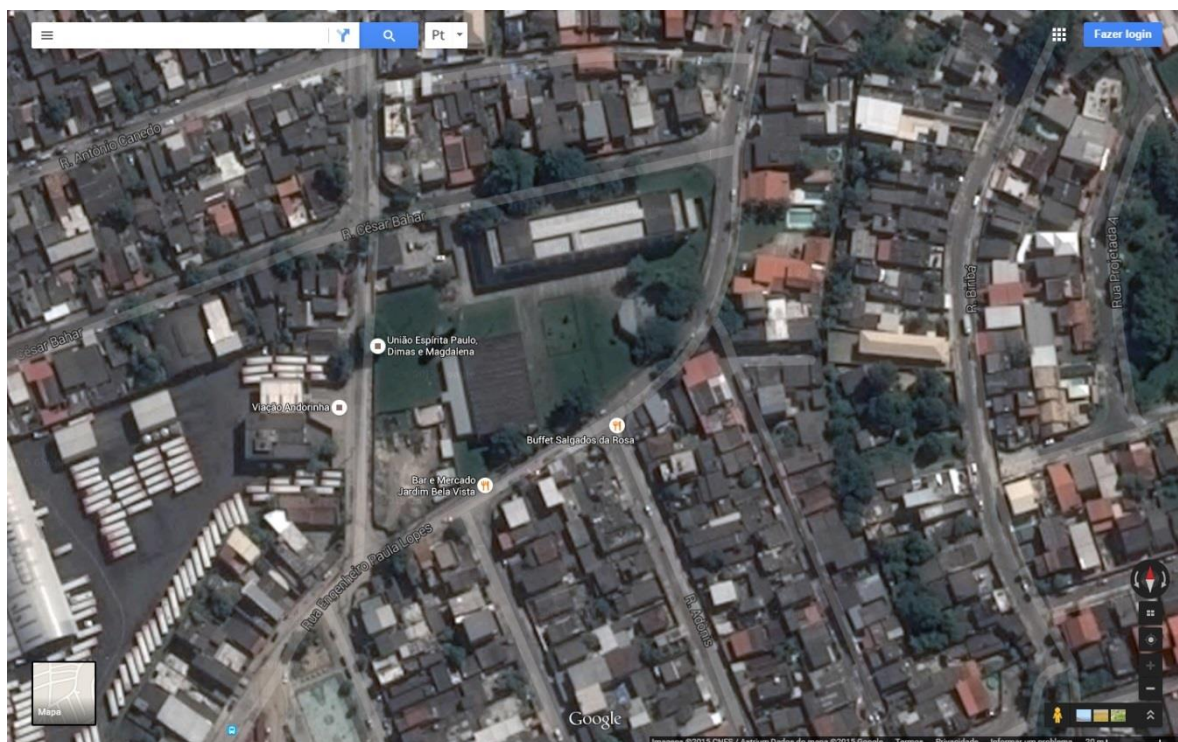
Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	17
Ed. Infantil - Pré-Escola	119
1º Ano	53
2º Ano	65
3º Ano	77
4º Ano	80
5º Ano	51
6º Ano	55



E/SUBE/CRE(08.17.202) CIEP Amilcar Cabral 11877
Rua Engenheiro Paula Lopes, s/n Bangu

Quantidade de Salas: 21
Horário Integral / 1º turno

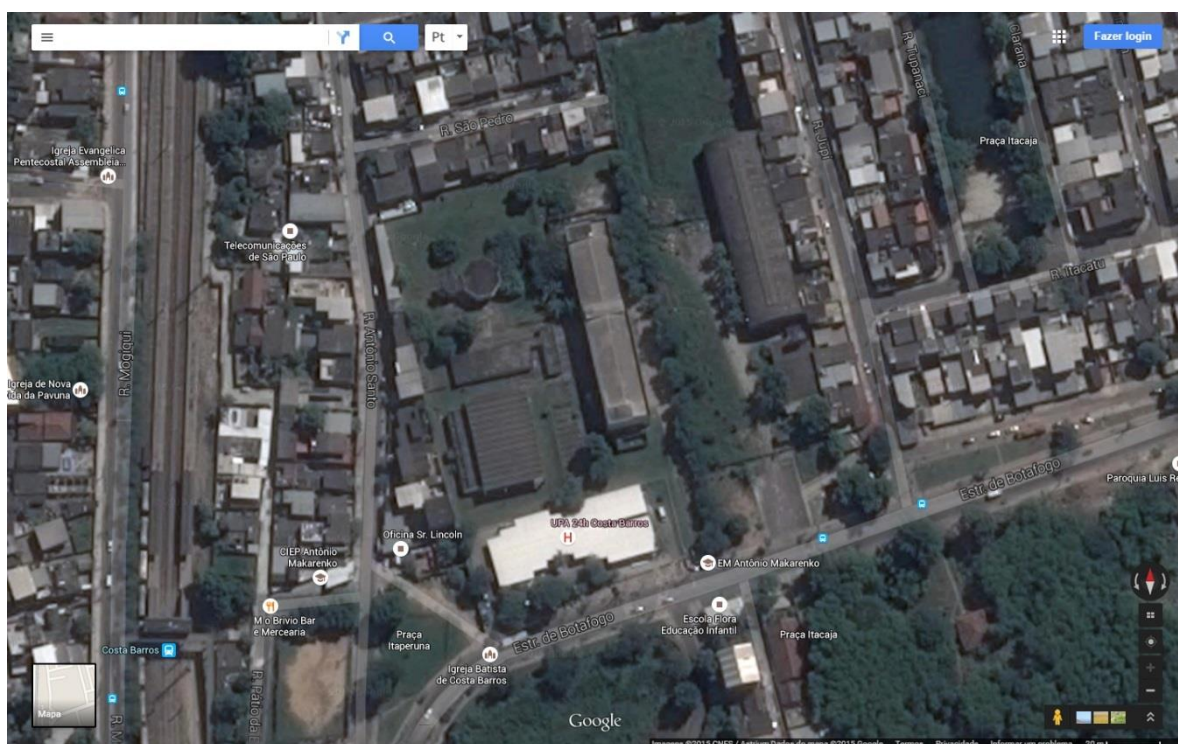
Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	9
Ed. Infantil - Creche	146
Ed. Infantil - Pré-Escola	152
1º Ano	59
2º Ano	31
3º Ano	30
4º Ano	32
5º Ano	32



E/SUBE/CRE(06.25.206) CIEP Antônio Makarenko 11623
 Estr. de Botafogo, s/n Costa Barros

Quantidade de salas: 32
 Horário Integral / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	25
Ed. Infantil - Pré-Escola	102
1º Ano	51
2º Ano	53
3º Ano	96
4º Ano	69
5º Ano	58



E/SUBE/CRE(06.25.205)
Av. Brasil, 18476

CIEP Antônio Candeia Filho
Irajá

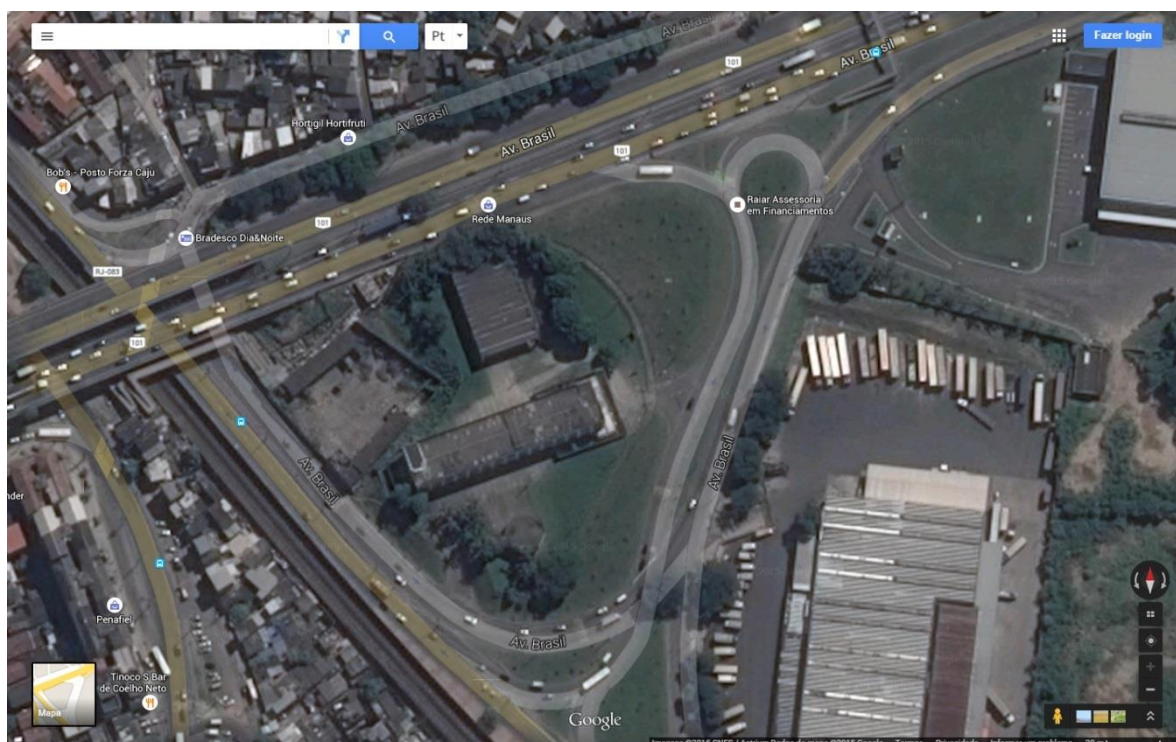
11622

Quantidade de salas: 19

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	19
Ed. Infantil - Pré-Escola	76
PEJ 1 Bloco 1	34
PEJ 1 Bloco 2	51
PEJ 2 Bloco 1	101
PEJ 2 Bloco 2	87
Realfabetização 1	25
1º Ano	49
2º Ano	45
3º Ano	76
4º Ano	34
5º Ano	50

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE (08.17.504) CIEP Antônio Evaristo de Moraes 11892
Av. de Santa Cruz, s/n Senador Camará

Quantidade de salas: 23

Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

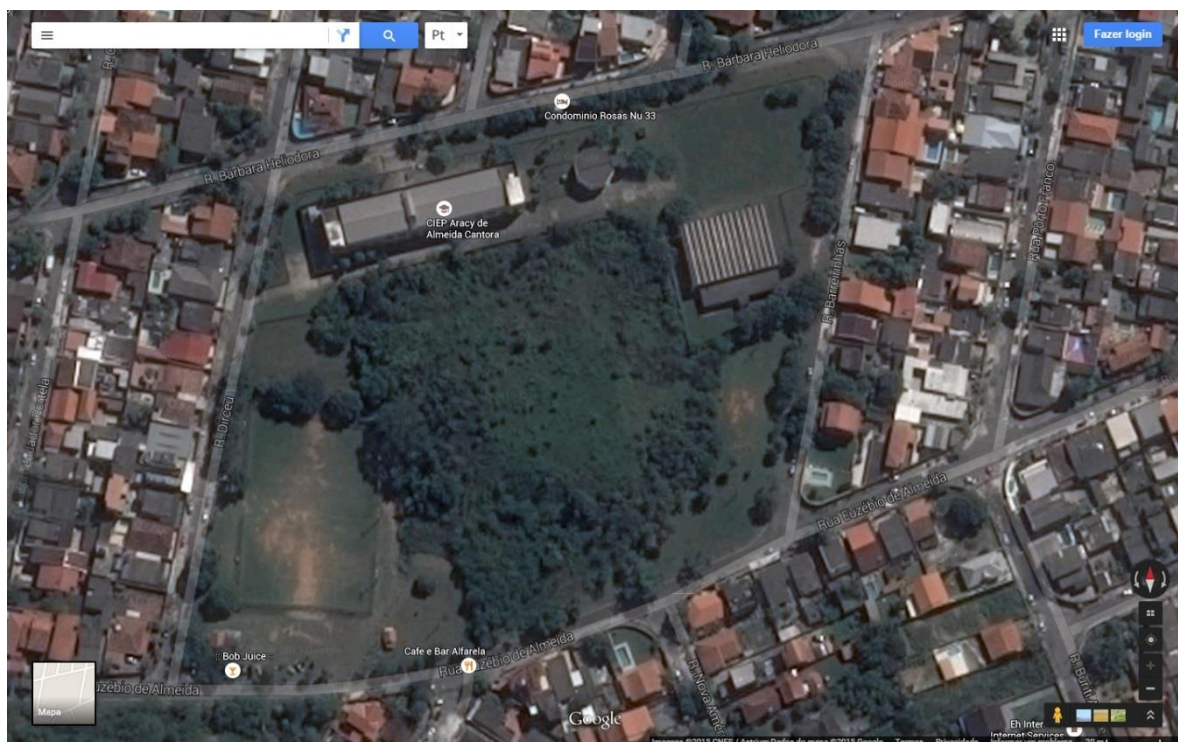
Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	21
Classe Especial	25
Ed. Infantil - Creche	64
Ed. Infantil - Pré-Escola	112
Realfabetização 1	23
1º Ano	74
2º Ano	56
3º Ano	82
4º Ano	60
5º Ano	66



E/SUBE/CRE(08.33.505) CIEP Aracy de Almeida (cantora) 12004
Rua Dirceu, s/n Jardim Sulacap

Quantidade de salas: 22
Horário Integral / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	16
Ed. Infantil - Creche	23
Ed. Infantil - Pré-Escola	91
1º Ano	55
2º Ano	25
3º Ano	49
4º Ano	31
5º Ano	31



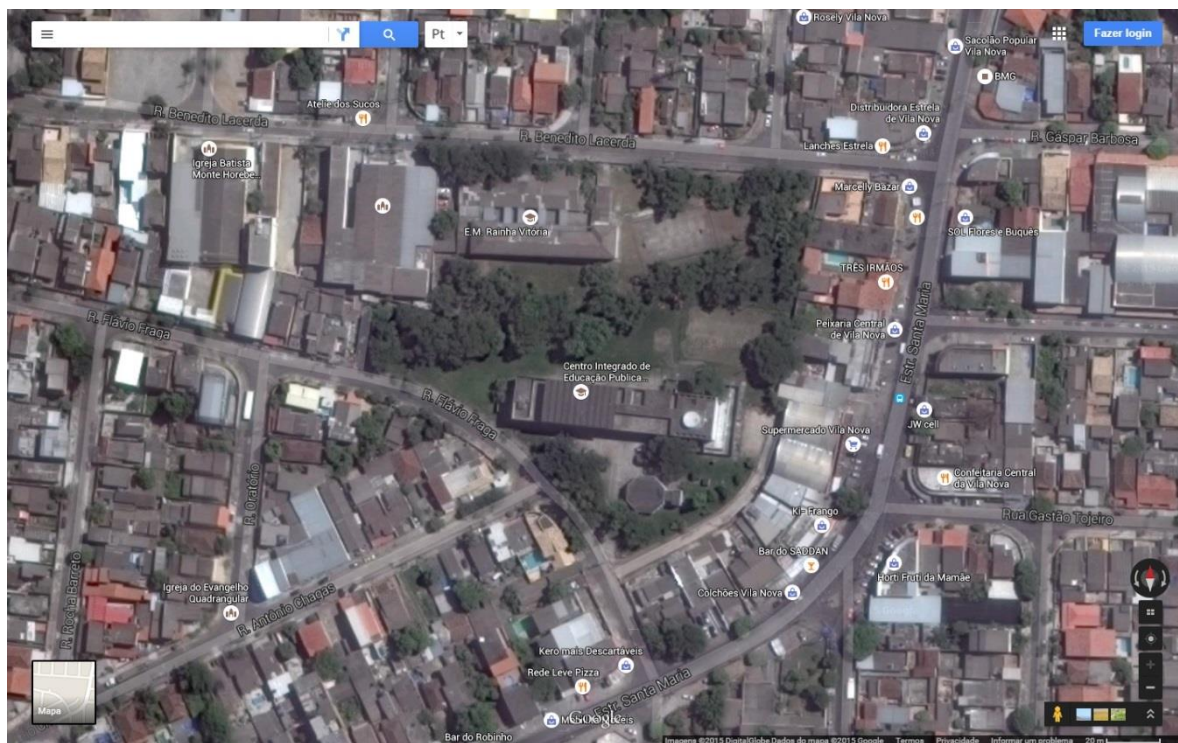
E/SUBE/CRE(09.18.510) CIEP Armindo Marçílio Doltel de Andrade 11748
 Rua Flávio Fraga, s/n Vila Nova Campo Grande

Quantidade de salas: 27

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	24
Classe Especial	34
PEJ 1 Bloco 1	60
PEJ 1 Bloco 2	69
PEJ 2 Bloco 1	77
PEJ 2 Bloco 2	76
1º Ano	28
2º Ano	44
3º Ano	88
4º Ano	64
5º Ano	68
6º Ano	165

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(05.15.501)
Rua Xavier Curado, 1733

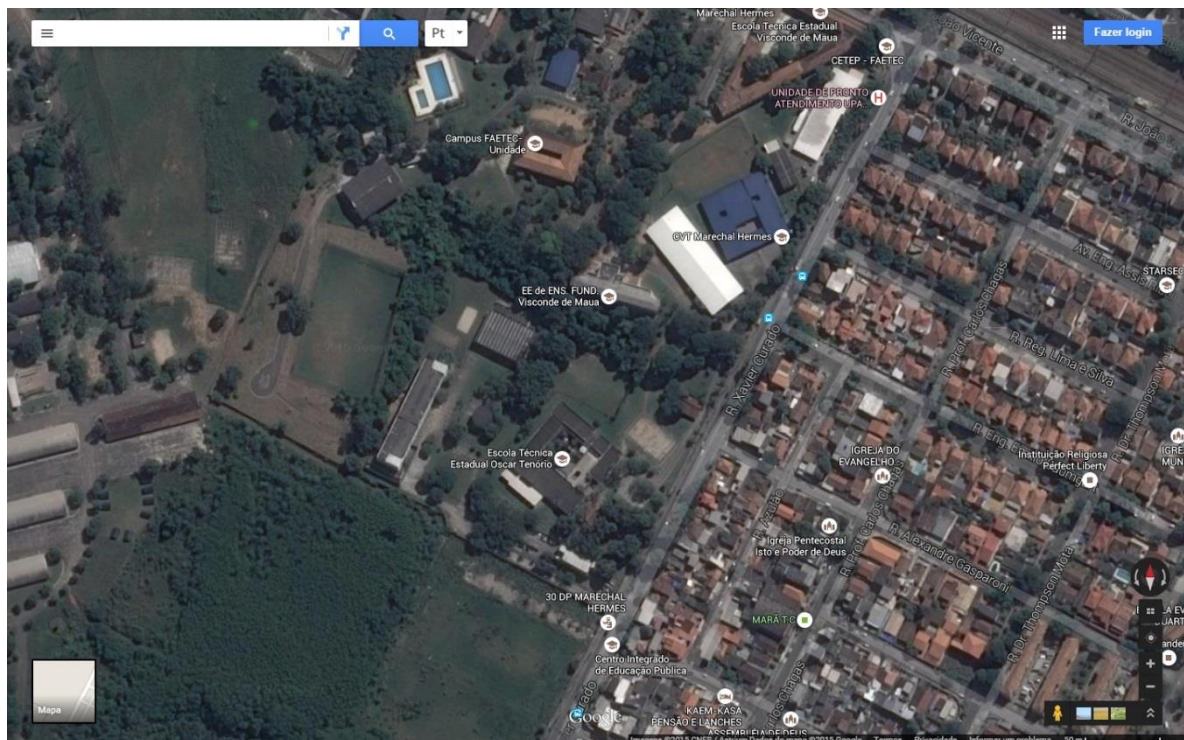
CIEP Augusto Pinheiro de Carvalho
Marechal Hermes

11608

Quantidade de salas: 29

Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	24
Ed. Infantil - Creche	50
Ed. Infantil - Pré-Escola	132
1º Ano	50
2º Ano	35
3º Ano	52
4º Ano	29
5º Ano	26



E/SUBE/CRE(10.19.206)
Rua São Tomé, s/n

CIEP Barão de Itararé
Santa Cruz

11911

Quantidade de salas: 40
1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	24
Classe Especial	41
Ed. Infantil - Pré-Escola	441
Realfabetização 1	25
1º Ano	187
2º Ano	124
3º Ano	202
4º Ano	134
5º Ano	145
6º Ano	139



E/SUBE/CRE(07.16.501) CIEP Carlos Drummond de Andrade
 Rua Cândido Benício, s/n Praça Seca

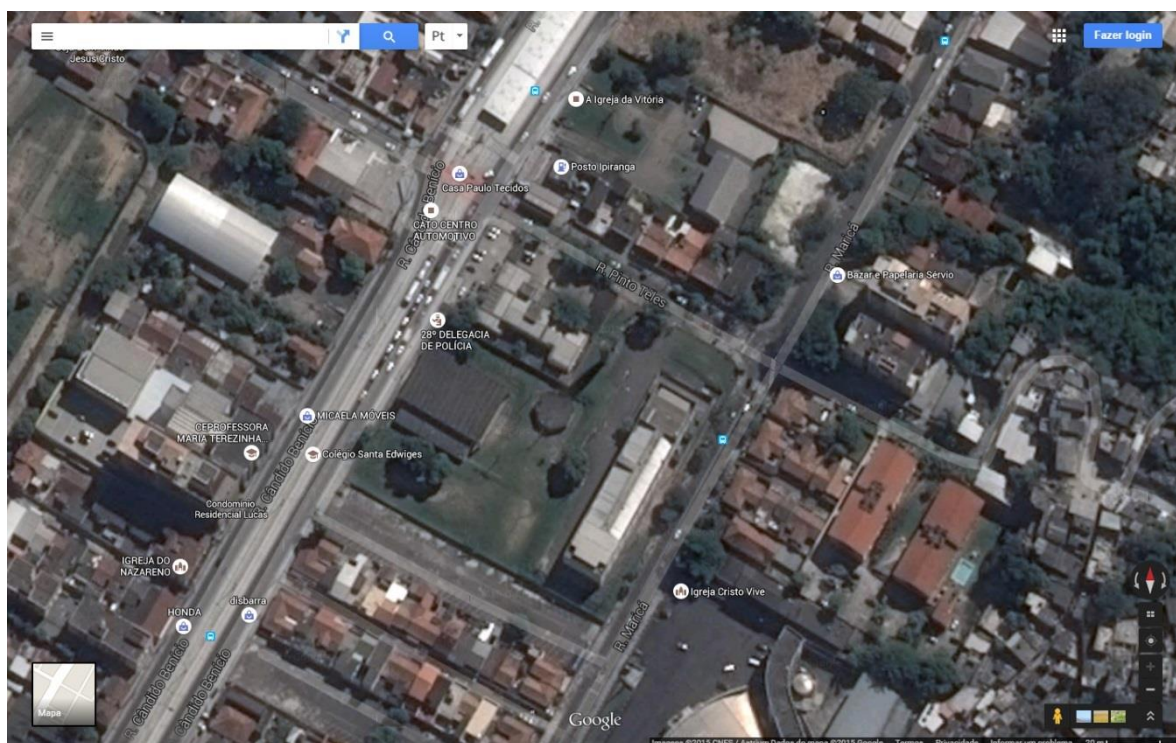
11669

Quantidade de salas: 21

Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 2	48
Aceleração 2A	31
Aceleração 3	28
PEJ 1 Bloco 1	38
PEJ 1 Bloco 2	54
PEJ 2 Bloco 1	46
PEJ 2 Bloco 2	61
6º Ano	114
7º Ano	181
8º Ano	139
9º Ano	110

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



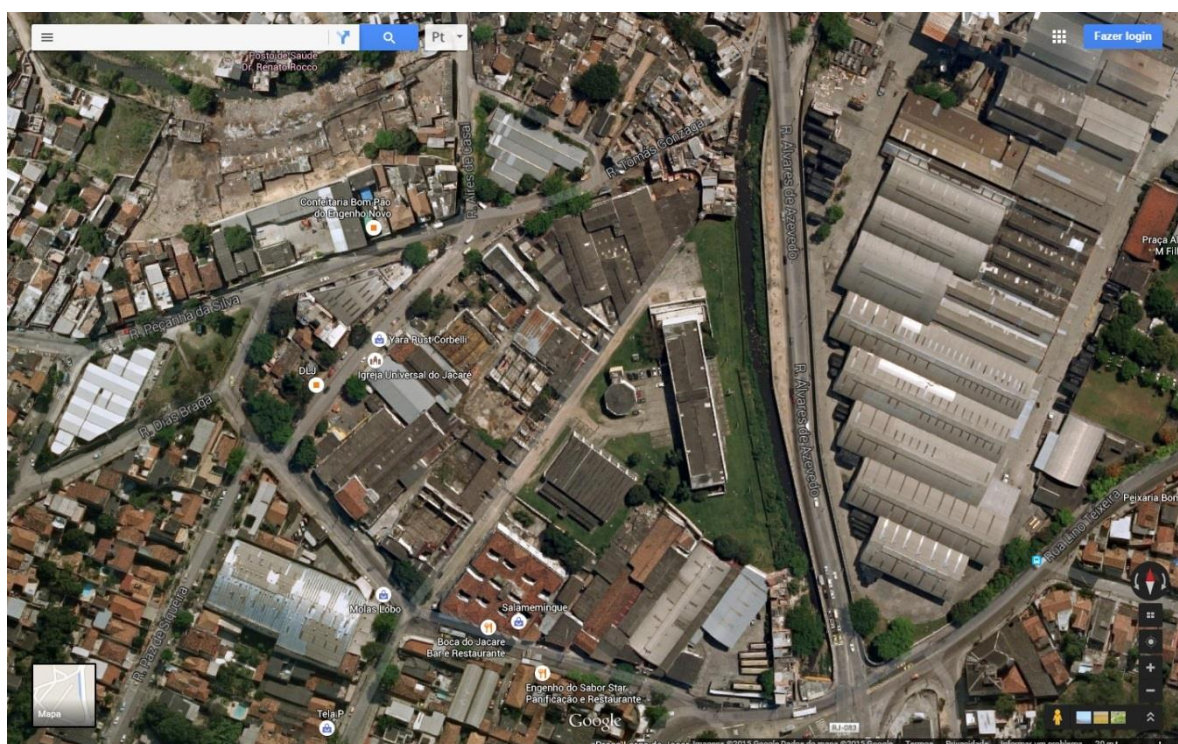
E/SUBE/CRE(03.13.502)
Rua Álvaro Seixas, s/n

CIEP Chanceler Willy Brandt
Jacaré

11797

Quantidade de salas: 24
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Creche	60
Ed. Infantil - Pré-Escola	95
1º Ano	60
2º Ano	49
3º Ano	81
4º Ano	70
5º Ano	64
6º Ano	67



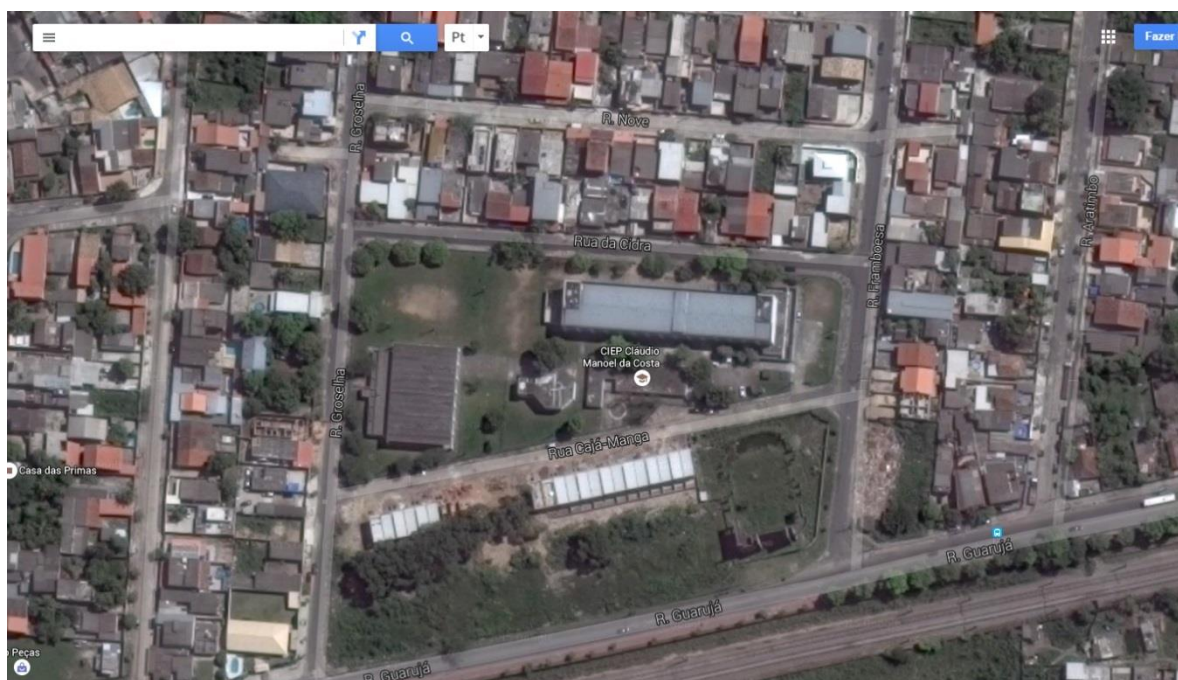
E/SUBE/CRE(09.18.205)
Rua Cajá-Manga, s/n

CIEP Cláudio Manoel da Costa
Cosmos

11727

Quantidade de salas: 37
1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	22
Classe Especial	17
Ed. Infantil - Creche	48
Ed. Infantil - Pré-Escola	279
Realfabetização 1	22
1º Ano	106
2º Ano	67
3º Ano	139
4º Ano	126
5º Ano	73
6º Ano	99



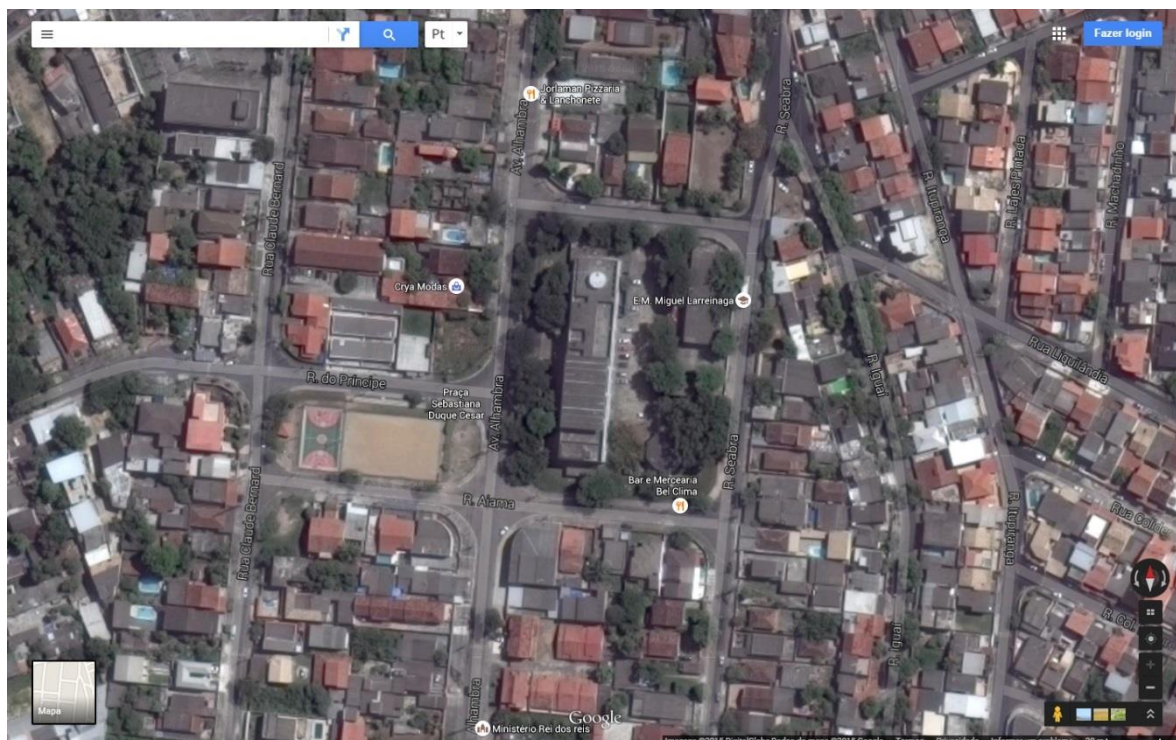
E/SUBE/CRE(09.18.203) CIEP Clementina de Jesus 11725
 Av. Alhambra, s/n Campo Grande

Quantidade de salas: 28

Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	25
Classe Especial	41
Ed. Infantil - Pré-Escola	122
PEJ 1 Bloco 1	22
PEJ 1 Bloco 2	27
PEJ 2 Bloco 1	56
PEJ 2 Bloco 2	86
Realfabetização 1	24
1º Ano	96
2º Ano	78
3º Ano	112
4º Ano	91
5º Ano	64

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.

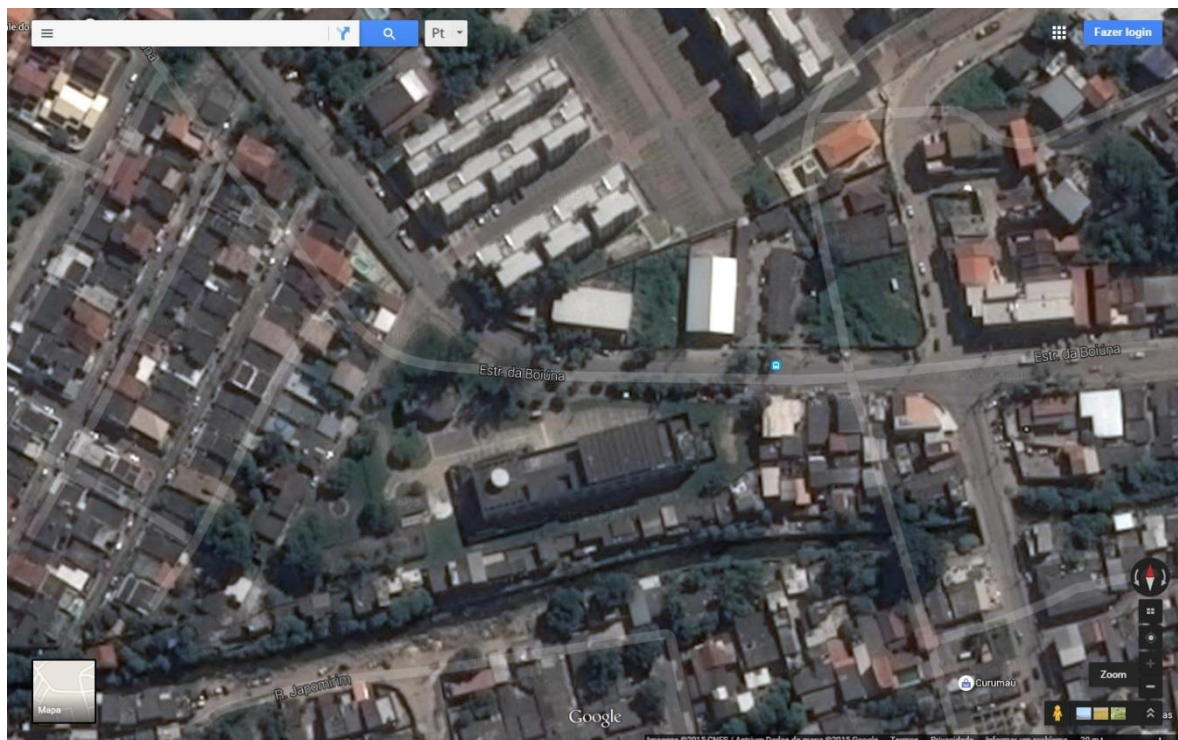


E/SUBE/CRE(07.16.211) CIEP Compositor Donga 11677
Estrada da Boiúna, 1005 Taquara

Quantidade de salas: 29
Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 2	26
Aceleração 3	20
Ed. Infantil - Pré-Escola	149
PEJ 1 Bloco 1	48
PEJ 1 Bloco 2	77
PEJ 2 Bloco 1	84
PEJ 2 Bloco 2	56
Realfabetização 1	24
1º Ano	88
2º Ano	61
3º Ano	137
4º Ano	76
5º Ano	95
6º Ano	211
7º Ano	114
8º Ano	63
9º Ano	48

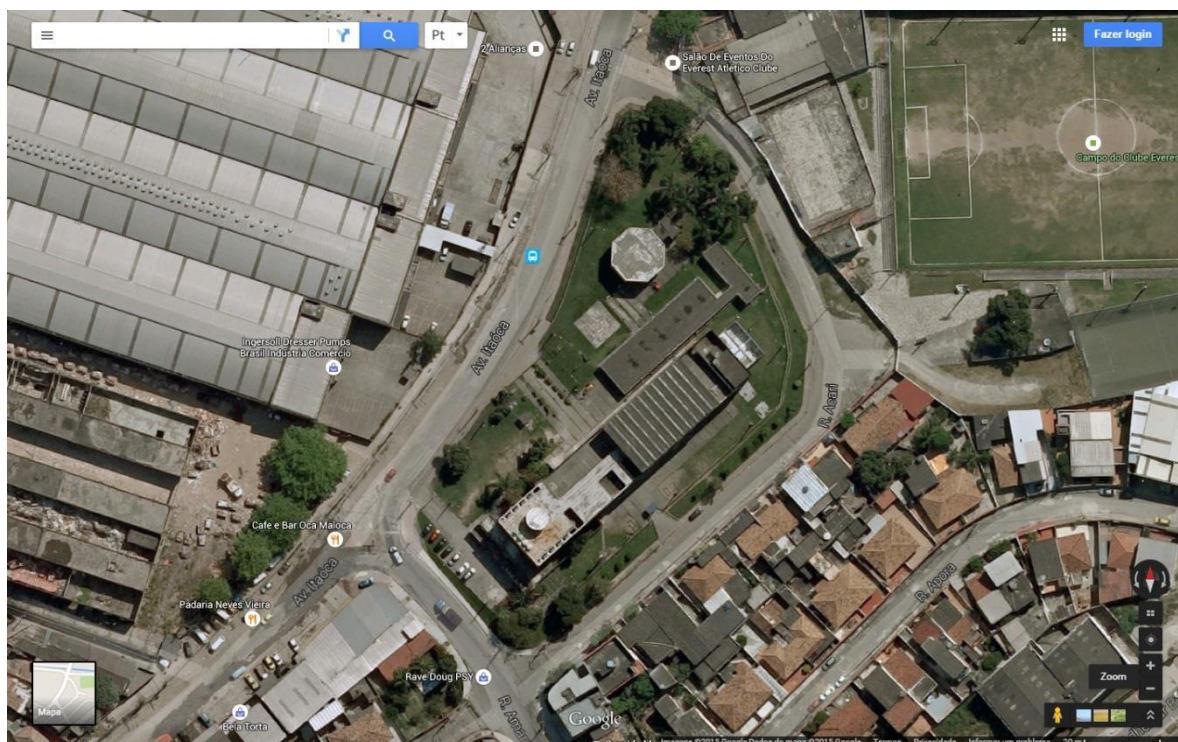
PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(03.12.503) CIEP Coronel Sarmiento 11858
 Av. Itaóca, s/n Inhaúma

Quantidade de salas: 30
 Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	21
Classe Especial	21
Ed. Infantil - Pré-Escola	95
1º Ano	92
2º Ano	82
3º Ano	142
4º Ano	87
5º Ano	82
6º Ano	101



E/SUBE/CRE(04.11.502) CIEP Deputado José Carlos Brandão Monteiro 11570
Rua São Vicente De Paula, 625 Penha

Quantidade de salas: 33
Horário Integral / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	11
Ed. Infantil - Pré-Escola	74
Realfabetização 1	22
1º Ano	49
2º Ano	31
3º Ano	46
4º Ano	31
5º Ano	26
6º Ano	20

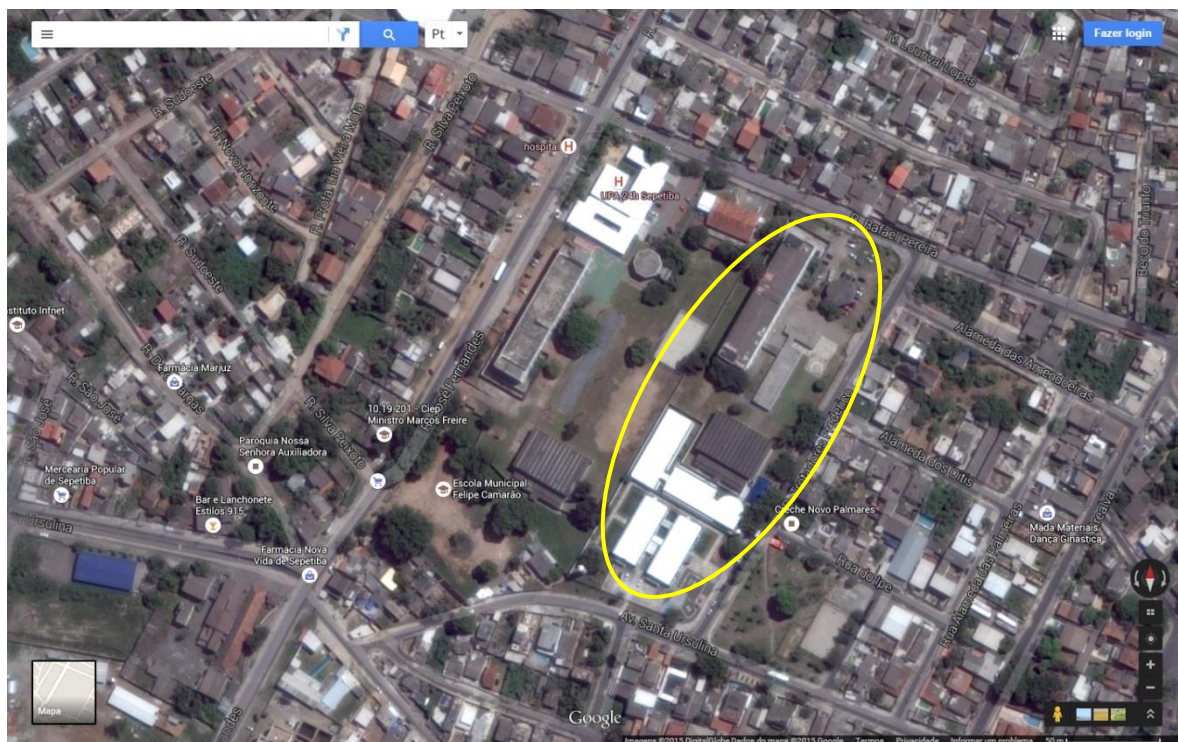


E/SUBE/CRE(10.19.207) CIEP Deputado Ulysses Guimarães 11912
 R. José Fernandes, s/n Setetiba

Quantidade de salas: 42
 Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	47
Classe Especial	22
Ed. Infantil - Pré-Escola	301
PEJ 1 Bloco 1	26
PEJ 1 Bloco 2	26
PEJ 2 Bloco 1	67
PEJ 2 Bloco 2	82
Realfabetização 1	55
1º Ano	207
2º Ano	147
3º Ano	230
4º Ano	198
5º Ano	188
6º Ano	96

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



A elipse destaca um dos dois CIEPs construídos no mesmo terreno.

E/SUBE/CRE(05.14.501) CIEP Dom Oscar Romero 11609
 Estr. do Colégio, s/n Irajá

Quantidade de salas: 24
 Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

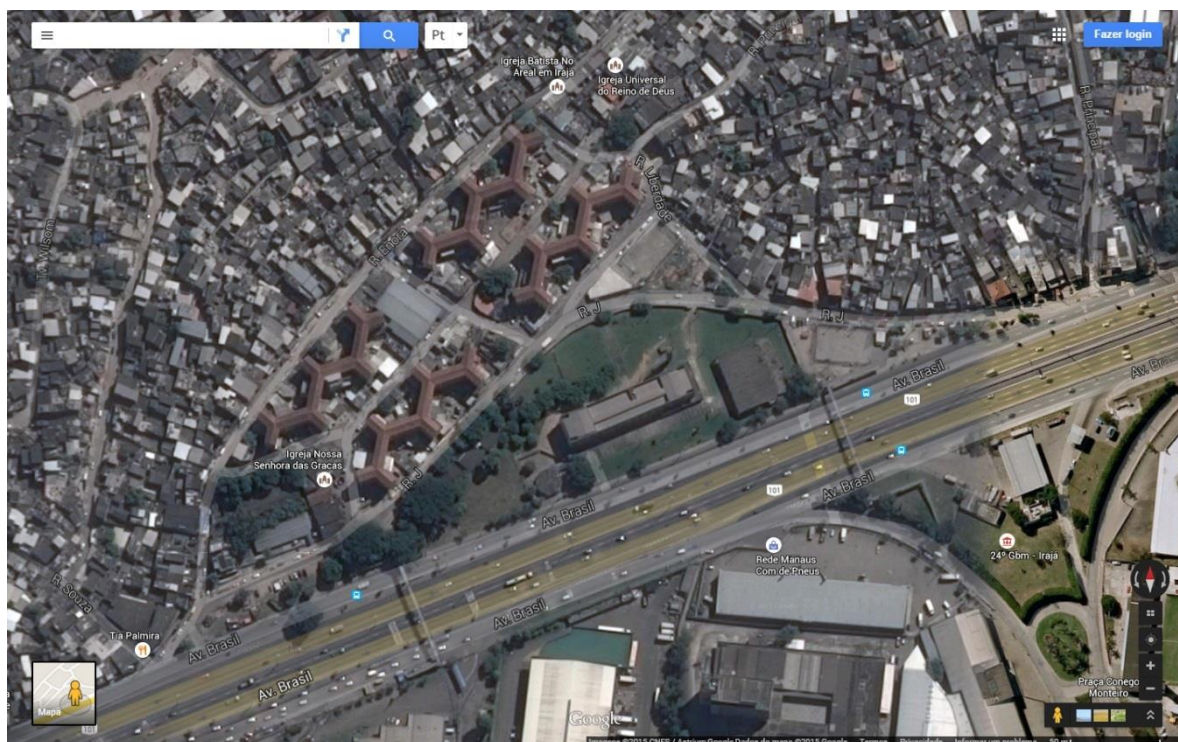
Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	16
Classe Especial	13
Ed. Infantil - Creche	51
Ed. Infantil - Pré-Escola	124
Realfabetização 1	15
1º Ano	57
2º Ano	29
3º Ano	86
4º Ano	49
5º Ano	53



E/SUBE/CRE(06.25.501) CIEP Doutor Adão Pereira Nunes 11612
Av. Brasil, s/n Irajá

Quantidade de salas: 23
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	134
1º Ano	85
2º Ano	81
3º Ano	89
4º Ano	66
5º Ano	74



E/SUBE/CRE(02.08.502)
Rua São Miguel, 446

CIEP Doutor Antoine Magarinos Torres Filho
Tijuca

11556

Quantidade de salas: 24
Horário Integral

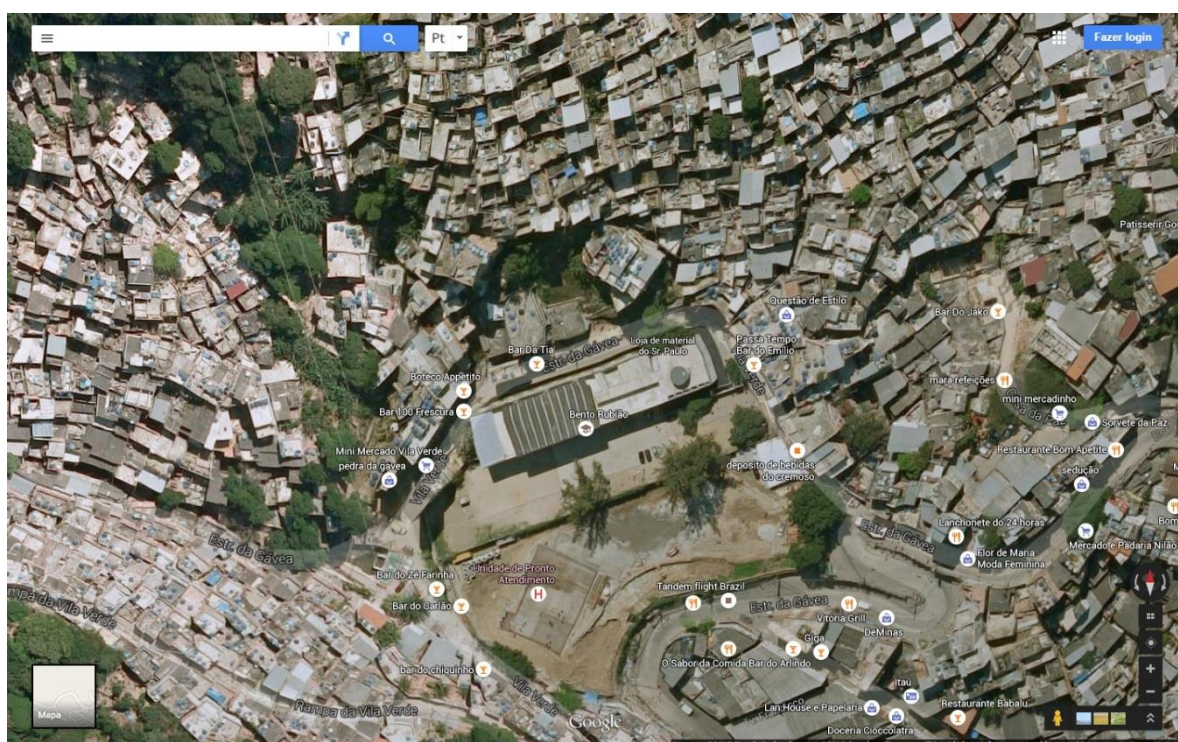
Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	95
1º Ano	89
2º Ano	81
3º Ano	117
4º Ano	74
5º Ano	51
6º Ano	51



E/SUBE/CRE(02.27.501) CIEP Doutor Bento Rubião 10897
Estrada da Gávea, s/n Rocinha

Quantidade de salas: 55
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	126
1º Ano	118
2º Ano	91
3º Ano	176
4º Ano	61

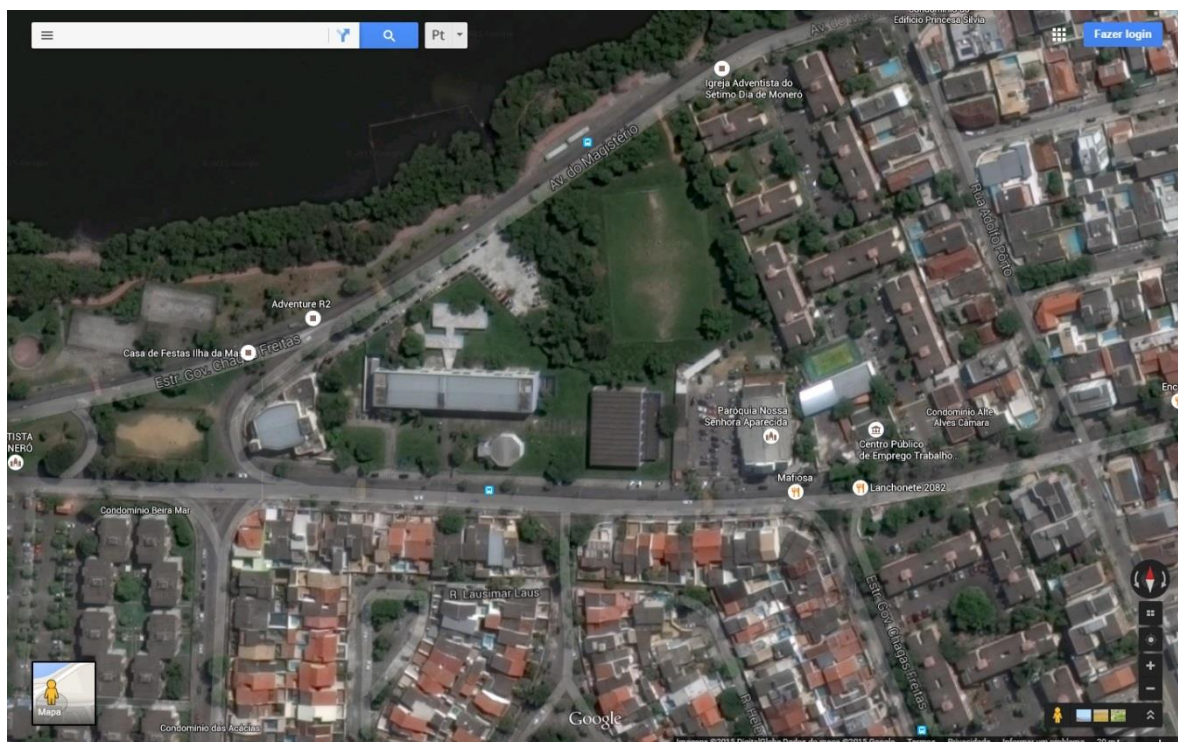


E/SUBE/CRE(11.20.503)
Est. Gov. Chagas Freitas, 1230

CIEP Doutor João Ramos de Souza
Portuguesa

Quantidade de salas: 44
Horário Integral / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Creche	25
Ed. Infantil - Pré-Escola	70
1º Ano	21
2º Ano	25
3º Ano	6
4º Ano	3



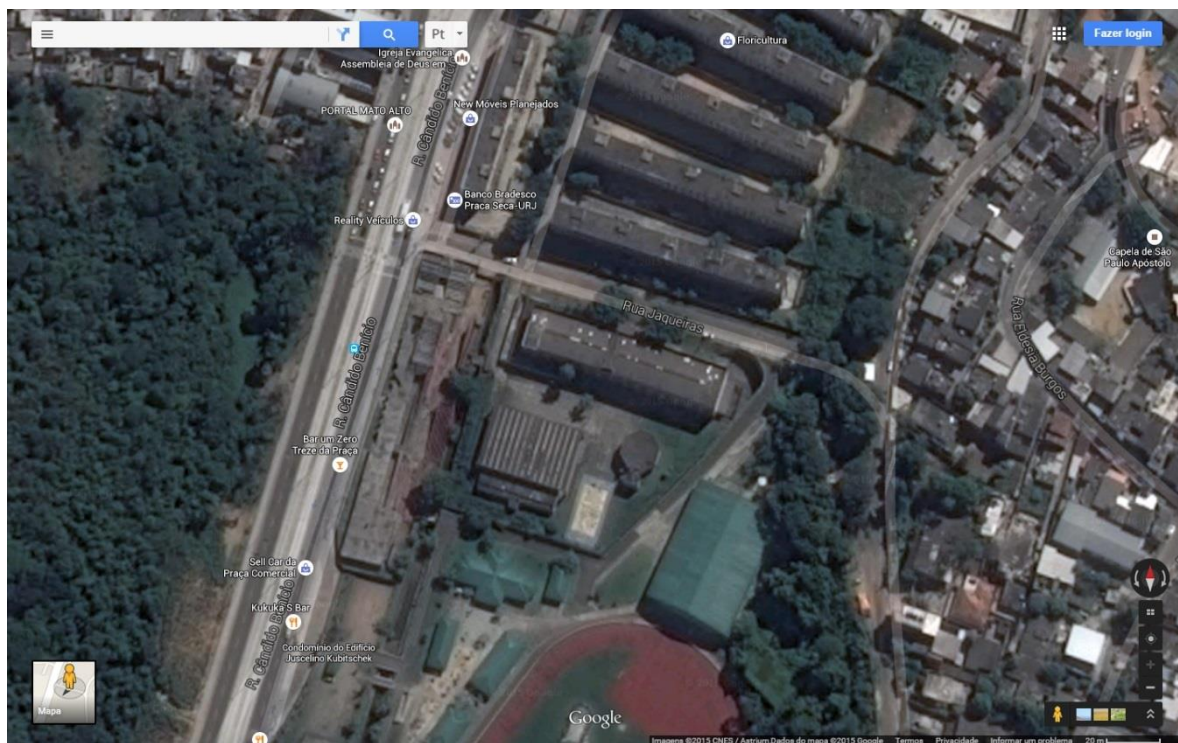
E/SUBE/CRE(07.16.503) CIEP Doutor Adelino da Palma Carlos 11678
 Rua Cândido Benício, 2935 Praça Seca

Quantidade de salas: 37

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	34
Ed. Infantil - Pré-Escola	85
PEJ 1 Bloco 1	30
PEJ 1 Bloco 2	49
PEJ 2 Bloco 1	68
PEJ 2 Bloco 2	79
1º Ano	85
2º Ano	84
3º Ano	142
4º Ano	88
5º Ano	123
6º Ano	43

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.

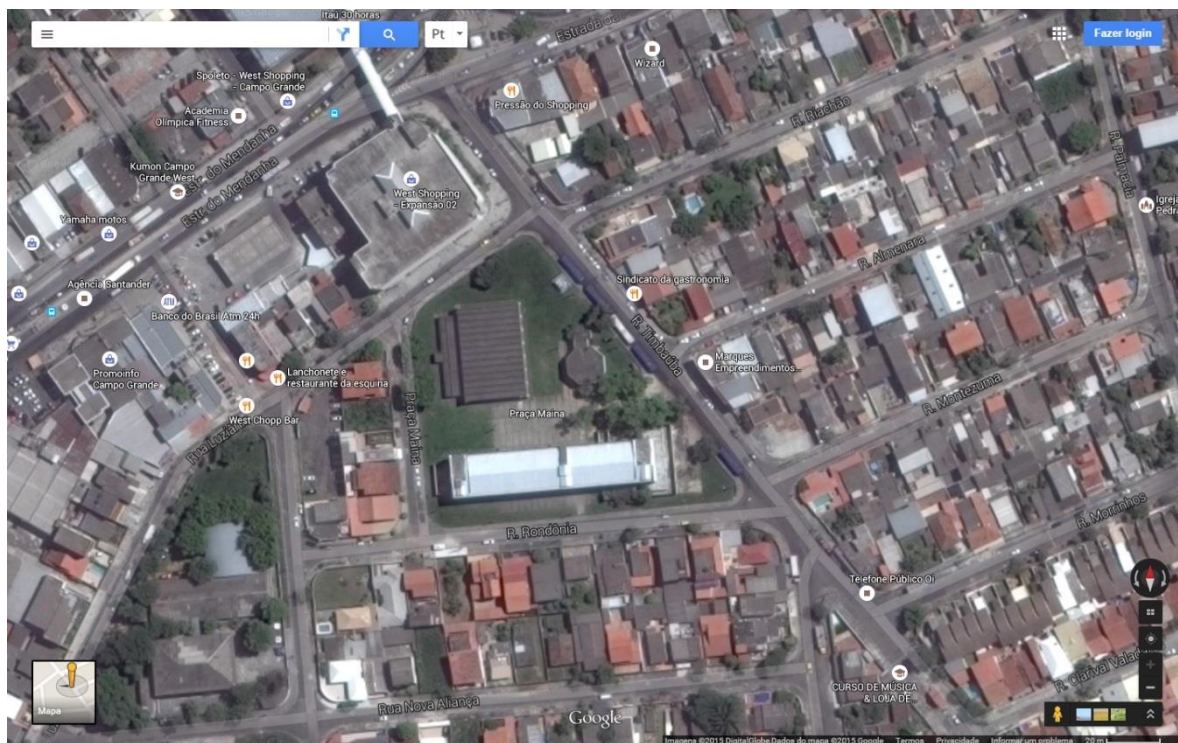


E/SUBE/CRE(09.18.508) CIEP Dr. Ernesto (Che) Guevara 11743
 Rua Timbaúba, s/n Campo Grande

Quantidade de salas: 36
 Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	62
Ed. Infantil - Pré-Escola	103
PEJ 1 Bloco 1	29
PEJ 1 Bloco 2	80
PEJ 2 Bloco 1	95
PEJ 2 Bloco 2	169
1º Ano	45
2º Ano	54
3º Ano	91
4º Ano	82
5º Ano	74
6º Ano	71

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(07.16.210) CIEP Dr. Joaquim Pimenta 11684
 Rua Vila Aurora, s/n Curicica

Quantidade de salas: 24
 1º. Turno / 2º. Turno

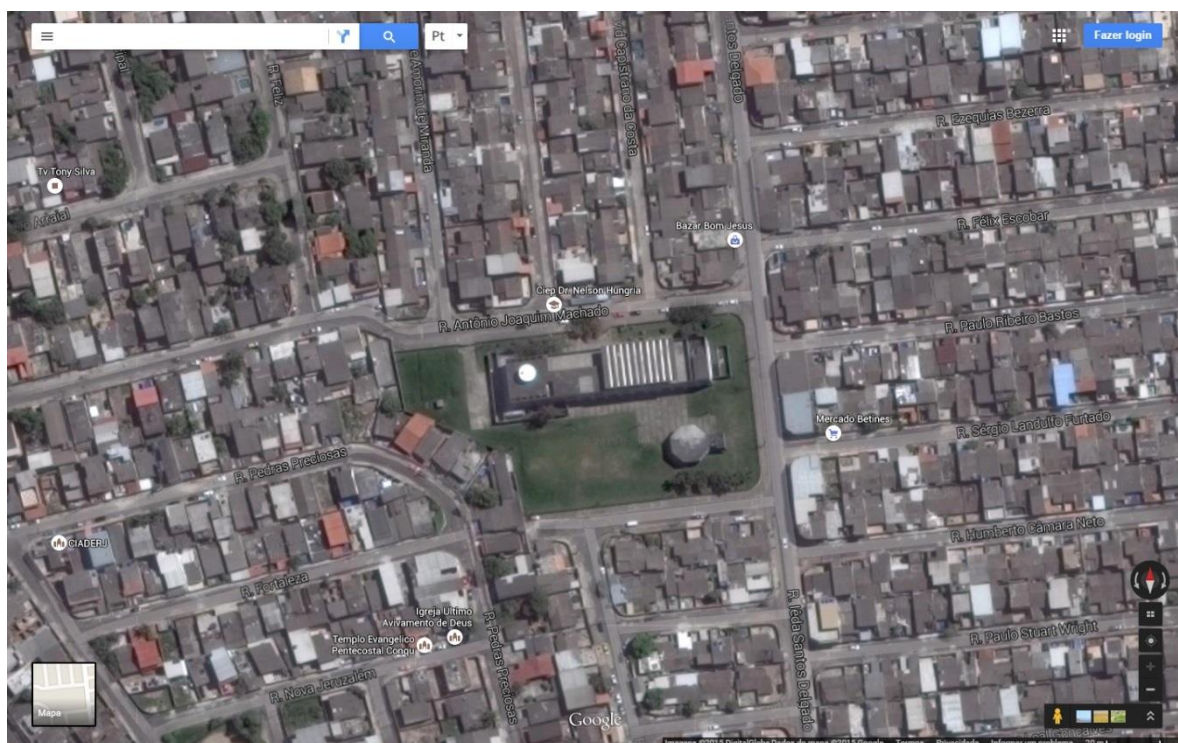
Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	25
Aceleração 2	56
Aceleração 2A	47
Aceleração 3	10
Classe Especial	22
Ed. Infantil - Pré-Escola	146
Realfabetização 1	41
1º Ano	88
2º Ano	62
3º Ano	95
4º Ano	85
5º Ano	117
6º Ano	126
7º Ano	117



E/SUBE/CRE(10.19.503) CIEP Dr. Nelson Hungria 11773
 Rua Antônio Joaquim Machado, s/n Paciência

Quantidade de salas: 56
 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	16
Ed. Infantil - Pré-Escola	121
Realfabetização 1	24
1º Ano	107
2º Ano	94
3º Ano	191
4º Ano	168
5º Ano	140
6º Ano	161



E/SUBE/CRE(04.30.502) CIEP Elis Regina 11580
Rua Principal, s/n Bonsucesso

Quantidade de salas: 37
Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	21
Classe Especial	11
Realfabetização 1	56
1º Ano	107
2º Ano	57
3º Ano	79
4º Ano	97
5º Ano	159
6º Ano	102



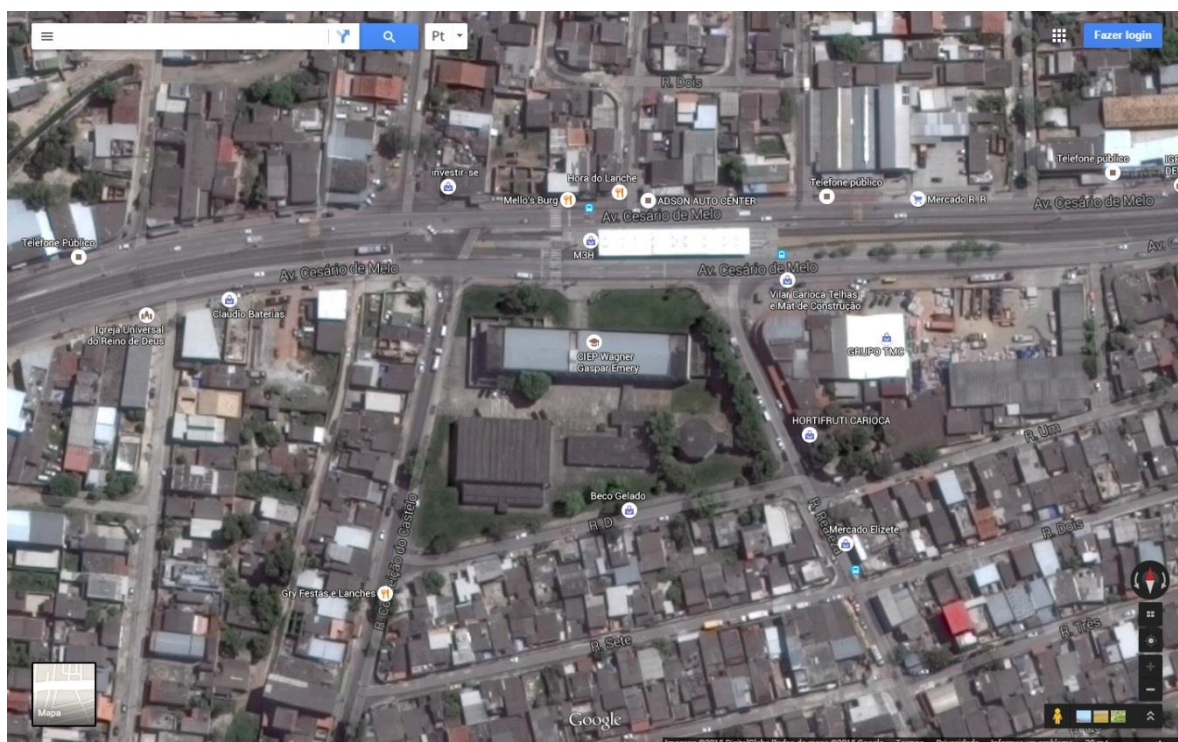
A elipse destaca um dos dois CIEPs construídos no mesmo terreno.

E/SUBE/CRE(09.18.201) CIEP Engenheiro Wagner Gaspar Emery 11721
 Av. Cesário de Melo, 7431 Inhoaíba

Quantidade de salas: 38
 Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	23
Classe Especial	32
Ed. Infantil - Pré-Escola	244
PEJ 1 Bloco 1	33
PEJ 1 Bloco 2	31
PEJ 2 Bloco 1	72
PEJ 2 Bloco 2	81
Realfabetização 1	27
1º Ano	158
2º Ano	118
3º Ano	219
4º Ano	160
5º Ano	183

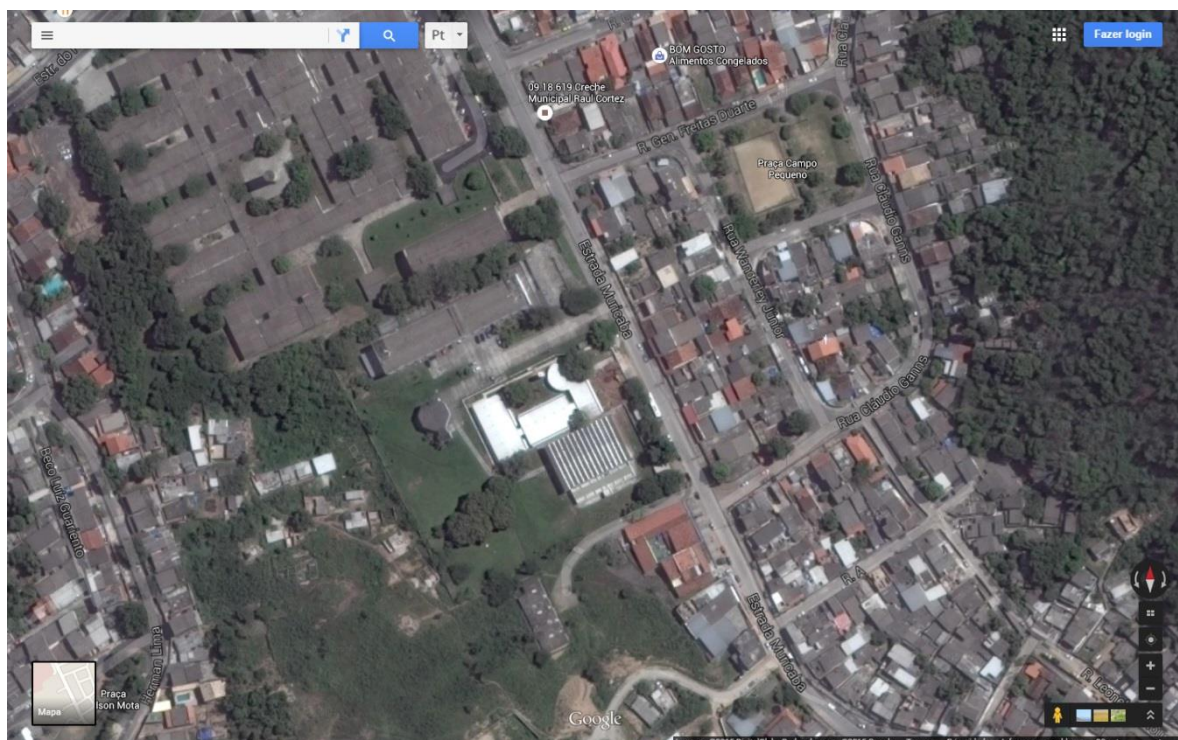
PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(09.18.504) CIEP Francisco Cavalcante Pontes de Miranda 11726
 Estrada Muricaba, s/n Senador Vasconcelos

Quantidade de salas: 23
 Horário Integral / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	5
Ed. Infantil - Pré-Escola	116
1º Ano	81
2º Ano	53
3º Ano	58
4º Ano	61
5º Ano	65
6º Ano	61



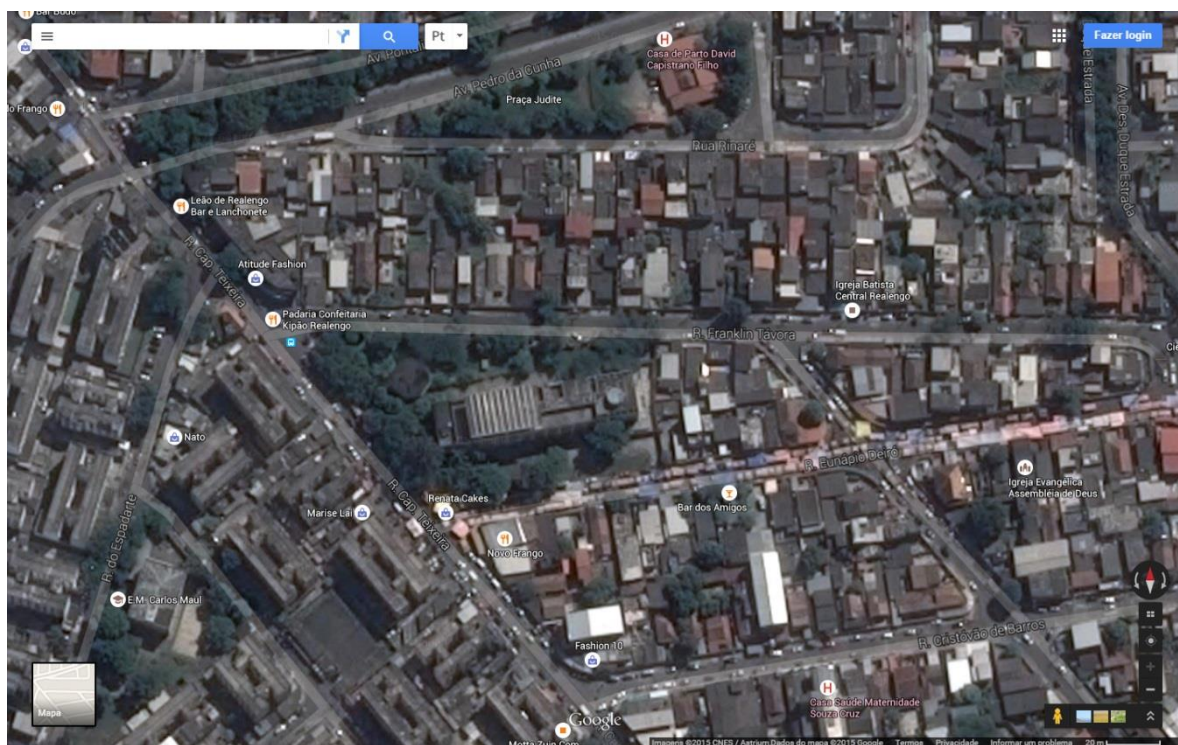
E/SUBE/CRE(08.33.201) CIEP Frei Veloso 11990
 Rua Franklin Távora, s/n Realengo

Quantidade de salas: 29

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	23
Classe Especial	26
Ed. Infantil - Pré-Escola	155
PEJ 1 Bloco 1	50
PEJ 1 Bloco 2	35
PEJ 2 Bloco 1	66
PEJ 2 Bloco 2	90
1º Ano	52
2º Ano	55
3º Ano	56
4º Ano	69
5º Ano	60

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(06.22.202)
Praça Otacílio Pedro Vasco, s/n

CIEP General Augusto Cesar Sandino
Anchieta

11402

Quantidade de salas: 23
Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Creche	230
Ed. Infantil - Pré-Escola	240
1º Ano	61

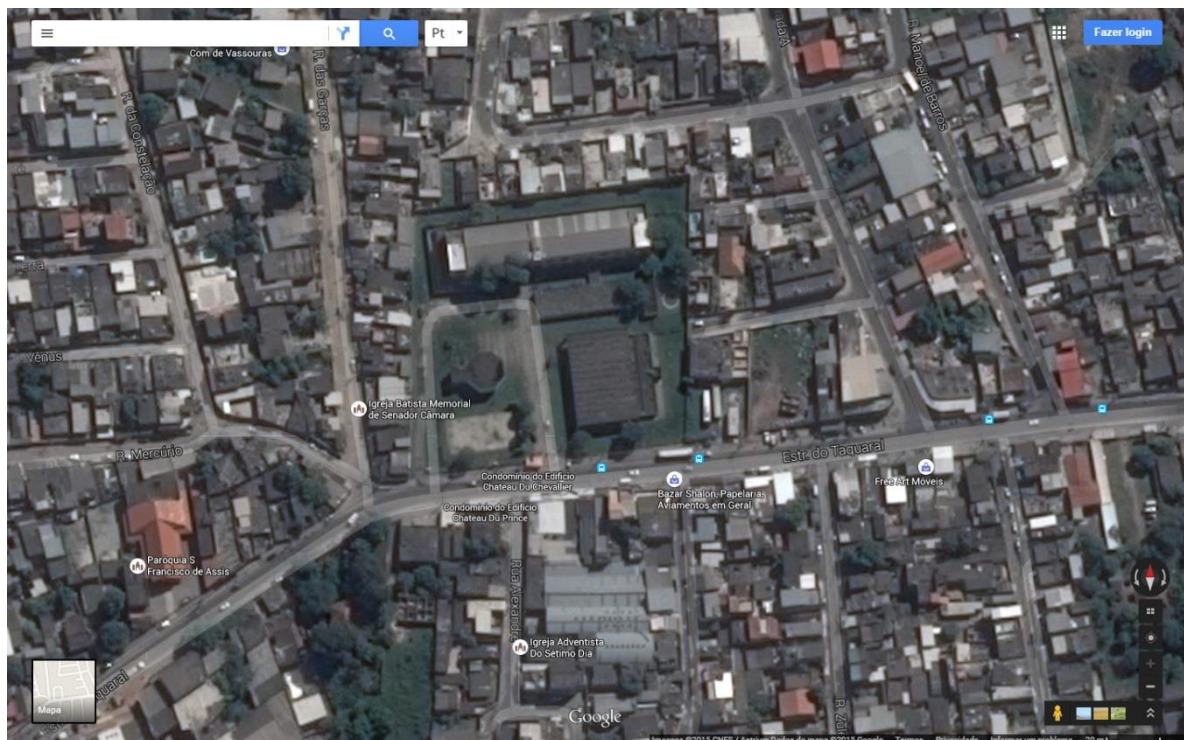


E/SUBE/CRE(08.17.501) CIEP Gilberto Freyre 11881
 Estrada do Taquaral, 641 Senador Camará

Quantidade de salas: 28
 Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	232
PEJ 2 Bloco 1	45
PEJ 2 Bloco 2	75
1º Ano	96
2º Ano	85
3º Ano	93
4º Ano	94
5º Ano	67

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(06.25.503)
Rua Frei Vicente, s/n

CIEP Glauber Rocha
Pavuna

11618

Quantidade de salas: 27
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	101
1º Ano	84
2º Ano	57
3º Ano	95
4º Ano	68
5º Ano	66
6º Ano	67



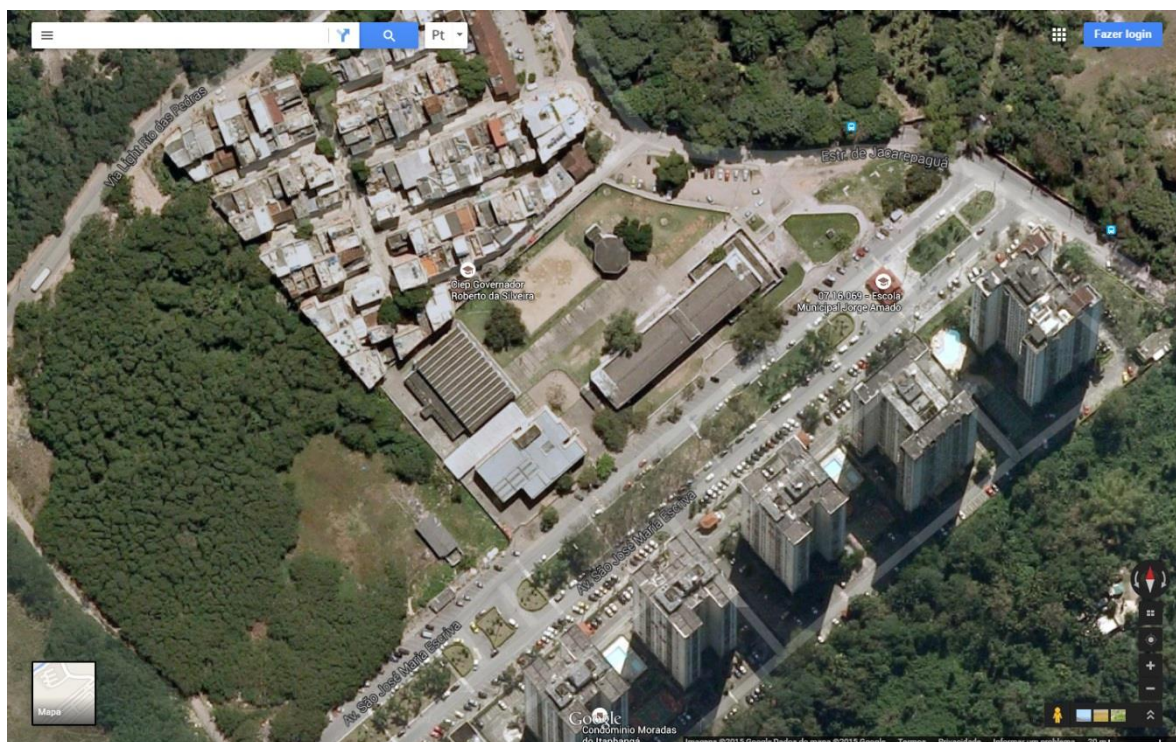
E/SUBE/CRE(07.16.204) Ciep Governador Roberto da Silveira
Estrada de Jacarepaguá, 3145 Rio das Pedras

11675

Quantidade de salas: 23

1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	25
Classe Especial	20
Ed. Infantil - Pré-Escola	141
Realfabetização 1	48
1º Ano	178
2º Ano	176
3º Ano	262
4º Ano	185
5º Ano	176

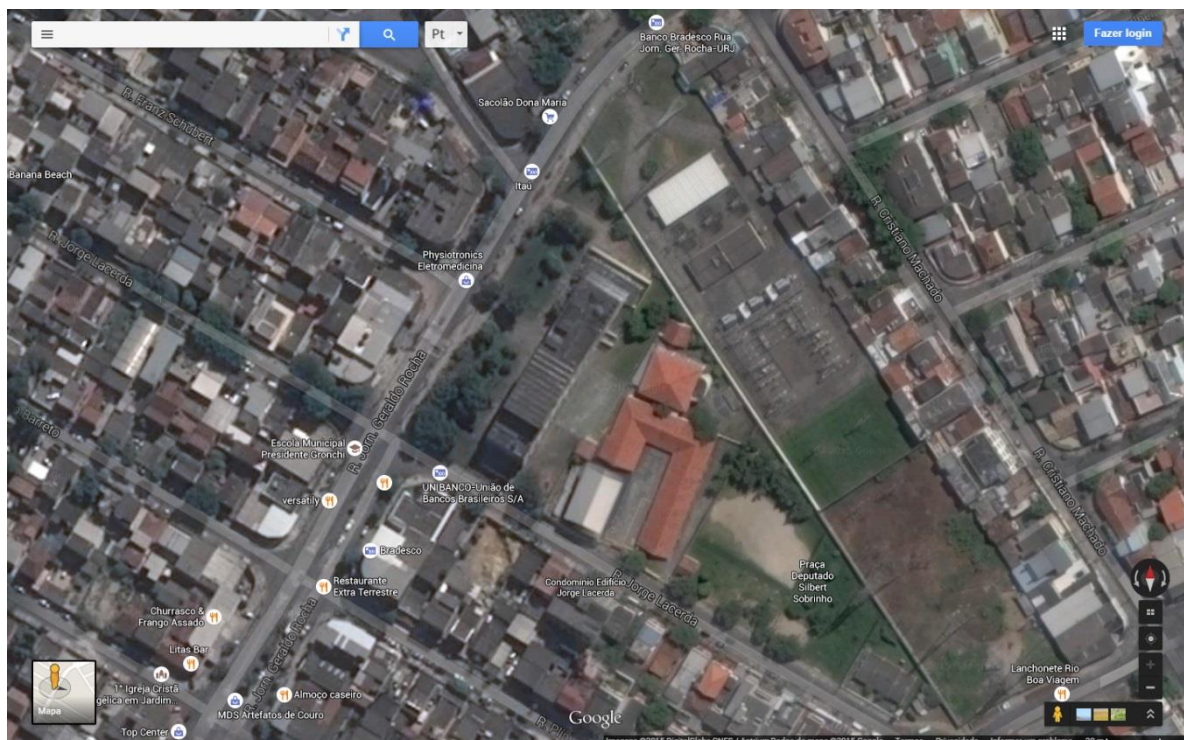


E/SUBE/CRE(04.31.502) CIEP Graciliano Ramos 11325
 Rua Jorge Lacerda, s/n Jardim América

Quantidade de salas: 23
 Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	26
Classe Especial	4
Ed. Infantil - Pré-Escola	164
PEJ 1 Bloco 1	21
PEJ 1 Bloco 2	56
PEJ 2 Bloco 1	40
PEJ 2 Bloco 2	42
Realfabetização 1	23
1º Ano	87
2º Ano	55
3º Ano	95
4º Ano	64
5º Ano	63

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



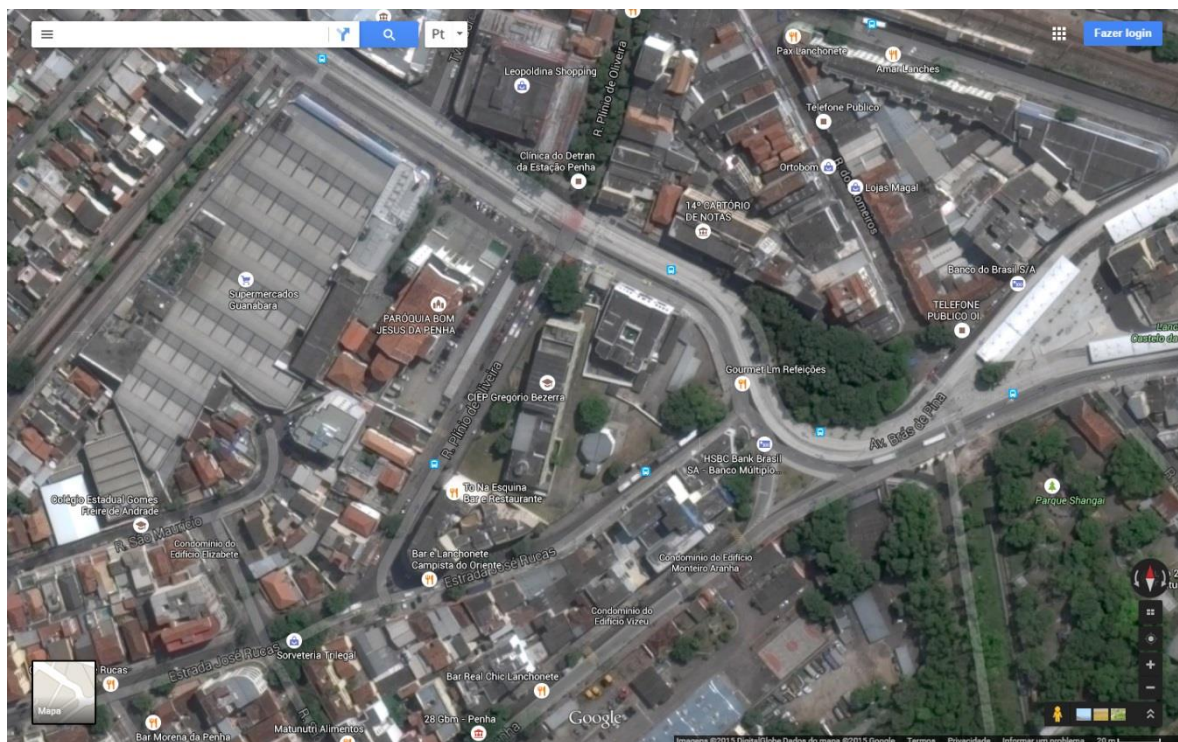
E/SUBE/CRE(04.11.202) CIEP Gregório Bezerra 11924
 Rua Plínio de Oliveira, s/n Penha

Quantidade de salas: 44

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	25
Classe Especial	41
Ed. Infantil - Creche	49
Ed. Infantil - Pré-Escola	143
PEJ 1 Bloco 1	35
PEJ 1 Bloco 2	47
PEJ 2 Bloco 1	60
PEJ 2 Bloco 2	65
Realfabetização 1	25
1º Ano	73
2º Ano	61
3º Ano	53
4º Ano	50
5º Ano	53

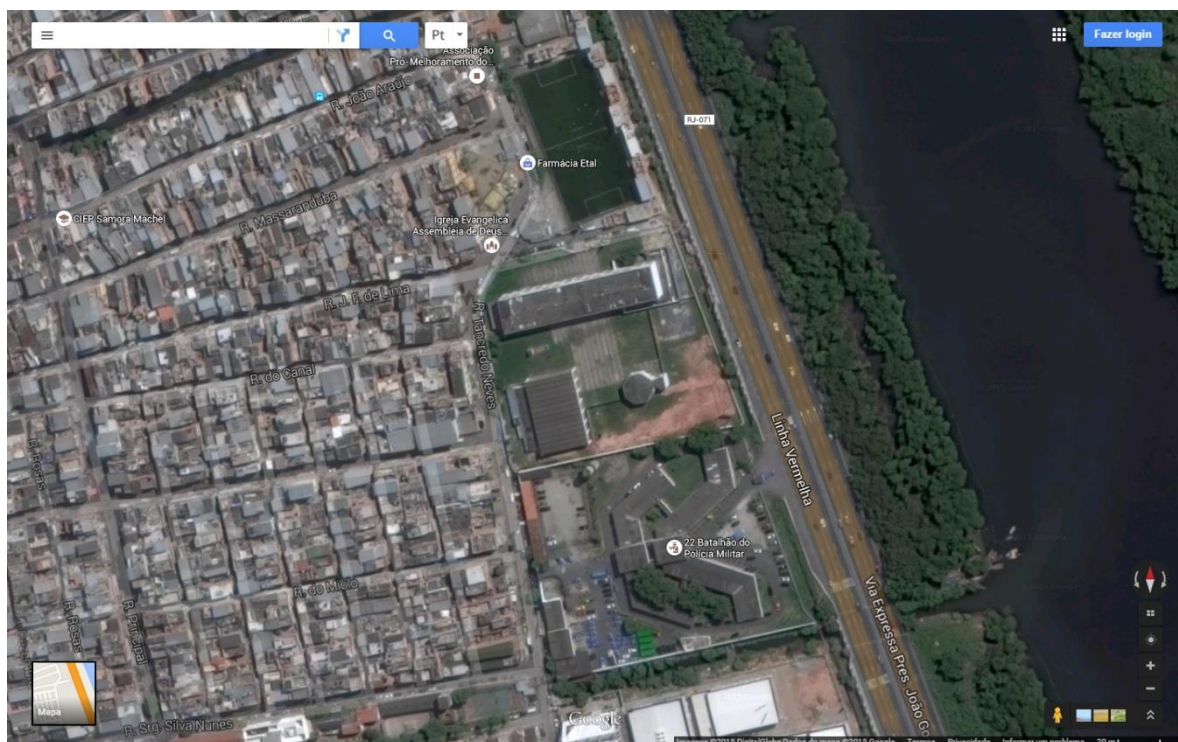
PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(04.30.206) CIEP Hélio Smidt 11598
 Rua Tancredo Neves, s/n Bonsucesso

Quantidade de salas: 35
 Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

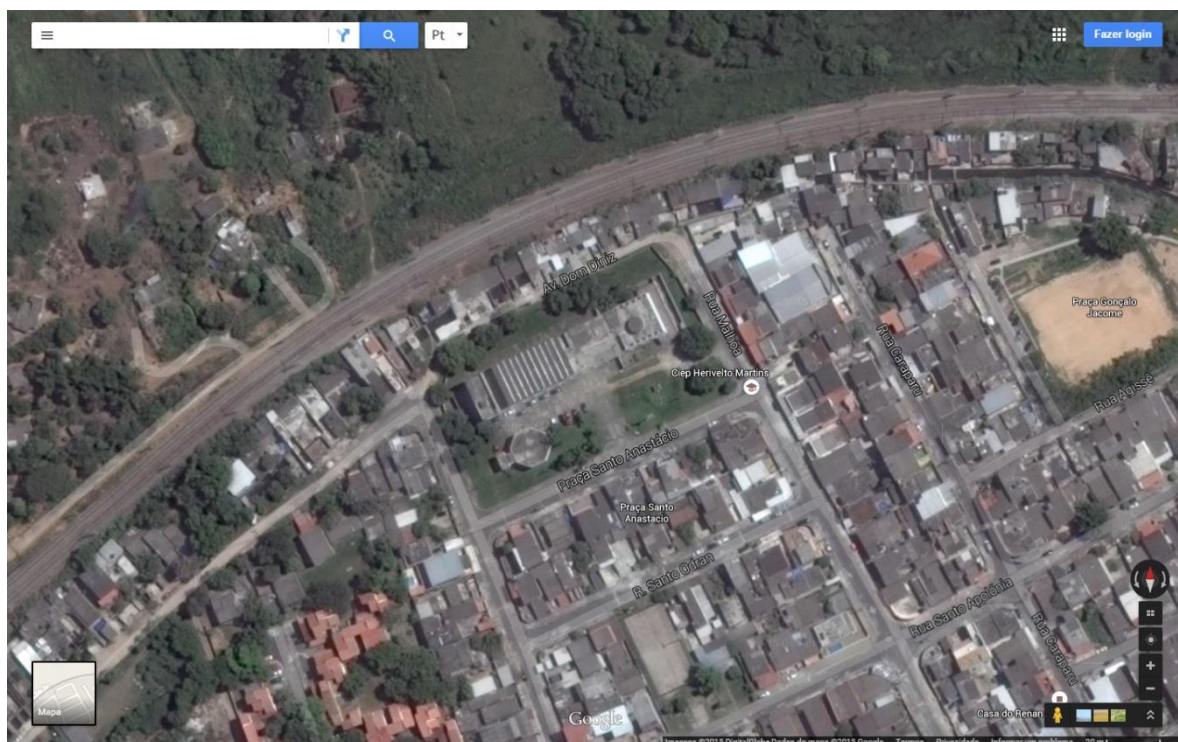
Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	24
Classe Especial	23
Ed. Infantil - Pré-Escola	190
Realfabetização 1	43
1º Ano	107
2º Ano	107
3º Ano	135
4º Ano	138
5º Ano	112



E/SUBE/CRE(09.18.511) CIEP Herivelto Martins 11753
Praça Santo Anastácio, s/n Santíssimo

Quantidade de salas: 38
Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	15
Classe Especial	20
Ed. Infantil - Pré-Escola	100
1º Ano	54
2º Ano	55
3º Ano	101
4º Ano	67
5º Ano	101

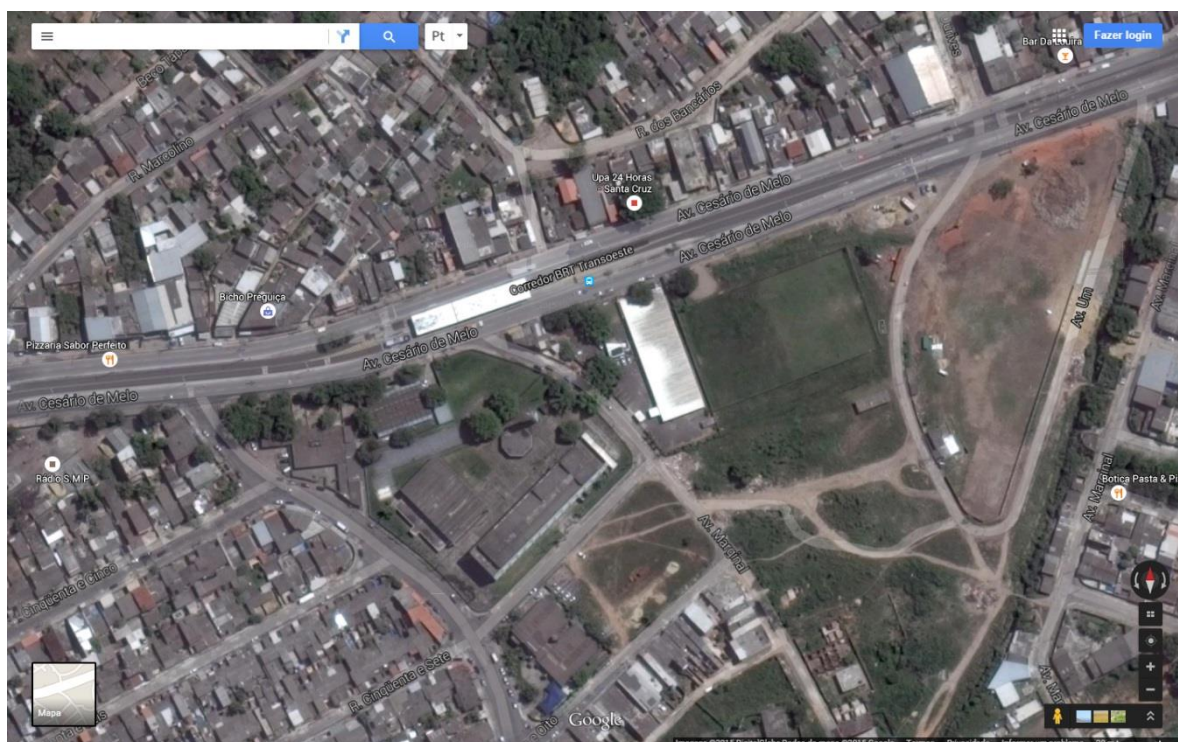


E/SUBE/CRE(10.19.202) CIEP Ismael Nery 11909
 Av. Cesário De Melo, S/Nº Santa Cruz

Quantidade de salas: 48
 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	18
Aceleração 2A	26
Aceleração 3	49
Classe Especial	13
PEJ 1 Bloco 1	11
PEJ 1 Bloco 2	13
PEJ 2 Bloco 1	53
PEJ 2 Bloco 2	44
Realfabetização 1	3
6º Ano	411
7º Ano	158
7º Ano - NJM	23
8º Ano	162
9º Ano	162

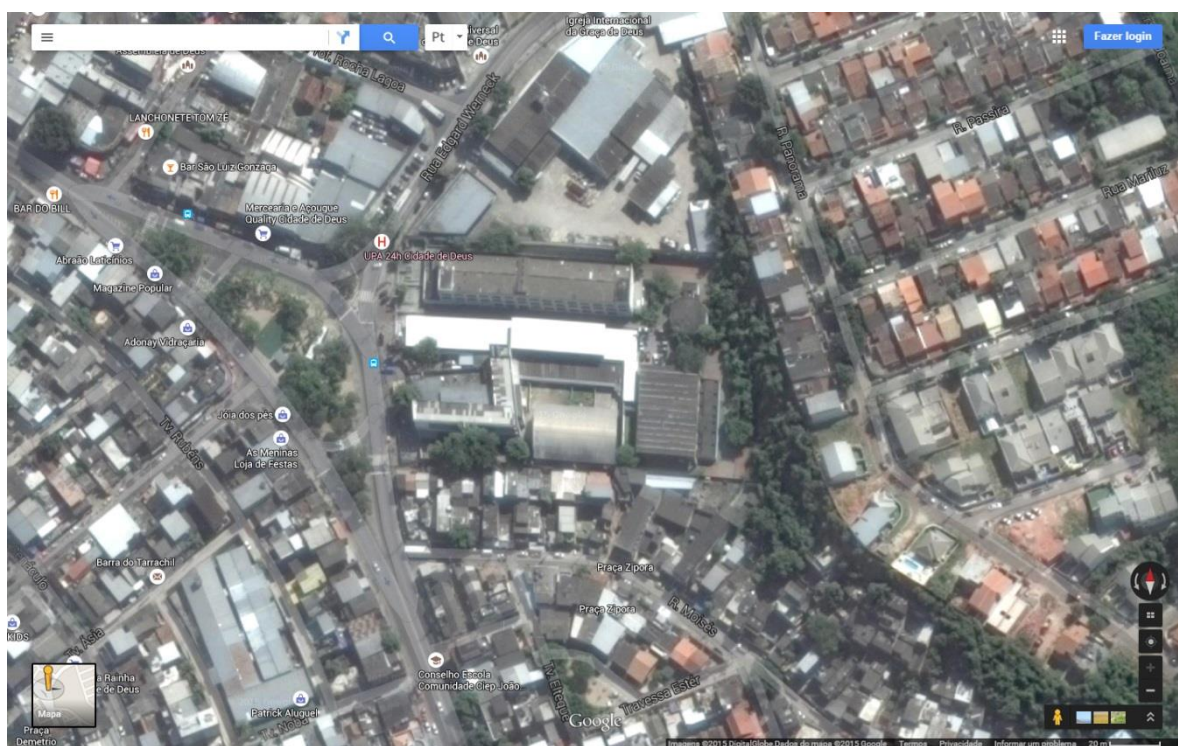
PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.
 NJM – Projeto Nenhum Jovem a Menos de reforço escolar.



E/SUBE/CRE(07.34.502) CIEP João Batista dos Santos 11940
 Rua Edgar Werneck, 1.565 Cidade de Deus

Quantidade de salas: 35
 Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	31
Ed. Infantil - Pré-Escola	75
1º Ano	85
2º Ano	57
3º Ano	107
4º Ano	92
5º Ano	81

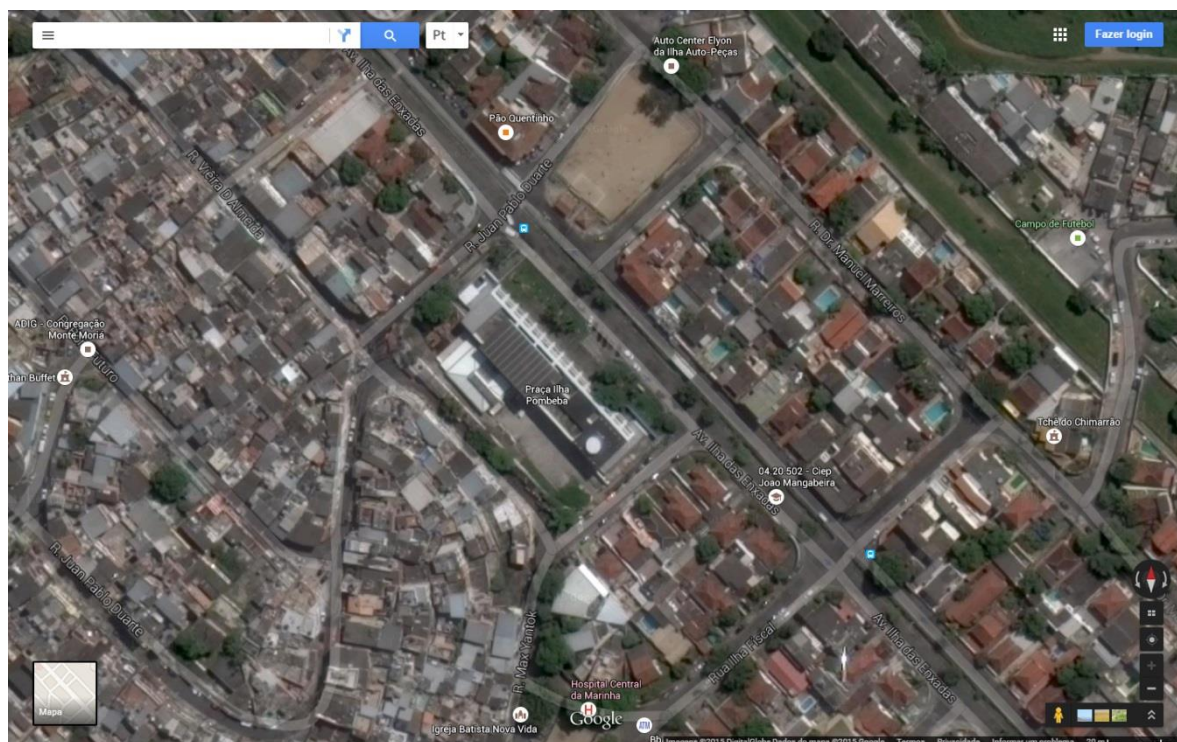


E/SUBE/CRE(11.20.502) CIEP João Mangabeira 11597
 Av. Ilha das Enxadas, s/n Bancários

Quantidade de salas: 28
 Horário Integral / Regular Noturno

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	63
PEJ 1 Bloco 1	13
PEJ 1 Bloco 2	14
PEJ 2 Bloco 1	34
PEJ 2 Bloco 2	42
1º Ano	13
2º Ano	10
4º Ano	2
5º Ano	7

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.

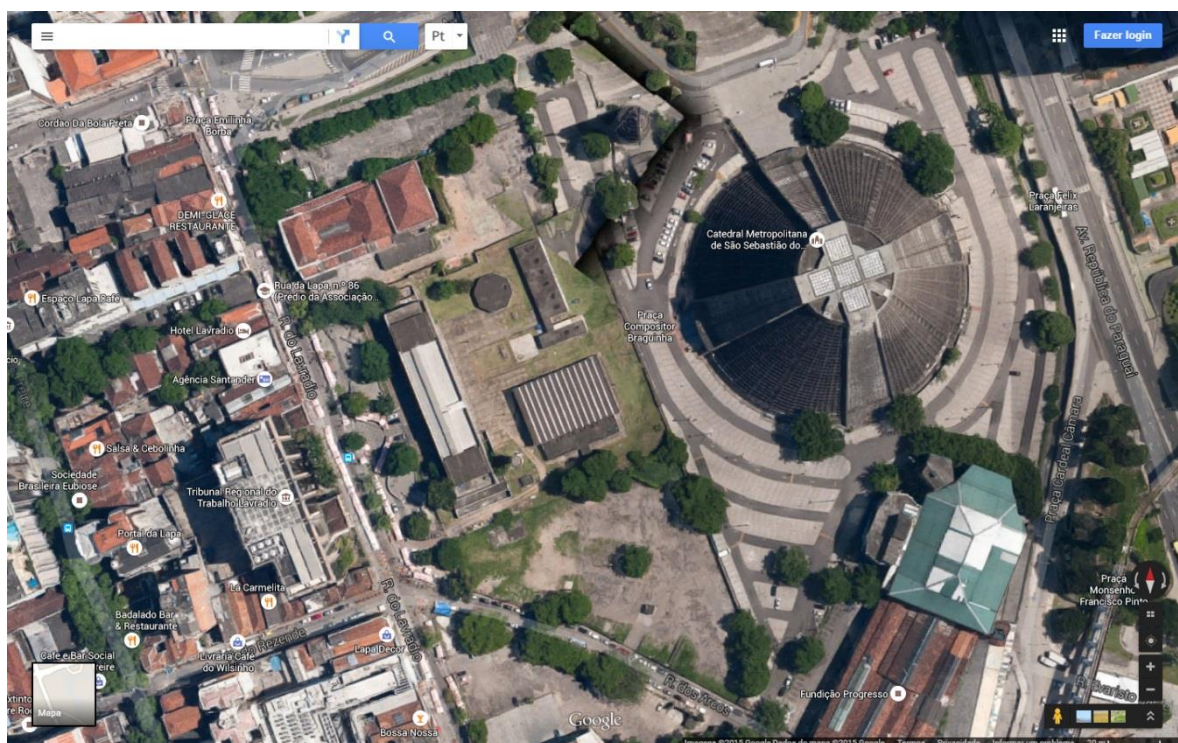


E/SUBE/CRE(01.02.505) CIEP José Pedro Varela 10787
 Rua do Lavradio, 133 Centro

Quantidade de salas: 36
 Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	114
PEJ 1 Bloco 1	65
PEJ 1 Bloco 2	33
PEJ 2 Bloco 1	87
PEJ 2 Bloco 2	68
1º Ano	83
2º Ano	68
3º Ano	106
4º Ano	74
5º Ano	50

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.

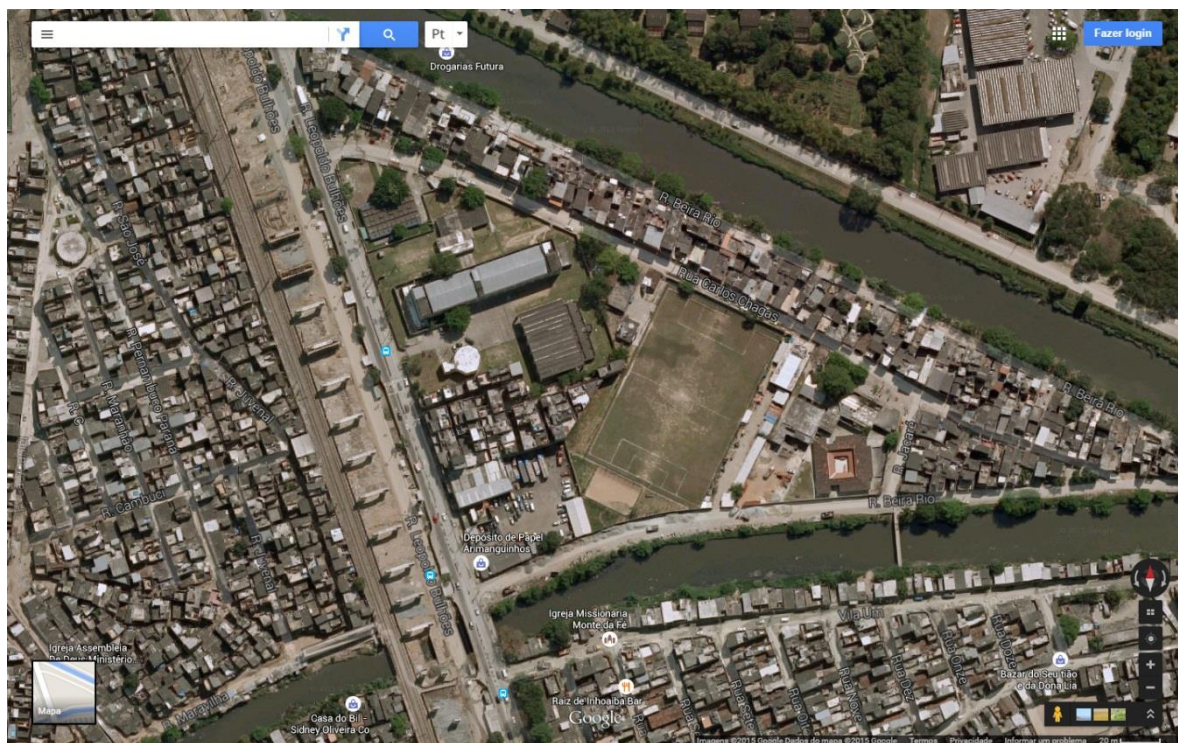


E/SUBE/CRE(04.10.501) CIEP Juscelino Kubitschek 11564
 Av. Leopoldo Bulhões, 858 Manginhos

Quantidade de salas: 49
 Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	57
Aceleração 2	25
Aceleração 2A	62
Aceleração 3	26
Classe Especial	12
PEJ 1 Bloco 1	12
PEJ 1 Bloco 2	21
PEJ 2 Bloco 1	90
PEJ 2 Bloco 2	80
Realfabetização 1	72
2º Ano	49
3º Ano	75
4º Ano	47
5º Ano	100
6º Ano	270
7º Ano	174
8º Ano	107
9º Ano	69

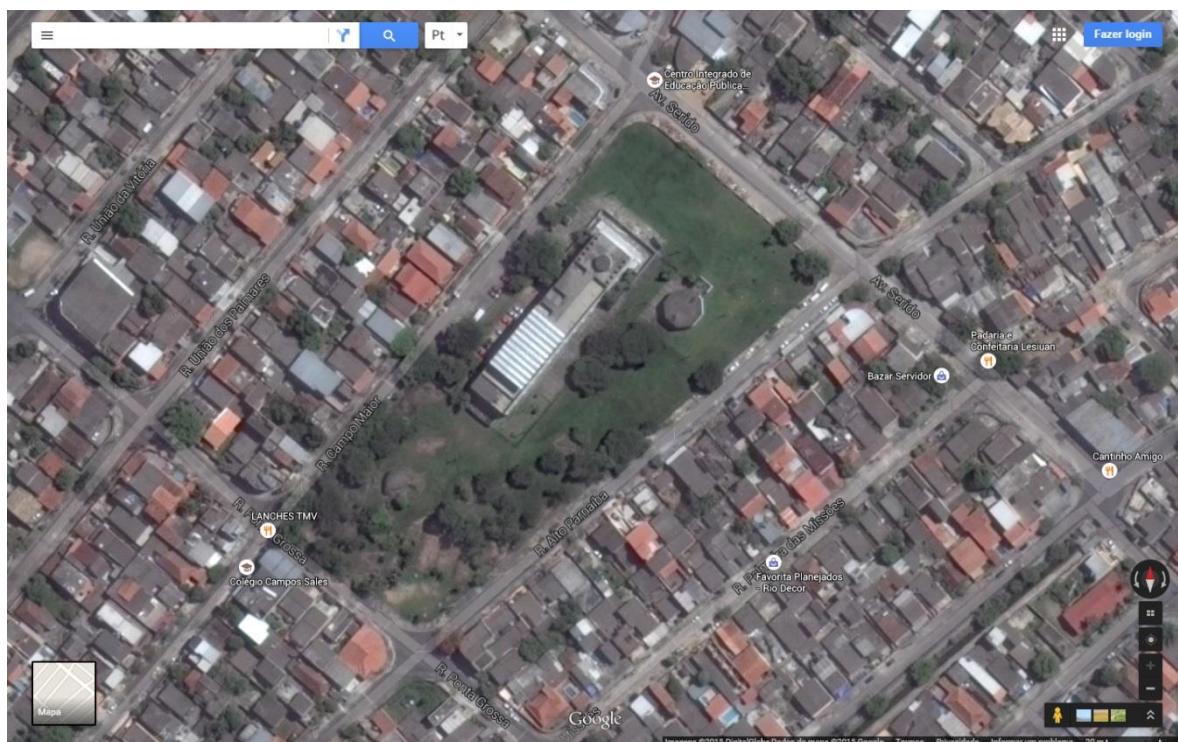
PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(09.18.503) CIEP Lamartine Babo 11722
 Rua Campo Maior, s/n Campo Grande

Quantidade de salas: 26
 Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	15
Ed. Infantil - Creche	101
Ed. Infantil - Pré-Escola	137
1º Ano	72
2º Ano	51
3º Ano	73
4º Ano	61
5º Ano	65



E/SUBE/CRE(04.30.503)
Av. Brasil, 8666

CIEP Leonel de Moura Brizola
Ramos

11573

Quantidade de salas: 20

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	17
Ed. Infantil - Pré-Escola	142
PEJ 1 Bloco 1	20
PEJ 1 Bloco 2	29
PEJ 2 Bloco 1	41
PEJ 2 Bloco 2	61
Realfabetização 1	15
1º Ano	79
2º Ano	50
3º Ano	62
4º Ano	33
5º Ano	32
6º Ano	31

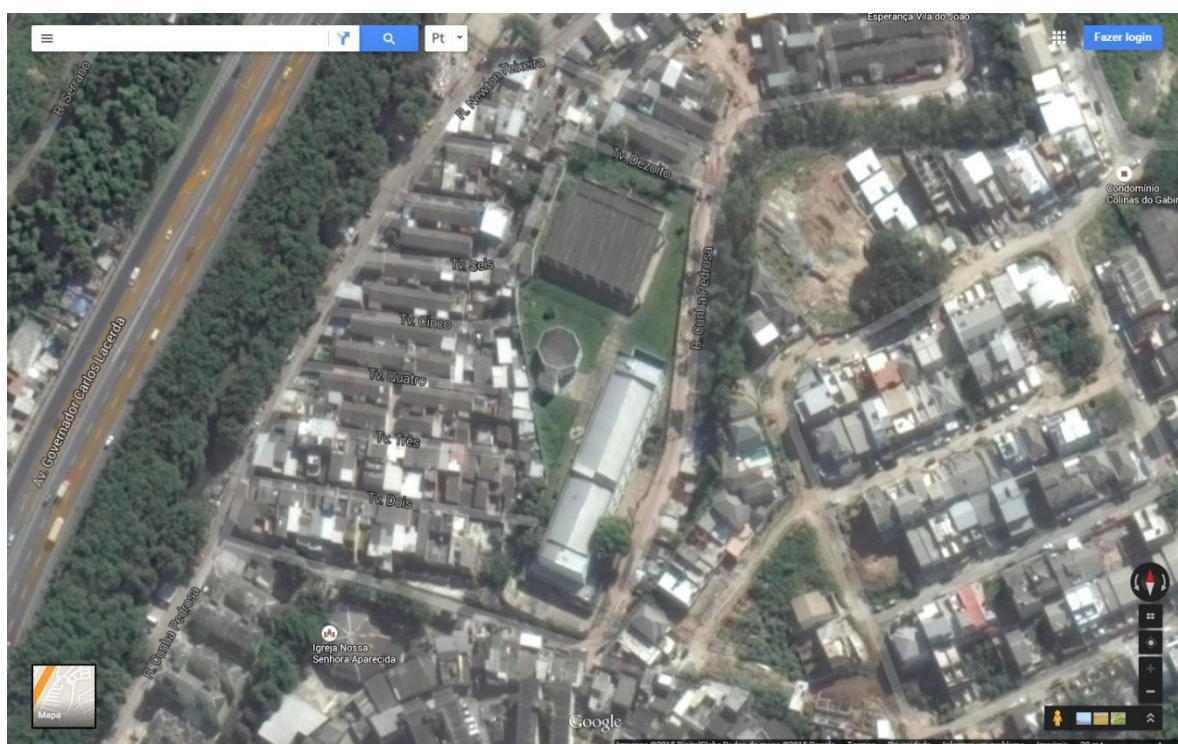
PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(07.34.501) CIEP Luiz Carlos Prestes 11935
Rua Ana Cristina Cesar, s/n Cidade de Deus

Quantidade de salas: 26
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Creche	96
Ed. Infantil - Pré-Escola	180
1º Ano	99
2º Ano	75
3º Ano	93



E/SUBE/CRE(08.17.509)
Estrada do Engenho, s/n

CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga
Bangu

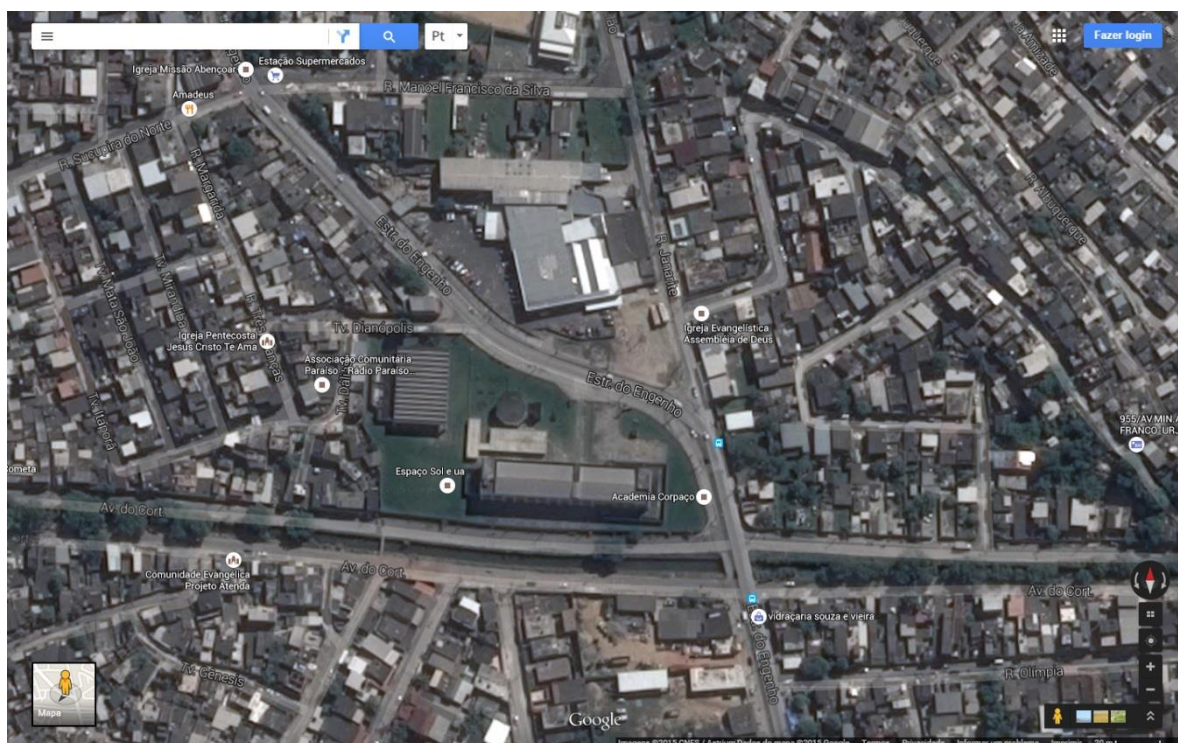
11905

Quantidade de salas: 26

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	15
Ed. Infantil - Pré-Escola	176
PEJ 1 Bloco 1	19
PEJ 1 Bloco 2	31
PEJ 2 Bloco 1	66
PEJ 2 Bloco 2	71
1º Ano	84
2º Ano	70
3º Ano	116
4º Ano	71
5º Ano	74

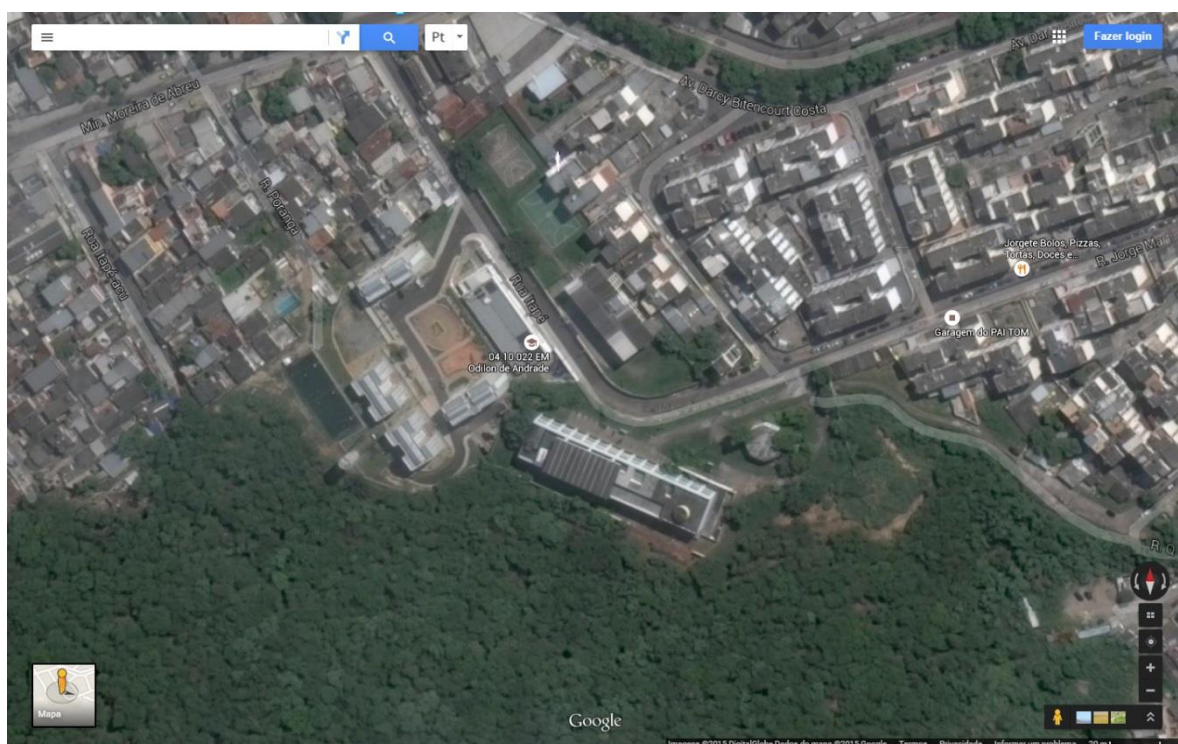
PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(04.10.502) CIEP Maestro Francisco Mignone 11289
Rua Itapé, s/n Olaria

Quantidade de salas: 23
Horário Integral / 1º. Turno

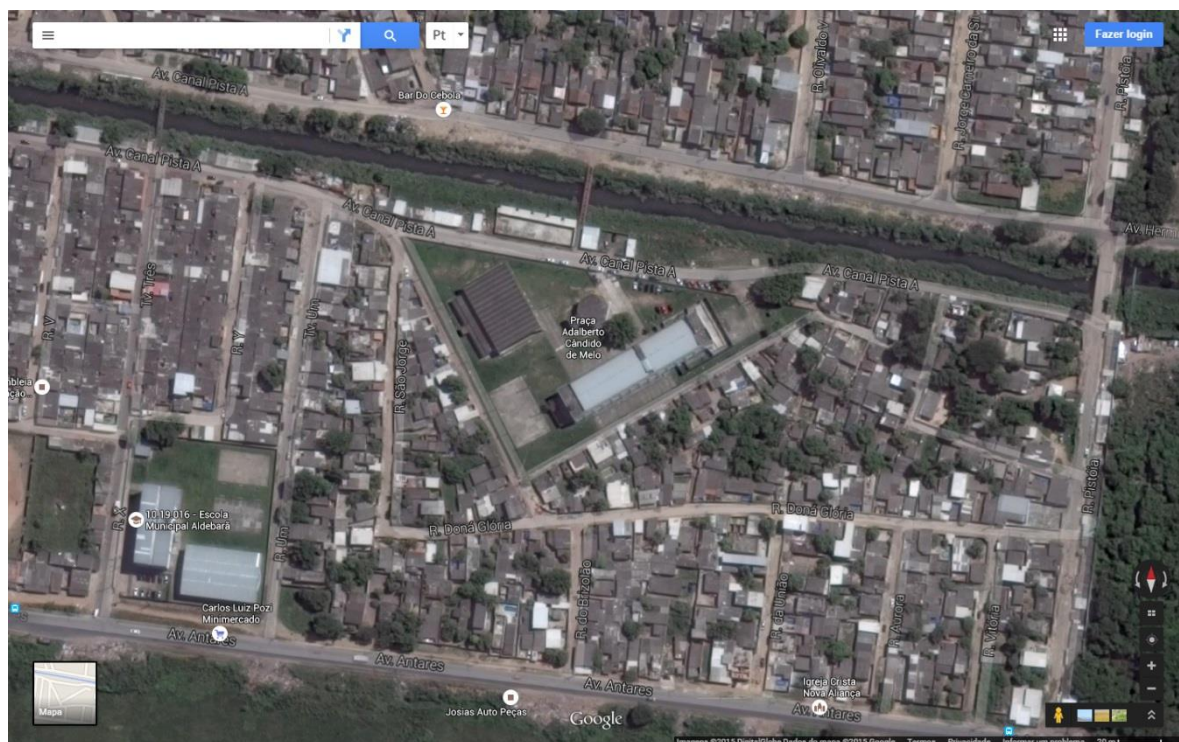
Série	Quantidade de Alunos
Realfabetização 1	17
1º Ano	55
2º Ano	51
3º Ano	57
4º Ano	61
5º Ano	51
6º Ano	52



E/SUBE/CRE(10.19.502) CIEP Maestro Heitor Villa Lobos 11916
 Av. do Canal Pista 2, s/n Santa Cruz

Quantidade de salas: 36
 Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	12
Ed. Infantil - Pré-Escola	215
1º Ano	120
2º Ano	70
3º Ano	86
4º Ano	86
5º Ano	90
6º Ano	63

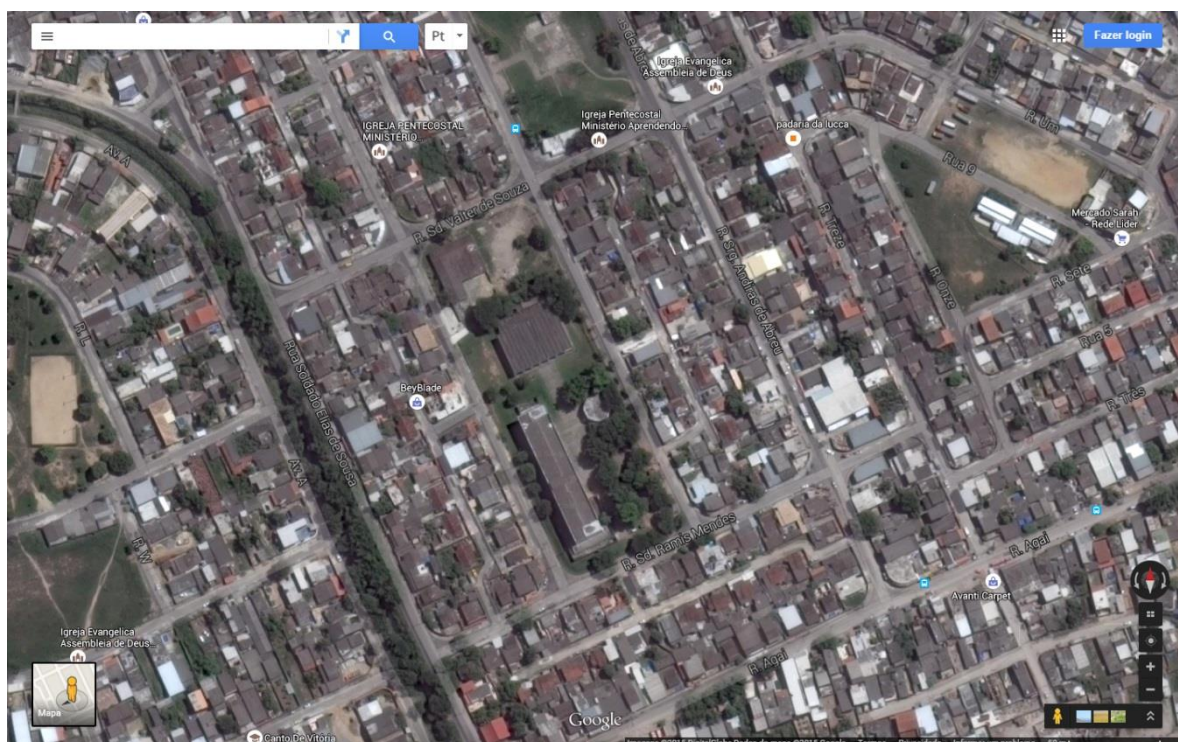


E/SUBE/CRE(10.19.211) CIEP Major Manuel Gomes Archer 11780
 Rua Cabo Saulo Vasconcelos, s/n Santa Cruz

Quantidade de salas: 38
 Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	20
Classe Especial	22
Ed. Infantil - Pré-Escola	302
PEJ 1 Bloco 1	20
PEJ 1 Bloco 2	32
PEJ 2 Bloco 1	109
PEJ 2 Bloco 2	107
Realfabetização 1	19
1º Ano	178
2º Ano	117
3º Ano	191
4º Ano	180
5º Ano	177

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(08.33.502)
Estr. Gen. Americano Freire, s/n

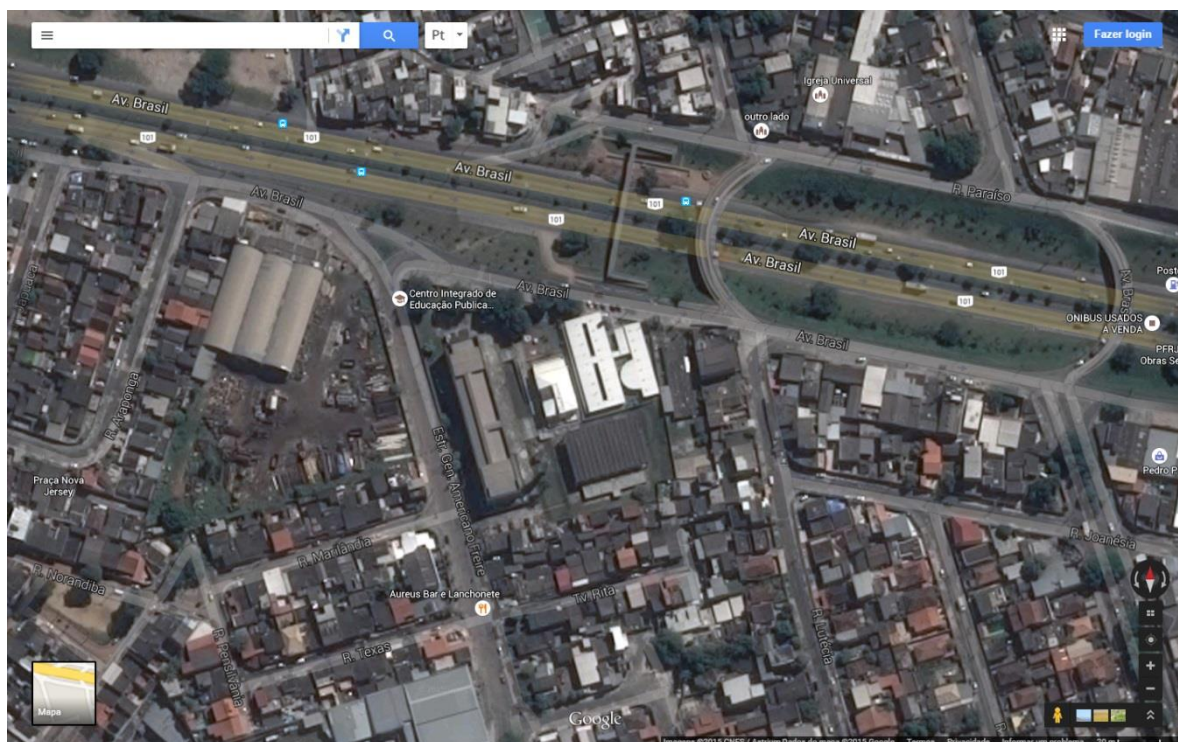
CIEP Marechal Henrique Teixeira Lott
Realengo

11997

Quantidade de salas: 22

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	113
PROJOVEM	6
Realfabetização 1	14
1º Ano	85
2º Ano	54
3º Ano	78
4º Ano	66
5º Ano	57



E/SUBE/CRE(08.17.505)
Rua João de Lacerda, s/n

CIEP Marechal Julio Caetano Horta Barbosa
Bangu

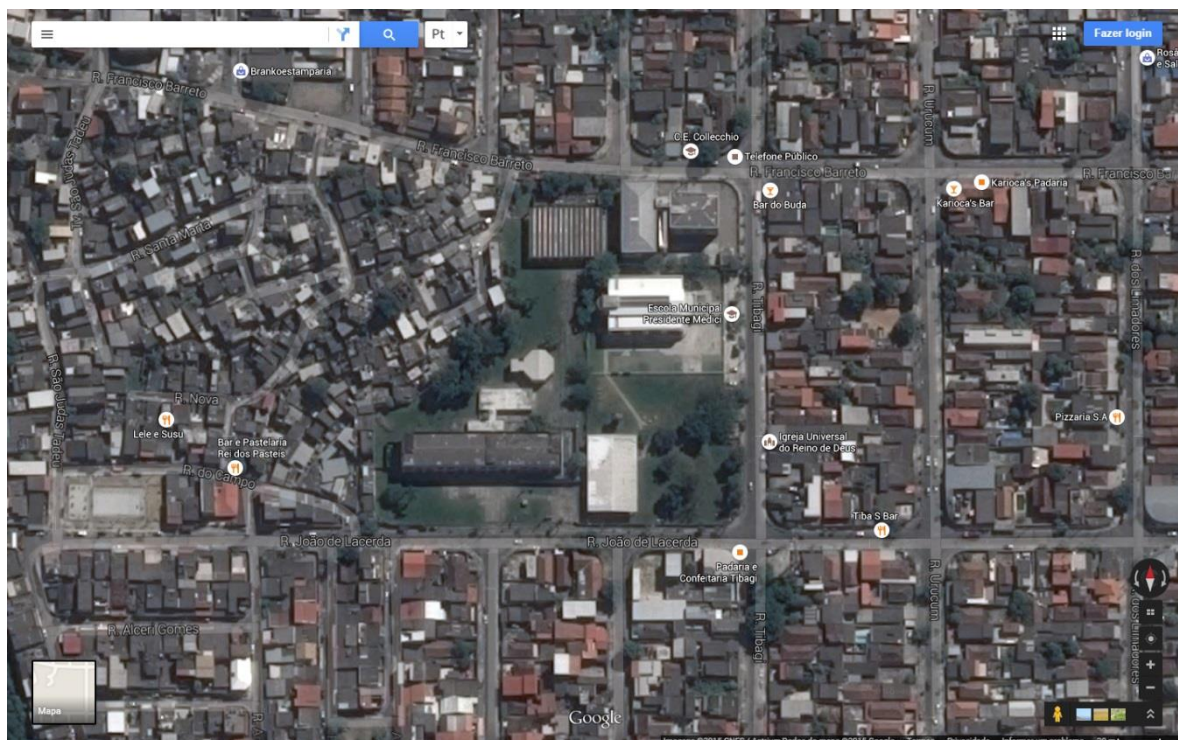
11893

Quantidade de salas: 30

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	15
Classe Especial	40
Ed. Infantil - Creche	19
Ed. Infantil - Pré-Escola	113
PEJ 1 Bloco 1	35
PEJ 1 Bloco 2	30
PEJ 2 Bloco 1	60
PEJ 2 Bloco 2	73
Realfabetização 1	21
1º Ano	54
2º Ano	40
3º Ano	42
4º Ano	42
5º Ano	42

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(07.24.502)
Rua Min. Aliomar Baleeiro, s/n

CIEP Margaret Mee
Recreio dos Bandeirantes

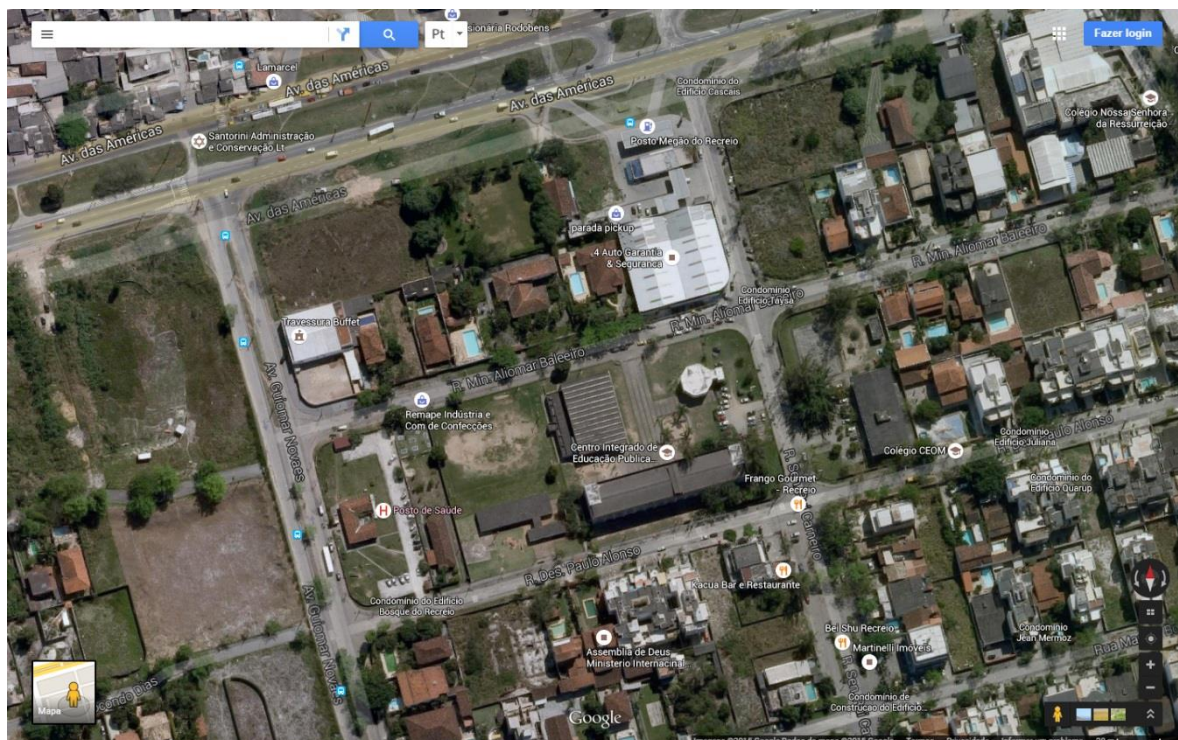
11685

Quantidade de salas: 37

Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	20
Classe Especial	9
Ed. Infantil - Pré-Escola	115
PEJ 1 Bloco 1	43
PEJ 1 Bloco 2	35
PEJ 2 Bloco 1	41
PEJ 2 Bloco 2	44
Realfabetização 1	32
1º Ano	162
2º Ano	97
3º Ano	123
4º Ano	83
5º Ano	129

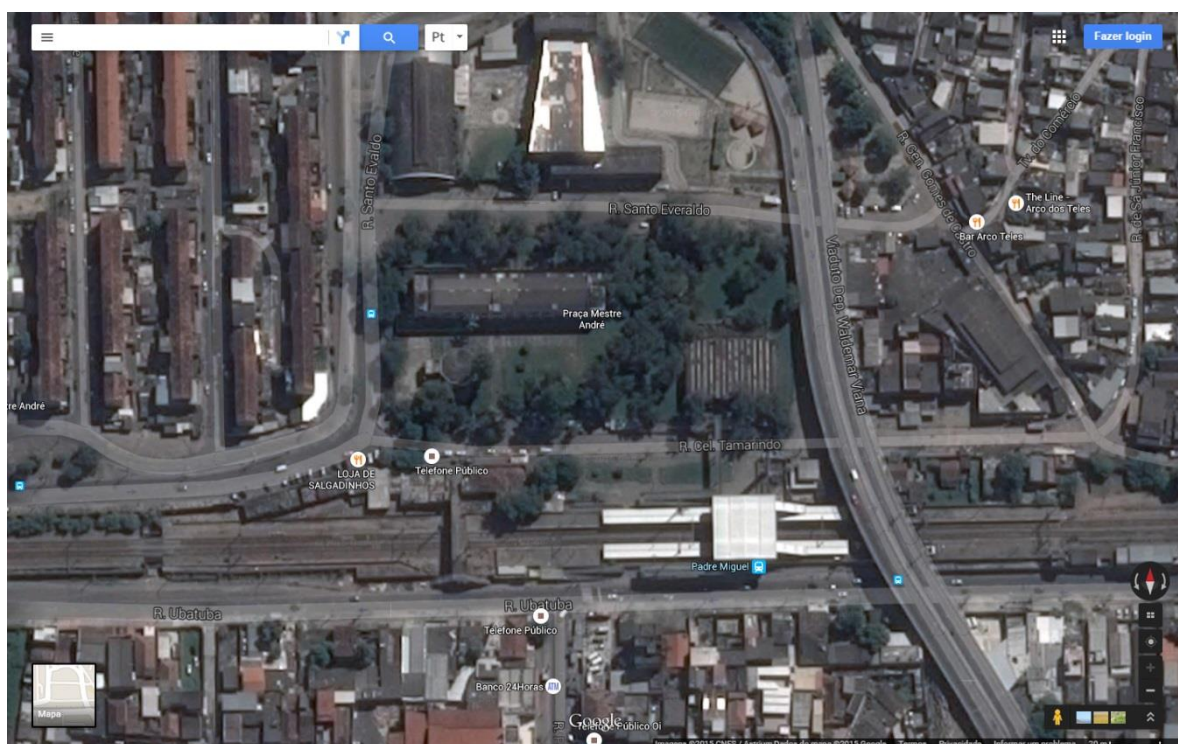
PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(08.17.507) CIEP Mestre André 11899
 Pça. Do Trabalhador, s/n Padre Miguel

Quantidade de salas: 25
 Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	27
Ed. Infantil - Creche	26
Ed. Infantil - Pré-Escola	92
1º Ano	44
2º Ano	26
3º Ano	51
4º Ano	34
5º Ano	24

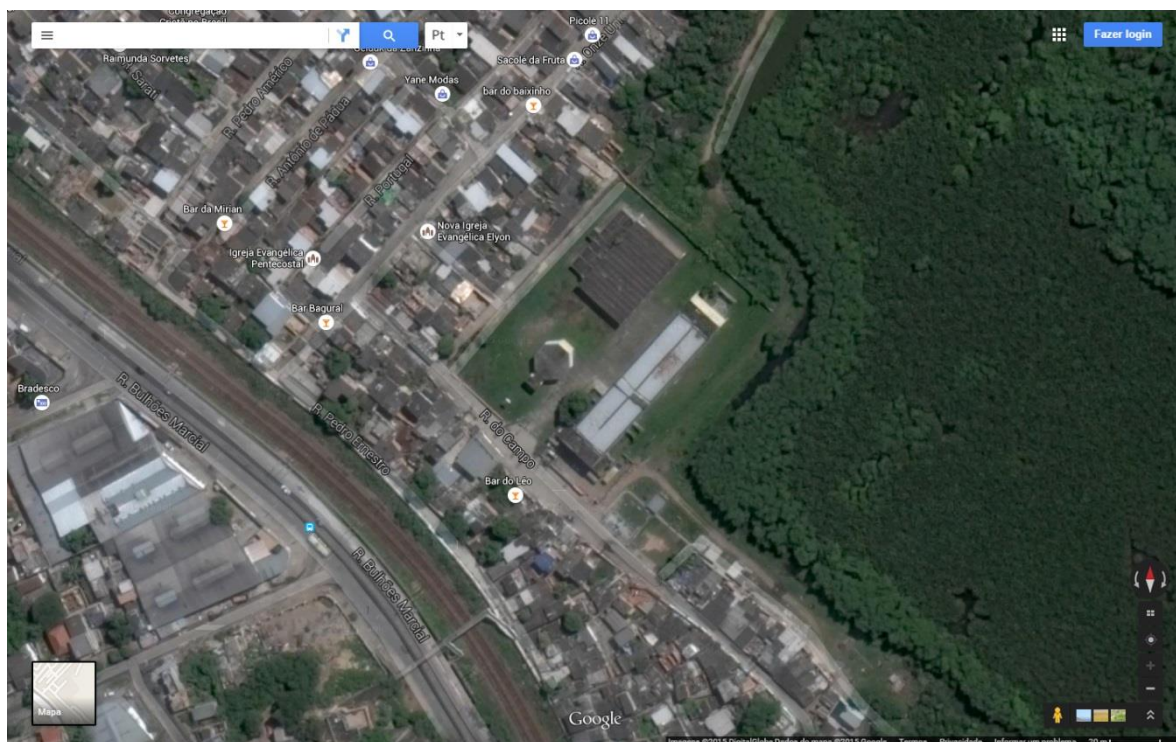


E/SUBE/CRE(04.31.501) CIEP Mestre Cartola (Agenor de Oliveira) 11919
 Rua da Democracia, s/n Vigário Geral

Quantidade de salas: 24

Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	15
Classe Especial	11
Ed. Infantil - Creche	13
Ed. Infantil - Pré-Escola	104
1º Ano	80
2º Ano	46
3º Ano	73
4º Ano	71
5º Ano	53



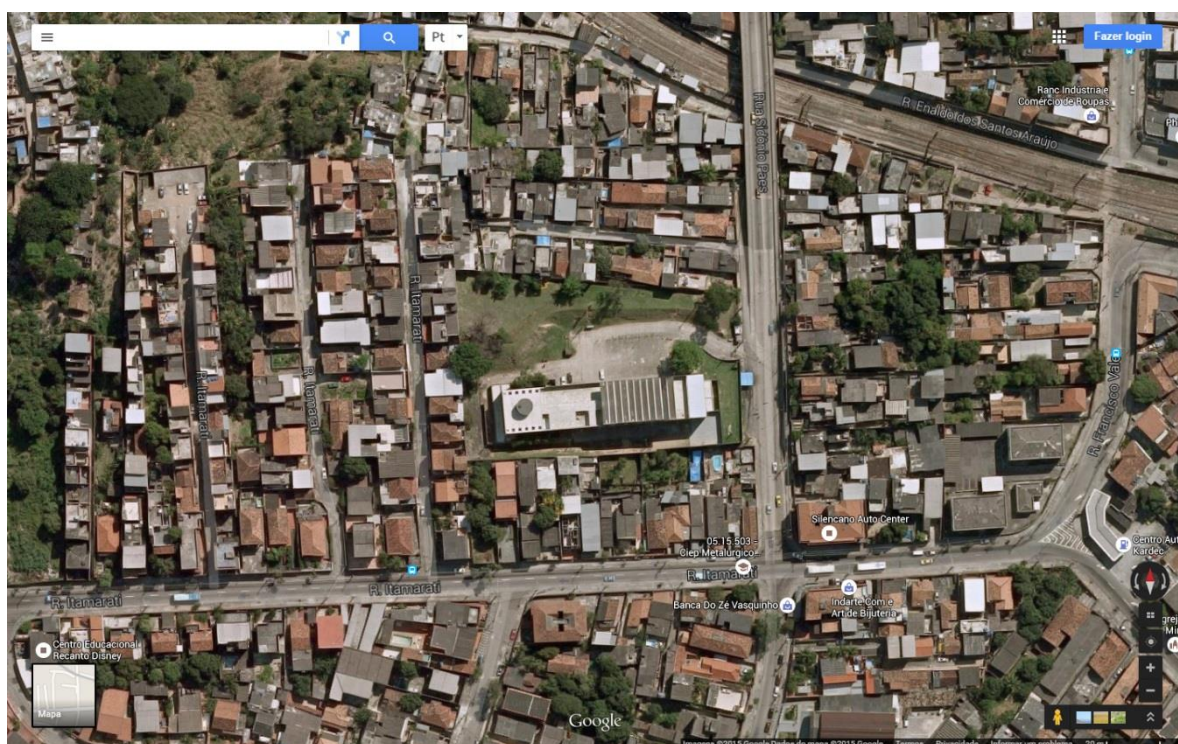
E/SUBE/CRE(05.15.503)
Rua Sidônio Paes, 227

CIEP Metalúrgico Benedito Cerqueira
Cascadura

11599

Quantidade de salas: 23
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Creche	25
Ed. Infantil - Pré-Escola	111
1º Ano	59
2º Ano	48
3º Ano	69
4º Ano	49
5º Ano	45



E/SUBE/CRE(04.30.201) CIEP Ministro Gustavo Capanema 11579
Via A1 - Setor Pinheiro Bonsucesso

Quantidade de salas: 27
Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	24
Classe Especial	8
Ed. Infantil - Pré-Escola	227
PEJ 1 Bloco 1	64
PEJ 1 Bloco 2	95
PEJ 2 Bloco 1	90
PEJ 2 Bloco 2	75
Realfabetização 1	24
1º Ano	173
2º Ano	132
3º Ano	170
4º Ano	132
5º Ano	101

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(10.19.201)
Av. José Fernandes, s/n

CIEP Ministro Marcos Freire
Sepetiba

11772

Quantidade de salas: 29
1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 2	20
Aceleração 2A	25
Aceleração 3	52
Classe Especial	6
Realfabetização 2B	25
6º Ano	540
7º Ano	442
8º Ano	347
9º Ano	448



A elipse destaca um dos dois CIEPs construídos no mesmo terreno.

E/SUBE/CRE(02.06.502)
Pça. Nossa Sra. Auxiliadora, s/n

CIEP Nação Rubro Negra 10844
Leblon

Quantidade de salas: 32
Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	13
Ed. Infantil - Pré-Escola	111
PEJ 1 Bloco 1	24
PEJ 1 Bloco 2	46
PEJ 2 Bloco 1	102
PEJ 2 Bloco 2	162
1º Ano	98
2º Ano	70
3º Ano	96
4º Ano	59
5º Ano	61

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(09.18.509)
Praça Daniel Lames, s/n

CIEP Nelson Mandela 11744
Campo Grande

Quantidade de salas: 32
Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

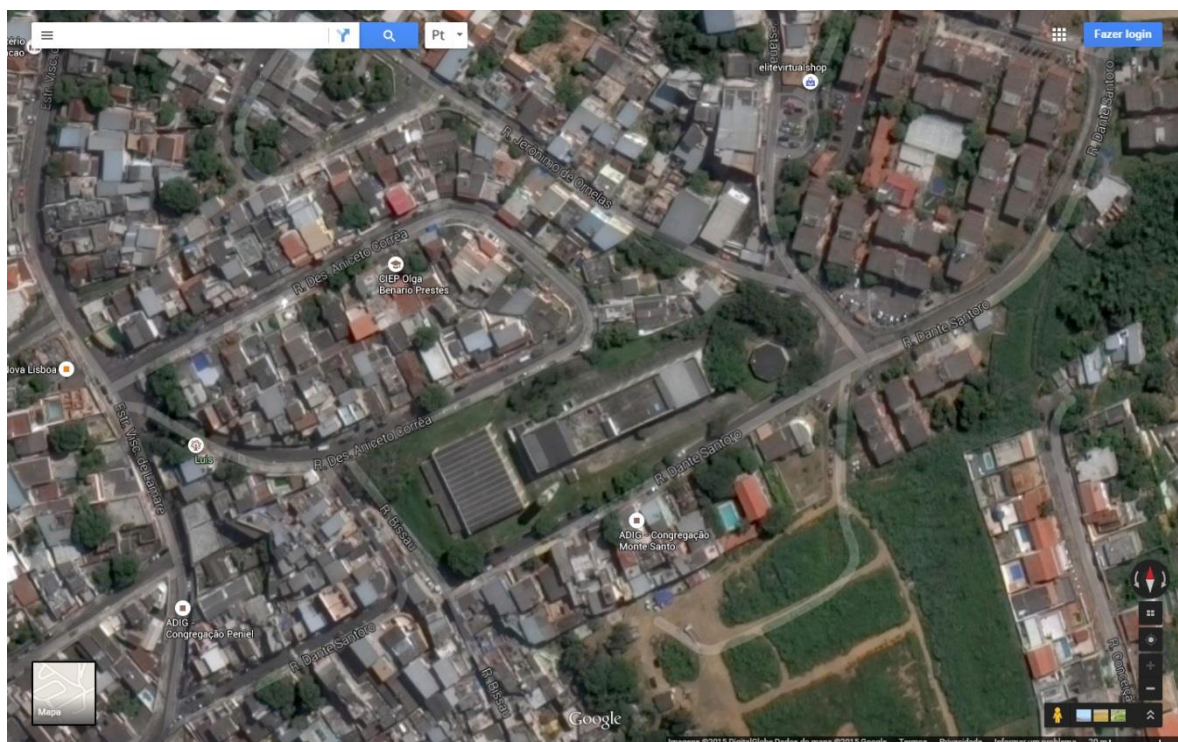
Série	Quantidade de Alunos
-------	----------------------

E/SUBE/CRE(11.20.201)
Rua Des. Aniceto Corrêa, s/n

CIEP Olga Benário Prestes 11295
Cocotá

Quantidade de salas: 19
Horário Integral / 1º. Turno

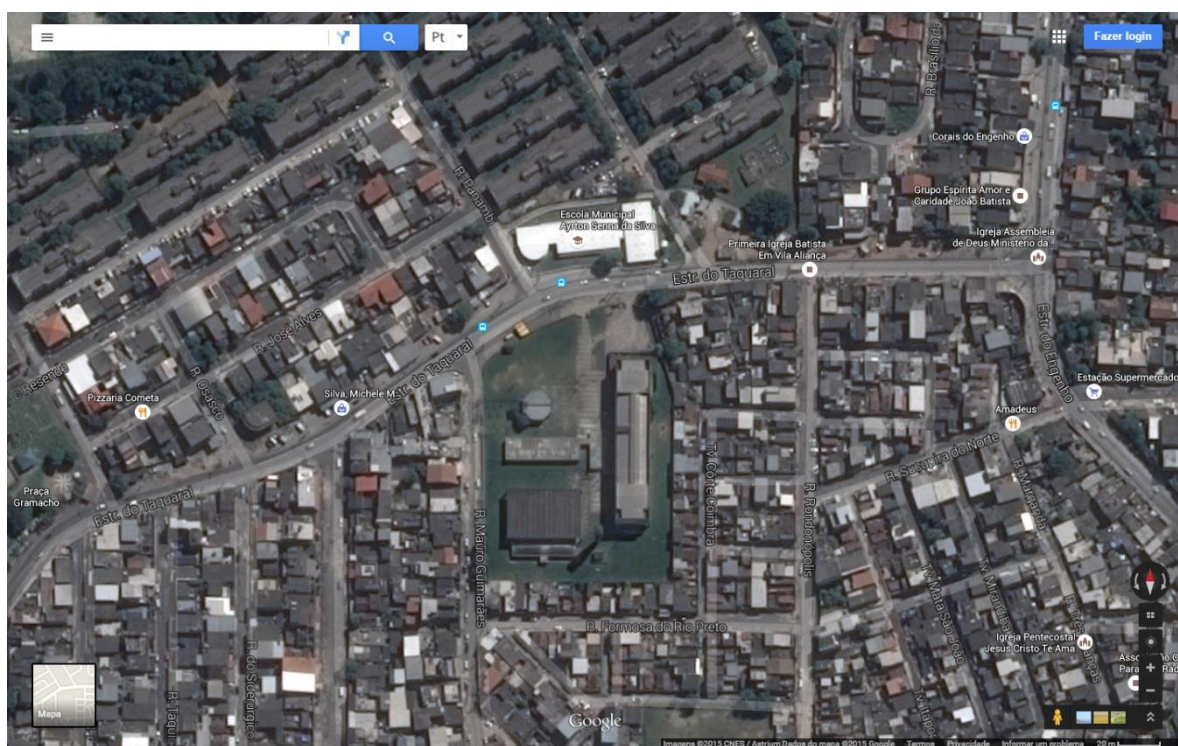
Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	2
Ed. Infantil - Creche	26
Ed. Infantil - Pré-Escola	38
1º Ano	13
2º Ano	6
5º Ano	3



E/SUBE/CRE(08.17.506) CIEP Olof Palme 11898
Estr. do Taquaral, s/n Bangu

Quantidade de salas: 43
Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	35
Ed. Infantil - Pré-Escola	168
1º Ano	61
2º Ano	58
3º Ano	89
4º Ano	60
5º Ano	57



E/SUBE/CRE(04.30.204) CIEP Operário Vicente Mariano 11583
Rua Praia de Inhaúma, s/n Bonsucesso

Quantidade de salas: 39
1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
7º Ano	228
8º Ano	171
9º Ano	146

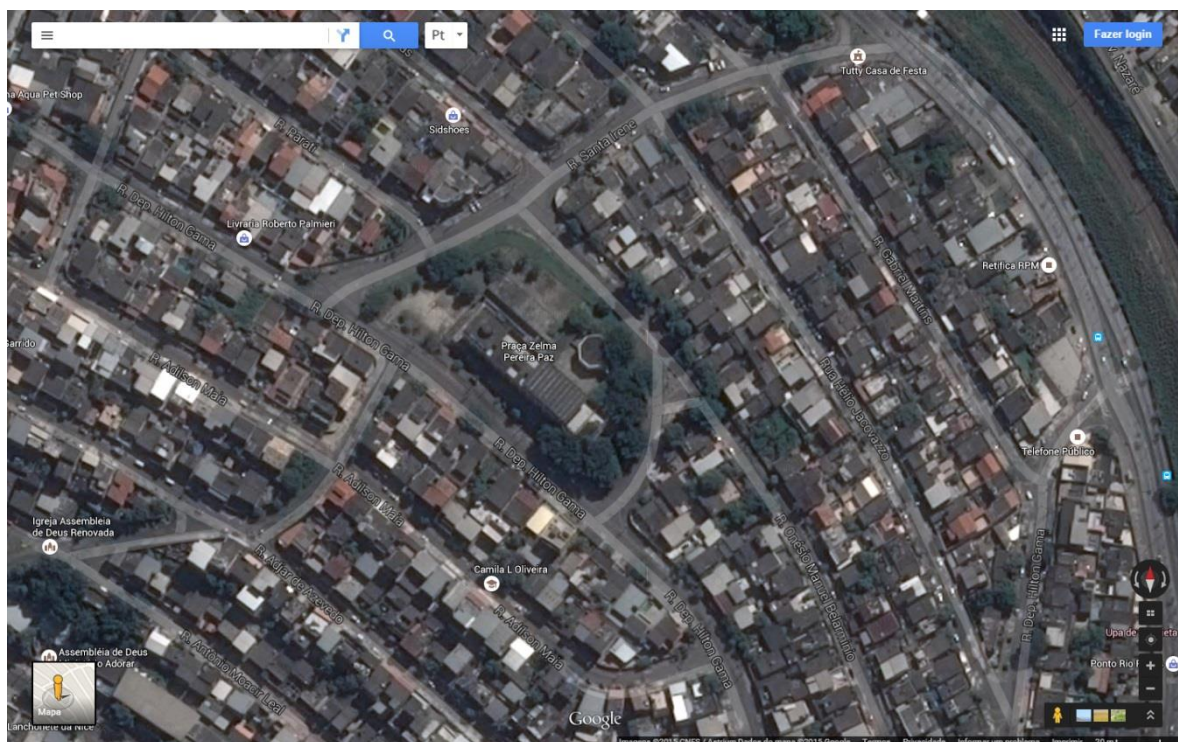


E/SUBE/CRE(06.22.203)
Praça Zelma Pereira, s/n

CIEP Oswald de Andrade 11403
Parque Anchieta

Quantidade de salas: 32
Horário Integral

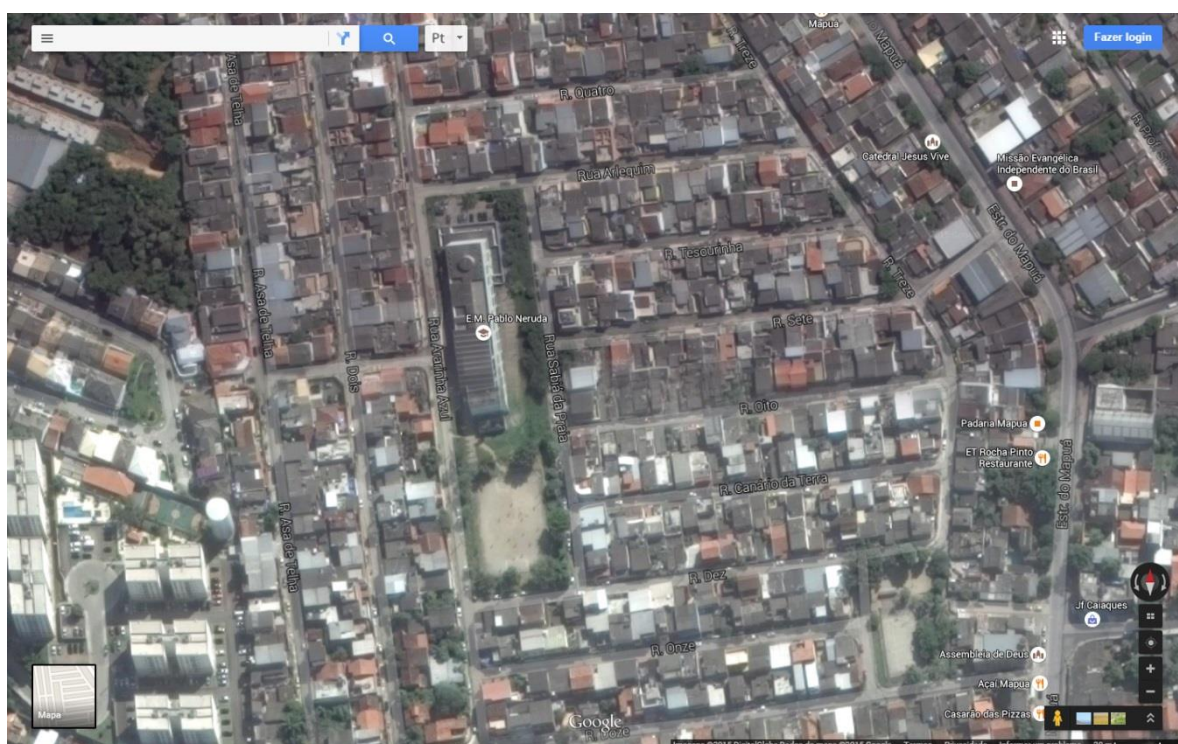
Série	Quantidade de Alunos
1º Ano	93
2º Ano	92
3º Ano	120
4º Ano	112
5º Ano	139
6º Ano	187



E/SUBE/CRE(07.16.207) CIEP Pablo Neruda
Rua Ararinha Azul Taquara

Quantidade de salas: 29
1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Creche	97
Ed. Infantil - Pré-Escola	316
1º Ano	181
2º Ano	115
3º Ano	144



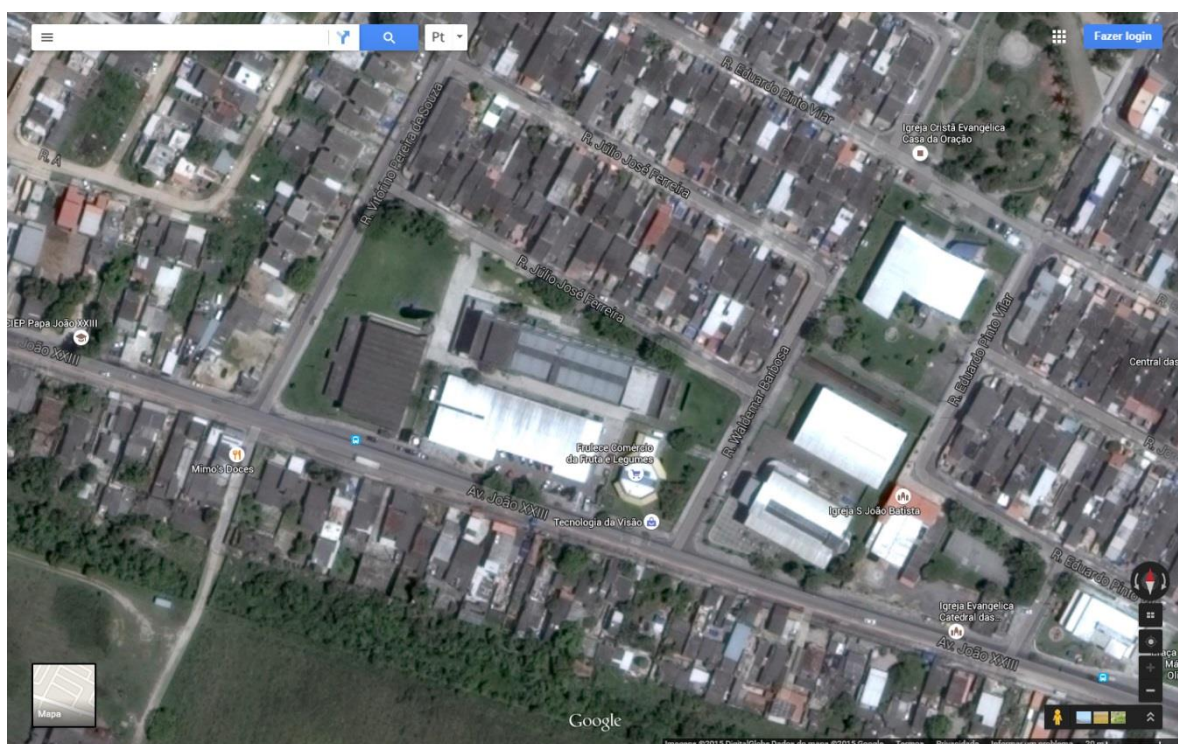
E/SUBE/CRE(10.19.209)
Av. João XXIII, s/n

CIEP Papa João XXIII
Santa Cruz

11778

Quantidade de salas: 35
1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	22
Classe Especial	7
Realfabetização 1	33
1º Ano	91
2º Ano	93
3º Ano	146
4º Ano	129
5º Ano	100



E/SUBE/CRE(03.12.501)
Praça da Confederação Suíça, s/n

CIEP Patrice Lumumba
Del Castilho

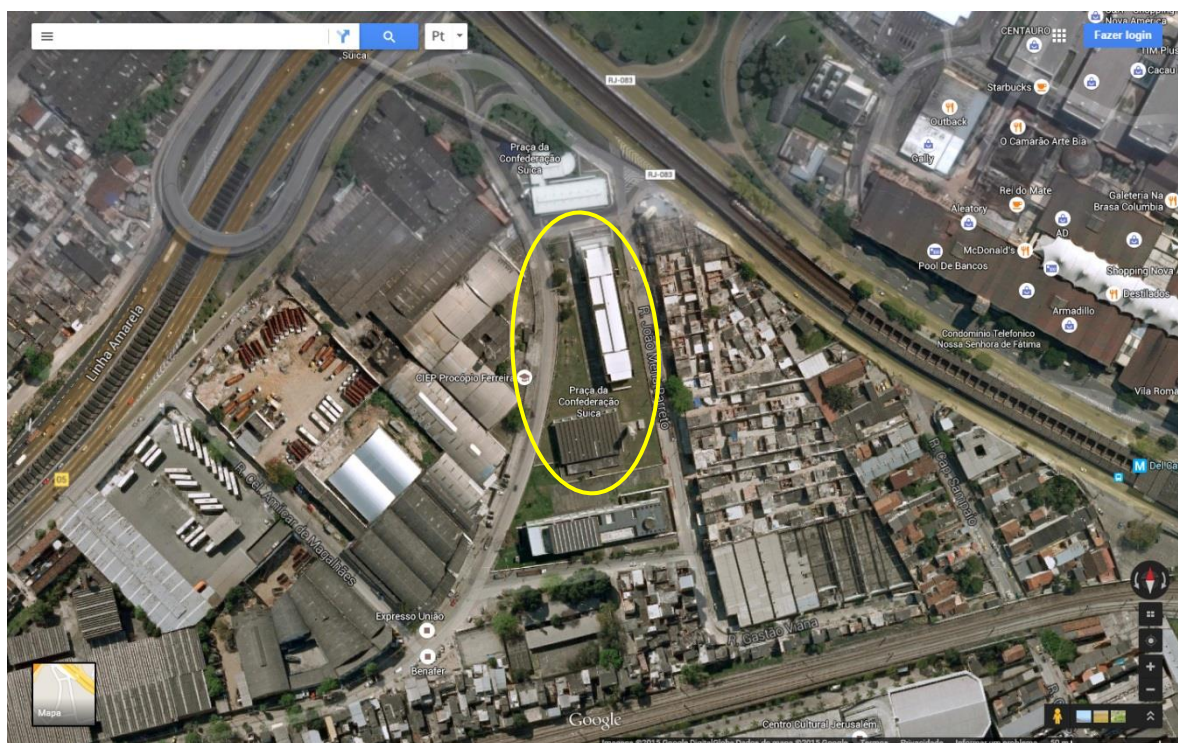
11864

Quantidade de salas: 32

Não foi possível definir o turno.

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	17
PEJ 1 Bloco 1	17
PEJ 1 Bloco 2	16
PEJ 2 Bloco 1	30
PEJ 2 Bloco 2	33
1º Ano	26
2º Ano	60
3º Ano	92
4º Ano	97
5º Ano	73
6º Ano	55

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



A elipse destaca um dos dois CIEPs construídos no mesmo terreno.

E/SUBE/CRE(08.17.508) CIEP Poeta Cruz e Sousa 11904
Rua Marechal Marciano, s/n Padre Miguel

Quantidade de salas: 20
Horário Integral / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	9
Ed. Infantil - Pré-Escola	87
1º Ano	54
2º Ano	49
3º Ano	56
4º Ano	49
5º Ano	49

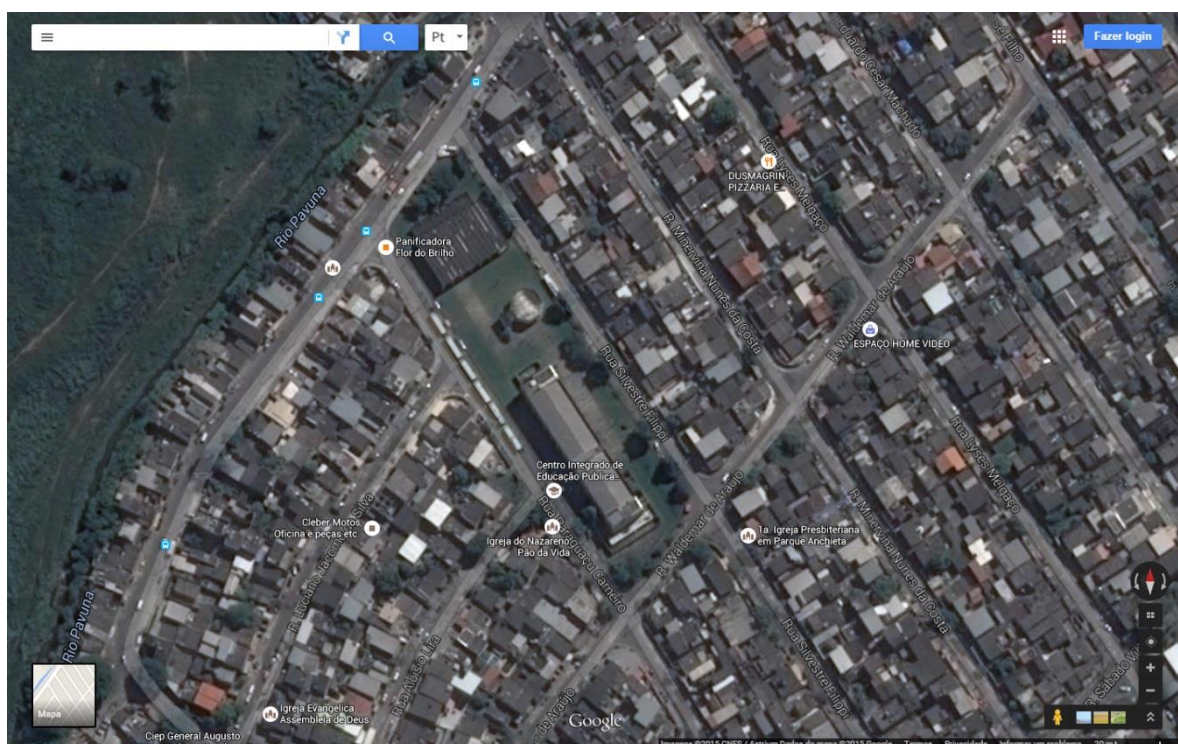


E/SUBE/CRE(06.22.201) CIEP Poeta Fernando Pessoa 11401
 Rua Paraguaçu Carneiro, s/n Parque Anchieta

Quantidade de salas: 27

Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

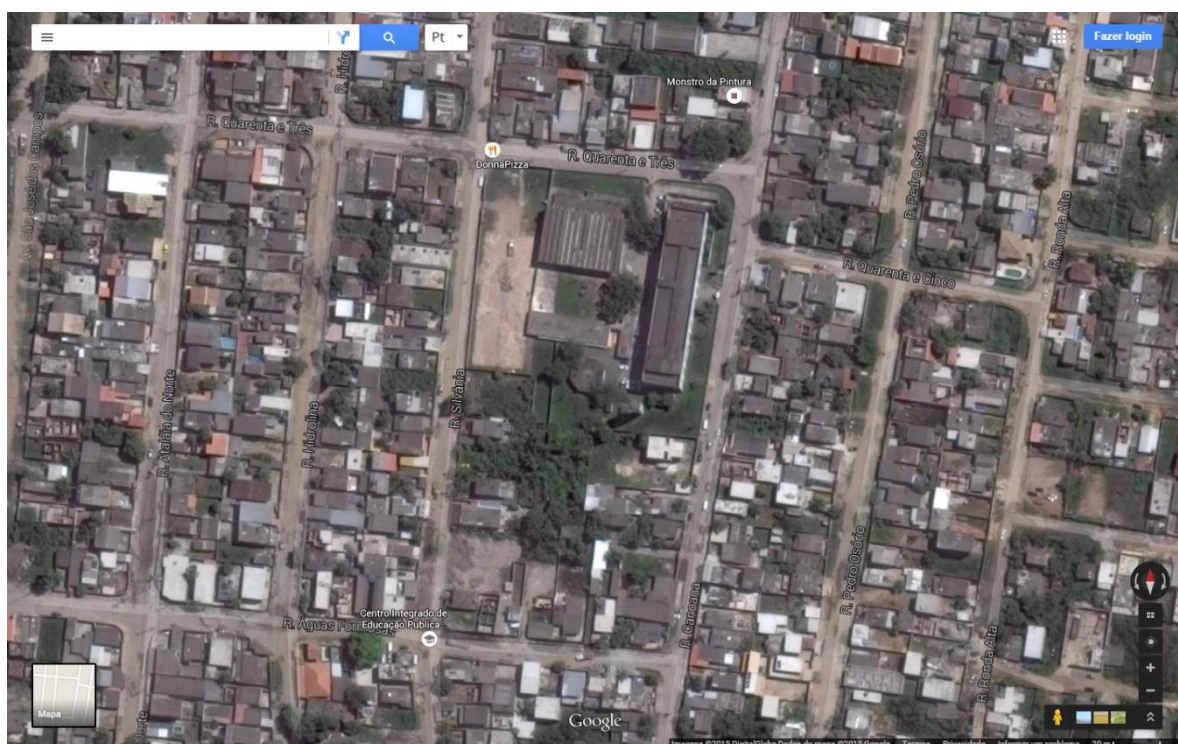
Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	21
Classe Especial	29
Realfabetização 1	22
1º Ano	22
2º Ano	48
3º Ano	75
4º Ano	38
5º Ano	57



E/SUBE/CRE(10.26.201) CIEP Posseiro Mário Vaz 11770
 Rua Canoanã, s/n Guaratiba

Quantidade de salas: 57
 1º. Turno / 2º. Turno / 3º Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	70
Classe Especial	24
Realfabetização 1	41
1º Ano	221
2º Ano	208
3º Ano	305
4º Ano	223
5º Ano	230



E/SUBE/CRE(02.04.502)
Rua Visconde Silva, s/n

CIEP Presidente Agostinho Neto
Humaitá

10809

Quantidade de salas: 22
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	99
1º Ano	81
2º Ano	55
3º Ano	107
4º Ano	50
5º Ano	69
6º Ano	35



E/SUBE/CRE(02.09.501) CIEP Presidente Salvador Allende 10893
Rua Armando Albuquerque, s/n Vila Isabel

Quantidade de salas: 26
Horário Integral / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	16
Ed. Infantil - Pré-Escola	65
1º Ano	53
2º Ano	39
3º Ano	50
4º Ano	29
5º Ano	32



E/SUBE/CRE(04.30.501) CIEP Presidente Samora Machel 11578
 Rua Principal, s/n (Nova Holanda) Bonsucesso

Quantidade de salas: 39

Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	21
Classe Especial	19
Ed. Infantil - Pré-Escola	242
Realfabetização 1	47
1º Ano	220
2º Ano	174
3º Ano	215
4º Ano	98



A elipse destaca um dos dois CIEPs construídos no mesmo terreno.

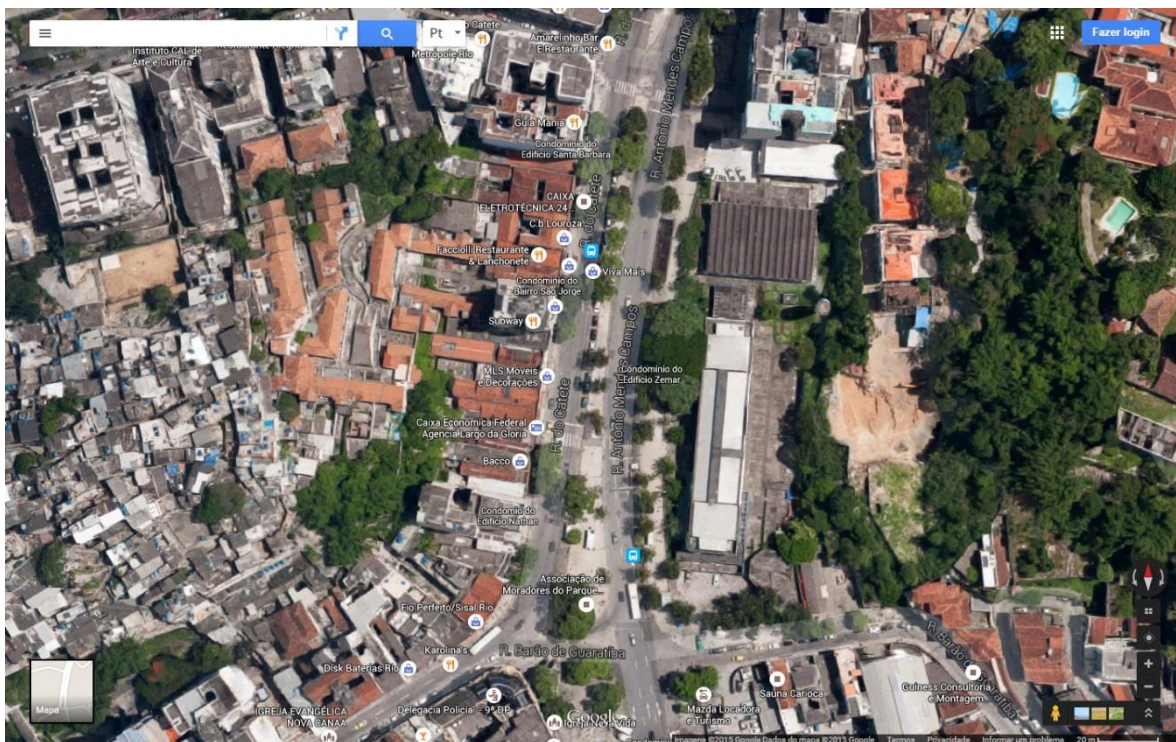
E/SUBE/CRE(02.04.501) CIEP Presidente Tancredo Neves 10808
 Rua do Catete, 77 Catete

Quantidade de salas: 24

Horário Integral / Regular Noturno / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	20
Ed. Infantil - Pré-Escola	74
PEJ 1 Bloco 1	25
PEJ 1 Bloco 2	63
PEJ 2 Bloco 1	49
PEJ 2 Bloco 2	40
1º Ano	53
2º Ano	33
3º Ano	69
4º Ano	40
5º Ano	43

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(03.12.502)
Praça da Confederação Suíça, s/n

CIEP Procópio Ferreira
Del Castilho

11859

Quantidade de salas: 21
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Creche	219
Ed. Infantil - Pré-Escola	214



A elipse destaca um dos dois CIEPs construídos no mesmo terreno.

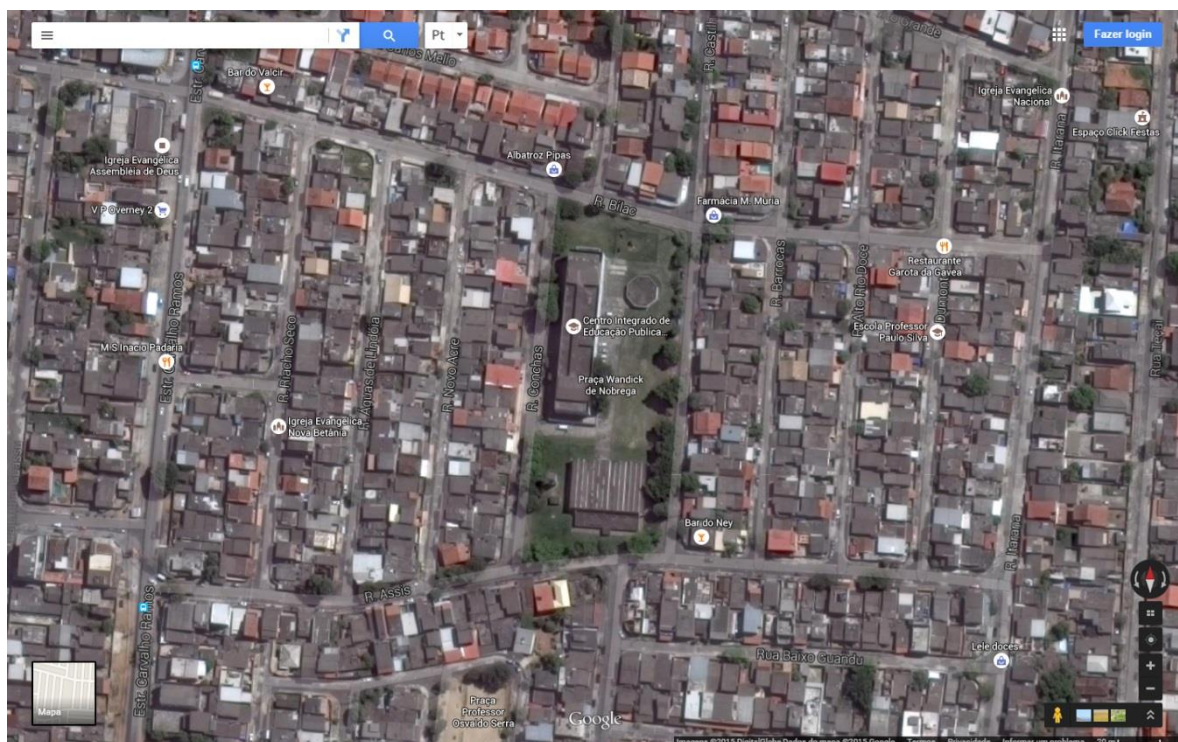
E/SUBE/CRE(09.18.507)
Rua das Conchas, s/n

CIEP Professor Darcy Ribeiro
Campo Grande

11738

Quantidade de salas: 26
Horário Integral / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	20
Ed. Infantil - Pré-Escola	125
1º Ano	71
2º Ano	47
3º Ano	52
4º Ano	53
5º Ano	57
6º Ano	65



E/SUBE/CRE(07.16.203)
Estrada de Jacarepaguá, 5.011

CIEP Professor Lauro de Oliveira Lima
Rio das Pedras

11681

Quantidade de salas: 38

Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	71
Aceleração 2	45
Aceleração 2A	28
Classe Especial	13
PEJ 1 Bloco 1	95
PEJ 1 Bloco 2	86
PEJ 2 Bloco 1	136
PEJ 2 Bloco 2	138
Realfabetização 1	65
3º Ano	155
4º Ano	281
5º Ano	292
6º Ano	520
7º Ano - NJM	17

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.

NJM – Projeto Nenhum Jovem a Menos de reforço escolar.



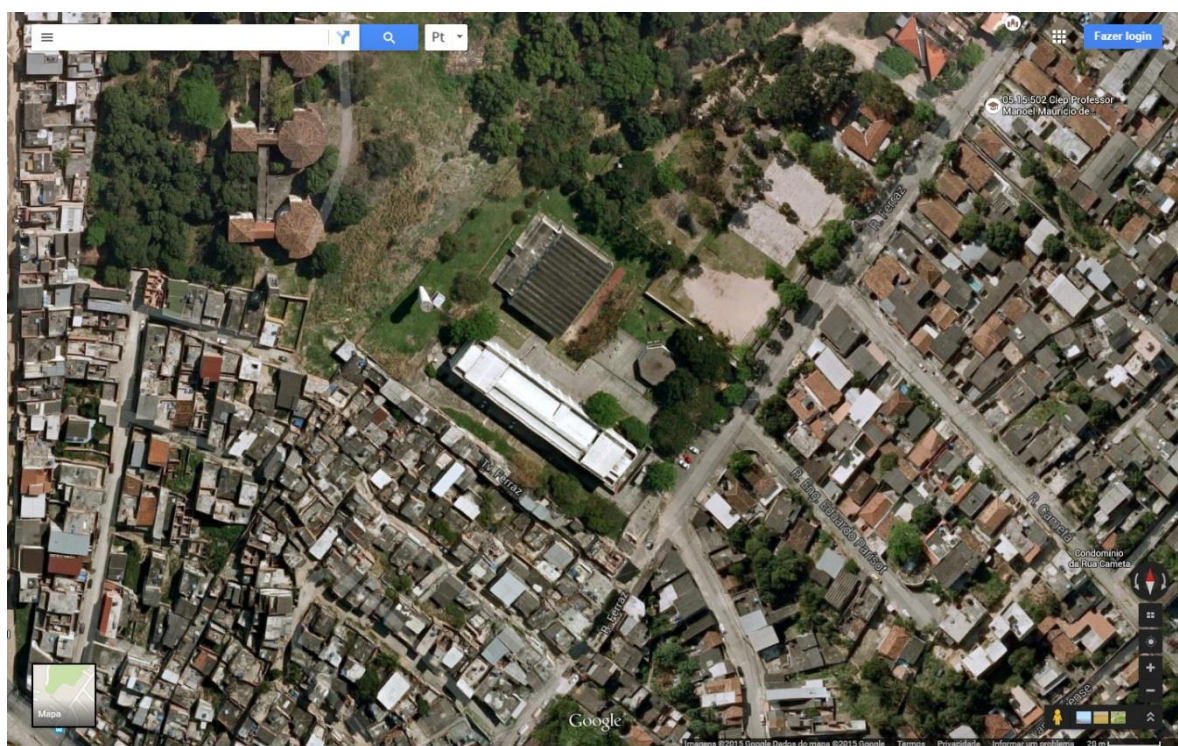
E/SUBE/CRE(05.15.502)
Rua Ferraz, 2

CIEP Professor Manoel Maurício Albuquerque
Cascadura

11602

Quantidade de salas: 42
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Creche	25
Ed. Infantil - Pré-Escola	155
1º Ano	69
2º Ano	58
3º Ano	79
4º Ano	49
5º Ano	53



E/SUBE/CRE(08.17.502)
Rua Mongólia, s/n

CIEP Professora Célia Martins Menna Barreto
Bangu

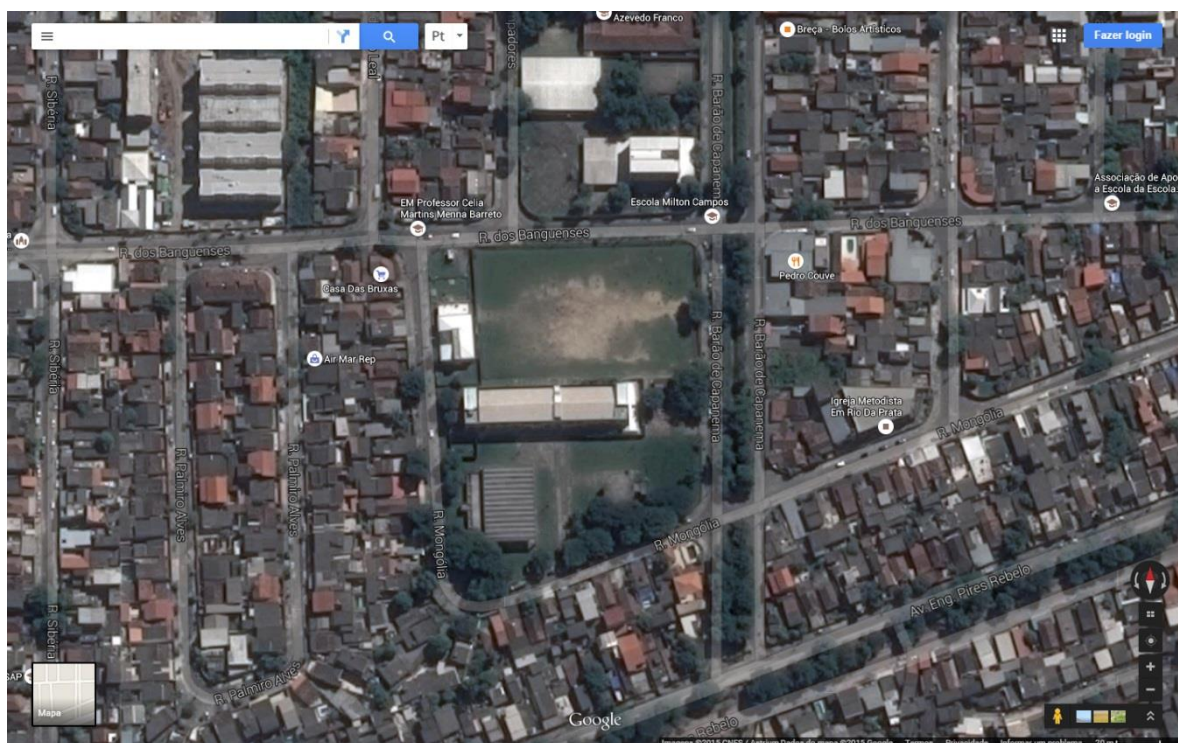
11886

Quantidade de salas: 22

Horário Integral / Regular Noturno

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	83
PEJ 1 Bloco 1	18
PEJ 1 Bloco 2	43
PEJ 2 Bloco 1	56
PEJ 2 Bloco 2	62
1º Ano	51
2º Ano	22
3º Ano	45
4º Ano	53
5º Ano	31

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(09.18.506) CIEP Raymundo Ottoni de Castro Maya 11733
 Rua Moranga, s/n Inhoaíba

Quantidade de salas: 28

Horário Integral / Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	17
Ed. Infantil - Pré-Escola	113
PEJ 1 Bloco 1	24
PEJ 1 Bloco 2	29
PEJ 2 Bloco 1	79
PEJ 2 Bloco 2	58
1º Ano	96
2º Ano	89
3º Ano	84
4º Ano	91
5º Ano	63
6º Ano	105

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(10.19.205) CIEP Roberto Morena 11910
 Av. Cesário de Melo, 11.485 Paciência

Quantidade de salas: 46
 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	35
Ed. Infantil - Pré-Escola	146
Realfabetização 1	24
Realfabetização 2B	26
1º Ano	58
2º Ano	56
3º Ano	68
4º Ano	55
5º Ano	68
6º Ano	89
7º Ano	70
7º Ano - NJM	19
8º Ano	78
9º Ano	76

NJM – Projeto Nenhum Jovem a Menos de reforço escolar.

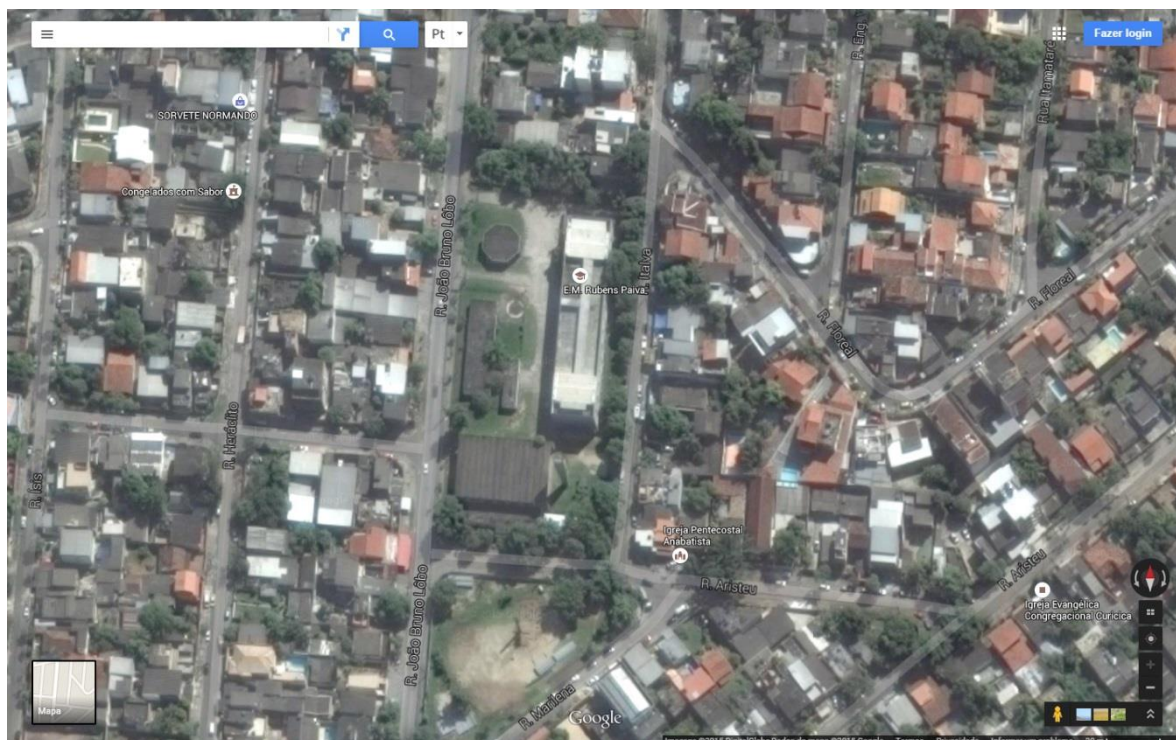


E/SUBE/CRE(07.16.205) CIEP Rubens Paiva 11668
 Rua Prof. João Bruno Lobo, s/n Curicica

Quantidade de salas: 35
 Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	22
Ed. Infantil - Pré-Escola	264
PEJ 1 Bloco 1	101
PEJ 1 Bloco 2	92
PEJ 2 Bloco 1	178
PEJ 2 Bloco 2	217
Realfabetização 1	47
1º Ano	172
2º Ano	146
3º Ano	179
4º Ano	120
5º Ano	103
6º Ano	62

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



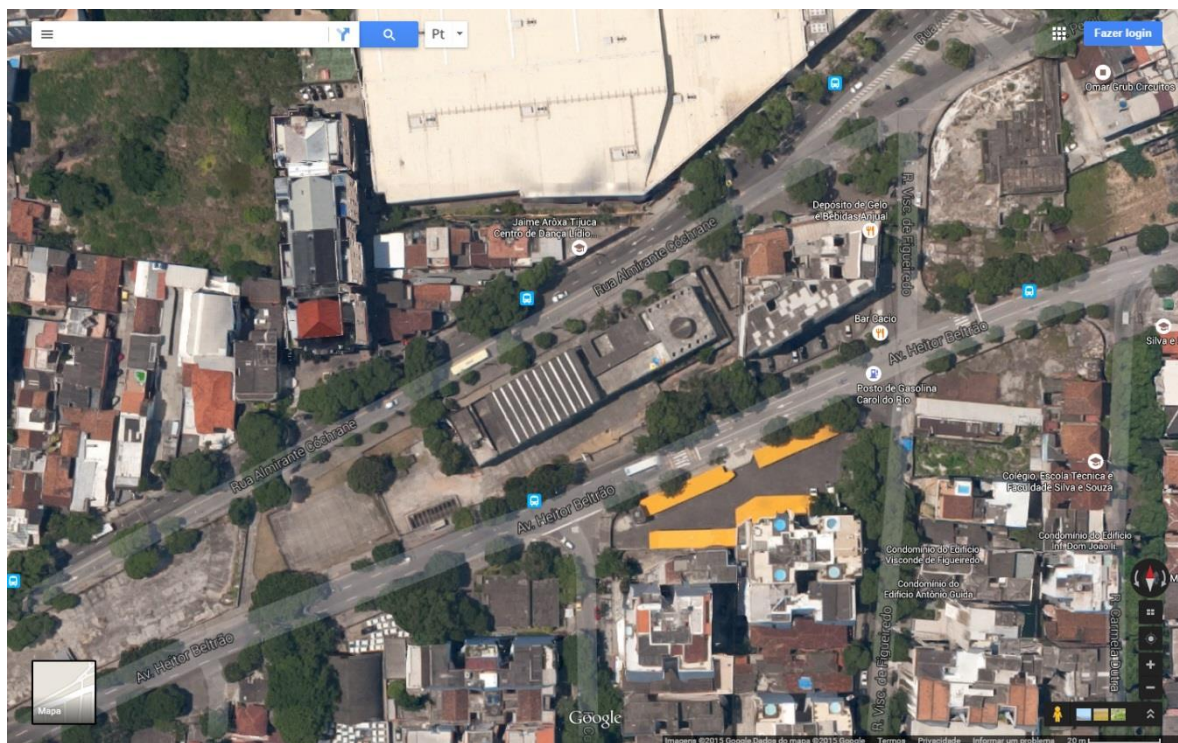
E/SUBE/CRE(02.08.501) CIEP Samuel Wainer 11561
 Av Heitor Beltrão, s/n Tijuca

Quantidade de salas: 24

Horário Integral / Regular Noturno / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	69
PEJ 1 Bloco 1	22
PEJ 1 Bloco 2	25
PEJ 2 Bloco 1	39
PEJ 2 Bloco 2	35
Realfabetização 1	21
1º Ano	38
2º Ano	27
3º Ano	48
4º Ano	58
5º Ano	47
6º Ano	52

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



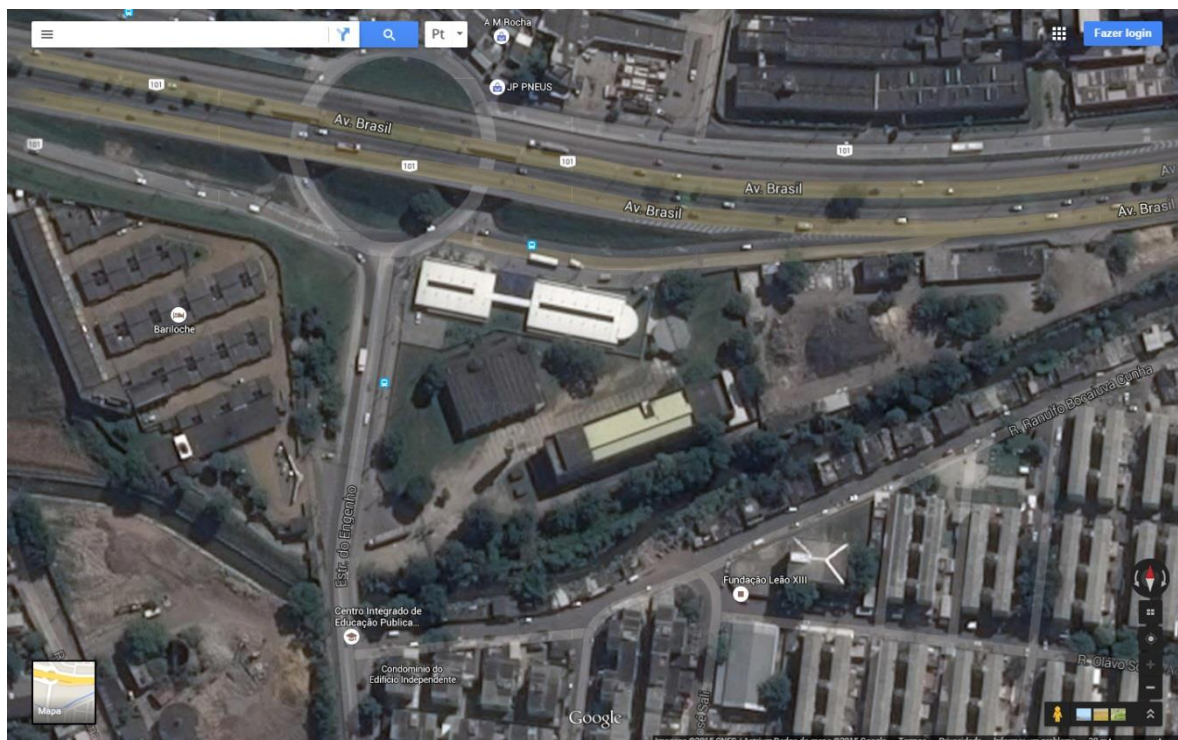
E/SUBE/CRE(08.33.503) CIEP Thomas Jefferson 11998
Estr. do Engenho Novo, s/n Realengo

Quantidade de salas: 22

Horário Integral / Regular Noturno / 1º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	11
Ed. Infantil - Pré-Escola	244
PEJ 1 Bloco 1	19
PEJ 1 Bloco 2	41
PEJ 2 Bloco 1	69
PEJ 2 Bloco 2	70
Realfabetização 1	20
1º Ano	85
2º Ano	82
3º Ano	70
4º Ano	66
5º Ano	67

PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.

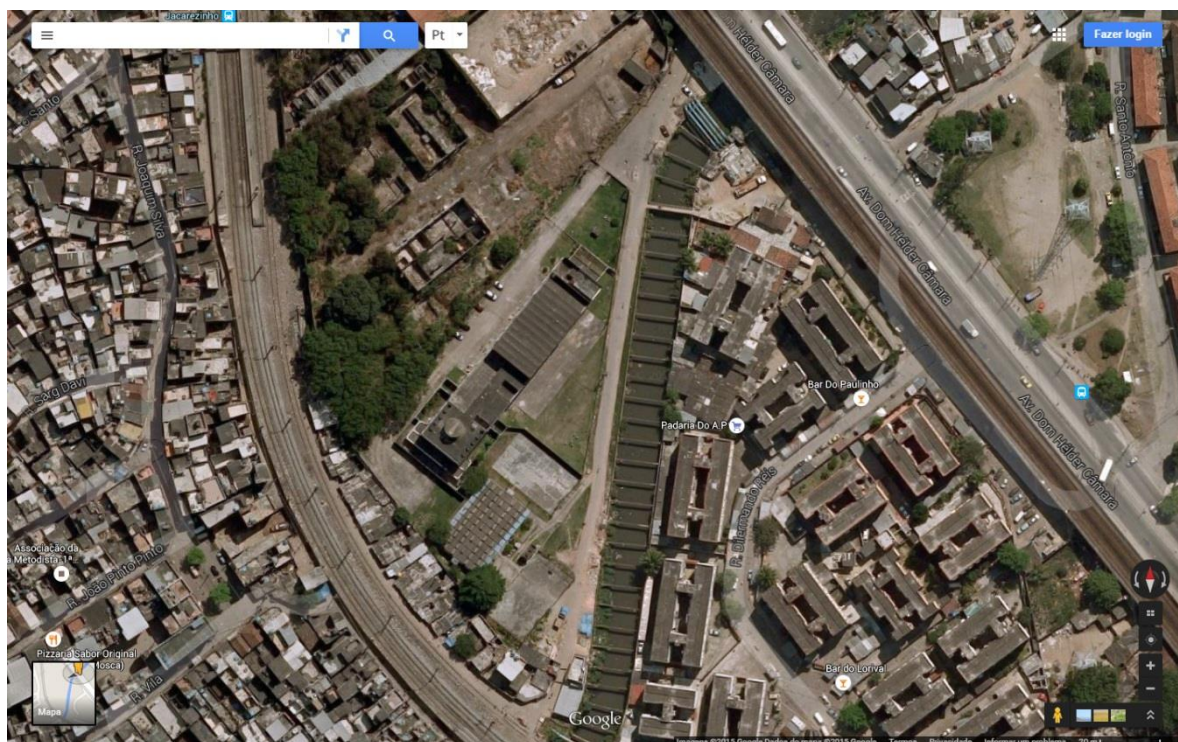


E/SUBE/CRE(03.28.501)
Av. Dom Hélder Câmara, 1715

CIEP Vinicius de Moraes 11789
Jacarezinho

Quantidade de salas: 33
Horário Integral

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	74
1º Ano	142
2º Ano	85
3º Ano	139
4º Ano	69
5º Ano	94

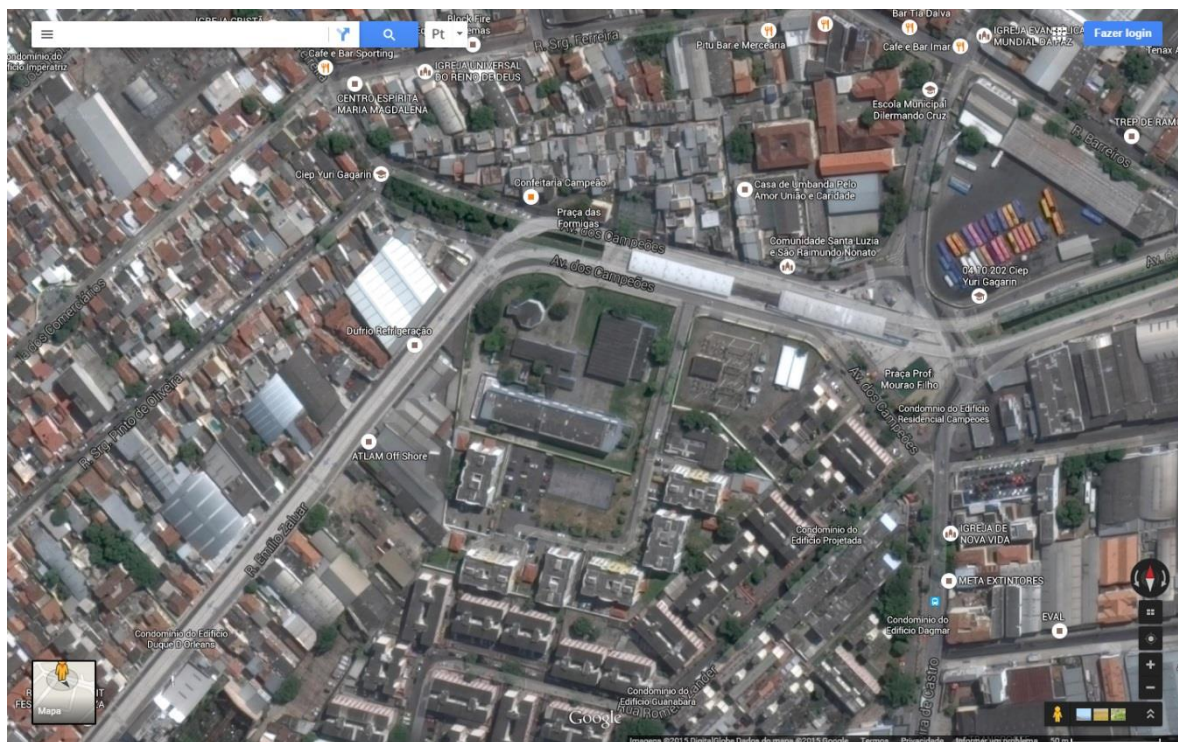


E/SUBE/CRE(04.10.202) CIEP Yuri Gagarin 11567
 Av. dos Campeões, s/n Bonsucesso

Quantidade de salas: 52
 Regular Noturno / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Aceleração 1A	23
Classe Especial	94
Ed. Infantil - Pré-Escola	238
PEJ 1 Bloco 1	28
PEJ 1 Bloco 2	57
PEJ 2 Bloco 1	95
PEJ 2 Bloco 2	139
Realfabetização 1	15
1º Ano	171
2º Ano	147
3º Ano	143
4º Ano	131
5º Ano	109

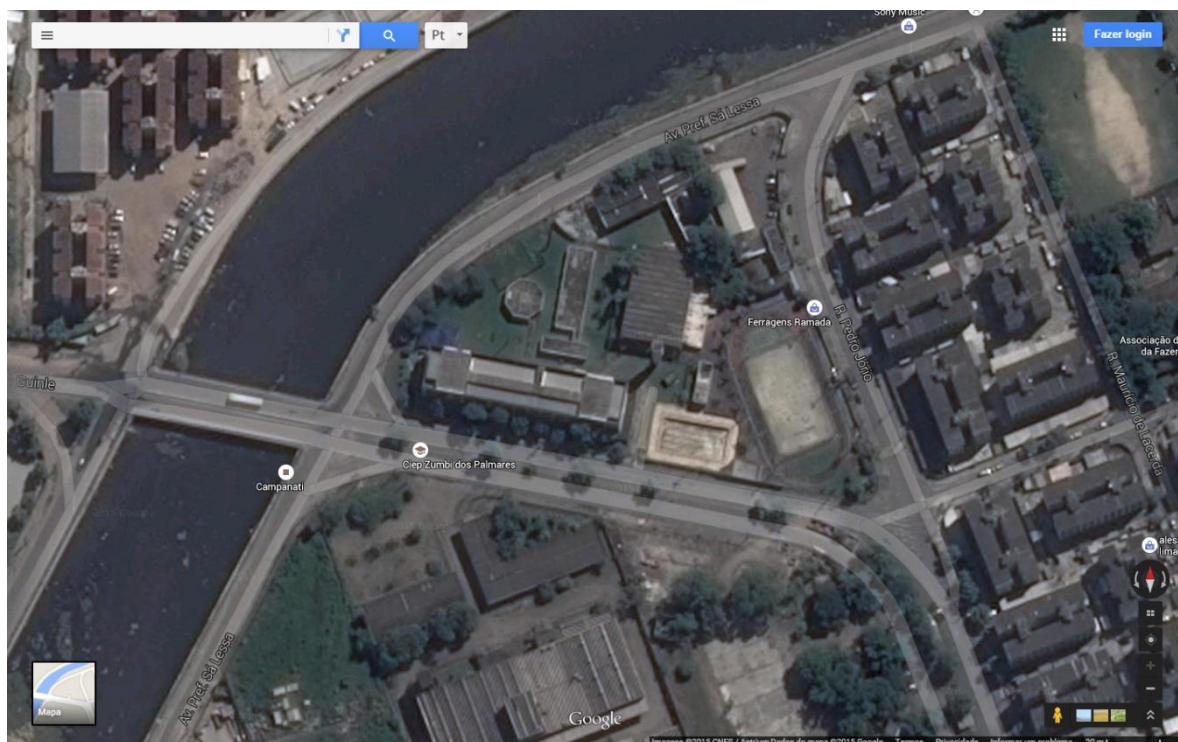
PEJ - Projeto Entre Jovens de reforço escolar para jovens.



E/SUBE/CRE(06.25.502) CIEP Zumbi dos Palmares 11617
 Rua Arnaldo Guinle, s/n Coelho Neto

Quantidade de salas: 33
 Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Classe Especial	23
Ed. Infantil - Creche	43
Ed. Infantil - Pré-Escola	117
1º Ano	57
2º Ano	43
3º Ano	60
4º Ano	32
5º Ano	35



E/SUBE/CRE(10.19.501) CIEP 1º de Maio 11913
Av. Antares, s/n Santa Cruz

Quantidade de salas: 27
Horário Integral / 1º. Turno / 2º. Turno

Série	Quantidade de Alunos
Ed. Infantil - Pré-Escola	187
1º Ano	79
2º Ano	65
3º Ano	76
4º Ano	77
5º Ano	79
6º Ano	89

